

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação Em História

Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história aut centrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 – 1971.

Neila Prestes de Araujo

Professor Orientador Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre/RS

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 – 1971.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, como requisito parcial para obtenção de título de Mestra História.

Orientador Prof. Dr. José Rivair Macedo

Linha de Pesquisa: Cultura e Representação

Porto Alegre/RS

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Prestes de Araujo, Neila
Origens do Bairro Restinga, entre versões, a
inversão do olhar sobre a memória: uma história
autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o
processo de ocupação da comunidade entre 1967 - 1971.
/ Neila Prestes de Araujo. -- 2019.
265 f.
Orientador: José Rivair Macedo.

Coorientador: Fábio Kühn.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Bairro Restinga. 2. História Urbana. 3.
Periferia e resistência. 4. Higienização social. 5.
Relações de poder. I. Macedo, José Rivair, orient.
II. Kühn, Fábio, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Neila Prestes de Araujo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, como requisito parcial para obtenção de título de Mestra História.

Orientador Prof. Dr. José Rivair Macedo

Linha de Pesquisa: Cultura e Respresentação

Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 – 1971.

Aprovada em 11 de dezembro de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Rivair Macedo (Orientador)

Profa. Dra Carla Simone Rodeghero (UFRGS)

Profa. Dra Claudia Luisa Zeferino Pires (UFRGS)

Prof. Dr. Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Junior (NEABI-UFRGS)

Porto Alegre/RS

2019

Dedicatória

*EU SOU TINGUERREIRO E NINGUÉM
PODE NEGAR
O MEU AMOR POR TI
RESTINGA É A MAJESTADE
POIS NÃO SE APAGA UM SENTIMENTO DE
VERDADE¹*

Dedico esta dissertação ao “meu lugar, meu quilombo”² e todo o seu Povo – A Restinga.

¹ Samba enredo Estado Maior da Restinga 2018 Composição de Chanel Rigolon/Cleber Amaral/Tabajara Ortiz/Vinydacor/Wagner Amaral/Willian Tadeu/Wilson Da Silva.

² Fala de Dona Maria Clara Nunes em depoimento para este trabalho.

Agradecimentos

No momento que me dedico a escrita já sou um ser melhor do que era quando iniciei, por conhecer minha história e de minha gente. A você que inicia esta leitura aviso: Porto Alegre linda é também cruel, mas os **Tinguerreiros** (Restingueiros ou Restingense) ainda amam esta cidade e reivindicam seu pertencimento cidadão.

A história do bairro e a minha se cruzam há quase 50 anos. É cenário do meu crescimento quanto sujeito cheguei a este com dois anos de idade. Em minha vida pessoal, percebi resistências de aceitação em muitos espaços ao questionarem minha moradia. Mesmo com as dificuldades de morar no bairro, usufrui de suas estruturas, transito por suas ruas, sou parte de uma vizinhança, aqui fui mãe, trabalhadora, educadora e quando a vida me propôs o mais difícil dos tempos, o diagnóstico de uma doença autoimune³, foi aqui que os amigos se fizeram família, fui cuidada, acolhida e incentivada a superar minhas dificuldades. O incentivo gerou frutos, voltei a universidade em 2016 um ano antes dos 50 anos do bairro, um grupo de amigos do tempo de adolescência estava organizando um Mosaico Cultural, um fim de semana sem a tensão da violência, para receber a comunidade na rua e poder cantar e dançar – foi lindo, mesmo assim, o silêncio sobre o tempo do bairro era presente. Esse momento regou a minha vontade de pensar os 50 anos do bairro e instigou mais leituras, foi em meio à paralização e ocupação da universidade que fiz a opção de apresentar a proposta de projeto de Mestrado sob a orientação de professor Dr. José Rivair Macedo, referência intelectual e como sujeito, minha gratidão pela sua paciência e orientação, aberto a entender minha proposta e a nortear minhas possibilidades.

Em meus agradecimentos, não posso deixar de afirmar minha profunda gratidão aos depoentes, sem suas memórias não haveria sentido esta história, representantes das vozes desta comunidade. A todos, apoiadores deste trabalho com a fé que era possível o trabalho que assino, mas que se fez em um coletivo.

Aos mais próximos, meus filhos Bruno e Tales que nasceram na Restinga, viveram em suas ruas e a conheceram como eu, agradeço o apoio, lembrando que a vida tem sentidos somente quando encontramos um significado diário, para superar nossas limitações, assim, mesmo que o corpo falhe a alma surpreende com o impulso necessário para levantar, inflando

³ Sou portadora de EM, incomum eu estar tão bem após duas décadas de diagnóstico. É o que dizem os médicos. Acredito que esta história faz parte de mim, SER um “Outro” e ainda assim somos SER. Mesmo com o tratamento e os momentos que necessitei desacelerar posso afirmar que a proposta só fortaleceu meus laços com o lugar/território onde cresci e novamente me fortalece para continuar.

meu ser de energia e assim nada de mal pode acontecer a que faz o que lhe alimenta a alma de alegrias. A minha neta Eduarda, agradeço a paciência, seu carinho e seu amor incondicional, sua presença em momentos marcantes deste processo resume nossa parceria. Minha mãe D. Cecília, companheira sempre presente no meu caminho, entre nossas contradições humanas, agradeço a mão estendida em momentos de fadiga e cansaço, nutrindo minha escrita a partir de suas memórias.

Ao Maurício, companheiro, seu amor e saber agregou maior qualidade visual ao trabalho, seu apoio e carinho possibilitou o suporte físico e emocional para que fosse possível a conclusão desta dissertação. Seu olhar sobre minha capacidade de superação frente às limitações da deficiência invisível que carrego, entre consequências cognitivas, físicas e emocionais foi presente diariamente em seu apoio amoroso e paciente que é imensurável e fortalecedor mostrando que não há histórias que não possam ser superadas e ressignificadas, seu amor é combustível para meu crescimento.

A Claudia Cruz, liderança do bairro e orientadora espiritual, suas palavras firmes e amorosas desvelaram muitas estratégias do bairro que eu não conhecia, mais que um contato de referência, uma amiga sempre pronta para me receber, uma presença valiosa em minha vida.

Aos amigos, muitos, em todos os lugares que passei – UFRGS; NPH/REPHO; IFRS Campus Restinga; Associações de Bairros da Restinga; Movimentos de Resistencia - próximos ou distantes, mas sempre presentes em apoio de todas as formas. Torcendo, dialogando ou ainda dedicando seu tempo à leitura dos diversos racunhos, a Daphine Couto minha gratidão.

Para aquele parceiro de anos de diálogo e debates Pedro Peralta, em sua leitura das últimas versões, foi capaz de amorosamente apontar minhas falhas disléxas, sua presença ao longo da pesquisa foi marcante pelo incentivo junto de sua parceira Isabel. Grata as longas conversas com Paul Montoya, capaz de ver em mim uma historiadora quando eu já havia desistido, seu incentivo levou a montagem de um projeto de mestrado que agora se materializa em dissertação. Agradeço a Pedro Sales e sua capacidade de materializar a pesquisa em obra de arte em sua realização da escultura Gentrificação que descreve muitos espaços que lembra a realidade periférica da Restinga, do Brasil e do mundo.

Então estamos aqui, convido aos leitores que conheçam esta história, síntese de memórias e que isso motive o saber sobre minha comunidade – o Bairro Restinga – Eu desejo a todas (os) ótima leitura.

Resumo

Esta dissertação pretende perceber a origem do Bairro Restinga entre 1967 a 1971, sob a leitura das relações de poder nos discursos presentes no tempo dos acontecimentos, frente à outra narrativa discursiva a da memória de parte dos moradores que viveram a origem do bairro e o fim das “Vilas de Malocas” em Porto Alegre. Apresenta a narativa que sustentou a construção de um “Outro” inimigo para Estado, combatido em política sistemática de guerra – Necropolítica - levados compulsóriamente a um descampado distante 22km do centro, sem condições estruturais necessárias para o existir – Restinga. Para confinar esse sujeito, negado em seu direito à cidade sob controle local e de circulação, a Restinga figurou como um “campo de concentração”, em sua origem, produziu gueto de confinamento ocupado por sujeitos que carregam consigo a menor parcela de resistência - o existir - que em coletivo produziu a colaboração mutua necessária para consolidação do maior território periférico de maioria negra de Porto Alegre. Em uma complexa história de migração compulsória e de migração espontânea para compra da casa própria o povo desse lugar compõe um coral de vozes que conta sua versão sobre os acontecimentos. As ações do poder que encontra as dinâmicas de resistência local com a apropriação da população de estratégias de luta para conquista de estruturas e melhorias para o Bairro que rendeu ampla cobertura de escolas, postos de saúde, saneamento básico, hospital, IFRS Campus Restinga e espaços culturais. Mais que uma comunidade periférica, essa população construiu um jeito próprio de proposição política de luta pela sua comunidade. A negação do sujeito “Restingueiro – Restinguense” produziu a reação de resistência e a ressignificação do espaço/território sob o sentimento de pertencimento coletivo.

Palavras-chave: Bairro Restinga; História Urbana; Periferia e resistência; Higienização social; Relações de poder.

ABSTRACT

This dissertation intends to understand the origin of the Restinga Neighborhood from 1967 to 1971, under the reading of the power relations in the discourses present at the time of the events, in front of another discursive narrative that of the memory of part of the residents who lived the origin of the neighborhood and the end. “Villas de Malocas” in Porto Alegre. It presents the narrative that sustained the construction of an “Other” enemy for the state, fought in a systematic war politics - Necropolitics - compulsorily driven to a deserted distant 22km from the center, without structural conditions necessary to exist - Restinga. To confine this subject, denied in his right to the city under local and circulation control, Restinga figured as a “concentration camp” in its origin, produced a confinement ghetto occupied by subjects who carry the least amount of resistance - the existence - which collectively produced the mutual collaboration needed to consolidate the largest black majority peripheral territory of Porto Alegre. In a complex story of compulsory migration and spontaneous migration to buy their own house, the people of this place compose a choir of voices that tells their version of the events. The actions of the power that meets the dynamics of local resistance with the population's appropriation of fight strategies to conquer structures and improvements for the neighborhood that yielded wide coverage of schools, health posts, basic sanitation, hospital, IFRS Restinga Campus and spaces. cultural More than a peripheral community, this population builds its own form of political proposition to fight for its community. The denial of the subject “Restingueiro - Restinguense” produced the reaction of resistance and the resignification of space / territory under the feeling of collective belonging.

Keywords: Barrio Restinga; Urban history; Periphery and resistance; Social hygiene; Power relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACEL – Associação dos Amigos da Cultura, Esporte e Lazer;
BNH – Banco Nacional de Habitação;
CCMQ – Casa de Cultura Mario Quintana;
CEP – Código de Endereçamento Postal;
CP – Correio do Povo;
DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre;
DG – Jornal Diário Gaúcho;
DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campos Restinga;
Km – Quilômetros;
OP – Orçamento Participativo;
PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
NPH – Núcleo de Pesquisa em História;
REPHO – Repositório de Entrevistas de História Oral;
RGS – Rio Grande do Sul;
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo;
SFH – Sistema Financeiro de Habitação;
ZH – Zero Hora;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Miséria Organizada	74
Figura 2.	A majestade “Draga” – STER I	76
Figura 3.	Ildo Meneghett e Telmo Thompson Flores – STER I	77
Figura 4.	Mapa Vilas de Malocas 1950	78
Figura 5.	Célio vai confinar malocas	92
Figura 6.	Celio prepara sua guerra contra malocas	94
Figura 7.	Todos querem sair da Vila Sta. Luzia	95
Figura 8.	Porto Alegre ganha casas	97
Figura 9.	Guerra contra maloca tem sua estratégia	98
Figura 10.	Maloca já tem novo lugar	98
Figura 11.	Ilhota perde suas malocas	99
Figura 12.	50 mil vão para Nova Ilhota	99
Figura 13.	Fim da Ilhota é agora	101
Figura 14.	Malocas começam a sair	106
Figura 15.	Malocas: exército auxilia na remoção	107
Figura 16.	O caminhão e a casa	108
Figura 17.	RESTINGA, uma “vila” ao Abandono	112
Figura 18.	RESTINGA, miséria é nome de vila pobre e difamada	122
Figura 20.	Queremos Porto Alegre sem contrasta	127
Figura 21.	Veja, é a Restinga	134
Figura 22.	Restinga: 50 anos	177

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1. Lupicínio Rodrigues – Ilhota	15
Fotografia 2. Ilhota	16
Fotografia 3. “Vila de Maloca”	19
Fotografia 4. Bairro Restinga, primeiras casas (05/1967)	20
Fotografia 5. Família removida em 1967 para Restinga	34
Fotografia 6. A Vila Cruzeiro do Sul	66
Fotografia 7. Cruzeiro do Sul, A vila Fundada por um Carroceiro	67
Fotografia 8. Aldovan O. de Moraes	69
Fotografia 9. Depoimento Aldovan O. de Moraes	70
Fotografia 10. Ildo Meneghett e Telmo Thompson Flores em 1978	78
Fotografia 11. Vila de Malocas Forno do Lixo e a cidade	79
Fotografia 12. Vila de Malocas Forno do Lixo – maloca	80
Fotografia 13. Restinga primeiras casas	88
Fotografia 14. A Nova Restinga	89
Fotografia 15. A espera da casa	103
Fotografia 16. Restinga ao abandono	104
Fotografia 17. As mulheres	105
Fotografia 18. O fim do mundo	110
Fotografia 19. As crianças	113
Fotografia 20. A cerca e a casa	114
Fotografia 21. Restinga ao abandono	115
Fotografia 22. Restinga e seu futuro	116
Fotografia 23. O Ser e o Outro	117
Fotografia 24. Sr. Hélio	135
Fotografia 25. Sr. Hélio e Dona Terezinha	136
Fotografia 26. Depoimento Sr. Hélio Soares Fernandes	
Fotografia 27. Sr. Antônio	150
Fotografia 28. Sr. Farias	150
Fotografia 29. Sr. Antônio – resistência	162
Fotografia 30 a e b. À direita (a) casas removidas e reconstruídas, a esquerda (b) unidades novas financiadas	164
Fotografia 31. A força da Restinga – as crianças	165
Fotografia 32. Sr Ventura	167
Fotografia 33. Sr Ventura em entrevista	169
Fotografia 34. Sr Ventura e Sr. Ênio	173
Fotografia 35. Dona Therezinha	180
Fotografia 36. Dona Therezinha em entrevista	185
Fotografia 37. Dona Therezinha em sua casa	187
Fotografia 38. Maria Clara Cardoso Nunes e Enio Garcia Nunes	193
Fotografia 39. Oficina de História Oral IFRS Campus Restinga	194
Fotografia 41. Maria Clara Nunes e Enio em entrevista	194
Fotografia 42. Enio Garcia Nunes	199
Fotografia 43. Maria Clara, 50 anos do Bairro Restinga – CCMQ	203
Fotografia 44. Sr. Ênio 50 anos do Bairro Restinga – CCMQ	204
Fotografia 45. Sr. Gilberto Peri Batista da Silva – Seu Beto	210
Fotografia 46. Sr. Gilberto – Seu Beto em entrevista	211
Fotografia 47. Almerinda Rosa de Lima	223
Fotografia 48. Almerinda Rosa de Lima em entrevista	226

Sumário

Introdução.....	15
I- Referências teóricas- conceituais.....	30
1.1 Referências da História Cultural para leitura da História Urbana de Porto Alegre: conceitos para operar sobre o urbano – marcas e registros.	30
1.2 A construção do inimigo “Outro” - Verdade, discurso e poder	32
1.3 Por que Raça e Racialismo e não Classe? – Conceitos para leitura das relações de poder em disputa.	35
1.4 O Racismo como dispositivo de poder: a prática da discriminação – O Outro.	37
1.4.1 Ampliando o dispositivo de racialidade.....	41
1.5 Necropolítica/Necropoder.....	45
1.6 Memória e Identidades: (re)existir na cidade.....	47
1.7 A prática interdisciplinar: compreensão do objeto e suas complexidades.....	48
II - Metodologia: práticas e ferramentas para o caminho da pesquisa.....	52
2.1. Métodos de pesquisa para leitura sobre História Urbana: as complexas disputas do espaço na cidade.....	52
2.2 História Oral: a possibilidade de construção de fonte pelo diálogo.....	53
2.2.1 Fonte Oral: o encontro com o “Outro” silenciado nos registros oficiais.	54
2.2.2 A Entrevista da História Oral: a construção da fonte	57
2.2.3 Fonte Oral e seu registro – passos a serem seguidos: seus procedimentos legais e éticos.	58
2.3 Fontes Intelectuais e de Imprensa	59
2.4 História Pública.....	61
III: Narrativa Pública, Intelectual e de Imprensa sobre a Cidade Real e a Cidade Oficial.	64
3.1 A memória sobre o pobre urbano e seus espaços.....	65
3.1.1 A Cidade a sua Urbe: o crescimento populacional.....	69
3.2 A memória do sociólogo Aldovan e a cidade em perspectiva.	70
3.2.1 O pobre da cidade uma retrospectiva histórica das ações do poder	72

3.2.2 Quem é esse “Ser” que condena – cidadão de Porto Alegre.....	72
3.2.3 Vilas de Malocas e Maloqueiros definições: o “Ser” constrói o “Outro” negado - vestígios históricos	73
3.3 As Histórias Silenciadas – práticas sistemáticas de necropolíticas.....	75
3.4 Laudelino Medeiros – Ildo Meneghetti – Sanhudo: a construção do inimigo Maloqueiro antes de 1967.....	79
3.4.1 Laudelino Medeiros: o intelectual católico.....	80
3.4.2 A visão política do Prefeito Ildo Meneghetti em discurso de 1950	83
3.4.3 Ari Veiga Sanhudo: a formação de opinião pela Imprensa.	84
3.4.4 O preconceito Expresso Institucionalmente.....	84
3.5 O Outro na Cidade a necessária remoção – A origem do Bairro Restinga a partir de 1967	86
3.5.1 O Problema da Habitação – A realidade de Porto Alegre	87
3.5.2 A fome e a cheia.....	88
3.5.3 O Município e o DEMHAB	89
3.6 1967 a Restinga – Gueto de Confinamento	91
3.6.1 A Guerra contra as malocas	94
3.6.2 DEMHAB na Gestão de Milton Pozzolo de Oliveira - Prefeito Celio Marques Fernadez.....	97
3.6.3 Plano de Remoção ou depósito de maloqueiros.....	101
3.7 Câmara de Vereadores os lugares de fala do “Ser” no debate sobre o “Outro” espaço e sujeito – 1º de março de 1967.	102
3.8 Na imprensa: o “Ser” entre ação do poder – Restinga – resultado da política de guerra – necropolítica.....	112
3.8.1 Imprensa 1967: RESTINGA, UMA <<VILA>> AO ABANDONO.....	112
3.8.2 Restinga e o Ser: olhar sobre o limite do mundo em 1967 – Jornalista Tânia Faillace	114
3.8.3 Imprensa registro entre 1967 – 1968: Outros registros da Imprensa na defesa das remoções	121

3.8.4 Imprensa 1968: Restinga, miséria é nome de Vila pobre e difamada.	122
3.8.5 Problemas, esta vila tem até demais.	126
3.9 Uma perspectiva sobre a Gestão Telmo Thompson Flores – 1969 – 1971.....	126
3.9.1. Telmo Thompson Flores e a Restinga 1969 – 1971.....	126
IV CAPÍTULO: A Origem do Bairro – a autoconstrução narrativa junto da memória dos moradores.....	134
4.1 Encontro com o “Outro” que somos “Nós”.	135
4.1.1 Sr. Hélio Soares Fernandes	136
4.1.2. Sr. Antonio	149
4.1.3 Sr. Ventura	168
4.2 Relatos de memória que percorrem a experiência de 1969-1971 e mais.	180
4.2.1 Dona Therezinha	181
4.2.3 Maria Clara e seu Ênio.....	194
4.2.4 Sr. Gilberto – Seu Beto	211
4.2.5 Almerinda Rosa de Lima	223
CONCLUSÃO.....	240
REFERENCIAS.....	246
Anexo I – As estratégias de resistência construíram o Bairro Restinga “uma cidade dentro da Cidade”.....	247

Ilhota,
(Lupicínio Rodrigues⁴)

Ilhota,

Minha favela moderna,
Onde a vida na taberna
É das melhores que há.
Ilhota, arrabalde de enchente.
E que nem assim a gente
Pensa em se mudar de lá.
Ilhota, do casebre de madeira,
Da mulata feiticeira,
Do caboclo cantador.
Ilhota, a tua simplicidade.
É que dá felicidade
Para o teu pobre morador.
Na tua rua,
Joga-se em plena esquina.
Filho teu não se amorfina
Em sair pro batedor.
Nem mesmo a “justa”
Vai visitar seus banhados,
Pra não serem obrigados
A intervir em questões do amor.



Fotografia 1. Lupicínio Rodrigues – Ilhota
Nonada Jornalismo: 29 de junho de 2015

Introdução

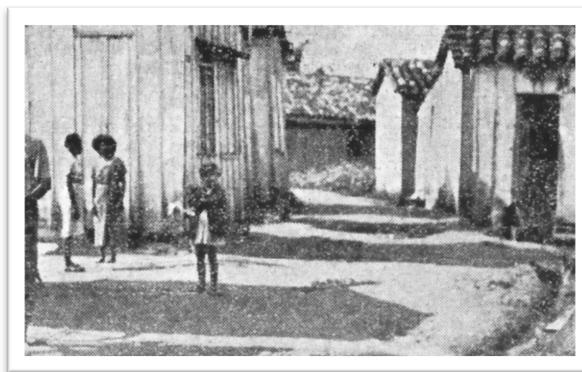
A narrativa poética fala do território construído durante a primeira metade do século XX. Esse sofre as consequências do crescimento da cidade de Porto Alegre, com o cotidiano afetado pelo progresso⁵. Por trás de sua expressão saudosista, o poeta conta a história da cidade, os pecados e benções vividos em suas curvas, esquinas e paisagens. Aqui, o encontro com o peculiar, o olhar sobre o que não foi modelo, descrevendo um espaço do vivido transgressor da ordem. Essa descrição interna se opõe aos discursos construídos de fora, que

⁴ Poema de Lupicínio Rodrigues. Disponível in.: <http://www.nonada.com.br/2015/06/ilhota-o-bairro-com-enchentes-de-contos>

⁵ A chegada do séc. XX e as alterações no sistema de produção promoveram a migração campo cidade, ocasionando inchaço urbano, sem que houvesse condições de receber o elevado número de pessoas que se acumularam entorno dos núcleos possíveis de trabalho. No decorrer do tempo, “A emergência de uma nova população urbana, fruto da migração de trabalhadores das áreas rurais, trouxe novos desafios para vida urbana na medida em que as cidades não estavam preparadas para receber estes novos estratos sociais.” (FURTADO, 2011. p. 95), Sem infraestrutura para atender a população que se multiplicava, principalmente nos centros urbanos, o Estado passa a ser tensionado por solução.

apontam o mesmo espaço sob o olhar do perigo instaurado, disseminador do mal e contaminante pelos vícios e hábitos de seus habitantes⁶.

Entre “casebres de madeira” em “arrabalde de enchente” vivia essa gente que ocupava espaços de menor valor e importância até que arranha-céus e avenidas se avizinhassem. Em sua alteridade, esse povo provocava o espanto e desconforto: incômodos habitantes tão próximos e tão estranhos aos sonhos modernizantes.



Fotografia 2 - Ilhota
Nonada Jornalismo: 29 de junho de 2015

Durante todo o séc. XX é possível perceber uma prática de distinção textual própria na manipulação e circulação das informações quanto ao conceito de cidadão, trabalhador e não-trabalhador (marginal/maloqueiro), resultando em uma escrita dos lugares e dos sujeitos em suas disputas urbanas⁷. O crescimento populacional ampliou os sujeitos em disputa pela cidade, muitos sem as ferramentas – saberes – modernas para competir no mercado de trabalho, ou ainda com ganhos inferiores ao necessário e, o mais grave, imersos ao um imaginado – racista – condenando esta população antecipadamente à condição de assujeitamento extremos.

As ações do poder levaram a distinção dos sujeitos quanto a seus direitos à cidade, condenando-os a uma guerra contra as “Vilas de Malocas” que resultou na origem do Bairro Restinga em 1967. Leio os discursos da cidade (1967 – 1971) para elucidar a prática narrativa sobre o “Outro”, durante o processo de transformação urbana⁸, em busca de um contraponto

⁶ Construção narrativa comum entre formadores e opinião da época como: jornalistas, autoridades políticas e intelectuais.

⁷ Sem espaços de Fala legitimada, moradores de espaços condenados estão expostos e definições social pejorativas.

⁸ Minha preocupação com esse recuo histórico é demonstrar as etapas de transformação as quais Porto Alegre passa, as práticas de poder para ordenar os lugares dos sujeitos e a origem da construção do inimigo “Outro” antes de impor o processo de limpeza urbana de 1967 e consolidação de um Plano de Confinamento a população de “Vilas de Malocas” encaminhada compulsoriamente a gleba terras compradas pela Prefeitura sob o nome de

parto para o encontro com o “Outro” e sua versão⁹, em registro de memórias dos moradores que migraram na formação do Bairro Restinga.

Entendo as práticas de poder que utilizam da construção de um imaginário sobre espaços e sujeitos subjulgados, impondo silêncio e esquecimento histórico. Tais práticas omitem possíveis tentativas de reação ou alternativas de versões dos acontecimentos. Quando circulam, essas informações, em seu tempo, justificam ações de poder através do controle social - Código de Postura da Cidade¹⁰. Essa prática das relações de poder chega a casos extremos de necropolítica não prevendo o direito da manutenção de vida dos sujeitos como veremos no registro das fontes relacionadas para entender os acontecimentos históricos da origem do Bairro Restinga – objeto de nossa discussão¹¹.

Esta história é sobre como as ações do poder econômico, político e social que registram os acontecimentos no seu tempo histórico e na memória dos moradores na atualidade se complementam ou se contrapõem, já que, como afirma Pollok (1992, p. 05) “memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.”¹². Percebo, pois, que a disputa está também na escrita dos espaços urbanos onde “a estrutura espacial da cidade muda segundo as preferências da elite” (LAVE 1990, p. 142. In.: FURTADO, 2011, p. 95). Por essa prática de escrita no urbano a elite de Porto Alegre usou as estruturas de gestão pública em

Restinga. Sustento o uso da condição de Ser e Outro sob a perspectiva da tese de Sueli Carneiro (2005), apresento o meu diálogo com a autora no capítulo teórico e durante a construção dissertativa.

⁹ Registrado em metodologia da história Oral.

¹⁰ A vida urbana deve ser regrada, o Código de Postura em Porto Alegre tinha essa função (WEBER, 1992); (SCHMACHTENBERG, 2008). Com advento da República e o crescimento populacional o convívio estaria sob uma ordem vigilante e definidora de funções e costumes aceitos a nova ordem política e a organização da forma capitalista que se estabelecia “Em 1889 surgiu um novo Código de Posturas Municipais que buscava imprimir na cidade um novo ideal de urbanidade. No processo de transformação burguesa, as classes menos abastadas e seus territórios passavam a sofrer uma investida dos notáveis da comunidade local no sentido do controle social e da disciplinarização das sociabilidades. A nova ordem burguesa estabeleceu suas normas, valores e procedimentos na busca de uma vida urbana adequada.” (PESAVENTO, 1991, p. 24). Mesmo com ordem escrita em Lei a vida segue complexa entre “avanços” e “resistências” a nova ordem e seus problemas: Número crescente da população; uma nova prática de trabalho – indústria; velhos habitantes e novas exclusões – população negra na cidade; A vida em seu novo modelo de ordem – burguesia. Tais temas da História Urbana são discutidos Pesavento em seus trabalhos (1991; 1995; 1998; 1999)

¹¹ É importante entender essas permanências para que as mesmas possam ser debatidas e compreendidas em sua complexidade. O bairro respira as consequências das tensões resultantes de sua formação, numa rede complexa de sujeitos e de espaços criados pelo discurso. Desvelar sua história, muitas vezes ouvidas em rodas de conversas com mais velhos, é para mim um compromisso. É preciso acabar com o silêncio imposto e falar sobre segregação e racismo entendendo suas permanências discursivas que levaram a consolidação de um espaço de confinamento que originou o bairro Restinga em fevereiro de 1967.

¹² A disputa sobre o registro de memória está entre as ações do poder das construções de vestígios das fontes. Alcançar outras versões da história na busca de superar “verdades históricas consolidadas” é que considero a História Oral como fundamental estrutura teórica e metodológica de levantamentos de fonte. As buscas em arquivos pretende a rigorosa confrontação documental das versões orais.

seu domínio e promoveu ampliação de áreas urbanas reformuladas para moradia dos “cidadãos” que podiam pagar o custo de morar na cidade. Removendo, assim, das áreas centrais em disputa os “não cidadãos”, precarizados em suas relações de trabalho, ou mesmo não inseridos no sistema capitalista¹³ (ROSA, 2014, p. 07). A escrita urbana perpassa historicamente as ações do poder, refletindo no desenho da cidade em suas transformações diante das temporalidades.

A história do processo de remoção das “Vilas de Malocas” está na origem do bairro Restinga em 1967¹⁴. Tal processo é comum à história de Porto Alegre, sobre diversas estratégias – aumento de alugueis; fiscalização sanitária, territorial e de construção; perseguição policial e de fiscais; valorização de áreas e gentrificação e, no seu extremo a remoção compulsória e a expulsão sob os olhares firmes das ferramentas de controles policial do Estado¹⁵. As “Vilas de Malocas”¹⁶ e suas histórias, anterior à formação do bairro Restinga, é tema da História Urbana e Social de Porto Alegre que ainda precisa de maior atenção dentro do processo de transformação da cidade.

¹³ Porto Alegre não absorve a comunidade negra liberta na virada o séc. XIX. Esta se refugia nos territórios do entorno do centro da cidade. Poucos são os que conseguem se projetar socialmente. A maioria dessa população vai ocupar espaços marginais no mercado de trabalho, junto a estes soma-se uma crescente população migratória do campo e antigos moradores empobrecidos da cidade. Grande parte dessa população será removida no decorrer do séc. XX, muitos estão entre os primeiros moradores do bairro Restinga. Sobre as comunidades negras, sua organização social e território, os textos que seguem ampliaram o horizonte desta análise: Mattos (2000); Kersting (1998); Müller (1999); Silveira (2016). Sobre a discussão racial dos moradores de “Vilas de Malocas” Zambone (2009); Klaffe, Weimer & Funari (2019); Rosa (2014).

¹⁴ As remoções em suas práticas violentas e caóticas foram produzindo resistências de ordem estratégica com a ocupação de outras áreas ou o retorno às mesmas, considerando que muitas famílias destas vilas tinham o território local estratégico de sobrevivência, tais práticas estão nas narrativas dos depoentes dessa dissertação. Como também, nos registros da imprensa citados e anexados a este trabalho. (ZAMBONI, 2009); (GAMALHO, 2009); (SOSTER, 2001); (KLAFFE, WEIMER E FURINI, prelo).

¹⁵ O registro urbano sobre espaços condenados já produz bibliografia que precede essa dissertação, os trabalhos voltados diretamente ao bairro serão tomados como referência, contudo outros são de fundamental importância para o registro e compreensão da história urbana de Porto Alegre, a leitura desta bibliografia, distribuídas no texto, está para mim como uma descoberta de minha própria origem, meu crescimento acadêmico tem em essência o crescimento do meu Ser como sujeito histórico, percorrendo o caminho da memória e construindo uma identidade capaz de buscar diariamente exercer empatia e reconhecimento da possibilidade de uma mudança humana consistente a partir de práticas diárias e, assim, mais próximo de elevar meu espírito aos ensinamentos de outra lógica - Ubuntu e Ukama – na qual eu possa apoiar outra percepção Moral.

¹⁶ Especificamente sobre a temática “Vilas de Malocas” encontro o texto A Cidade que devora “malocas”: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943 – c. 1973), o material ainda em manuscritos foi encaminhado para mim por Rodrigo de Azevedo Weimer com autorização dos outros interlocutores da obra (KLAFFE, WEIMER E FURINI, prelo); Rodrigo de Azevedo Weimer produz artigo sobre a temática é em 2017 (WEIMER, 2017); Vínicio Reis Furini defende seu Trabalho de Conclusão sobre a vila Mato Sampaio no ano de 2018 (FURINI, 2018).



Fotografia 3. “Vila de Maloca”
Nonada Jornalismo: 29 de junho de 2015

Para essa dissertação importa perceber as práticas de construção negativa sobre o “Outro” como inimigo social que foram mantidas e ampliadas com o Regime Militar imposto com o golpe de 1964. Neste momento histórico, uma onda conservadora intensificou o processo de seleção humana com o deslocamento de um número significativo de pessoas das “Vilas de Malocas” para a Vila Restinga após 12 de fevereiro de 1967: gueto de confinamento que resultou em um dos maiores espaços de segregação da comunidade de maioria negro da periferia urbana da cidade de Porto Alegre e que recebe sujeitos destituídos do direito à habitação até os dias de hoje.

Objetivamente é a origem do bairro Restinga nosso foco de discussão. Para entender como nos últimos anos da década de 60 e início de 70 foi possível que, a partir de política pública de remoção e reassentamento compulsório, pudesse surgir processo de guetificação e, o mais grave, confinamento estratégico (distância e controle de mobilidade) por racialização das relações sociais com um “Outro” negado em sua existência que, contudo, apesar deste processo inicial, o bairro Restinga, passa a constituir espaço¹⁷ afetivo de acolhimento e

¹⁷ Conceitos espaço/território – os trabalhos anteriores utilizam tanto espaço, quanto território para construir lugar de pertencimento sobre no qual é expressos no cotidiano os afetos e desafetos; registros de transformação; identidade cultural onde o sujeito imprime suas práticas e o qual imprime no sujeito características próprias moldando este no decorrer de sua identidade. Esse debate não será prioridade nesta dissertação, porém as relações de poder atravessam essa dinâmica espacial/territorial, para mim a ideia da ação do poder constantes na aplicação de ambos os conceitos está presente na forma como este é identificado. Encontramos os conceitos discutidos nos trabalhos que são referência bibliográfica para esta dissertação Zamboni (2009) analisa o bairro a partir do conceito Território, Nola Patrícia Gamalho (2009) em sua leitura parte da percepção do Espaço, assim como Helena Bonetto (2013) em sua dissertação.

migração espontânea como forma estratégica de conquista da casa própria e de manutenção da vizinhança¹⁸.



Fotografia 4. Bairro Restinga, primeiras casas (05/1967)
Primeira reportagem a visita a Restinga, retorna ao bairro 50 anos depois.
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

Contexto do trabalho

No tempo a que observo, a burguesia brasileira se assentava sobre problemas de disputas internas que levariam a um Estado de exceção com o golpe de 1964, um sistema conservador e ditatorial diminui o diálogo político com a sociedade, com reflexos em Porto Alegre. O Governo Militar passou a intensificar a reestruturação das cidades brasileiras, principalmente nas capitais, com projeto para áreas metropolitanas¹⁹. Coloca-se a máquina do Estado para propor e realizar soluções para possíveis problemas que poderiam surgir da aglomeração de pobres no entorno da cidade. É em publicação Municipal de 2009, que se afirma:

Esta época, o grande número de desempregados e subempregados é visto pelos governantes como um grande foco de tensão. Surge então, em nível nacional, uma série de medidas que visavam amenizar as contínuas pressões. Uma delas foi o investimento na construção de habitações em massa, em virtude do crescente déficit habitacional, estimado na época em torno de 6 milhões de moradias. Para atender a esta demanda foi implantado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), através da Lei Federal nº 4.380, de 21/08/64, que também instituiu a correção monetária, tornando mais seguro o retorno dos empréstimos realizados. (PMPA, 2009, p. 31).

As transformações das cidades são idealizadas nas teorias urbanas, sem considerar o vivido nos planos de modernização. O capital e o lucro se impõem nas decisões políticas sobre a forma de planejar os recortes de terras urbanas negligenciando os sujeitos e seus

¹⁸ Junto à análise dissertativa, as entrevistas elucidarão esta observação, contudo antecipo que a forma de organização em comunidade sustentou a possibilidade de resistência.

¹⁹ O debate sobre o planejamento e constituição está na Tese de Doutorado de Danielle H. Viegas (2016). Planejamento da Região Metropolitana de Porto a Partir da Cooperação Técnica Entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (1963-1978).

espaços de origem (SILVA, 2004); (CABETTE, 2015); (KRAUSE e FRIDMAN, 2017). Em processo de migração constante campo/cidade, segundo D’Avila (2000, p. 14 -15) “(...) *habitar em* Porto Alegre, desse período, nos leva a pensar em um grande leque de possibilidades: apartamentos, chalés, bangalôs, antigos casarões coloniais, cortiços, pequenas casas de madeira, as vilas com casas geminadas e ainda as *malocas*.” Estas últimas residências encontradas nas “Vilas de Malocas”, núcleos de estruturas em sua maioria de construções precárias. A autora remonta em seu texto uma leitura sobre as definições usadas por Lúcia Mascaro que “refere-se a gênese da palavra *maloca*: “denominação popular para as choças de índios do sul do país, depois estendida aos casebres de negros libertos nas cercanias das cidades” (D’AVILA, 2000, p.15). Essa definição para malocas existia em contexto específico no seu surgimento e foi se transformado para agregar novos sentidos, chegando a absorver todos os agrupamentos de crescimento espontâneo e precário e etnicamente multirracial como foram as “vilas de malocas” entre 1930 a 1960. Segundo D’Avila:

Na década de sessenta, a municipalidade entendia por maloca “todos os aglomerados marginais habitacionais erguidos em terrenos baldios, devolutos e mesmo de propriedade pública ou privada, sem arruamento, sem higiene (...) sua construção é, na maioria das vezes, de madeira. Em casos menos numerosos, encontra-se malocas de papelão, lata, ou ainda os três conjugados”... (D’AVILA, 2000, p. 15)

Segundo Moraes e Anton (2000, p. 13), a percepção sobre o problema é descrito em “Termos, quaisquer que sejam, trazem uma conotação de exclusão sócio-econômica-cultural e moral, tanto mais forte, quanto mais recuado no tempo.”, prática que entendo se matém permanente no discurso comunicado nas remoções de 1967 pela municipalidade²⁰. Concordo com os autores que colocam que o problema se constitui onde “O sistema social que exclui se carrega de estigmatizar os excluídos como se estes não fossem um produto seu.” (MORAES & ANTON, 2000, p. 13). Com isso estabelece a responsabilização dos sujeitos condenando seu espaço que passa a ser combatido e removido para a aplicação das políticas de melhoramento da cidade e do Plano Diretor²¹, que exclui esses do projeto para cidade. Assim, grandes investimentos e associações com empresários da construção civil aqueceram o

²⁰ O “extermínio” das “malocas” só seria possível em uma sociedade com vontade política para isso, o que se teve foi, um estado de guerra produzido pelo município após 1967, porém, mais pela mudança da paisagem urbana e contínua alterações de definições discursivas encontradas nos textos do que pelo desaparecimento das estruturas definidas como “Malocas” que ainda figuram nas periferias da periferia de nossa cidade.

²¹ O plano de modernização e desenvolvimento do Regime Militar desencadeou obras nas estruturas urbanas de todo o Brasil, no RGS e sua capital não foi diferente. Fernanda JanhVerriem sua Dissertação de Mestrado descreve a atuação da SERFHAU no Rio Grande do Sul entre 1964 a 1975, dando uma visão mais específica sobre o projeto de urbanização aplicado neste processo (VERRI, 2014).

mercado de trabalho. Porém, a população que não possuía lugar nessa face da cidade é deslocada e destinada a estar fora dos limites do sonho modernizante.

Investimentos e associações com empresários buscam soluções palhativas para conter o problema e aquecer o mercado. O Regime Militar após 1964 propõem política de investimentos ligada à construção civil e estrutural, como afirma Pedro Henrique Pedreira Campos (2012). A política de Desenvolvimentismo nacional liga Estado e empresas nacionais de construção pesada²², contudo, sem equilíbrio nas políticas públicas que promovessem a população mais pobre em sua integração plena na sociedade pelo ingresso no mercado de trabalho e de consumo.

Em 1964 é constituído o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e uma nova mudança busca e adaptar-se as exigências do recém-criado Banco Nacional de Habitação (BNH) – 21 de agosto de 1964, lei 4380 – implementando uma nova política de habitação no país. Na esfera municipal a Lei nº. 2.902, cria o Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB (PMPA, 2009, p.32). As funções do O DEMHAB segundo Art. 3º da Lei nº. 2.902/1965 são:

(...) desenvolver a política habitacional do município partindo da compreensão de que habitação de interesse social é aquela que visa retirar das áreas marginais urbanas seus atuais moradores, proporcionando-lhes novas e melhores moradias, para integra-los na vida econômica e cultural da comunidade; promover a desapropriação de imóveis declarados de utilidade pública ou interesse social, para utilização na política habitacional; promover loteamentos destinados à moradia popular e manter o respectivo cadastro; adquirir sempre que possível, por concorrência pública, áreas de terra para a construção de conjuntos residenciais; realizar convênios com entidades de direitos público ou privado para finalidades que se enquadram nas atribuições da autarquia; efetuar a venda de terrenos e habitações, sob financiamentos, mediante inquérito social; administrar seus bens e promover medidas objetivando a racionalização dos serviços a seu encargo” (PMPA, 2009, p.32).

O Planejamento Urbano é aplicado aos moldes da ditadura – Estado de exceção que promoveu ação de higienização social, que priorizou a desarticulação dos Territórios Negros²³

²² O trabalho de Pedro Henrique Pedreira Campos, Tese defendida em 2012: A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro de 1964 - 1985, publicada pela editora da UFF em 2014: Estranhas Catedrais. As Empreiteiras Brasileiras e a Ditadura Civil-Militar. 1964-1988, discute a influência e papel da indústria da construção civil, durante o Regime Militar, o autor defende a influência direta de grandes empresas da construção pesada nas políticas públicas nas áreas da construção civil e estruturação urbana e ligações do país malha rodoviária (CAMPOS, 2012).

²³ A tradição dos Territórios Negros de Porto Alegre está sendo registrada por iniciativas que buscam os Mestres e sua oralidade (exercício de ouvir). No documentário *Mestre Borel, a ancestralidade negra em Porto Alegre* (direção de Anelise Guterres e Baba Dyba de Yemonja, 2010), o Sr. Walter Calixto Ferreira, mais conhecido como Mestre Borel, nos conta os recortes da cidade onde os negros habitavam. Cada esquina, cada rua e seu trajeto até a Ilhota é contado por esse Grão. Assim ele fala: “ponto por ponto, eu fecho os olhos e vejo tudo isso aí”, descrevendo a Ilhota sua memória percorre nas passagens de madeira que acessavam o espaço. A comunidade começa no Areal da Baronesa, em curvas e retas, ultrapassando cruzeiros, dobrando em esquinas até

e “Vilas de Malocas” e não a sua inclusão na estruturação urbana da cidade (BOHRER, 2011, p 121 -152), boa parte de seus moradores não possuem rendimentos suficientes ou mesmo sem trabalho formal, necessário para concorrer ao financiamento da casa própria.

Em 1966, o poder público reafirma como solução a remoção completa dessa população de “maloqueiros” das zonas centrais e arredores em uma seleção²⁴: os que não tinham para onde ir foram levados compulsoriamente para um espaço distante do centro da cidade, em meio à área rural – o que resultou na formação do bairro Restinga²⁵. Este “planejado” com a função de confinamento apresentado – discurso político e imprensa - como espaço de recuperação destes sujeitos históricos.

Nos registros (fontes) poucas informações encontrei sobre este sujeito histórico²⁶ e sua autorrepresentação. Para aprofundar a pesquisa histórica a oralidade é ferramenta para desvelar este sujeito. Em texto institucional do programa “História dos Bairros”, encontramos a fala de uma das primeiras moradoras do bairro: “Não tinha rua. Era uma picada que nós fizemos para botar as casas. A gente derrubou aquelas árvores e fomos botando as casas. Quando eu vim tinham três casas, o resto era mato” (NUNES, 1990, p. 09). Tal depoimento reafirma a precariedade do espaço²⁷. Porém, busco o encontro com outras versões do

chegar na alagada Ilhota. Numa fração descuidada do tempo de lembrar, Mestre Borel chega na Restinga, em sua narrativa expressa grande surpresa de: “O pessoal, os restingueros que a gente chama era justamente o povo que se conhecia: Ilhota, Areal da Baronesa, aquele pessoal que foram recrutando e foram trazendo pra cá né? Foram despejando pra cá. Então tinha muita gente ligada com a gente, conosco [...] dos centros religiosos e áfricas e tal [...] que por aqui se acabaram, foram se acabando.”. Sobre seu território o mestre conta, “Ilhota, Areal da Baronesa era nosso chão, chão de crioulo, era chão de negro [...] era a senzala, uma senzala...” Quanto a configuração do território, Mestre Borel comenta ainda “nossas famílias moraram fora da Ilhota e Areal da Baronesa, mas sempre voltando para nossas origens”. Sobre sua família ele se posiciona de forma ampla, quase tribal quando afirma que “nossa família, não precisa nem olha que a gente é negro, tá na cara né, que são raízes, são ancestralismo”. Ele denuncia o preconceito e reivindica sua identidade, a do seu povo e da sua gente em sua comunidade, agora na Restinga. Transcrição da narrativa do documentário. Disponível online: <https://www.youtube.com/watch?v=ftjdoUEC4b0> . Acessado em 28/05/2018.

²⁴ Um levantamento de “vilas de malocas” foi desenvolvida já em 1964. Questionário foi aplicado na Ilhota, primeira área de remoção, antes de sua remoção, contudo em documentos apresentados por essa dissertação demonstra que tal metodologia pretendia identificar os sujeitos com emprego formal e os que não possuem condições de comprovar, para a partir deste levantamento definir os que ocupariam a proposta de gueto de confinamento sefiado nas glebas adquiridas em 1966 na estrada da Restinga, para esta afirmação reacionamos diálogo na Câmara de Vereadores (Cap. III).

²⁵ As autoras Vanessa Zamboni (2009) do Urbanismo e Nola Gamalho (2009) da Geografia, estabelecem o referencial inicial da proposta de pesquisa. Os conceitos interdisciplinares resgatados destas obras apoiam as leituras e análise das fontes. As experiências anteriores e seus registros, abrem caminho para a reflexão e orientam as buscas iniciais das fontes nos arquivos e junto aos moradores. É base argumentativa de hipóteses já testadas e momento de reconhecimento dos entendimentos desenvolvidos até o momento.

²⁶ A autorrepresentação dos sujeitos históricos removidos não são encontradas nas documentações de época. Só é possível encontrar em publicações municipais – História do Bairro – da década de 90 que passam a colher depoimentos dos moradores dos bairros da cidade, entre eles a Restinga.

²⁷ Os “removidos” reproduziram a sua precariedade em espaço criado “artificialmente”. O bairro nasce com a desapropriação de uma área rural, onde foi aplicada uma urbanidade “inventada” no discurso para receber os primeiros moradores, já que no local não havia estruturas básicas para sobrevivência (NUNES, 1990, p. 09).

acontecimento, uma mudança no olhar, um convite para contar a história de Porto Alegre pelos olhos dos sujeitos removidos, para isso proponho como principal fonte a narrativa de memória – História Oral – construída junto de representações da comunidade do bairro.

Sou parte do contingente populacional que migrou para Restinga, como ação de conquista da casa própria, para fugir de possível remoção das “vilas de malocas” do Morro Santa Tereza. Quando cheguei ao bairro em 1972, as estruturas mínimas estavam disponíveis, devido ao projeto urbanístico de baixo custo, vendido para trabalhadores com carteira assinada: Restinga Nova. O bairro já possuía um núcleo inicial, a Vila Restinga Velha. Esta concentrava a população cujo este trabalho se dedica. Os mecanismos do Estado para atender os núcleos eram distintos, bem como a seleção inicial dos sujeitos que ocuparam tais espaços. Hoje ainda moro no bairro, próximo a minha primeira casa e percebo seu crescimento contraditório. Essa distinção de lugares produz inquietação e questionamentos sobre o espaço urbano, os quais trago nesta pesquisa²⁸.

Os trabalhos, nos quais busquei inspiração, como o de Zamboni (2009) na arquitetura que demarca culturalmente nosso território e sua identidade com seu pertencimento anterior a Ilhota e Santa Luzia na construção do Bairro Restinga, transitam de análise entre Planejamento Urbano e a Antropologia Urbana e nos remete a reflexão sobre Identidades e Territórios com apoio do registro de memória dos moradores.

Para Nola Patrícia Gamalho (2009), sua análise parte da Geografia Cultural em estudo da “A Produção da Periferia: das representações do espaço ao espaço de representação ao Bairro Restinga – Porto Alegre/RS”, os conceitos trabalhados pela dissertação pretendem um olhar a partir do espaço e do conceito de representação do mesmo, sua perspectiva percebe o imaginário da cidade construído sobre o bairro partindo das “Vilas de Malocas”. Internamente seu percurso aponta para a inversão da construção externa, ressignificando o estigma em

²⁸ Sou filha da sobrevivência, como a maioria da população brasileira. Caçula de um trabalhador da construção civil e uma costureira, que na época da chegada a cidade foi empregada doméstica. Meu pai veio acompanhando a onda de trabalho, a cidade crescia se transformando em ritmo acelerado. Minha mãe acompanhava meu pai por onde existisse trabalho. Chegamos em Porto Alegre no início de 1971. Uma família, casal e quatro filhos; meu pai um “bugre”, minha mãe descendente de alemães, migrantes do campo. Em Porto Alegre, a primeira morada foi um casebre alugado em uma “vila de malocas”, diz minha mãe: “o aluguel comia junto com a gente na mesa”. Ela logo aprendeu como “se virar” para dar conta da comida dos filhos. Fazia panos de prato, vendia bergamota, meus irmãos faziam a “xepa” recolhendo as sobras do final da feira. A segunda casa foi feita pelo meu pai, com tábuas de caixa de sabão, “a raspa rendeu sabão por muito tempo” conta minha mãe. Sou o fruto da mistura étnica, base do povo brasileiro, cresci sem saber, mas agora entendo: mesmo vindo para Restinga eu não carrego a marca do fenótipo negro de meu pai. Entendo que esta pesquisa também proporciona um momento de profundo aprendizado pessoal e entendimento dos processos de sujeição sofridos pelo meu pai, sua indignação frete as contradições da sociedade, ímpeto de luta e inconformidade. E de conservadorismo e catolicismo exacerbado e minha mãe. Essas contradições não produzem ressentimentos, a maturidade se traduz na busca de compressão dos limites humanos de cada um.

sentimento positivo onde a comunidade constrói espaço representativo por marcas de pertencimento, sendo o sujeito estudado formador do espaço e ao mesmo tempo formado por este.

O espaço também é discutido por Helena Bonetto (2013), olhar da socióloga/geógrafa transitou entre o conceito de espaço, onde este é percebido pelas lideranças comunitárias de forma Topofílicas (na pertença e amorosidade ao espaço construído) e as percepções Topofóbicas (onde, as visões negativas sobre o espaço prevalecem), as leituras de Helena propõem pela Geografia Cultural perceber marcas de motivação das Lideranças no processo do OP – Orçamento Participativo. Outras obras são citadas no decorrer da dissertação conforme os temas a ser tratados.

Discussão proposta

A leitura das fontes documentais busca perceber nos discursos das estruturas sociais e administrativas as relações de poder²⁹, seus dispositivos raciais e segregacionistas – nas construções de “verdades” sobre o “Outro” como “Não-Ser”³⁰, em oposição ao modelo ideológico norteador da biopolítica do Estado. Frente a isto, os silenciados, quando alcançados pela História Oral, apresentam a versão dos primeiros moradores do bairro Restinga testemunhas dos acontecimentos na condição de seu protagonismo histórico e assim seu lugar como Ser-comunidade.

Como problema de pesquisa propõe-se: analisar o discurso oficial sobre a origem³¹, a formação inicial do bairro Restinga e a perspectiva do sujeito histórico removido para este entre 1967 e 1971 questionando como foi possível ação de remoção, confinamento e segregação extrema a uma determinada população elegida por critérios de seleção dos sujeitos para compor a origem do bairro, bem como entender os consequentes impactos na memória (desta ação) aos primeiros moradores que tiveram seu pertencimento social negado condicionado ao estigma de “maloqueiro” que se transformou em “Restingueiro” como forma de resistência e superação.

²⁹ Os referencias propostos sob a visão de Foucault, discute o exercício das relações de poder e seus dispositivos efetivos e práticos, apresentados no referencial teórico.

³⁰ Seguindo em diálogo com Foucault, Sueli Carneiro apresenta o Dispositivo de Racialidade, tal dispositivo de poder traçará o recorte que utilizo na discussão proposta nesta pesquisa. Ler o objeto em análise imersos em subjetividade dos sujeitos internos ao bairro e externos ao mesmo para entender como as relações raciais e discriminatórias possibilitaram seu surgimento- Bairro Restinga.

³¹ As “Vilas de Malocas” e guerra contra estas.

O objeto de estudo é o bairro Restinga³², localizado na zona sul de Porto Alegre, a mais de 22 km de distância do centro da cidade, entre o Morro da Tapera e a reserva ambiental Morro São Pedro, durante sua formação inicial entre fevereiro de 1967 a 1971 em meio à área rural sem nenhuma infraestrutura. Para humanização do objeto propomos o trabalho em diálogo com, sobre e para os moradores do bairro³³.

Ao estudar a formação histórica do bairro Restinga, busco saber especificamente:

- Como as práticas discursivas construíram o “Outro” “Não-Ser” estabelecendo este como inimigo em discurso legitimador da ação de poder em guerra para o extermínio, pela remoções compulsória das “Vilas de Malocas” tendo como consequência a criação do Bairro Restinga dentro da cidade de Porto Alegre?
- Qual o papel social ocupado pelo bairro dentro da ordem biopolítica/biopoder da cidade considerando o estado de guerra necropolítica e o necropoder ao qual o sujeito deste espaço foi submetido?
- E, principalmente, como esta população produziu seu pertencimento e organização local superando a violência imposta e definindo estratégias de resistência, partindo de um reconhecimento comunitário de auto-identificação frente às adversidades de conflito do estado de confinamento e controle?

A ação configura-se como: mostra da aplicação de biopolítica/necropolítica e biopoder/necropoder articulados em tempo de um Estado de exceção - Regime Militar – como exercício de poder sobre o espaço urbano e distinções produzidas socialmente pelos dispositivos de racialidade e discriminação da pobreza, que sustentam a manutenção das hierarquias sociais, desqualificando o “Outro” em sua alteridade; impondo pela força a desarticulação as “Vilas de Malocas” de Porto Alegre no momento estudado; minando as

³² Há muito tempo, um bairro considerado “uma cidade dentro da cidade”. Nos dados publicados em matéria de DG, ZH em 02 e 03 de dez de 2017, pela jornalista Aline Custódio (2017) (com apoio do estudo desenvolvido pelo Hospital Moinho de Vento, para prever os atendimentos de sua gestão do Hospital Extremo Sul), foi levantado um número populacional muito maior do que o valor indicado pelo último CENSO IBGE POPULAÇÃO POR BAIRROS – RESTINGA - 2010 apresenta: 51.569 habitantes. Contudo o levantamento para implementação do Hospital Extremo Sul (portal da Prefeitura de Porto Alegre), apontando para mais de 100 mil habitantes residentes no Bairro Restinga. O número crescente quando computados loteamentos (irregulares e oficiais implementados nos últimos anos), empreendimentos imobiliários privados e públicos de reassentamento no programa Minha Casa Minha Vida, nos leva a crer que os números sejam bem maiores. Com infraestrutura calculada pelos números oficiais, os instrumentos do Estado nunca são suficientes para atender as 47 comunidades que dividem o bairro como aponta Aline Custódio (2017).

³³ História ública é uma prática de interação da pesquisa que sustenta dinâmica de continua relação entre pesquisa, pesquisador, pesquisados em fontes e argumentos, em olhares e versões sobre o objeto de estudo, busca uma significação, na medida em que acontece imerso do universo pesquisado, com este, para este, por este e em a partir deste universo, em relação dialógica e coletiva, porém sem esquecer de minha responsabilidade sobre seus efeitos.

forças de resistência e manutenção das práticas de pertencimento. Entendo como possíveis hipóteses deste trabalho:

- Efetuou-se a remoção (migração compulsória) de um contingente populacional a partir de fevereiro de 1967 para um lugar sem as condições estruturais básicas para sobrevivência – Restinga. Mantendo a prática usual das políticas de remoção que prevaleceram durante toda primeira metade do sec. XX. Atendendo somente as necessidades da urgência das obras centrais da cidade e de controle da população das “vilas de malocas”.
- Produziu-se o confinamento dos sujeitos em espaço distante com o propósito (no discurso) de melhoria das condições de vida – reeducação e ressocialização – dos supostamente desajustados ao modelo civilizatório moderno. Onde, por trás desse teatro de promoção, está uma das maiores ações de higienização social e segregação da história biopolítica/necropolítica de Porto Alegre. Impondo, dessa forma, o estigma da marginalização (inimigo) a este grupo, transferido ao imaginário sobre o bairro após sua criação.
- A população removida superou as adversidades com práticas de cooperação mútua e organização coletiva, constituição de um corpo social para resistência em ato de sobrevivência frente à condição estabelecida pelo poder, utilizou de ações internas de organização comunitária que refletem seu pertencimento urbano na atualidade – um dos maiores e mais estruturados bairros da periferia da cidade de Porto Alegre.

Os removidos (moradores do bairro) acolhem a possibilidade de relatar outras versões sobre a construção do seu sujeito histórico e os acontecimentos³⁴. Proponho, com isso, buscar a superação do senso comum e dos já batidos discursos políticos, as visões intelectuais distorcidas e textos de imprensa que sustentaram o imaginário negativo sobre os removidos, estigma carregado até hoje pelo bairro Restinga. Os responsáveis pelos discursos naturalizaram e banalizaram a segregação responsabilizando este, o sujeito removido, por sua condição. Aplicando a eles a lei de concorrência de mercado (meritocracia) – como se isso fosse possível em uma sociedade com realidade desigual.

³⁴ O estudo, no seu conjunto, possibilita refletir sobre ações de negação do “Outro” social e suas consequências. Isto nos leva a perceber as ações de poder nas distinções étnicas e sociais da segregação urbana que reproduziram ideários limpeza social, em meio a ditadura militar em seu plano político de desenvolvimento acelerado e modernização dos espaços urbanos entre 1967 a 1971.

Pretendo um trabalho de pesquisa mergulhado em referencial teórico e metodológico com os quais acredito ser possível sua leitura, de modo pertinente, para apresentar uma versão dos acontecimentos até o momento ainda não registrado no campo histórico. Uso o espaço de pesquisa e narrativa dissertativa para exercitar minha tomada de partido. Retomo o que Portelli (1997, p. 39) afirma: “a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os “lados” existem dentro do contador”. Acrescento que há lados em qualquer narrativa - fonte. Por isso, resgato documentação que sustenta os relatos sobre a prática racista e preconceituosa a que foram submetidos os sujeitos protagonistas desta história.

Para tanto proponho no **Capítulo Primeiro** as definições conceituais e o reconhecimento do debate teórico sobre análises do discurso e as ações de saber-poder condicionantes as construções de um “Outro” inimigo a ser combatido e confinado em gueto de pobreza, para o qual foi conduzido compulsoriamente (em ação de poder soberano – necropolítica/ necropoder) para ocupação de espaço – Restinga. Produzindo efeito de guerra legitimador da ação de poder sobre as remoções das “Vilas de Malocas” e criação do Bairro Restinga dentro da cidade de Porto Alegre

Para estabelecer claramente os mecanismos metodológicos sustentados pela teoria de análise, o **Capítulo Segundo**, dedica-se aos passos produzidos pela pesquisa. Seu modo de coleta e análise dos dados em seus diferentes núcleos de fontes discursivas, um primeiro grupo de ensaios intelectuais, publicações de memórias, documentos oficiais e textos de imprensa. Segue um segundo grupo de fontes produzidas em diálogo e registradas sob os critérios da metodologia de História Oral. Neste momento apresento os critérios de seleção, prospecção e análise das fontes de arquivos. Bem como, o modo de construção das fontes orais.

O **Capítulo Terceiro** pretende responder: Como as práticas discursivas construíram o “Outro” “Não-Ser” estabelecendo este como inimigo em discurso legitimador da ação de poder sobre as remoções das “Vilas de Malocas” tendo como consequência a criação do Bairro Restinga dentro da cidade de Porto Alegre? As análises dos discursos anteriores ao bairro sobre a formação das “Vilas de Malocas” potencializaram e construíram cenário para consolidação de uma guerra contra estes espaços que a partir da década de 60 resultou no atual desenho da periferia de Porto Alegre e no surgimento do bairro Restinga em sua origem.

No **Capítulo Quarto**, proponho um mergulho no imaginário social comunicado por diferentes sujeitos para entender, a origem e o cotidiano do bairro no período. Os discursos de moradores do bairro - fontes orais, como viés fundamental, apresenta o “Outro” em suas

narrativas o sujeito enunciador de saber-poder e suas percepções sobre as ordens do cotidiano que se apresentaram após a remoção bem como as estratégias de sobrevivência e superação das condições do espaço. Na memória sobre os acontecidos, que atravessam as histórias de vida dos sujeitos, que os define e provoca o ímpeto da resignificação do espaço na sua condição de comunidade, como um grande Quilombo Urbano o bairro se construiu por estes sujeitos que se construíram no coletivo e pelo coletivo.

Em **Conclusão** espero poder discorrer em texto as lições aprendidas durante a pesquisa, em síntese de conhecimento perceber se a hipótese levanta frente ao questionamento do objeto se sustentam. Não busco uma conclusão findando o debate, não possuo tal pretensão, pelo contrário, busco com meu texto instigar a outros produzirem reflexão sobre seus espaços de pertencimento social e territorial, os dilemas de sua alteridade, etnicidade e condição econômica dentro das complexas relações de uma sociedade que impõem hierarquias, modelo de racismo estrutural e de potencial econômico. O questionamento de tal estrutura de poder hierárquico e de seu discurso neoliberal, não condiz com a realidade de uma periferia ferida em estado constante de guerra e luta pela sobrevivência, mas que mantém a fé e a força colaborativa que nos une como em um Quilombo.

I: Referências teóricas - conceituais

*TEM GENTE COM FOME -
(Solano Trindade)³⁵
(1) Trem sujo da Leopoldina
Correndo
Parece dizer
Tem gente com fome
Tem gente com fome
Tem gente com fome
Piiiiii
(2) Estação de Caxias
De novo a dizer
De novo a correr
Tem gente com fome
Tem gente com fome
Tem gente com fome*

As ideias subjetivas atravessam as estruturas discursivas em diálogo com a memória documental, frente à oralidade possibilita buscar a materialização dos sentimentos profundos de que nos falam os poetas. Escolho o poema de Solano Trindade “Tem gente com fome” com seus versos marcados de repetição enunciativos de uma das maiores tragédias humanas. Na cidade de um país de farturas ainda se grita “*tem gente com fome*”. Para além dos gritos surdos dos silenciados há uma sociedade sem sentidos: não vê, não ouve, pronuncia discursos ilusórios e brinca de estar em outro Brasil – um mundo fantástico e imaginário ordena um estado irreal. A quem o real toma como escravo pela fome, a falta, a ausência se apresenta de diversas formas. Serão necessárias ferramentas apropriada para leitura deste “real” que aflige tanto quem vive, quanto quem define o estado de quem vive o “real”³⁶, luta desigual, reflexo de uma profunda contradição social.

1.1 Referências da História Cultural para leitura da História Urbana de Porto Alegre: conceitos para operar sobre o urbano – marcas e registros.

A História Cultural proporciona estruturas teórico-metodológicas que possibilita leituras sobre as complexas relações da cidade e suas interações sociais. Dentro das concepções da História Cultural percebo o objeto, proponho questionamentos e leio as fontes

³⁵ O poeta Solano Trindade registrou sua luta em rimas. Sua obra “Tem Gente Com Fome” foi musicada por João Ricardo e interpretada por Ney Matogrosso. Disponível online: <https://www.youtube.com/watch?v=I5FUX3e089I>

³⁶ Contemplo esse real como uma versão possível de um conjunto de verdade.

na busca de respostas, testando hipóteses. A partir da perspectiva da História Cultural percebo a História Urbana “Periférica/Marginal”.

Na leitura sobre o coletivo social e suas identidades, trata dos discursos como um conjunto de saberes que diz algo sobre o estado das coisas nas realidades percebidas “enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais.” (JODELET, 2001, p. 21). Um saber comunicado e inteligível que permite o viver em sociedade manifestado em nossas escolhas e condutas:

Como fenômenos cognitivos, envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações efetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligados. Por isso, seu estudo constitui uma contribuição decisiva para abordagem da vida mental individual e coletiva. (JODELET, 2001, p. 21)

Atenho o cuidado na análise dos discursos presente nas fontes em seu tempo, pois, nestes busco a construção do “Outro” (maloqueiro) e, assim, entender os diversos papéis ocupados pelos sujeitos no campo de disputa de verdades dos os acontecimentos estudados.

Partindo da prática de identificar onde se encontra cada discurso e seus campos de disputas atravessados por variáveis forças de tensão e intencionalidade, tenho o compromisso de ter presente o lugar ocupado por mim enquanto pesquisadora³⁷. Como tal, sou resultado de escolhas, como sujeito que se constrói, e com isso devo dizer que apresento minha escolha consciente da responsabilidade sobre o texto como produto do meu trabalho não desvinculado de minha subjetividade e postura frente ao mundo.

Apresento as orientações teóricas metodológicas que norteia meu pensamento, reconhecendo que o resultado da pesquisa (análise e registros)³⁸ pretende uma contribuição, um olhar partindo de um determinado “corpus teórico” que produz uma versão dos acontecimentos (PESAVENTO, 1995, p. 280)³⁹.

O estudo da história do Bairro Restinga é por si o estudo dos sujeitos sociais que se cruzam historicamente em redes de relações de disputa de poder (social, político, econômico, cultural e geográfico) e suas distinções dentro da cidade de Porto Alegre.

³⁷ Entendo a ausência de neutralidade pelos limites da subjetividade humana na construção do conhecimento. Contudo, levanto a importância do rigor e da transparência na apresentação dos instrumentos metodológicos que nortearão a leitura e análise das fontes documentais e das entrevistas de história oral.

³⁸ A pesquisa se dispõe na busca da aproximação com a “verdade”, o “real”, humanamente impossíveis de serem alcançados e, portanto, consciente de ser um produto de tempo, espaço e subjetividades do sujeito que o produz.

³⁹ E, também de um determinado lugar de espaço social e geográfico da autora desta dissertação.

1.2 A construção do inimigo “Outro” - verdade, discurso e poder

Apresento as referências teóricas para análise dos acontecimentos que deram condições ao surgimento do bairro Restinga no espaço e tempo de sua formação entendendo sua origem ligadas a “Guerra” contra as “Vilas de Malocas” e o extermínio destas como propostas de solução comunicada e executada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre como política pública para os problemas urbanos⁴⁰, sustentada por argumentos discriminatórios de construção de um inimigo social – o maloqueiro, e de um combate ao entrave para a modernização e progresso – a maloca.

Remonto o contexto partindo dos discursos. Para isso usarei a leitura de Foucault na análise das fontes, onde segundo o autor:

Análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligadas, de mostrar que outras formas de enunciação excluem. (FOUCAULT, 2008, p. 31)

Para entender tal processo de seleção, expulsão e confinamento (por condições de controle e estruturas) da população que originou o bairro Restinga busco entender os discursos que sustentaram a ação e neles as relações de poder que potencializaram este processo. Pensando na perspectiva de Foucault na possibilidade de produzir uma análise das relações de poder desencadeadas a partir da formulação de verdades aceitas para sua aplicabilidade no contexto estudado onde apresento o conceito de “verdade” por Foucault:

A verdade é centrada na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (...); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (...); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos e ou econômicos (...); enfim, é objeto de debate político e confronto social as lutas “ideológicas”. (FOUCAULT, 2016, p. 52)

Em síntese o que o autor afirma como: “Por ‘verdade’, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados.” (FOUCAULT, 2016, p.54). Busco estes enunciados que definem as normatizações sociais, as regulações do sujeito e seu pertencimento ao grupo hegemônico ou o não pertencimento, ocupando um “Outro” no discurso.

A inquietação frente à “verdade” por Foucault me leva a querer entender sua estratégia de ação disciplinar, de contenção, de normatização, bem como qual o canal utiliza para

⁴⁰ Advindos da migração contínua campo/cidade e o empobrecimento da população.

difundir esse poder, em que momento este poder toca meu corpo e me define, assim como ele orienta as ações que me atravessam para ai partir e ser também poder. Para entender chamo o próprio filósofo em suas palavras:

Quero dizer que, em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do **discurso**. (FOUCAULT, 2016, p. 278-279)

Para esse dissertação é fundamental encontrar as formulações de tais “verdades”, “saberes” que construíram estes “Outros” inimigos da ordem pública a moderna Porto Alegre⁴¹. Entender como esse “saber” agiu sobre os sujeitos e principalmente, quais foram às estratégias de resistência por parte desse “Outro” negado como cidadão.

O cuidado com o objeto aqui é a intenção da busca de sua humanização do processo - Restinga como bairro é o espaço/território de sujeitos, é também lugar de um Ser. O sujeito sobre o qual se exerceu poder definindo-lhe o lugar social, econômico e geográfico, constitui-se aqui em “Ser” que por contínua luta deseja ocupar seu lugar de fala discursiva, protagonista de seus saberes que lhe arma de poder.

Entendendo poder por ação sustentado em um saber produzido como verdade que provoca consequências materiais. Para Foucault:

O fundamental da análise é que saber e poder se aplicam mutuamente, não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. (FOUCAULT 1979, P. XXIII In.: CARNEIRO, 2005, p. 58)

O filósofo não pretende uma teoria sobre o conceito de poder, mas uma analítica de suas práticas e interações sociais em nossa sociedade. Para isso demonstra que o poder se exerce nas relações sociais de forma contínua, partindo de todos os lados, sem se fixar, em instituições ou grupos, para Foucault “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (FOUCAULT, 2016, p. 274). Para tanto será necessário buscar nas práticas, como o poder está engendrado, pois, “Onde há poder, ele se exerce.”, aprofundando essa afirmativa o autor diz: “Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe

⁴¹ A condição de existência da verdade, o discurso, um ato de comunicar saberes que atravessam o ser, submete e instrumentaliza para submeter, confere direito e legítimas distinções. A proposta de ler os discursos com a consciência de seus usos em uma análise crítica impõem a consciência da produção de um discurso próprio.

ao certo quem o detém; **mas se sabe quem não o possui.**⁴² (FOUCAULT, 2016, p.138). Neste momento de reflexão busca entender como o poder se exerce sobre quem não o possui - quem é esse? Que não possui condição de discursos próprios para imposição de força de verdade para ocupar espaço de poder e como em determinadas circunstâncias grupos de disputa são submetidos a um estado de negação do próprio poder de reação e resistência.⁴³



Fotografia 5. Família removida em 1967 para Restinga
Documentario Restinga, 50 anos: o primeiro dia. Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

O poder se legitima sustentado por um saber construído a partir de desdobramentos de regimes de verdades que forma o saber que sustenta uma estratégia de poder. Por saber Foucault define:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar *saber*. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (...); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...). Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma. (FOUCAULT, 2008, p. 204-205)

São relacionados os diversos discursos e suas aplicações de saberes onde encontramos a condição de seu engendramento de poder ou da submissão a este. Afirma Foucault sobre a inconstância do processo:

As ‘distribuições de poder’, e as ‘apropriações de saber’ não representam mais do que cortes instantâneos em processos, seja de reforço acumulado do elemento mais forte, seja de inversão da relação, seja de aumento instantâneo dos dois termos. As

⁴² Grifo da pesquisadora

⁴³ Aqui Mbembe nos ajudará com seu conceito de Necropolítica em diálogo com o conceito de biopoder de Foucault que será discutido nas próximas páginas.

relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são ‘matrizes de transformações’. (FOUCAULT. In.: CARNEIRO, 2005, p.32)

Entretanto, é do jogo do poder as constantes rachaduras dos muros normatizantes. Assim, questionar o assujeitamento de submissão a condição desumana e a definição um “não-sujeito” um “Outro” estranho e passível de exclusão⁴⁴, ali há a transgressão da ordem em resistência, que gemina no desejo de “Ser”, assim como afirma o filósofo, “Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade.” (FOUCAULT, 2016, 179-180). O processo de exclusão e assujeitamento produzido por regimes de verdade chega pelo discurso que atravessa e condiciona, mas também estabelece suas diretrizes de libertação quando o subalterno supera seu condicionamento e pelas frestas do poder domina as ferramentas discursivas produzindo a inversão em ação da imposição de sua verdade, um saber transgressor. Sobre exercício de poder Foucault afirma:

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre "parceiros" individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o "poder" ou "do poder" que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os "outros"; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes. (FOUCAULT, 1995, p.242)

Até o momento dialoguei com Foucault buscando as ferramentas instrumentais para análise dos diversos acontecimentos que proporcionaram o surgimento do bairro Restinga, objeto de estudo que deve estar inscrito no mundo também pelas definições dos sujeitos que lhe dão existência orgânica⁴⁵. Passamos agora a perceber os ajustes das lentes pelas quais estarei fazendo a leitura das relações de poder.

1.3 Por que Raça e Racialismo e não Classe? – Conceitos para leitura das relações de poder em disputa.

Durante o século XX, abordou-se a questão racial no Brasil com olhar econômico. Isto porque a desigualdade entre brancos e não-brancos no mercado de trabalho está ligada a uma questão distributiva, “pensadores, economistas ou não, dos mais diferentes matizes teóricos e ideológicos, esforçaram-se para fornecer uma explicação para a desvantagem salarial e ocupacional de negros e mulatos na economia brasileira”. É necessário observarmos as teorias econômicas da discriminação racial como forma de entendermos como são percebidos os

⁴⁴ Paradoxo, como excluir em um mundo onde não há fora. Joel Rufino dos Santos nos ajudará a pensar sobre isso quando discutirmos o conceito de “Pobre”.

⁴⁵ E, invertendo a direção da ação do poder da extrema borda do tecido social, para seu núcleo explodindo assim preconceitos tidos como “verdades”.

sujeitos discriminados na dinâmica produtiva da economia, encontrada em Chadarevian (2009, p.5).

Por tal teoria o lugar central da reprodução das desigualdades raciais no Brasil está no mercado de trabalho. A suposta democracia racial omite permanências de práticas racialistas na contratação ocultadas no jogo de palavras do quesito “boa aparência”. Produzindo assim, um sujeito apartado dos meios de mobilidade social, pelas práticas de distinção racial, condicionando a maioria do povo brasileiro à desvalorização do seu sujeito frente ao mercado pela identidade⁴⁶ (CHADAREVIAN, 2009, p. 3).

Entendo raça pelo princípio da construção sócio cultural, forjada pelo discurso frágil do fundamento biológico ideologicamente construído no século XIX. Como afirma Hasenbalg “A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social” (GONZALEZ e HESENBALG, 1982, p. 89). O argumento do autor vai ao encontro dos debates e denúncias produzidos pela intelectualidade negra brasileira em sua existência histórica⁴⁷. Parto do pressuposto de que o conceito de raça não se sustenta cientificamente, assim, concordo com Joel Rufino dos Santos (SANTOS, 2004) que afirma:

Não há raças, entretanto, há relações raciais. Paradoxo? Não. Na realidade, a expressão “relações raciais” acoberta outras relações, corresponde a um eufemismo. Racismo pode ser definido então como a imposição de relações de dominação disfarçadas sob a crença de que são raciais, isto é, que há raças. (SANTOS, 2004, p. 219).

Na prática social de distinção produzida pelo Estado, entendo racismo institucional conforme Pretucelli e Saboia que afirmam:

Ideologia que se realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho de desenvolvimento de políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Ou seja, trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética. Para isso requisita uma série de instrumentos capazes de mover os processos em favor de seus interesses e necessidades de continuidade, mantendo e perpetuando privilégios e hegemonia. (PRETUCCELLI e SABOIA, 2013, Introdução).

Quando falo das relações de disputas, dominação, adaptação e resistência dos sujeitos, eu analiso as ações engendradas entre si percebendo os indivíduos atravessados por forças de poder, cunhados em disputas e resistência.

⁴⁶ Fenótipo ou CEP. Que denuncia seu lugar social.

⁴⁷ Intensificada após a década de 40.

1.4 O Racismo como dispositivo de poder: a prática da discriminação – O Outro.

A gênese do bairro Restinga apresenta a violência para com as comunidades negras e pobres de Porto Alegre oriundas das “Vilas de Malocas”, de onde emerge o sujeito histórico que busco conhecer. Aquele “Outro” que nos diversos filtros sociais de aptidão para compor a sociedade civilizada no modelo de dominação imposto não logrou êxito frente a seus critérios. A leitura das relações raciais como dispositivo de poder amplia o debate. Aparecida Sueli Carneiro (2005, p. 29) em sua tese apresenta síntese sobre racismo, na qual busco sustentar meu trabalho, defendendo que:

[...] decorre que a essência do racismo, enquanto pseudociência, foi buscar legitimar, no plano das ideias, uma prática, e uma política, sobre os povos não-brancos e de produção de privilégios simbólicos e/ou materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentabilidade para o conceito de raça (CARNEIRO, 2005, p.29).

Mesmo tendo consciência do emaranhado estratégico que sustenta o “regime de verdade” que submete e sujeita o “Ser” e ainda que assujeita o “Outro” pode-se isolar as ações nos discursos de forma a entender suas estratégias para, a partir da ressignificação dos saberes propor resistência reflexiva.

O estudo de Sueli Carneiro (2005) “A Construção do Outro como Não-Ser Como Fundamento do Ser” que demonstra a construção de um “Outro” negro como Não-Ser como fundamento do Ser branco”, busca entender em nossa sociedade a construção de um “Outro” pelo dispositivo de racialidade, em seu texto fundamentado historicamente, questiona a falácia da democracia racial no Brasil e a condição negra em nossa sociedade, define o lugar central da raça⁴⁸ nas nossas relações sociais como “um dos elementos estruturantes de sociedades multirraciais de origem colonial” (CARNEIRO, 2005, p. 29). A autora revisa a produção de “verdades sociológicas” e o saber-poder que condiciona este “Outro” em uma sociedade de racismo estrutural como subproduto, um avesso da definição de brancura “Aqui está o fundamento do branco como ideal de Ser para o Outro” (CARNEIRO, 2005, p. 43). Carneiro em síntese descreve as estratégias de poder construídos por Foucault e utilizados em sua tese como dispositivos de racialidade, para tanto Carneiro coloca:

⁴⁸ Conceito trabalhado mais a frente

Interessa-nos, aqui, demarcar as possibilidades que essa abordagem de Foucault nos permite no domínio da racialidade e acentuar que esse percurso nos oferece, no marco teórico conceitual de dispositivos do autor, certos atributos essenciais do Eu e o Outro. Ele expressa também um *eu* que é dotado de razoabilidade, porque produziu o louco; de normalidade, porque produziu o anormal; e de vitalidade, porque inscreveu o Outro no signo da morte. (CARNEIRO, 2005, p. 42).

Para Sueli Carneiro (2005, p. 30) a segregação impostas as comunidades negras possui a função de controle e manutenção social das estruturas raciais. A autora firma em seu texto que, “Nesse sentido, a pobreza a que são submetidos os negros no Brasil é parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos dominados a saber negro ou afrodescendente e povos indígenas”. Essa estratégia, considerando a análise das práticas raciais e suas relações de poder pressupõem, no estudo de Sueli Carneiro, o “dispositivo de racialidade/biopoder”, onde apresenta o mesmo como “campo de significações das relações raciais e as relações de poder nelas imbricadas no Brasil” (CARNEIRO, 2005, p. 30). A pesquisadora demonstra a aplicabilidade do conceito de biopoder/biopolítica para leitura social da rede de poder engendrado em sua manutenção.

Quando da análise dos acontecimentos históricos, me aproximo de um sujeito sobre o qual recaiu uma distinção depreciativa: a construção do “Outro” como a negação do “cidadão”, o avesso do ser de direitos ou simplesmente do “Ser” quanto “Sujeito”⁴⁹.

Em tempos em que não era mais possível discursos de distinção racial declarados, ainda impera nos registros identificações da condição de ser “maloqueiro” e de morar em espaço a ser “recuperado” para saúde da cidade, quando a população a ser removida é identificada nos registros com a conotação negativa do “Outro” (dito) “degenerado”, “doente”, “primitivo”, “desajustado”, “feio”: o (a) maloqueiro (a), hoje Restingueiro (a).

A construção do problema “maloqueiro” é sustentada pelo sistema de poder-saber, agilizando o biopoder. Desvelados quando analisados de forma a cruzar discursos, demonstram o seu engendramento em uma rede de “saberes e poderes e, sobretudo, os objetos estratégicos que um determinado campo de poder busca realizar” (CARNEIRO, 2005, p. 31). Dentro do recorte estudado, a intencionalidade de ampliação de áreas urbanas estruturadas para abrigar a expansão dos empreendimentos imobiliários foca na emergente “burguesia” e

⁴⁹ É representação construída, definida pelo fenótipo que denuncia a origem da qualidade dos sujeitos e seus lugares. O negro como subproduto social foi uma construção desenvolvida ao longo da história brasileira e que sustentou o sistema de exploração escravista. A subjugação do negro no pós-abolição e manutenção disso no projeto nacional de branqueamento da Primeira República na contínua permanência, com a estrutura de exploração montada, se reproduziu pela naturalização desse lugar social, cristalizado pela representação de modelo branco e da ausência de conflito aparente nas propagandas construídas de uma democracia racial. O Brasil é um discurso propaganda que se afunda em contradições autoritárias, uma “nação” sem povo ou um povo sem “país”.

seu modelo social econômico que motiva à remoção das “Vilas de Malocas” a começar pela Ilhota, entendida como resistência de costumes primitivos e precários e se expandindo para todas as ocupações populares consideradas entraves à modernização da cidade⁵⁰. Com isso demonstro os fundamentos para leitura das remoções, como constituintes de uma prática racista, mesmo assim, para que não haja dúvidas dessa aplicabilidade e enquadramento conceitual, trazemos o texto de Sueli Carneiro (2005, p. 70), onde autora fala sobre o racismo como:

Dispositivo disciplinar das relações sociais, institui relações raciais como complexificação das relações sociais, amalgamando às contradições de classes, as contradições de raças. Isso institui a pobreza como condição crônica da existência negra, na medida em que a mobilidade de classe torna-se controlada pela racialidade. Essa dinâmica tem efeito paralisante sobre o grupo dominado, produzindo seu confinamento aos patamares inferiores da sociedade e produzindo resistências que constituem mais como mecanismos de inscrição da racialidade, subjugada na dinâmica do dispositivo, e menos como estratégia de emancipação. (CARNEIRO, 2005, p. 70)

A realidade em estudo conta com uma maioria “negra” e “não-branca⁵¹” na origem do bairro⁵². Estender para uma população não negra⁵³ o dispositivo de racialidade é nesse momento desafio teórico. Aqui, proponho uma leitura sobre uma subalternidade racializada por práticas do poder sendo ela heterogenia e multirracial.

O debate sobre a construção do “Outro” negado busca aporte do debate de Sueli Carneiro (2005) em sua tese define sobre os conceitos a constituição ontológica do Ser onde coloca que:

É a ideia de universalidade que emancipa o indivíduo e permite-lhe expressar a sua individualidade humana. Em contrapartida, é a ideia de particularidade que aprisiona o indivíduo, ou seja, na temática desta tese, é a redução do ser à sua particularidade que aprisiona o indivíduo não-ocidental ao seu grupo específico. É nossa compreensão que, ao fazer do ôntico o ontônico do Outro, o Eu hegemônico rebaixa o estatuto do ser desse Outro. (CARNEIRO, 2005, p. 27)

Dentro desta perspectiva a biopolítica se exerce como poder de controle sobre a população. Contudo deve ser situada, a questão do estado à aplicabilidade da rede de poder na sociedade como um corpo – biopoder/biopolítica. Para Foucault o biopoder é prática estratégica para o desenvolvimento da sociedade moderna sustentada pelo capital:

⁵⁰ As fontes documentais trazem a relação destas vilas e sua localidade, tais documentos serão analisados junto dos seus registros discursivos nos próximos capítulos.

⁵¹ Condição intrínseca a quem nasce no Brasil.

⁵² Entendo essa rede de poder como um emaranhado de forças disciplinares de regulações sobre os corpos dos sujeitos. Por uma leitura orgânica da sociedade, percebo a hierarquização social sustentada nas relações econômicas, inviabilizando a comunidade destes espaços/territórios em sua plena participação no mercado de trabalho.

⁵³ Assujeição para grupos étnicos diversos, segregados e tratados como o avesso do ideal.

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos, no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos." (Foucault, 2001, p. 132. In.: CARNEIRO, 2005. p. 75)

Nesta dissertação nos importa entre todas as tecnologias de controle o “Racismo”, Foucault demonstra seu efeito:

Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo." (Foucault, 2002, p. 304. In.: CARNEIRO, 2005, p.74)

Entendo a ação de poder nos processos de remoção e confinamento inicial da população originária do bairro Restinga como exposição dos sujeitos removidos ao dispositivo de racialidade defendido por Carneiro em sua Tese, considerando que os mesmos como demonstrei nas fontes foram submetidos à seleção que definiu quem estava condenado ao bairro⁵⁴ e quem era considerado trabalhador ocupando lugar de classe quanto categoria do sistema produtivo capitalista moderno⁵⁵. Tendo como prática fundamental o racismo em ação descrito por Foucault:

(...) o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo." (Foucault, 2002, p. 306. In.: CARNEIRO, 2005, p. 75).

Para Carneiro “sociedades multirraciais resultantes da colonização engendraram dispositivos de racialidade como instrumentos disciplinar das relações raciais”. Dentro desta perspectiva somada ao condicionante multiétnico da população de “Vilas de Malocas”, proponho pensar no filtro de racialidade que se aplicou a esta população, não incluídos no sistema de mercado, através do diálogo com Mbembe (2017). Na proposição de “Negro”

⁵⁴ Lembrando que os processos de ocupação não foram hegemônicas nos seus diversos períodos. O período de confinamento e segregação extrema teve seus piores momentos nos primeiros anos após 1967, contudo, seguiu sofrendo políticas de remoção e ocupação diversas, como também passando a ser um ato de coesão identitária adotada nos anos que se seguiram em estratégia de resistência dos que migraram como opção de manutenção de laços de compadrio, manutenção de território em trânsito, identidade comunitária articulada para uma transferência conjunta – com ação das mulheres – como demonstra parte das entrevistas orais trabalhadas no decorrer do texto.

⁵⁵ As fontes apresentam a intencionalidade política e demonstra um embate entre grupos deste setor. Uma discussão mais apurada se dará mais a frete, antecipo somente que havia outros loteamentos destinados a classe trabalhadora de baixa renda dignificada em suas referências documentais por se tratar de lugar para pessoas pobres, mas “trabalhadoras”, como veremos a condição de provar trabalho regular ou não era subjetiva para quem não possuía registro em Carteira de Trabalho, considerando que trabalhos domésticos são atividades não reconhecidas, herança de uma cultura escravista e do pouco valor a funções com trabalho braçal.

como categoria, identifica a população a qual é punida por sua condição de não enquadramento e submetida à aplicação de dispositivo de controle e segurança de biopoder. Carneiro entende ainda que:

O biopoder não precisa da raça enquanto categoria socialmente institucionalizada para matar. Basta-lhe uma hostilidade e/ou desprezo socialmente consolidados em relação a um grupo social. Como uma espécie de automatismo associativo, esses sentimentos e representações tornam-se suficientes para orientar a distribuição das benesses sociais. (CARNEIRO, 2005, p. 76).

Desejo, entretanto, esclarecer que o uso dos entendimentos de Sueli Carneiro para essa dissertação pretende incluir sobre a “identidade negra” a qual ela trabalha outros sujeitos – maloqueiros – que compartilhavam a identidade de ausência de classe (marginal, excluído, maloqueiro ou ainda excedente desqualificado do sistema capitalista).

1.4.1 Ampliando o dispositivo de racialidade

Proponho a ampliação do conceito de negro⁵⁶, usando este como categoria de análise para definição dos “maloqueiros” expandindo assim o quadro de sujeitos afetados no processo de segregação e extermínio dos núcleos de “vilas de malocas” no momento primeiro da consolidação do bairro Restinga. Aqui para além de uma maioria de identidade negra, está sob o estigma do marginalizado os sujeitos “sobrantes” excedentes do sistema capitalista que não lograram êxito nem sorte mesmo tendo em seu cromatismo a facilidade da brancura.

Para ligar esse efeito de inclusão dos excluídos sociais a uma categoria de análise possível é que recorro ao texto de Mbembe – *Critica da Razão Negra* (2017), aceitando seu convite como um desafio, seguimos a leitura na qual o autor adverte:

As páginas que se seguem serão então dedicadas à razão negra. Por este termo ambíguo e polemico, designamos várias coisas ao mesmo tempo: imagens do saber; um modelo de exploração e depredação; um paradigma da submissão e das modalidades da sua superação, e, por fim, um complexo psiconírico. Esta espécie de enorme jaula, na verdade uma complexa rede de desdobramentos, de incertezas e de equívocos, tem a raça como enquadramento. (MBEMBE, 2017, p. 25)

A proposta de ampliar o conceito de “negro” para uma categoria que acolhe também os despossuídos do capital não impede a consciência que: a ação do poder se desdobra de forma diferenciada para ambas as identidades, a marca fenotípica (cor) está para favorecer o mais claro, mas não o defende, de ser engolido pelo grande mar de sujeitos que sobram do

⁵⁶ Não desconsidero aqui o condicionamento estrutural do conceito de negro quanto identidade, entende que em uma sociedade racista a condição de resistência está na afirmação étnica e na valorização de seus saberes.

capital. Esta abordagem dissertativa entende e denuncia a racialização pelo fenótipo como problema social que condena nossa população afro-brasileira.

Para sustentar esse propósito de ampliação da população em uma categoria estabelecida de um sujeito nomeado “marginal” (dilema da intelectualidade) me apoio em Achille Mbembe e sua reflexão onde apresenta em suas palavras o nosso cenário:

Da potencial fusão do capitalismo e do animismo resultam algumas consequências determinantes para a nossa futura compreensão da raça e do racismo. Desde logo, os riscos sistemáticos nas quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de toda a humanidades subalternas” (Mbembe, 2017, p. 15 - 16)

Para apoiar essa reflexão e responder a este desafio busco nesse “mar de gente” os iguais aos olhos do biopoder por partilharem os espaços de pobreza da cidade, essa condição de pobres-despossuídos. É sobre essa Razão Negra, sendo o Negro uma categoria de análise que Mbembe coloca:

O ocaso europeu anuncia-se então, mesmo que o mundo euro-americano não tenha chegado a saber, ainda que quisesse saber (ou fingir saber), do Negro. Em muitos países assevera-se agora um “racismo sem raça”. No intuito de aprimorar a prática da discriminação, tornando a raça conceptualmete impensável, faz-se com que culturas e religião tomem o lugar da “biologia”. A firma-se que o universalismo republicano é cego em relação à raça, encerram-se os Não-Branços nas suas supostas origens, e continua a proliferar categorias totalmente racializadas, as quais, maioritariamente, alimentam, no quotidiano, a islamofobia. (MBEMBE, 2017, p. 20).

A obra de Mbembe busca as raízes do racismo no processo de escravidão e institucionalização de construção de um “Negro” como origem da desumanização do sujeito que não refletido no espelho o modelo de “Ser”, o autor propõe uma leitura que busca a reflexão sobre o que é esse Não-Ser Negro pautado pelo ocidente e o que é esse Ser reflexivo que propõem a “*consciência ocidental do Negro*” (MBEMBE, 2017, p. 58). Assim, com o intento de se posicionar quanto Ser e apresentar sua versão dos acontecimentos que constituem um sujeito ainda a ser conhecido no ocidente eurocêntrico e que é condenado de anti mão pela leitura do próprio ocidente a ser a referência do Não-ser, Compartilho do olhar de Mbembe (2017, p. 58) que lembra a máxima ocidental eurocêntrica onde este “Ser” ocupa o “centro de qualquer significação” em lugar privilegiado do discurso de sua razão “A partir desta posição, tudo o que não é idêntico a si, apenas pode ser anormal” (MBEMBE, 2017, p. 58). Ao decorrer do debate este conceito é ampliado para acolher todos os que não são espelhos no modelo eurocêntrico ocidental. E, assim, como afirma Mbembe:

Beneficiando-se do processo de globalização e dos efeitos contraditórios que o mesmo provoca por todo o lado, a lógica da raça volta, no entanto, a irromper na consciência contemporânea. Um pouco por todo o lado, volta a instaurar-se a

fabricação de questões de raça. Ao preconceito da cor herdado do tráfico de escravos e traduzido nas instituições de segregação (caso das leis “Jim Crow” nos Estados Unidos e do regime do *apartheid* na África do sul), além do racismo anti-semita e do modelo colonial da bestificação de grupos considerados inferiores, foram somando novas variantes de racismo, a partir de mutações das estruturas do ódio e de recomposição de figuras do inimigo íntimo. (MBEMBE, 2017, p. 44 - 45).

Para poder compor o sujeito de quem buscamos falar em sua heterogeneidade identitária, mas em uma unidade de condições⁵⁷, onde a “guerra e a raça” estão intimamente ligadas a controle e segregação de parte da população, Mbembe observa que:

À semelhança de outros tempos, o mundo contemporâneo é modelado e condicionado profundamente por estas formas de ancestrais da vida cultural, jurídica e política, que são a da clausura, da cerca, do muro, do campo, do cerco e, no final das contas, da fronteira. Por outro lado, são recuperados processos de diferenciação, de classificação e de hierarquização para fins de exclusão e de erradicação. (MBEMBE, 2017, p. 51)

Somos todos medidos pelo nosso potencial de condição econômica de um lado e de desejo potencializado por outro, em um sistema que centrado no consumo como afirma o autor sobre o “Sujeito neuroeconômico absorvido pela dupla inquietação exclusiva da sua animalidade (...) e da sua coisificação (...), este homem-coisa, homem-maquina, homem-código e homem-fluxo,” em seu ajuste constante ao mercado que rege sua vida e define o “sujeito solúvel e descartável para responder à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se outro.” (MBEMBE, 2017, p. 15).

É da relação de ter que a sociedade se sustenta no interior do capitalismo, dividindo os sujeitos em escalas de potencial de consumo, construindo uma base piramidal onde o desejo é o tormento e a falta regra, potencializando uma nociva reação a sua própria existência controlada pelo desejo: o sonho de estar em outros patamares de consumo. Tal possível poder embriaga a massa em sonhos e distribui estratégias neuróticas de distinção. Aqui a base da pirâmide que mergulha no desejo não realizado é tomado pelo “Ser” como o inimigo social a ser combatido que no desenho urbano ocupa as áreas perigosas⁵⁸.

Este inimigo negado, um “Outro” é usado para alimentar “A reativação da lógica da raça” que “é indispensável da escala em força de ideologia secundária e da instalação de mecanismos com vistas a calcular a moeda de troca da cidadania.” Mbembe (2017, p.47). Esta moeda de troca - segurança, conforto e distinção – requer uma estratégia de constituição de

⁵⁷ Frente a um modelo eurocentrico ocidental.

⁵⁸ Pesavento (1999) chamou de a “Lugares Malditos” este cidade subterrânea, deixada ao esquecimento. O lugar do Pobre segundo segundo a autora em **Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**

lugares sociais (físicos e simbólicos), onde o controle passa a ser usado com legitimação. Mbembe lembra que “Toda a securitização requer obrigatoriamente a disseminação de dispositivos globais de controle das pessoas e a tomada de poder sobre um corpo biológico múltiplo e em movimento.” (MBEMBE, 2017, p. 47), potencializando a biopolítica de um “Estado securitário” (MBEMBE, 2017, P. 48), onde o humano é selecionado por seu poder de consumo e setorizados a lugares geográficos e sociais de pertencimentos descritos externamente pela ação do biopoder/biopolítica.

Para entender as ações de poder as quais foi submetida esta população deslocada compulsoriamente para o bairro Restinga, volto o olhar para o “Outro” negado em sua subjetividade, busco falar de uma população como um corpo social, que em síntese pertence ao corpo da cidade que produz contradições internas relacionadas às diferenciações anunciadas entre os grupos. Segundo Sueli Carneiro (2005):

Se um dispositivo é concebido por Foucault como um dispositivo de poder das sociedades disciplinares, no caso do dispositivo de racialidade além de sua função eletiva ou subalternizadora dos seres humanos segundo a raça, uma nova estratégia de poder pôde somar-se ou a ele acoplar-se (apoiando-se em dispositivos de poder anteriores à sua emergência), re-significando-o, instrumentalizando-o segundo essa nova estratégia ou nova tecnologia de poder sobre a racialidade. Agrega-se para Foucault uma nova dimensão, que ele denomina de biopolítica ou biopoder. (CARNEIRO, 2005, p. 72)

As práticas de controle da população de “Vilas de Malocas” ocupou a atenção do poder público desde o início do crescimento da cidade, percebendo a proximidade com o diferente ao seu modelo como uma afronta e até um risco de contágio⁵⁹. O enquadramento em uma normalidade comunicada promove a expulsão e confinamento dos anormais⁶⁰.

Esta prática de poder diluída socialmente leva a banalização das condições imposta à população afetada, tendo a polaridade de cor e pobreza condições distintas em desequilíbrio de poder. A condicionante cor, agravado pelo condicionante pobreza define os que devem

⁵⁹ A pobreza contagia no capitalismo, quando o sujeito sobra em um exército de mão-de-obra sem ocupação estratégica para a produção econômica, essa ligação íntima entre política e economia que debateremos no decorrer da dissertação, nos remete também a possibilidade de entender a aceitação social que teve a proposta de extermínio das “Vilas de Malocas” e o sujeito maloqueiro.

⁶⁰ O discurso sobre o “maloqueiro” opera sob a mesma lógica, inserido nas relações de consumo de forma ínfima para condição econômica, sua presença opera a ordem da economia de controle, de forma estratégica na ordem de produção de espaços no avesso da política econômica urbana de gastos com aplicação de áreas estruturadas para sujeitos inseridos no mercado. Uma exclusão prática que une o projeto social (branqueamento da cidade) com o projeto político econômico incorporada por um regime militar com fundamentos liberais e de aceleração de crescimento com capitalismo periférico dependente. A população destoante inserida ainda em mecanismos de trabalho servis (subproletários) com raízes na escravidão e negados em seu processo de inserção passa a ser considerado um entrave a modernização.

viver na periferia. Tendo aqui o termo “Negro” como categoria busco em Sueli Carneiro (2005) seu entendimento sobre nossa sociedade:

A racialidade no Brasil determina que o processo saúde-doença-morte apresente características distintas para cada um dos seus vetores. Assim, branquitude e negritude detêm condicionantes diferenciados quanto ao viver e o morrer. Foucault, ao inscrever o racismo no âmbito do biopoder, esclarece-nos que este, enquanto tecnologia de poder voltada para a preservação da vida de uns e de abandono de outros à exposição da morte, presta-se à determinação sobre o deixar morrer e o deixar viver. Com a máxima do “*deixar viver, e deixar morrer*” como expressão do biopoder, Foucault delimita a função do racismo que integra o biopoder como elemento legitimador do direito de matar, intrínseco ao poder soberano, que no contexto das sociedades disciplinares será exercido pelo Estado, por ação ou omissão. (CARNEIRO, 2005, p. 77)

Foucault afirma que é necessária liberdade para que se estabeleçam relações de poder, fora desse campo de “igualdade” em reconhecimento dos sujeitos as ações de poder toma outra forma (poder soberano/guerra) “Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação (...).” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Com isso pretendo demonstrar que em processos de periferização da miséria e dos conflitos de guerra, estão desprovidos dos mecanismos de reação ao poder e mergulhados em processos de “coação” do poder – Necropoder.

1.5 Necropolítica/Necropoder

Para Mbembe (2018), o conceito de biopoder não contempla os estados de guerra e a concepção discursiva de um “Outro” inimigo, para o autor é necessário avaliar os funcionamentos destas estratégias de poder e da aplicabilidade do conceito de biopoder. Tendo como base o conceito de biopoder de Foucault, o autor aprofunda para perceber um estado extremo da condição de conflito apresentando como exercício de poder de distinção que condena a morte o despossuído de poder em uma necropolítica⁶¹.

Na condição histórica do estudo, um Estado de exceção – Regime Militar – que deixou reminiscências na forma como a periferia é tratada hoje: campo de batalha. Mbembe afirma “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 11), onde momentos de

⁶¹ Para Mbembe este debate supõe que “a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los” p. 18, sendo historicamente comum para o ocidente em suas práticas de dominação no mundo.

disputa de poder estão além de sua imposição e resistência por sujeitos livres, são práticas de seleção, distinção para confinamento e um estado de negação absoluta de sua humanidade e que surpreende por ser “De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político que ainda vivemos”. Na perspectiva de superar tal condição, analiso a origem do bairro Restinga buscando entender os momentos de Necropolítica e Necropoder nas estruturas apresentadas por Mbembe (2018, p. 11).

Para Membe, o Estado como figura simbólica passa a administrar o poder soberano frente a um conflito com o inimigo “matar o inimigo do Estado é um prolongamento do jogo. Aparecem formas de crueldade mais íntimas, sinistras e lentas” (MBEMBE, 2018, p. 22 e 23). Formas de matar submersas a discursos de regulação necessários para paz ou para impedir o risco de contágio como no caso da guerra contra as “Vilas de Malocas” e seu sujeito o “Maloqueiro”, assim afirma Mbembe: “‘O povo’ é gradualmente deslocado, enquanto categoria política, da realidade concreta à figura retórica”, tornando-se assim possível distinguir o cidadão e o inimigo o “e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errante de criar um espaço em que o ‘erro’ seria reduzido, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado.” (MBEMBE, 2018, p. 23).

Nessa lógica a condição desumana é um detalhe, um mal menor, frente à tarefa civilizatória de conquista dos espaços desencadeando mazelas onde “opressão e pobreza severas foram experimentadas com base na raça e classe social” (MBEMBE, 2018, p. 40), seguindo a lógica do lucro como resultado a ser alcançado.

Para tanto entendo o conceito de necropolítica e necropoder como aceitáveis para análise das fontes desta dissertação, usados em momentos de extremidade do poder. Percebendo assim o uso do poder de imposição de condições de morte a população afetada seguindo a combinação apresentada por Mbembe (2018):

Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar (...). A população sitiada é privada de seus meios de renda. (MBEMBE, 2018, p.48)

A constituição do bairro como periferia tem início pela violência de guerra, extrema exclusão e confinamento. A reorganização e apropriação dos sujeitos ao espaço é parte de uma reação ao imposto, porém entre o estado de coerção e a apropriação do espaço há um condicionante temporal que sugere o desencadear de trauma e de assujeição extrema. A guetificação deste corpo social, desta população, não se limitou somente sua origem, a

segregação social se deu pelo estigma produzindo um preconceito pelo CEP: a marca da segregação a que esta população estava condicionada pelo seu local de pertencimento. Aqui um duplo racismo se acometeu a população com identidade e fenótipo negro: o de ser quem se é (escrito na sua cor) e o de viver onde se vive (lugar para os anormais).

Esta é a condição que identifico os acontecimentos em torno da criação do bairro, me detenho ao período estudado, mas ressalto que a contínua migração compulsória se estabelece ao longo dos anos com histórias de coerção física e simbólica como praticas anteriores ao bairro que lhe atravessam historicamente para permanecer aplicadas até este momento. Porém, ressalto a persistente luta para inversão do estigma e melhorias travadas ao longo dos 52 anos do bairro, alguns líderes⁶², como também sujeitos que se ocupam somente do seu particular, mas não menos importantes, estarão em diálogo com este trabalho e sou profundamente grata por seus ensinamentos de minha própria história.

1.6 Memória e Identidades: (re)existir na cidade.

Pretendo entender as lembranças e os esquecimentos como esquemas de construção da memória, respeitando o papel e o espaço do lembrar, onde memória “é um fenômeno construído socialmente e individualmente, e que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade” (POLLOK, 1992, p. 2 - 5). A percepção de pertencimento que o indivíduo constrói de si e do grupo.

Assim, a identidade social se estabelece a partir da existência frente ao outro, no pertencimento dos grupos frente a outros em oposição. Estes se constituem em processos de negociação das relações em tensão.

Portanto, memória e identidade são valores disputados em “conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLOK, 1992, p. 5). Tal entendimento nos auxiliará na percepção dos processos de construção dos diferentes grupos envolvidos na formação do Bairro Restinga e seus papeis e posições sociais.

É do contexto estudado a construção de uma ordem urbana submetida à ação e a uma narrativa imposta sobre um “Outro”, porém sua ordenação espacial deixa na memória, vestígios de diversas versões, tanto textuais, como em enclaves de resistência na ocupação da cidade. Como afirma Michael Pollok (1989, p. 3-15) “A fronteira entre o dizível e o indizível,

⁶² Sujeitos que imprimem práticas de resistência e contínua luta entre espaços de relações de poder, hoje apropriados e exigidos por este frente ao Estado.

o confessável e o inconfessável,” sobre uma prática cotidiana de “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos,” onde na disputa de poder ficou “uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou que o Estado deseja impor.” (POLLOK, 1989, p. 3-15).

Outras fontes outro olhar pretende uma nova perspectiva sobre os registros de memória equilibrando as relações de poder sobre o registro histórico em disputas, onde estas como afirma Le Goff (1990, p. 426) “[...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.” Assim, impor “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”, desvelados em leituras dos registros de discursos – fontes de memória - percebo a condição de construção narrativa do “Outro”. Essa prática de análise permite questionar as construções do discurso e neste encontrar com o “Outro” em seus espaços por sua presença negativa ou positiva no discurso enunciativo do “Ser” revelando as disputas na sociedade. A definição do grupo ao qual o sujeito narrador do discurso integra e desvela a alteridade entre quem define o “Outro” no discurso e quem é definido ⁶³.

1.7 A prática interdisciplinar: compreensão do objeto e suas complexidades.

A vida nas cidades transforma hábitos e o cotidiano, a falta de estrutura para migração constante da população, levam a preocupação de intelectuais na discussão de propostas de eugenias e de higienização social. Para esta dissertação utilizo o conceito de Higiene Social, como desdobramento de tais proposta aplicadas ao planejamento urbano. A ideologia oitocentista de Higienização Social esteve nas propostas idealizantes das cidades modernas no Brasil. Assim, “Há, no plano da ordem simbólica, uma correlação entre o corpo individual e o corpo social, entre a cidade que se fábrica e o homem que a constrói.” (PESAVENTO, 2008, p. 25). Entretanto, os pobres são objeto figurantes dos contextos e assim engolidos pela prática de planejamento na ação do poder.

O SURGIMENTO DA IDEOLOGIA DA HIGIENE

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuaram a se reproduzir enquanto as crianças pobres

⁶³Esta perspectiva proporciona a possibilidade de filtrar os marcadores ideológicos de quem representa, para perceber, a partir do sistema de verdades deste, qual a intenção sobre a do “outro”.

permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre a repressão à ociosidade, que temos citado, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores (Chalhoub, 2006, p. 29. In: SOBRINHO. 2013 p. 212).

A proposta civilizatória da ideologia de higienização produziu contradições complexas na sociedade brasileira, entre essas as condições de segregação e gentrificação dos espaços da cidade.

As relações mercadológicas do espaço fracionado para comercialização estão contempladas com o conceito de gentrificação. Tomado do Urbanismo e Geografia, o conceito é usado para entender as áreas de remoção por desapropriação e expulsão dos precariamente inseridos nas relações de mercado⁶⁴. Os processos de melhorias e reavivamento dos espaços urbanos de interesse imobiliário suprime o teor de segregação resultante dessa estratégia comum nos grandes centros. O conceito tem por definição a “ocupação dos centros das cidades por uma parte da classe média, de elevada remuneração, que desloca os habitantes da classe baixa, de menor remuneração, que viviam no centro urbano” (BATALLER, 2012, p. 10). Ainda assim, a definição simplificada não dá conta da complexidade do processo como afirma Furtado (2014, p. 343) “o fenômeno de gentrificação precisa ser explicado tanto por tendências estruturais, quanto por especificidades históricas, sem retirá-lo, contudo, do ponto de vista teórico, do contexto social do qual ele é parte.”, sendo o processo de gentrificação⁶⁵ “teorizado como parte da totalidade orgânica da formação social, o que significa procurar as causas do processo de gentrificação na conjuntura da produção, circulação e consumo” (FURTADO, 2014, p.343).

Para os moradores não inclusos no sistema capitalista, ocupar estas áreas de Vilas de Malocas” foi parte do sistema de sobrevivência em suas práticas servis de trabalhos domésticos e subempregos (tarefas diárias) em troca de meios de subsistência. As remoções destes sujeitos históricos desprovidos de propriedade e de trabalho remunerado monetariamente considero segregação socioespacial⁶⁶, entendida como “oportunidade

⁶⁴ Representadas como degradadas a serem recuperadas, mas que possuem uma propriedade privada cuja produz uma relação de valor frente ao mercado.

⁶⁵ O simples deslocamento populacional não resolve os problemas sociais, oriundas de suas hierarquias. Evidenciando a falta de proposta políticas para desenvolvimento humano e direito à moradia, o estudo de Furtado (2014) - Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação - demonstra um exemplo histórico em Porto Alegre, onde o papel do Estado nas ações de gentrificação, priorizou a ocupação de espaço para fins de produção (instalações industriais e de comércio) e não de habitação urbana, o caso da Vila “Dona Teodora”.

⁶⁶ Não inclusos no sistema capitalista pelo mercado de trabalho formal.

desigual de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade” (GRAFMEYER, 1994. In.: ALFONSIN, 1999, p. 5). Este debate, entre gentrificação e segregação deve ser observado, já que possui um atravessamento de forças não isoláveis para seu entendimento.

Como afirma Furtado:

A distribuição desigual de riqueza é resultado de uma infinidade de pressões conflitantes e de um inter-relacionamento de atributos de vida da cidade. Isto, por seu turno, produz uma competição desigual no mercado. É necessário enfatizar que esta iniquidade não é resultado somente de forças econômicas, mas emana de uma complexa interação de forças sociais, políticas e econômicas.

A realidade econômica para certos grupos sociais é por exemplo influenciada pela extensão da discriminação, tanto social como econômica. As relações dentro da cidade são de grande complexidade, mas um frequente resultado da distribuição desigual de riqueza é a segregação residencial e a criação de guetos. (FURTADO, 2011, p. 72).

É fundamental para a compreensão perceber a malha estrutural do espaço local e suas teias de funções e significação sociais imersos na estrutura regional da cidade de Porto Alegre. Tendo como pressuposto que espaço é um produto da interação social como entende Massey (2008): “Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social (...)” (MASSEY, 2008, p. 15). Nesta perspectiva busco entender as distinções do espaço no processo histórico que envolve o bairro Restinga em sua existência. De forma mais detalhada Massey (2008) coloca:

Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. À medida que o debate se desenvolve, o que começa a ser focalizado é o que isso deve trazer à tona: uma política relacional para um espaço relacional (MASSEY, 2008, p. 97/98)

Nesta perspectiva o espaço é contemplado como campo de disputa de poder e definição conceitual sobre seus ocupantes definindo as posições sociais conforme sua disposição espacial dentro da cidade, assim, sob o estigma das práticas de modernização e de preconceitos que orientaram a higienização social urbana encontramos sujeitos sendo classificados em seu valor conforme o CEP que acolhe sua existência (residência).

Mais especificamente sobre o tema em estudo a geógrafa Gamalho (2009, p.29) busca o espaço ligado a representação e desenvolve leitura própria sobre o fenômeno Restinga onde registra sua interpretação sobre o conceito espaço como um produto social, com contruções de interação social e elaboração de ideais simbólicos influenciados no convívio interno entre moradores de origens diversos alocados sob critérios diferenciados conform origem e condições econômicas, pela dedicação do Estado no investimento de estruturas diferenciando

núcleos de ocupação e pela construção narrativa externa ao bairro pelos meios de comunicação, assim como afirma Gamalho:

O espaço é um produto social plenamente preenchido de intencionalidades e representações, integrando ou contrapondo ordens distintas de sua produção. É amplamente fracionado, fracionando também as pessoas, que constroem suas identificações a partir do pertencimento à determinada área. Por essa lógica, o morador do bairro, ao mesmo tempo em que representa o espaço, é representado por ele. Assim, os conhecimentos acerca dos lugares são elaborados e hierarquizados, classificando os espaços como nobres ou marginalizados, constituindo representações alicerçadas nas distinções socioespaciais. (GAMALHO, 2009, p. 29)

Com os conceitos elencados proponho leituras qualitativas das fontes. Entendendo a complexidade da forma de abordagem do objeto e a temática levantada, esclareço que os demais conceitos que aparecerão no decorrer do trabalho até sua conclusão serão referenciados nos respectivos enquadramentos de suas linhas de pensamento, sendo inseridos na narrativa dissertativa do trabalho.

É importante lembrar que os conceitos teóricos para trabalhar o objeto estão sendo colhidos interdisciplinarmente. Sendo necessário buscar na Geografia, Urbanismo, Economia e Antropologia, meios de entender e analisar o tema.

II - Metodologia: práticas e ferramentas para o caminho da pesquisa.

Os registros deixados pelo caminho histórico da modernização de Porto Alegre são resultado do complexo jogo de narrativas em disputa e manutenção do poder. Dentre estas marcas do passado, encontramos os projetos urbanos formais “Plano Diretor” em luta com a ocupação espontânea dos sujeitos que construíram seus pertencimentos aos espaços e fronteiras culturais como forma de sobrevivência no sistema capitalista⁶⁷. São marcas da historicidade das sociabilidades, pertencimentos e segregações: faces da cultura – do permitido e ou condenado.

2.1. Métodos de pesquisa para leitura sobre História Urbana: as complexas disputas do espaço na cidade.

Aqui importa construir ferramentas e práticas que possibilitem perceber a formação do imaginário urbano e suas “representações e imagens como campo de poder e saber” (SOUZA e PESAVENTO, 2008, p.5). Dentro disso, compreender o uso da biopolítica-necropolítica como prática de seleção social dos “Cidadãos” atendidos pelo poder público, defendidos por intelectuais, políticos e imprensa, e em oposição declarada e comunicada aos “Não-Cidadãos” “Maloqueiros” deixados em processo de segregação.

O texto “DEMHAB: com ou sem tijolos, a História das Políticas Habitacionais em Porto Alegre” de D’Ávila (2000, p. 57), resgata narrativas de depoentes e aponta a caracterização do departamento como ferramenta do regime para solução do problema social do crescimento urbano em uma dupla via a da inserção, com mobilidade social e da segregação.

A grande concentração de desempregados e subempregados é vista pelos governantes como um grande foco de tensão. Assim surge a nível nacional uma série de medidas que visem amainar as possíveis tensões. Uma delas foi o investimento na construção de habitações em massa, entretanto não suficiente frete a população. As contribuições traziam duas vantagens principais: primeira é a possibilidade de diminuir, mesmo que temporariamente, o número de desempregados, sendo estes encaminhados para a construção civil e indústria de

⁶⁷ Na busca pela sobreviver entre a transição de um sistema servil em seu fim, para então incorporar práticas do capitalismo, a cidade deixa parte da população ocupando um limbo social – espaços que transitava entre um sistema econômico e outro conforme a convivência para o sistema de exploração. Exilados do sistema econômico, social e político nos espaços urbanos, são constantemente expostos a violência dos seus direitos. A luta aqui está entre os inclusos no mercado formal e os banidos deste, na formação de um exército de reserva.

materiais de construção; a segunda vantagem é fortificar o “sonho da casa própria” já que o cidadão comprometidos com o sonho ou com as longas prestações do sonho, diminuía a *inquiétude* social. (D’AVILA, 2000, p. 57).

Para a problematização, convido o sujeito histórico “Maloqueiro” – o “Outro” a ser combatido – hoje morador do bairro Restinga, a apresentar sua narrativa dos acontecimentos em fonte oral, possibilitando, então, o cruzamento de informação e análise do processo em sua complexidade⁶⁸.

A metodologia instrumentaliza o encontro com o sujeito histórico envolvido na prática da História Oral. A narrativa, produzida pelo e através do diálogo, é construída em documento oral – fonte - em coparticipação e parceria entre entrevistado e entrevistador, produzindo a fonte oral.

2.2 História Oral: a possibilidade de construção de fonte pelo diálogo

A metodologia da história oral é parte substantiva da composição do trabalho. Compreendendo os níveis apontados por Portelli (2016, p. 18) como etapas de pesquisa para construção de uma análise e narrativa responsável:

- Quando trabalhamos com fontes orais, então, devemos traçar um caminho complexo cobrindo três níveis distintos, mas interconectados: um fato do passado (o evento histórico), um fato do presente (a narrativa que ouvimos) e uma relação fluida, duradoura (à interação entre esses dois fatos). Sendo assim, o trabalho do historiador oral evolve:
 - A historiografia, no sentido tradicional (a recuperação de eventos históricos);
 - A antropologia, a análise cultural, a crítica textual (a interpretação da entrevista);
 - O espaço intermediário (como esses eventos produzem determinada memória e determinada narrativa).

⁶⁸ Trato de assunto polêmico de desrespeito dos direitos destes sujeitos em fazer parte da cidade e da sociedade nacional como cidadãos. Contudo, é necessário falar e tomar consciência dos mecanismos de distinção que devemos combater. Tomo para mim as palavras de Alberti (2016, p. 46), em seu texto sobre a entrevista de Eny Moreira ao CPDOC e o sapato da criança de Auschwitz, “Estamos tratando de graves violações dos direitos humanos, sem, contudo, desrespeitar as vítimas e nossa audiência”. Desejo tornar pública a pesquisa, sem com isso violar ou desrespeitar os entrevistados ou a comunidade em sua recepção e interação com o trabalho, mas provocar o debate histórico.

Para tanto, busco o suporte teórico metodológico da história oral, conforme Portella define em sua obra como referência de experiência aplicada: “A história oral, então, é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, [...], não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado” (PORTELLE, 2016, p. 18).

É necessário que o diálogo possibilite: “a combinação da memória/lembrança com a sensação/vivência rerepresenta algo distante no tempo e no espaço e que se coloca no lugar do ocorrido”, de onde o ressurgimento do passado pela “renovação da sensibilidade do vivido” é exercício de “evocação que inaugura uma nova temporalidade através de um passado que se faz presente” expresso no registro literário (PESAVENTO, 1995, p. 279). No meu trabalho aplico tal forma pela leitura da narrativa do entrevistado – que é resultado da escuta e registro da oralidade do sujeito que conta e expressa o reviver de sua história.

Através da memória expressada pela narrativa em diálogo, alcançamos o passado pelas representações do presente, “pelo encontro de singularidades temporais” (DELGADO, 2010, p. 34). O vivido é guardado pela “memória, [...] como forma de conhecimento e como experiência, é um caminho possível para que os sujeitos percorram os tempos de sua vida, em ato de rememorar, traz a consciência “atualizando o tempo passado, tornando-o tempo vivido e pleno de significados no presente.” (DELGADO, 2010, p. 38).

A memória transcende o tempo, circula e transita por ele. Superando, assim, o limite do presente que retoma o passado, não mais em sua forma absoluta e sim por sua recriação no lembrar, dando-lhe significado em narrativa “Dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo”. (AMADO, 1995, p. 132).

2.2.1 Fonte Oral: o encontro com o “Outro” silenciado nos registros oficiais.

Lanço mão da construção das fontes orais, alcançando a memória, com o emprego da metodologia da história oral. Entendo este método como um conjunto de procedimentos que tem sua centralidade no sujeito histórico e sua narrativa.

Meu papel como historiadora pretende, nesta pesquisa, fazer um exercício interpretativo que segue o caminho apontado por Cléria Botelho da Costa (2014, p.51), que é “atribuir sentidos aos fatos narrados; é relacioná-los a uma teoria; é estabelecer uma relação dialógica entre o *corpus* e o pesquisador – relação mediada pela cultura”. A escuta do outro incorporada a dissertação interpretativa pretende:

Fazer uma viagem pelo imaginário do outro, na busca decifrar o indizível, o sentido oculto do que é dito; é possibilitar que a pluralidade de sentidos se manifesta na construção do conhecimento histórico; é permitir que na construção desse conhecimento aflorasse a polifonia de vozes que se esconde no *corpus* do pesquisador; é, antes de tudo, dar visibilidade ao outro, deixar que a voz do outro aflore do texto interpretativo. (COSTA, 2014, P. 51)

Seguimos as orientações apresentada nos manuais de história oral sem descuidar dos debates e registros de experiências⁶⁹ (MEIHY e RIBEIRO, 2011); (MEIHY e HOLANDA, 2017); (ALBERTI, 2005); (DE SORDI, 2007). Os passos para construir as fontes orais têm seu princípio na elaboração do projeto e a verificação da possibilidade do uso desta metodologia. Após o recorte do tema de estudo, objetivos e hipóteses, vem o “o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (MEIHY e HOLANDA, 2017).

Entendo como fundamental os cuidados no planejamento da entrevista, momento de construção do documento oral. Esta necessita de concordância formal – carta de concessão assinada pelo entrevistado para publicação dos resultados. É necessário também registrar o documento oral em instrumentos eletrônicos de gravação (voz e imagem) para, após, transformar o material em narrativa textual através da transcrição (MEIHY e HOLANDA, 2017).

As relações éticas com o entrevistado e a comunidade em que está inserido devem ser presentes em todo o processo. Inclusive, posterior a defesa da dissertação, já que a mesma pode servir como instrumento de verificação legal⁷⁰.

A escuta dos moradores, testemunhas do acontecimento, proporciona um enriquecimento de detalhes não revelados nos documentos. Como Portelli (2016, p.15), entendo que⁷¹:

É a abertura do historiador para escuta e para o diálogo, e o respeito pelos narradores, que estabelece uma aceitação mútua baseada na diferença, e que abre o espaço narrativo para o entrevistador entrar do outro lado, e a disposição do entrevistado de falar e de se abrir em alguma medida que permite que os

⁶⁹ Durante a construção do trabalho, busco nas experiências de outros pesquisadores que usam a história oral relatos de práticas e possíveis dificuldades que possam aparecer na coleta de fontes, cruzamentos e análise, superando obstáculos e limitações. O diálogo com essas referências estarão presentes no decorrer da dissertação.

⁷⁰ Usos de trabalho Geográficos, Histórico e Antropológicos são usado como documentos em laudos para definição de reparação em constituição de território Indígenas e Quilombolas. Ver trabalho organizado por Hebe Mattos (2016), Tese de Doutorado em História de Rodrigo de Azevedo Weimer (2013), entre outras experiências.

⁷¹ Mesmo moradora do bairro, não vivenciei os processos duros de migração compulsória. Minha experiência foi perceber as construções e rupturas das distinções sociais, estas motivaram o questionamento em pesquisa. Mesmo imersa no espaço em estudo e problematização das hierarquias sociais e as distinções de espaços entre sujeitos no processo histórico.

historiadores façam seu trabalho. E a abertura de seu trabalho é um fator crucial na criação desse espaço. (PORTELLI, 2016, p.15)

A história oral não se isenta da análise crítica e comprobatória, porém, compreende que o sujeito histórico está imerso em sua subjetividade e a partir desta constrói sua representação narrativa. (PORTELLI, 1997 e 2016); (COSTA, 2014).

A utilização desse procedimento, como demonstra Alberti (In. PINSKY, 2005. p. 166) possibilita questionar “teorias macrosociológicas sobre o passado” e suas generalizações. Permitindo, assim, “mudança de perspectiva” da narrativa histórica, alterando, dessa forma, a “hierarquia de significados historiográficos”. Com isso, a autora define a importância do método: “Essa riqueza da história oral está evidentemente relacionada ao fato de permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de ‘histórias dentro da história’” podendo portanto alcançar o que ainda não consta em registros sobre os acontecimentos, e buscar na interdisciplinaridade as técnicas necessárias para seu aperfeiçoamento (WEBER, 1996); (MONTYSUMA, 2006).

O acesso à história dos sujeitos entrevistados deve considerar uma série de situação que exige o máximo de cuidado e empatia. (ROVAI E LEITE, 2015). E deve ter responsabilidade postural e sensibilidade para lidar com situações em que possa emergir histórias traumáticas e sob o regime ético de preservação do entrevistado e sua narrativa. (MONTYSUMA, 2006); (PORTELLI, 2016); (ROVAI E LEITE, 2015).

Para além de uma fonte documental história oral proporciona um contato direto com a experiência do vivido com suas conexões de forma profunda Portelli (2016, p.17) lembra que “a história oral nos oferece acesso à historicidade das vidas privadas, mas, mais importante ainda, ela nos força a redefinir nossas noções preconcebidas sobre a geografia do espaço público e do espaço privado e do relacionamento entre eles”. Essa relação entre os espaços geográficos e os espaços simbólicos na sociedade, percebidos na intersecção entre o público e o privado, descritos pelos sistemas de representação das fontes, proporciona leituras sobre a história de Porto Alegre quanto a sua constituição urbana.

Para dar conta do estudo proposto, usamos as entrevistas como forma de recuperar a memória. Este é um “documento de cunho biográfico” que conta a história a partir do protagonista, apresentado por Alberti na “ideia do indivíduo como valor” – que sugere a percepção do “indivíduo único e singular, o ser psicológico, dá sentido a uma série de concepções e práticas em nosso mundo, e o pesquisador que opta por trabalhar com a História

oral dever ter consciência de que está lidando com uma fonte que reforça esses valores.” (ALBETI. In.: PINSKY, 2005, p.169).

2.2.2 A Entrevista da História Oral: a construção da fonte

Pela complexidade deste estudo, decidimos optar pela entrevista temática, inserida na história de vida, pois o tema pode ser percebido e retirado “da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas. Escolhem-se pessoas que dele participaram ou que dele tiveram conhecimento para entrevistá-las a respeito” Alberti (2005, p. 38).

É possível nesta pesquisa a escolha de ambos os tipos de entrevista como forma de trabalho. Nada impede que se façam algumas entrevistas mais longas, de história de vida, com pessoas consideradas especialmente representativas ou cujo envolvimento com o tema seja avaliado como mais estratégico. E, entrevistas temáticas com outros atores e/ou testemunhas. Isso depende, novamente, da adequação desse procedimento aos propósitos do projeto (ALBERTI, 2005, p. 38).

Para desvelar o processo que envolve o objeto de estudo, entendemos o tema como parte da vida dos entrevistados. E, por isso, é “importante conhecer e comparar as trajetórias de vida dos que nele se envolveram” Alberti (2005, p. 38). Sendo assim, escolhemos a narrativa da história de vida dos entrevistados, com mediação de questionário aberto com cortes temáticos.

Para evocar a memória/lembrança dos acontecimentos, além do roteiro, uso suportes de imagens fotográficas e de textos. Estes auxiliam no lembrar, em diálogo imerso na história de vida do entrevistado, direcionando para os tópicos principais da pesquisa. Permitindo, então, que esses surjam durante a conversa em lembranças trazidas pelo entrevistado.

O documento produzido na interação entre pesquisador e entrevistado (história oral) está no formato de “uma performance e de um diálogo”. Este deve compor o texto monográfico como produto da pesquisa. Contudo, com a preocupação de preservar o “traço da origem oral, narrativa, dialógica dos materiais com que trabalhamos” (PORTELLI 2016, p. 20), a expressão original do documento oral traz em sua representação o peso da forma, da simbologia, da cultura e da alteridade.

Na entrevista busco a memória sobre os acontecimentos sob o olhar e fala, desvelando narrativas. “Muitas vezes o fato de detectar fatos relevantes através da memória, que pode ser denominada de subterrânea, significa delinear aspectos relevantes que de outra forma ficam à

margem da história oficial ou das evidências objetivas [...]” (RUSCHEINKY e FORTUNATO, 2004, p. 26).

2.2.3 Fonte Oral e seu registro – passos a serem seguidos: seus procedimentos legais e éticos.

Para o uso do documento oral, recorreremos às formalizações documentais prévias, devidamente explicadas na gravação, com um duplo aceite - o documento escrito e a confirmação oral. Para que isso seja possível apresentamos a proposta do trabalho e a importância do registro da memória dos acontecimentos.

A proposta segue os passos necessários para que a gravação e a transcrição possam ser armazenadas em repositório oral.

A documentação a ser recolhida para o uso da entrevista foi produzida buscando a identificação com a proposta sem perder o teor jurídico que prevê:

- Diário com anotações prévias e durante a entrevista;
- Ficha de identificação do entrevistado;
- Carta de aceite da entrevista com a concessão de imagem e voz – indicando o REPHO do NPH da UFRGS, para armazenamento da entrevista;
- Questionário temático como guia de entrevista;
- Rotinas de *checklist* e testagem de equipamento;
- A documentação da pesquisa e do pesquisador, entregue para o entrevistado como parte do processo de apresentação anterior ao aceite prevê:
- Carta de apresentação do pesquisador (contatos), concordância do orientador, linha de pesquisa, identificação do PPG História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Resumo do tema e proposta de pesquisa;

A captura de som é efetuada com o conjunto de equipamentos previamente testados e com um teste no local junto ao entrevistado. Para isso, utilizo gravador digital, microfone de lapela para o entrevistado e gravador do celular próximo a mim. O som é captado na gravação da câmera de vídeo. Depois, a sincronização dos três áudios é aplicada na produção final, junto o registro do vídeo.

A captura da imagem segue a rotina de teste anterior e no momento, como a de som. A preocupação com esse equipamento está no enquadramento do diálogo e a centralidade do entrevistado, sem perder a presença do pesquisador. O equipamento possui cartão de memória

compatível para qualidade de vídeo e tempo de entrevista. A captura da imagem da entrevista possui a importância do registro da performance como um todo - fala e expressão corporal, registro de silêncios composto de olhares e gesticulações.

As questões de equipamento e de técnica na execução da entrevista são fundamentais. Sendo assim, o cuidado com o manuseio pretende a qualidade do produto ao final.

Os registros de fontes orais construídas junto aos primeiros moradores e suas memórias sobre a remoção e migração urbana compulsória, para o espaço em estudo.

As entrevistas somarão ao estudo de fontes documentais, pois, como em Alberti (2005, p. 30) “se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido”. Desvelando em suas leituras as formas de percepção do objeto de estudo.

A leitura de Portelli (2016, p. 17) alerta que “a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fontes”. A verificação das fontes em trabalho prévio de pesquisa precede a entrevista possibilitando um diálogo e interações consistentes com o depoente.

2.3 Fontes Intelectuais e de Imprensa

O estudo de fontes documentais das políticas administrativas (Prefeitura de Porto Alegre e Câmara de Vereadores) apresenta o posicionamento ideológico e a forma de construção do “Outro” e da autoimagem dos que se afirmavam “cidadãos”. Em um momento de ditadura militar de cunho conservador, foi possível encontrar, na leitura inicial, disputas entre as estruturas ditatoriais do regime militar frente a manifestações populistas na disputa política na Câmara de Vereadores.

Os documentos da Câmara de Vereadores são apresentados como fontes comprobatórias da narrativa dos entrevistados, busco nos recortes de discursos a construção do “Outro” na perspectiva enunciativa dos interlocutores. Como na tese de doutorado de Sidney Aguilar Filho (2011), as inúmeras referências de documentação constituem rastro comprobatório o qual é utilizado para sustentar narrativa Oral dos depoentes entrevistados do decorrer desta pesquisa. Para um entendimento mais amplo do contexto, empenhei tempo para uma leitura rápida sobre os acontecimentos que influenciariam as tomadas de decisões políticas publicadas no período.

Quanto à imprensa, busquei textos sobre o tema em estudo, entre 1966 a 1971, em dois veículos de imprensa escrita: os jornais Zero Hora e Correio do Povo – ambos de grande circulação e popularidade na cidade de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul.

Arquivos consultados:

- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho;
- Biblioteca Jornalista Alberto André da Câmara Municipal de Porto Alegre;
- Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – Arquivo de Periódico;
- Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo;
- Arquivo pessoal dos entrevistados.

Para a pesquisa em arquivo, contei com apoio da obra de Aldovan de Oliveira Moraes (2018) onde encontro relação de fontes sobre o processo de transformação urbana da cidade. Tal instrumento facilitou o escrutínio, contudo, durante as pesquisas em arquivo, encontrei outras matérias não relacionadas pelo autor.

A análise da imprensa⁷² trilhou caminhos para perceber a construção da ideia e tratamento sobre o sujeito a ser conhecido por esta pesquisa e de como esse veículo de comunicação faz circular ideias como instrumento de formação de opinião, levantando narrativas de imprensa e sua comunicação na construção do “outro” sujeito histórico “Não-Ser” não reconhecido em sua cidadania. Mesmo não fazendo a pesquisa sustentada em fonte de imprensa unicamente, esta é importante para entendermos a circulação de saberes construído sobre os sujeitos removidos para isso “é preciso pensar sua imersão histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais integrante do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.” (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 257). Entendo que nenhuma das fontes elencadas é expressão de neutralidade dentro deste trabalho, sobre a imprensa tomo que “De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documentos é suporte de prática social (...), fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui.”. A centralidade da leitura da imprensa para essa dissertação pretende observar em análise “os movimentos políticos e sociais, as conjunturas e processos econômicos, e os movimentos e formação culturais às

⁷² Ambos os veículos de imprensa passam por processos de alinhamento com a situação política e, em outros momentos, de denúncia, alternando, assim, as representações. O debate das narrativas apresenta disputas. Quando alinhadas ao poder executivo, desumanizam a “maloca”, a “vila de malocas” e os espaços/territórios mal dizendo estes em condenação expressa. Quando o texto se apresenta como denúncia, apresenta a trágica consequência das ações do executivo - o mesmo inclui o “maloqueiro” em seu espaço, em lamentos sobre o abandono e a constatação de mal sem solução.

quais as formas históricas da imprensa se articulam de modo mais específico.” (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 258). Assim, utilizamos estas fontes de imprensa para analisar a construção deste “Outro” sujeito - sem espaço de fala - em veículo de circulação com função de comunicar e formar ideias ditas como “verdades” que “como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretenem compartilhadas e universais.” (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 258). Essa perspectiva de cuidado pretende atender as necessidades de cuidado sobre a narrativa localizando suas estratégias no alcance de sua informação e mensagem.

Com a leitura das fontes, problematizo as hierarquias sociais e o racismo estrutural e institucional⁷³ em suas construções de um “Outro” estranho ao “Ser”. A intenção da leitura das fontes sobre essa perspectiva é resgatar definidores condicionantes da ausência de direitos e inserção social do sujeito histórico em estudo⁷⁴.

A fonte de documentos públicos possui leituras diretamente ligadas a discursos políticos por sua vez as disputas de poder e ou de comunicação de dados, estão como docutos que possibilitam uma dupla análise. A primeira apresenta a ideia sobre o “Outro” “Não-Ser” (maloqueiro) e demonstra, ao mesmo tempo, como eram os padrões do imaginário que estabeleciam o “Ser” sujeito “Cidadão” de direitos na cidade de Porto Alegre dentro do período estudado. E a outra demonstra os interlocutores de compos em disputa que possuem lugar de fala propositora de regimes de verdades, em casos específicos, demonstra a luta de discursos entre protagonistas do campo político.

2.4 História Pública

A pesquisa pretende a Fonte Oral como fundamental na proposição de leitura, ângulo e modo de entendimento. As demais fontes estão relacionadas para apresentar, legitimar e sustentar as fontes orais em suas memórias. Essa proposta levou a pesquisa à construção em dialogo das fontes orais, daí já poderia definir esta prática como história pública. Proponho perceber segundo Almeida:

:

O trabalho de história oral como uma prática de história pública sugere práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva. Nesse sentido, as entrevistas

⁷³A biopolítica, sustentada em justificativas ideológicas, expõem argumentos buscados em teorias sociais evolucionistas – eugenia e higienização social.

⁷⁴Dentre os discursos os recortes narrativos que enquadram as políticas urbanas sob as estruturas conceituais higiênicas, condenadas quanto suas teorias, mas não superadas na prática social segregacionista.

orais contribuem para a elaboração e socialização da produção do conhecimento histórico dos movimentos sociais. As necessidades e os interesses de um movimento social podem inspirar projetos em história pública – integrando os membros do movimento social e pesquisadores acadêmicos em colaboração. (ALMEIDA, p. 52. In.: MAUHAD, ALMEIDA & SANTHIAGO (org.) 2016).

Entendo a História Pública para além da prática de construção mútua de fonte oral entre pesquisador e entrevistado. Para esta pesquisa, exercitei a prática de campo e de devolução de resultados de pesquisa junto da comunidade pessoalmente e em desenvolvimento de pequenos vídeos postados em meio virtual, falas e debates sobre a prática de pesquisa e a constatare devolução a comunidade em oficinas e rodas de conversas juntamente com os depoentes pretendeu “diálogos ativos sobre o significado e sobre o lugar da história no presente, sobre o que é que importa na compreensão e no aproveitamento do passado.”, de alguma forma propondo alternativas mais amplas de registros de memória. E, “Uma história pública que faça esse diálogo ser central e indispensável é, a meu ver, uma história pública que tem a capacidade de transcender as restrições de dicotomias comoprodução/consumo, históricos/plataea, pesquisa/produto.” (ALMEIDA, p.60. In.: MAUHAD, ALMEIDA & SANTHIAGO (org.) 2016).

Tal prática vai ao encontro da comunidade, para esta em pesquisa, deixar de ser “objeto de estudo” e tornar-se um “campo de diálogo” com resultados comunicados e em ferramentas de circulação mais ampla que seu espaço. Na possibilidade de não mais ser foco de comunicados e conclusões sobre a comunidade em via única, a mesma deseja comunicar suas dúvidas, conclusões e proposições como protagonistas de saber/poder. Mesmo na contramão da onda ideológica autoritária, colocar na roda o diálogo sobre construção de verdades é sempre um desafio.

A difícil tarefa de ler a memória que a cidade entende em sua complexa relação com este espaço em análise de fontes documentais e seus pesos desconstrutivos, foram minimizados pelo imenso prazer de compartilhar as memórias e de conhecer sujeitos que carregaram em si – corpo – a resistência quando somando a outros corpos que sobreviveram e transformaram seu lugar. Sou eu mais um corpo desta memória, este espaço me formou e pretendo usar o afeto do pertencimento para construir esta dissertação – EU SOU RESTINGUEIRA, RESTINGENSE, EU SOU TINGA E DAÍ.

A prática da História Pública está também em produzir material em vídeo a partir das entrevistas, buscando alcançar e comunicar o maior número de pessoas. O primeiro Piloto: Origens do Bairro Restinga, Maria Clara e Seu Ênio, já publicado no You Tube em 03 de

outubro de 2019⁷⁵. Aberto ao diálogo, a proposta pretende conversar com o público e com a comunidade do bairro Restinga⁷⁶, uma comunicação contínua para além da Dissertação defendida com a manutenção do diálogo e produção de memória junto à comunidade. Tal ação já está em prática com a devolução contínua do material levantado com a pesquisa junto a comunidade do Bairro em:

- Rodas de Conversas⁷⁷;
- Oficinas⁷⁸;
- Diálogos nas Escolas⁷⁹;
- Exposições, Congressos, Encontros e Seminário⁸⁰;

O debate da História Pública junto da História Oral é levada a todos os espaços com interação do diálogo, quando possível com os depoentes presentes, quando não se faz possível com mostra das entrevistas e depoimentos conferidos em fontes com os cuidados necessários para sua produção. Mais que a produção do currículo, a proposta é desenvolver afeto na construção do conhecimento público. Quando somos afetados, trocamos e construímos com mais autonomia crítica.

⁷⁵ Trabalhado na comunidade desde 2018.

⁷⁶ Material do Piloto: Origem do Bairro Restinga – Maria Clara e Sr. Ênio (You Tube).

⁷⁷ Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Carlos Pessoa de Brum e IFRS Campus Restinga são espaços parceiros iniciais da proposta que deve abranger todo o território do Bairro Restinga, nessas são convidados os depoentes para diálogo.

⁷⁸ Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Carlos Pessoa de Brum, IFRS Campus Restinga, Geografia UFRGS (Introdução a teoria e Metodologia) e Centro da Juventude Bairro Restinga. A proposta foi apresentar a proposta de História Oral em sua metodologia e processo ético para construção de uma saber para além dos espaços da Universidade.

⁷⁹ Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Carlos Pessoa de Brum e IFRS Campus Restinga são espaços que iniciamos a proposta, com trabalho sólido, o segundo momento pretende produzir um calendário com as intuições do Bairro.

⁸⁰ Todos os momentos do processo de construção da Dissertação junto ao PPG História UFRGS, a proposta de comunicar e diálogo acompanhou o trabalho: Restinga, 50 anos Depósito para Aline Custódio para o conjunto de seu especial sobre o tema; MOSAICO CULTURAL 50 ANOS DE RESTINGA junto da AACEL – Associação dos Amigos da Cultura, Esporte e Lazer e CCMQ – Casa de Cultura Mario Quintana; ações internas ao bairro junto ao IFRS Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campos Restinga; entre outras ações ligadas a Universidade nos tráfego intelectual de ações para debater temas ligados ao processo de pesquisa.

III: Narrativa Pública, Intelectual e de Imprensa sobre a Cidade Real e a Cidade Oficial.

A história anda inevitavelmente com a memória, se alimenta e se constrói da sua relação com o registro em fontes. A história também está como um campo de disputa de poder sobre o regime de verdades de um escopo teórico, narrativo, constitutivo de ideal comunicado, assim, meio pelo o qual o poder se introduz e se manifesta socialmente. Para Pesavento (1999):

Assim, aqueles que detêm o poder estabelecem os registros de linguagem que definem e atribuem sentido à realidade, expressando o resultado de um enfrentamento de forças que tem lugar no plano das relações de poder. É nesta medida que as trocas lingüísticas podem ser entendidas como relações de poder simbólico. Os exemplos clássicos dão-se através do discurso científico e do discurso político, que constroem um vocabulário específico que identifica, nomeia e atribui coerência, significado e valor ao mundo. Tais registros léxicos, componentes do discurso, constituem-se através de um processo que tem sua base nos mecanismos de dominação e consenso presentes no social, mas extrapolam esta dinâmica. (PESAVENTO, 1999)

Parte das fontes trabalhadas aqui tem como objetivo a desconstrução do discurso legitimado das ações do poder e o assujeitamento do “Outro”. Para isso a análise dos registros – discurso – em seu tempo está para essa dissertação como rastros da forma como os sujeitos “cidadãos” sustentados em seu lugar de poder enunciativo ordenaram e compreendiam a realidade impoído intencionalmente pelo discurso ondas de legitimação das ações de poder, como afirma Foucault (2014):

Assim, as descrições críticas e as descrições genealógicas devem internar-se, apoiar-se umas nas outras e se complementarem. A partir da crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, da exclusão, de rarefação do discurso. (FOUCAULT, 2014. p. 65)

Apresento narrativas que demonstram lugares distintos de onde parte as proposições discursivas, campos específicos – registro político e registro de imprensa. Dentro destes campos a disputa de poder se manifesta, contudo devo lembrar que o “Outro” objetificado e definido por estes discursos, aqui apresentados, é rarefeito ou inexistente em silenciosa presença figurativa.

O espaço de construção dissertativa não permite uma genealogia completa da complexa rede de instituições que dentro do seu campo de poder construíram uma ideia do cotexto social. Não pretendo isso, a análise exaustiva dos discursos com todas suas ramificações também não são possíveis. Contudo, falar de relações de poder contempla apresentar os campos em disputa e seus sujeitos para entender a construção do “Outro” por

estes. Este “Outro” a quem quero alcançar, pretende uma reflexão que possa, mesmo que incompleta aproximar ao que pressupõem Foucault quando afirma:

A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries de formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação e, por aí entender não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. (FOUCAULT, 2014. p. 65)

O propósito de alcançar essa discussão sobre os discursos em seus campos de “poder de constituir domínios de objetos”, está em pensar sobre a dupla face do poder interno ao campo e, ou mesmo entre campos em disputa, como os apresento aqui: 1) Os campos se legitimam em sua positividade frente ao objeto – Maloqueiro – por tanto, objetificar este “Outro” o torna passível de não existência quanto “Ser” e, assim, um não competidor no campo de saber-poder ou mesmo, quiçá integrante dos campos dispostos nos discursos. 2) Tal objetificação, chega ao extremo quando mesmo rarefeita, sua presença penetra entre rachaduras do discurso, o “Ser” lhe abre uma brecha para sua manifestação - em pequenas frases manifestas. Nas fontes (documentais, intelectuais e imprensa), é possível perceber este “Outro”, objeto recortado e apresentado, em sua subexistência em meio ao discurso, neutralizado em seu poder, rarefeito em narrativas de constatação sem proposições de positividade, existindo através do olhar do “Ser”. Para quebrar esse envolvimento simbólico do confinamento ao estigma, este “Outro” precisa construir um campo próprio de poder, para mim, este campo está na condição de “Ser-Comunidade”, para deixar de ser “Outro” na cidade foi preciso buscar compreender o funcionamento das estratégias de lutas políticas e de reconhecimento da sua cidadania em construção de ressignificação de seu espaço/território frente à cidade.

Ser-Comunidade entendo como exercício da tomada de voz política e social nas relações de poder buscando trincar a bolha hermética construída externamente ao bairro que lhe impõem saber-poder outro estranho a este. Para comunicar uma ideia contruída em um campo de disputa com esse “Outro”, como protagonista é preciso conhecer e reconhecer a voz da comunidade em seu pertencimento próprio da forma como foi forjado o bairro Restinga em seus 52 anos de história.

3.1 A memória sobre o pobre urbano e seus espaços

O registro pela História Oral passa a ser ferramenta⁸¹ de conquista do registro de memória para esta comunidade. Alternativa para romper a rarefação da autorepresentação

⁸¹ Entre espaços de diálogo com a cidade e seus sujeitos e internamente entre a comunidade e seus moradores.

destes que são protagonistas históricos dos acontecimentos. Mas, sem presença discursiva nos registros construídos contemporaneamente aos acontecimentos, sua ausência de proposição revela sua “rarefação imposta”. Este exercício de perceber em análise os discursos que circularam na cidade no tempo em estudo segue a proposta de aplicar as positivities que Foucault percebe em sua prática de análise:

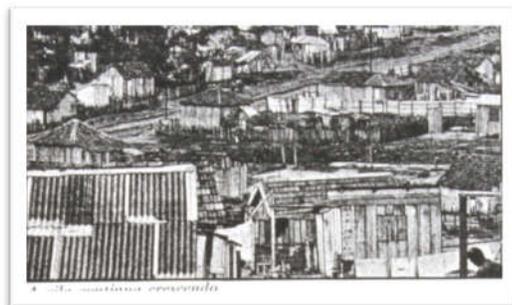
Chamemos de positivities esses domínios de objetos; e, digamos, para jogar uma segunda vez com as palavras, que se o estilo crítico é o da desventura estudiosa, o humor genealógico será o de um positivismo feliz. Em todo caso uma coisa ao menos deve ser ressaltada: a análise do discurso assim entendida; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim da afirmação e não generosidade contínua de sentido, e não monarquia do significante. (FOUCAULT, 2014, p. 65 – 66)

Análise dos discursos dos campos de saber-poder aqui apresentados pretende chegar perto de perceber “a economia interna de um discurso” (FOUCAULT, 2014, p.67), na possibilidade de análise destes sobre as estruturas de organização urbanas condenadas pela cidade nos seus registros ao longo do século XX sobre “marginais”, “malocas”, “vilas de malocas”, “maloqueiros”, “vilas”, “vileiros”, “restingueiros”. E, assim, entender o pobre conotativamente proposto no discurso do “Ser” e, quem sabe com as entrevistas, em sua própria narrativa. Aqui está sua memória, aquela silenciada até o momento será develada com maiores detalhes. Contudo, o espaço e o tempo de uma dissertação não são coerente com tal complexidade proposta, necessária e urgente, pretendo uma ínfima parte disso direcionando o debate da origem do Bairro Restinga com espaço tempo controlado a partir dos momentos dos agentes municipais e das políticas habitacionais definidas em discursos sobre o que significa o bairro para cidade e para os sujeitos removidos.

Importa aqui, neste Capítulo, perceber a memória do “Ser” através de seus registros dos acontecimentos e, nestes os silêncios, lembrados por Joel Rufino dos Santos (2004, p. 73) que tão importante quanto à memória é o esquecimento, o autor entende que “A memória alimenta os patrimônios (histórico, artístico, cultural, etnográfico etc.)” necessários na construção dos registros que ficam na sociedade, contudo “o esquecimento alimenta o matrimônio, as trocas invisíveis no escuro da noite, aonde não chega o poder do Mercado ou do Estado.” (SANTOS, 2004, p. 73). Entendo também este silêncio como o que se pretende esconder na narrativa sobre a cidade em seu registro histórico, construindo discursos legitimadores. Segundo o autor que fala sobre a literatura “Matrimônio é o que foi escondido pelo patrimônio, assim como o produto esconde o processo pelo qual se fez – a história conta

o que aconteceu, definiria Aristóteles, a poesia o que deveria ter acontecido.” (SANTOS, 2004, p. 73).

A interpretação de Joel Rufino dos Santos (SANTOS, 2004) se dá no final de sua análise conceitual sobre “O pobre” e sua ausência eficaz nos registros, exceto pela literatura. Conceito que abraço como forma de superar “a economia interna de um discurso” (FOUCAULT, 2014, p.67) que decreve o que não lhe é espelho, sob a ótica da desconstrução e não identificação do “Ser” ali presente, onde sua discriminação não considera sua “condição”, pirâmide social, um produto da própria sociedade.



Fotografia 6. Cruzeiro do Sul, A vila Fundada por um Carroceiro
Zero Hora, 17 de setembro de 1973, p.2 e 3
Arquivo: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Para definir melhor o campo conceitual que absorve o sujeito que será constantemente descrito neste capítulo, sem contudo ter espaço para auto-descrição conto com o conceito de “Pobre” construído por Joel Rufino dos Santos (2004, p. 29) que diz:

Pobres são os despossuídos, não de qualquer posse, mas de território, de casa, de emprego (embora não de trabalho), de local (embora não de lugar), de família (embora não de nome) e enfim do próprio corpo (no caso dos escravos e servos da Colônia e Império). São, em suma um estado nômade ou vagabundo – e é curioso como “se virar” designa geralmente, para os pobres, o ato de trabalhar. Pobre é quem se vira (já o miserável não tem essa capacidade) e isso demarca um lugar preciso, qualificável, na estrutura social. Pobre é quem só tem amigos pobres. Pobre é quem mora em locais pobres (*os territórios de pobreza*) quase sempre sem água, esgoto e coleta de lixo. (SANTOS, 2004, p. 29)

Dentro desta perspectiva apresentada, ampliando a percepção do “Outro” aqui “Pobre”, eu diria que, pobre é sobre o qual recai o silêncio e ausência de lugar de fala propositiva e positiva nas disputas de poder discursivos. Para Joel Rufino dos Santos é possível ainda dizer que este é apresentado como:

Pobre é uma categoria fluida, mas real - é um estado, uma maneira de ser, instituída no passado pela vadiagem e vagabundagem, produtos da desterritorialização primitiva (e sua variante, a despossessão) e, hoje, pela desclassificação. Um proletário (ou semiproletário) Vendedor de mão-de-obra no mercado de trocas capitalista pode ser pobre por qualquer dos indicativos sociais à disposição, mas um pobre não é necessariamente um proletário (ou mesmo semiproletário). Frequentemente em nosso país ele é o que se *vira*, uma mão-de-obra informal, um

trabalhador livre da *economia* não-capitalista que desde a liquidação do escravismo se desenvolveu ao lado da outra. Pobre é o proletário mais uma certa afeição e um certo desejo – o desejo sobrança -, é aquele a quem falta *vocação* para o trabalho continuado e espírito de poupança, requisitos da condição de capital (*sic*), sem falar que lhe falta, absolutamente, a habilidade de explorar o trabalho de outrem (iniciativa privada). (SANTOS, 2004, p. 73)

Esta é uma construção de Joel Rufino sobre as percepções sociais do pobre, sobre o qual ele afirma ser a literatura quem melhor captura seu enquadramento. A ideia de “Não-Ser” liga a condição de pobreza a desconstrução de um sujeito moderno colonizador interno que imprime um dever ser como norma. Ligo este conceito de pobre, as análises de Foucault (2008; 2016) sobre as ações de biopoder e biopolítica. A este, aprofundado nas dinâmicas de tempos de guerra proposto por Mbembe (2014) em seu entendimento sobre necropolítica/necropoder, também já discutido nesta dissertação⁸².



Fotografia 7. Cruzeiro do Sul, A vila Fundada por um Carroceiro
Zero Hora, 17 de setembro de 1973, p.2 e 3
Arquivo: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Em momento de reflexão sobre a função deste espaço de poder – dissertação – que tomo em minha fala, pretendo uma provocação sobre os espaços acadêmicos que orienta, conduz saber, difundi e legitima ações de poder. Mais que uma denuncia, esta dissertação pretende apresentar sujeitos históricos ainda desconhecidos em seu protagonismo que ainda é “Outro” na relação com a cidade, onde na ação cotidiana de sua existência se torna “Ser-Comunidade” na periferia. Minha proposta em sua ousadia é para além de apresentar este “Outro” social embrulhado em seu silêncio imposto, é produzir espaço de diálogo onde a “balburdia” do bairro Restinga alcance em coro o lugar de fala de uma forma de “Ser” só nossa - Comunidade.

⁸²Tal reflexão sobre este sujeito silenciado que é o Pobre pretendo com sustentação teórica consistente. Apresentado em análise teórico conceitual do I capítulo.

3.1.1 A Cidade a sua Urbe: o crescimento populacional

Para estruturar as ações de remoção em 1967, as relações de poder já desenvolviam tramas discursivas ao longo dos anos anteriores. Não há novidades na intenção da ação, o projeto vem se desenhando como urgente, e a entrada em um período conservador – Regime Militar – fortalece as proposta de ação do poder sobre uma população condenada⁸³.

A dinâmica de expulsão da pobreza e reforma da cidade em seu formato moderno lida com um contingente populacional na década de 60 de 641.173 mil habitantes (IBGE), com boa parte desta população vivendo em “Vilas de Malocas”, áreas estratégicas para expansão da cidade.

As autoridades não conseguem conter a chegada de migrantes e os espaços possíveis são tomados por um mar de gente que busca o sonho modernizante e encontra na cidade o pesadelo da carestia⁸⁴. O IBGE demonstra o crescimento de Porto Alegre:

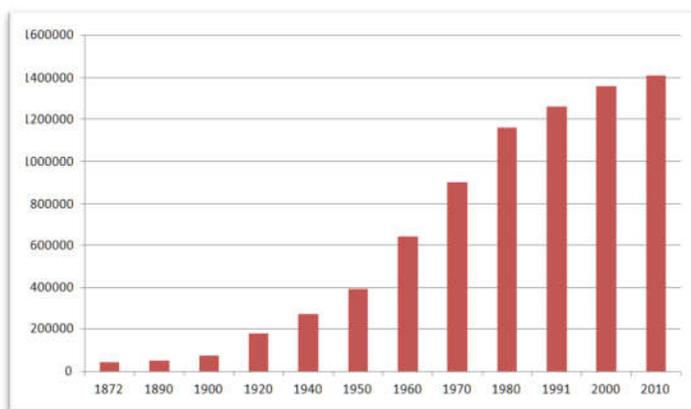


Tabela 1. Fonte IBGE: Crescimento Demográfico da cidade de Porto Alegre
Censo de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

O planejamento urbano busca a ampliação das áreas estruturadas e o escoamento da produção de Porto Alegre, sendo a população mais pobre afetada na modernização que

⁸³ A prática de necropolíticas já registrada ao longo deste capítulo estará voltada para o fortalecimento de um imaginário criminoso, doentio e contagioso das Vilas de Malocas, retrato da permanência do discurso existente ao longo das décadas de 40 e 50.

⁸⁴ Ao chegar à cidade outros já existiam e todos somam na disputa de poucas vagas e trabalho. Tal população buscava morar próxima das áreas de trabalho para busca diária de ocupação, e assim se abrigavam nas áreas empobrecidas do centro entre becos e cortiços que desafiavam as autoridades e poluíam a paisagem. José Loureiro da Silva⁸⁴ em 1938, afirma em sua prestação de contas que “Porto Alegre, como todas as cidades coloniais brasileiras, cresceu ao acaso.”. Para o prefeito, “A cidade atingiu, assim, a um estado de seu desenvolvimento no qual se tornava imprescindível o estabelecimento de uma orientação, de uma planificação de seu crescimento, que o enquadre dentro de normas racionais.” (Fonte: PMPA Relatório Prefeito José Loureiro da Silva 1938 p. 9).

afunila, em exigências, os lugares na cidade. Com isso uma disputa pelo espaço é inevitável tendo na construção narrativa ferramenta de legitimação da ação do poder na expulsão dos indesejados.

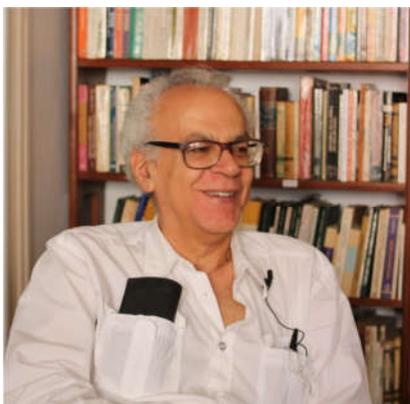
Pretendo uma rápida análise da narrativa sobre a modernização da cidade na primeira metade do séc. XX para construção do ideário sobre as “Vilas de Malocas” e o “Maloqueiro” como lugares a serem exterminados e sujeitos a serem combatidos como já registrou Vinicius Reis Furini (2018, Resumo):

Desde seu aparecimento, as “malocas” estiveram envolvidas em disputas simbólicas e matérias realizadas, por parte do poder público, da elite e da classe média que, sob um discurso modernizador e higienista, valendo-se de argumentos estéticos, buscaram ver-se livres do “problema das malocas”, empreendendo, assim, políticas de remoções destas para áreas mais afastadas da cidade. (FURINI, 2018, Resumo)

Busco nas fontes e na memória oral identificar práticas sustentadas por uma narrativa de guerra contra a “Vila de Maloca”, a “maloca” e seu sujeito, um debate ainda pouco exercitado sobre a história de Porto Alegre. Assim, proponho contribuir para essa discussão sem a pretensão de seu esgotamento.

3.2 A memória do sociólogo Aldovan e a cidade em perspectiva.

Proponho, neste subcapítulo, perceber as narrativas de intelectuais, da imprensa, dos discursos políticos, cruzando estes com a narrativa de memória, aqui em particular a entrevista de Aldovan Oliveira Moraes⁸⁵, sociólogo do DEMHAB.



Fotografia 8. Depoimento Aldovan O. de Moraes
Entrevistas em 08 e 15 de outubro de 2018

Agradeço a disposição do Sociólogo Aldovan O. Moraes, sua entrevista se justifica pela posição dentro do DEMHAB, com dedicação à pesquisa sobre áreas urbanas irregulares e

⁸⁵ A narrativa do sociólogo Aldovan levantará temas e proposições aqui não aprofundadas por condição de tempo e espaço.

elaboração de bibliografia pertinente ao tema⁸⁶. O sociólogo Aldovan se define em sua entrevista como o “arqueólogo do horror”, o porquê se verá durante a análise de sua narrativa⁸⁷.

Quando nos encontramos o Sr. Aldovan acolheu a proposta e nos levou a um passeio pela memória, sua entrevista surpreende por detalhes históricos e documentação conhecida. Como autor de obras que tratam do assunto, Aldovan aproveitou seus momentos dentro do DEMHAB para relacionar e catalogar em suas obras diversos documentos relacionados à história dos bairros e das transformações urbanas da cidade de Porto Alegre, tornando-se referência de pesquisa na área⁸⁸.



Fotografia 9. Depoimento Aldovan O. de Moraes
Entrevistas em 08 e 15 de outubro de 2018

Fruto do êxodo rural e o primeiro de sua família a ter experiência universitária, o depoente chega à década de 70 em Porto Alegre, onde cursa Sociologia e Filosofia na UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após um período lecionando o sociólogo encontra espaço no serviço público estadual no primeiro momento, para após, entrar no município de Porto Alegre. Incorpora um cargo no DEMHAB, na década de 90 quando foi subordinado a Flávio José Anton, juntos publicam “Mapa da Irregularidade Fundiária” (MORAES & ANTON, 2000), quando iniciou “os levantamentos de campo (...) de núcleos e Vilas Irregulares”, produção institucional publicada pelo departamento. Em 1999, Flávio José Anton aposenta-se e o Sr. Aldovan passa a encaminhar estas pesquisas de campo das áreas do DEMHAB e Conexas, dedicando-se a relacionar e estudar as Vilas Irregulares.

⁸⁶ Irregularidade nos recortes de terras urbanas na cidade de Porto Alegre.

⁸⁷ Aldovan de Oliveira Moraes entrevista concedida a Neila Prestes de Araujo, no dia 15 de outubro de 2018, em sua residência no Bairro Menino Deus em Porto Alegre. Durante o ano de 2018 fiz contato telefônico com o Sr. Aldovan, sua presença estava nas pesquisas de Zambonni e Gamalho, referências bibliográficas de meu trabalho. A escolha de entrevistá-lo surgiu no primeiro contato, considerando o diálogo longo mesmo por telefone o Sr. Aldovan descreveu a história urbana de Porto Alegre com detalhes que eu não imaginava.

⁸⁸ É possível encontrar a bibliografia de Aldovan Oliveira de Moraes (2000; 2011; 2018), junto às Bibliotecas da Arquitetura e Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

3.2.1 O pobre da cidade uma retrospectiva histórica das ações do poder

Porto Alegre chega ao séc. XX com discurso de asseio – higienização – de lugares e costumes⁸⁹. Debates técnicos sobre o crescimento populacional esbarram na ocupação da terra, estratégias são usadas para desconstruir o oponente que emperra a cidade frente seus planos para o futuro.

Para Porto Alegre, o encontro com o “Outro”, o que não pertence à cidade, é apontado no diálogo com Aldovan⁹⁰, questiono este sobre a segregação, o confinamento, a ação de “excluir toda essa população”, encaminhando esta “sistematicamente em número elevado para - Restinga Velha - núcleo original do bairro” o sociólogo responde com tranquilidade: “Aldovan - É o que a população da cidade quer, é o que os habitantes de Porto Alegre quer?”. Parto desse momento para apresentar a análise dessa entrevista – dialógica.

3.2.2 Quem é esse “Ser” que condena – cidadão de Porto Alegre

Para pensar na construção de distinção social entre os grupos urbanos, questiono “quem é esse porto-alegrense então, que se coloca em oposição a esses que chegam e ocupam espaços, de forma desagradável ao olhar?” Para Aldovan Moraes estes são:

Aldovan - A coisa é bem simples, os que pagam impostos, ou seja, qualquer criatura que se diga cidadão, eu pago impostos, não é porque aquilo te faz cidadão eu pessoalmente já encontrei alguns cidadãos nesses 62 (sessenta e dois) anos de vida alguns que eu posso chamar de cidadãos é coisa quase inexistente nessa parte do planeta tá, mas que haja pessoas que pagam impostos ou que sacaneiam a Receita Federal e ludibria ela e tal para pagar menos e etc., essas são as criaturas que, que retoricamente dizem: eu pago, eu quero uma coisa bem feita, eu quero que não haja gente dormindo na calçada, que a rua esteja limpa, então assim, é quem paga tem direito. (Entrevista – NPH - REPHO)

Dentro do registro a fala, o sociólogo percebe o cidadão como aquele que estabelece um discurso legitimado da ordem imposta a quele que possui renda a qual possa ser imputado um imposto o qual por ventura sustenta as engrenagens burocráticas da cidade.

⁸⁹Em obra de Eder Silveira (2016) – A Cura da raça – é possível identificar como a Primeira República cerca-se de saber doutoral para impor suas regras e moldar a sociedade Sustentada por uma necessidade de estruturação urbana e sob ideários racistas a cidade a nova ordem política estabelece saberes de distinção e condenação dos espaços pobres e sobre os habitantes que devem ser disciplinados.

⁹⁰ O sociólogo integra o conjunto de entrevista para esta dissertação. Parto da História de Vida deste depoente para conduzir a entrevista dirigida para o tema em estudo até o problema proposto. No decorrer do diálogo o depoente passa em retrospectiva sua percepção sobre um tema pouco discutida até o momento na História Urbana de Porto Alegre – “Vilas de Malocas”. É partindo de seu olhar que inicio a apresentação das entrevistas de História Oral.

3.2.3 Vilas de Malocas e Maloqueiros definições: o “Ser” constrói o “Outro” negado - vestígios históricos

Definições são relacionadas nas obras institucionais do município de Porto Alegre como o “censo de 1950” o conceito de “maloca” é visto como “para o porto-alegrense, é o pequeno casebre, geralmente feito de tábuas velhas equivalente à favela carioca e ao mocambo pernambucano” (ANTON & MORAES, 2000, p.12). Este conceito apresenta a “opinião de todos os que lidaram com o problema em foco: visto serem as malocas um quisto social, uma situação anômala, uma vida marginal ao ambiente social de Porto Alegre” espaço a ser combatido (ANTON & MORAES, 2000, p.13). A partir do conceito citado questionamos o depoente sobre os registros levantados em sua pesquisa e a visão entre a sociedade porto-alegrense sobre o tema “Vilas de Malocas” onde Aldovan Moraes afirma:

Aldovan - Então ó, habitantes de vilas de malocas não são habitantes da cidade, não são cidadãos não são como consumidores, não pagam impostos, eles são forasteiros, eles são entidades exógenas tá, e essa é a lógica da coisa tá então eles vieram de fora porque aquela história da migração desde sempre tal (...).(Entrevista – NPH - REPHO)

A interpretação do sociólogo é construída pela sua experiência no levantamento de fontes e práticas de campo no estudo de áreas irregulares durante sua atuação no DEMHAB. Claro que entendo seu olhar a partir do lugar ocupado na ordem dos discursos. Mesmo como crítico de tais definições “conotativas” sobre o “Outro” “maloqueiro”, sua fala se encontra dentro da perspectiva externa ao bairro. Ainda assim, sua percepção não busca sustentar a legitimação das ações de poder sobre esses sujeitos, mas uma constatação.

Sobre a inserção dessa população no sistema de mercado, Aldovan Moraes coloca: “Então tem uma parte que é os mais miseráveis dentro dos miseráveis” que, entre os pobres da cidade estão também aqueles “com rendimento um pouco mais alto digamos um salário mínimo e meio ou dois.”. Isso reafirma que são moradores trabalhadores, com ou sem registro, são sobreviventes.

O Povo, estranho sujeito ao modelo de branquitude civilizatória⁹¹ ocidental, fantasma que assombra o ideal nacional, causa mal estar com sua presença ao “Ser Eurocêntrico”⁹² e

⁹¹ Conceito a ser trabalho durante a pesquisa, define a cultura ocidental branca como modelo de civilização a ser alcançado. Contradição frente a constituição de nossa população nacional, será legitimada em 1930 com discurso de Democracia Racial, definido pelos escrito de Gilberto Freyre em suas obras.

⁹² Quando se poderia dizer que nascidos no Brasil são brancos superiores? Somente em uma sociedade racializada e mal resolvida com seu passado banhado na máquina econômica da escravidão. Omitisse aqui que todos os nascidos nas colônias em seu turno de reconhecimento eram “não europeus” e assim dignos de reconhecimento apenas local. Tendo como única distinção frente ao “Ser” superior europeu a distinção de cor

passa a ser expulso⁹³. Para Aldovan Moraes, quando os documentos falam de “maloca” e “maloqueiro” representa a ideia, em suas palavras, onde “Os administradores públicos quando falam em malocas e falam em maloqueiro eles tão usando aqui a terminologia da linguística, eles estão fazendo uso da linguagem conotativa não denotativa tá (...).”(Entrevista – NPH - REPHO).

Em leitura das fontes, percebo a forma conotativa, a presença de filtros simbólicos na consolidação do imaginário sobre o “Outro” e seu lugar. Cada discurso envolvido por sua intenção onde produz efeito de verdades (muitos contraditórios) eficaz no seu objetivo: manter determinados sujeitos a margem e vulneráveis frente à ação do poder minimizando e silenciando sua resistência. Para Aldovan Moraes, essa construção sobre “malocas” e “maloqueiros” em “Vila de Malocas” tem um histórico e remonta ao que ele afirma:

Aldovan - (...) tá então nesses casos a denotativamente elementar maloca: habitação evidentemente inadequadas em recursos de infraestrutura e etc., e etc., com material de má qualidade, sem, na época não tem plástico né, então de madeira reaproveitada, papelão tá alguma folha alguma coisa assim (...). Bom então, denotativamente a maloca é isso e evidentemente o maloqueiro, (...) é o cara que habita maloca simples e elementar (...). É o cara que tá dentro da maloca tal, desde Sempre (...). Desde sempre nos anos 40 (quarenta) em diante o maloqueiro vem junto com outros significados que estão baseados naquele significado original e que na fala não é explicitado esses outros significados alguns autores dizem que são de carga emocional. (Entrevista – NPH - REPHO)

“Vilas de Malocas”⁹⁴ passam a configurar um problema oriundo do crescimento da cidade e que deve ser contido no seu processo com controle social. Tendo o discurso conotativo de desconstrução ferramenta de facilitação da ação do poder.

O Bairro Restinga possui a originalidade no processo de grande escala aplicado a cidade de Porto Alegre e na centralização das remoções em espaço de segregação extrema e de confinamento estratégico. Contudo, a intencionalidade que emerge dos discursos e ações já é registrada ao longo de todo o séc. XX e marca a experiência do fracionamento de terras urbanas e se mantém a cada nova dinâmica de reestruturação da cidade para compor seu crescimento com a característica de expulsão e segregação.

que aproxima ou distancia do espelho ideal, tendo no fenótipo negro como colorismo de extremo negativo, o brasileiro estabelece sua distinção por tons de brancura e não por mérito de aptidão ou saber.

⁹³ Já iniciado no início do sec. Xx pelos becos e reformas do Centro Histórico de POA.

⁹⁴ Um texto que tive acesso durante o mestrado – A cidade que devora “malocas”: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c.1943 – c. 1973) (KLAFKE, WEMER & FURINE. No prelo), – acrescenta uma retrospectiva anterior ao movimento de higienização social de 1967, obra ainda não publicada conduz debate sobre a história destes espaços - Vilas de Malocas - ocupados pelos pobres da cidade. Não tenho a pretensão de repetir aqui essa discussão, assim, me proponho a seguir neste capítulo a narrativa do depoimento de Aldovan e registrar detalhes históricos ainda não debatidos por obras em circulação.

3.3 As Histórias Silenciadas – práticas sistemáticas de necropolíticas

No diálogo com o sociólogo Aldovan Moraes, histórias de ações estaduais e municipais desvelam narrativas de episódios históricos silenciados sobre campos de trabalho para regeneração do “maloqueiro” na década de 40. Os registros sobre proposta de “colônia para Marginais” em “Passo Novo, zona rural de Alegrete – RS” com referências encontradas na obra de Aldovan Moraes (2018, p. 147).

Outra proposta de espaço de “recuperação” é Matadouro Modelo de Porto Alegre, fica como registro de vestígios históricos de ações necropolíticas, ação sistemática de combate a “Vilas de Malocas”, antes da produção do espaço Restinga. Busco uma maior certeza e pergunto ao entrevistado se “a proposta reproduz o estado de confinamento, de isolamento como o campo de concentração judeu, como as guetificações?”

Aldovan - Sim, sim é de imediato, por que regenera-los através do trabalho, manter os confinados ali e etc., e policiais atuando e claro que evidentemente na retórica tu pode vê que predomina neste caso aqui é pequenos criminosos ele fala também de maloqueiros (...) o mais frequente é a linguagem dos jornais então analiticamente são duas coisas completamente diferentes que eles falam uma delas é o recolhimento principalmente na região central de Porto Alegre de pequenos criminosos que evidentemente eu esclareci bem claro que é no sentido de, de delito no sentido de pé de chinelo tá, chinelão, pé de chinelo, pequeno ladrãozinho, nesse sentido que não é menor de idade que seriam adultos, mas sem, sem grande importância então uma das coisas é isso e pela do censo fica claro que ai é outra coisa que é na do censo diz que é habitantes de malocas, que da na mesma coisa um é pequeno criminoso e o outro é habitantes de malocas. (Entrevista – NPH - REPHO)

O diálogo que segue com o sociólogo Aldovan pretende elucidar quem estaria condenado a este espaço de controle, o registro de imprensa afirma “... o aproveitamento das instalações do Matadouro Modelo, em Belem Novo, para criação de um centro de trabalho agrícola,” com a sua função social “onde seriam albergados todos os desocupados e marginais desta cidade.” (CP. POA, ano 49, n. 85, 11 jan. 1944, p. 6. In.: MORAES, 2018).

Com o abandono da proposta do Matadouro Modelo, o levantamento de “Vilas de Malocas” executado em 1944 foi utilizado para o reconhecimento do problema. Outra proposta é executada, a remoção e condução compulsória da população de “maloqueiros” para Vila Marginal – Vila São João, descrita por Justino Martins⁹⁵ na Revista O Globo de 26 de junho de 1945.

⁹⁵ Conforme Martins (2012; 2012) e Nunes (2017) o jornalista é intelectual comunista militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que influenciou a revista entre 1939 a 1947 durante o período em que a dirigia. O tema – remoção para Vila Marginal – o bairro São João e o texto de Justino Martins mereceria mais atenção de análise, porém aqui está como coadjuvante de um processo de cristalização do imaginário sobre o “Outro” socializado entre os leitores - Elite de POA - da revista.



Figura 1. Revista O Globo, 26 de junho de 1945
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Assim, se faz uma higienização social e animalização do “Outro”, uma limpeza urbana, reunindo a todos em único espaço para melhor controlá-los “formando uma ‘vila de marginais’ que ficasse bem longe da cidade bonita,” o autor desconstrói o sujeito ao remetê-lo a animalidade quando afirma: “Lá onde aqueles verdadeiros percebejos humanos não inquietassem o pacato transeunte burguês com sua incômoda advertência social.” (MARTINS O GLOBO, 26 de junho de 1945). Sua denúncia vem carregada de referências à visão social, conotativa a que estes “maloqueiros” expostos observados como inimigos da boa sociedade.

Entendo aqui uma ação de ordenação urbana planejada burocraticamente, controlada e conduzida por uma ordem policial, receita que se reproduz em 1967 na origem da Restinga⁹⁶. A frase “O pecado, ao que se observa, não ficou extinto com o campo de concentração” nos remeteu a ação que busca solucionar “as dificuldades insolúveis de moradia, de subalimentação, o êxodo constante das populações campesinas para a cidade.” (MARTINS - O GLOBO, 26 de junho de 1945, p. 21-25), reunindo todos os “marginais” em um único local para melhor controlar. Ao longo do texto em análise o jornalista descreve a “Vila Marginal⁹⁷” como “agrupamento humano dolorosamente pitoresco”. Intrínseco ao texto está o ato de denuncia ao comparar o agrupamento a um “gueto” lembrando, nas palavras do jornalista, o

⁹⁶ As ações de higienização social não possuíam maiores críticas nesse período por ser filosofia aceita e defendida como solução para melhoria humana. Tais teorias aplicadas desde sec. XIX promoveram profundas cicatrizes em nossa cultura, já que motivou a política de branqueamento da população brasileira. Essa ação promoveu a contínua segregação racial dos negros, mantidos em um patamar inferior na condição humana, ocupando os piores postos de trabalho em sua maioria. Os que se projetavam socialmente, conviviam com o branqueamento de sua cultura. Mesmo com a perda de força dessas injustificáveis teorias, ainda hoje é assunto pertinente devido a sua presença em nossa sociedade contemporânea.

⁹⁷ Para Aldovan a Vila Marginal São João é esquecida historicamente, seu registro por Martins em 1945 gerou um nota no trabalho de D’Avila (2000), a experiência pode ser pensada sob o olhar de Zeli de Oliveira Barbosa – Ilhota. Sobre isso, o depoimento de Aldovan nos remete ao modelo de Vilas de Malocas reestruturadas pelo poder municipal apoiado por aparato policial e legitimada pelo discurso da imprensa e intelectuais.

“campo de concentração” o que nos remete a necropolíticas anteriores ao ato de remoção para Restinga em 1967⁹⁸.

Formas diversas são usadas para expulsão do “Outro”. Quando pergunto por Thompson Flores⁹⁹, Aldovan nos lembra de práticas de poder que são movidas para expulsão da Vila Doca das Frutas que persistia em ocupar uma área em obras ligadas ao DNOS. O diálogo surpreende quando Aldovan registra que:

Aldovan - O querido, o simpático engenheiro Telmo Thompson Flores é o super-chefe geral do DNOS no Rio Grande do sul nos anos 40 (quarenta) tá.

Aldovan - E quando ocorre a tal, o tal **método original de expulsão de malocas através de jogar água sobre os maloqueiros**, quem faz é um engenheiro Telmo Thompson Flores nos anos, vou te dizer aproximado lá por 52 (cinquenta e dois) mais ou menos, provoca ondas gigantescas no Guaíba que são essas ondas são jogadas sobre a população da Doca das Frutas para que eles sejam removidos para Mato Sampaio e para Maria da Conceição. (Entrevista – NPH – REPHO, grifo meu)

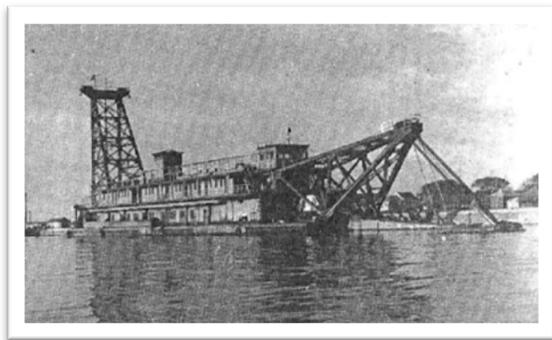
Entre histórias soterradas de práticas questionáveis sob o discurso da ordem para o bem da cidade e de seus cidadãos, Aldovan Moraes chama atenção para as práticas. Em sua obra registra o verbete “Doca das Frutas”¹⁰⁰, descreve como agentes do poder, transformaram uma ferramenta de dragagem do Guaíba em uma máquina para aterrorizar os assim ditos “maloqueiros” que se colocam como intrusos na cidade, o depoente lembra: “A draga Ster I, a draga Ster I, é Ster é sem “E”, STER I é um romano tá, é as iniciais da empresa proprietária da draga, (...) é só mover ali na água diversas vezes e cria ondas e cada vez a onda vai ficando maiores né¹⁰¹ (Entrevista – NPH - REPHO).

⁹⁸ Ausência de tempo, espaço e objeto nos impede de aprofundar tal acontecimento neste momento. Contudo, tal acontecimento remete a primeira ação de política pública de formação de aglomerados de pobreza urbana e merece estudo pertinente.

⁹⁹ Nome que assume a prefeitura a cidade em 1968.

¹⁰⁰ Doca das Frutas é região a qual Aldovan dedicou mais tempo de pesquisa é possível aprofundar e estabelecer relações contextuais mais amplas com as fontes relacionadas em seu texto, aqui farei somente o registro por não ser meu tema de pesquisa.

¹⁰¹ O assunto é registrado por Aldovan O, Moraes em sua obra Dois Departamentos quatro Intitutos e Um problema (2018, p. 111-112). Esse rastro de ações intencionais na destruição de malocas deve ser melhor discutidos, fica como provocação acadêmica que os arquivos sejam escrutinados para melhor observarmos a memória urbana de Porto Alegre.

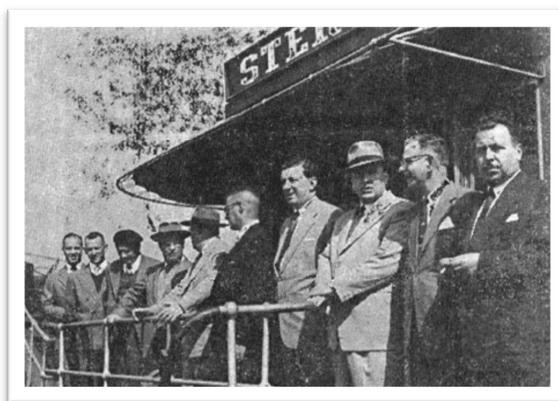


A magestosa “Draga”, a quarta maior do mundo em tamanho. Operou no Canal do Panamá. Veio para Porto Alegre e se tornou “uma personagem”, na vida do Internacional Ano da Graça de 1952. Transformou 7 hectares de água, arrancando do Guaíba o verdadeiro “Chão Colorado” 24/11/1957.

„CHÃO COLORADO, 24/11/1957”

Figura 2. A majestade “Draga” – STER I
Livro: O Gigante da Beira Rio de Santos (1983)¹⁰²

A análise deste discurso nos remete ao drama de práticas necropolíticas próximas e constituintes de nossa história soterrada em memórias a serem desvelas. Aqui ligo as ações e os atores políticos, a bordo da draga STER I, em admiração a obras na cidade, seus aterros e desteros. Encontramos na Figura 3 atores políticos como prefeito Ildo Meneghetti e diretor do DNOS e Telmo Thompson Flores na dec. 50, este último assumirá o poder municipal em 1969. É possível entender uma continuidade dos sujeitos no poder, mesmo não sendo o tema em discussão pela dissertação, entendo necessário entrelaçar as fontes com a oralidade dos depoentes e sua potencial sustentação narrativa em registros da época. Neste caso a expulsão dos moradores da vila “Doca das Frutas” é a estratégia da batalha onde figuram ambos gestores políticos, para isso, a ligação entre o Prefeito e o Diretor do DNOS nos interessa.



¹⁰² Livro: O Gigante da Beira Rio de Santos de Carlos Lopez Santos (1983).

Fotografia tomada na Ponte de Comando da Draga "STER I", onde aparecem o Governador do Estado Ildo Meneghetti, Patrono do Internacional e o jovem engenheiro Telmo Thompson Flores, Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Ao seu lado se encontra o Engenheiro Euclides Triches, Ex-Governador do Estado, quando no exercício de Secretário das Obras Públicas. São três vultos da história do Gigante da Beira-Rio. - 1952.

Figura 3. Ildo Meneghetti e Telmo Thompson Flores – STER I
Livro: O Gigante da Beira Rio de Santos (1983)

A foto da dec. de 50 e a legenda abaixo, registra a ligação dos sujeitos e anuncia a manutenção das práticas para Porto Alegre nas décadas seguinte:



Fotografia 10. Ildo Meneghetti e Telmo Thompson Flores em 1978
Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Mais do que um encontro casual, lembramos que as ações sobre as “vilas de Malocas” produzem calamidades para seus moradores, as práticas necropolíticas não estão em uma única ação dos agentes políticos e sim nas sistemáticas políticas de guerra sobre os corpos a serem exterminados.

Entendo a perspectiva de ampliar as possibilidades de debate que atravessam esta dissertação como possíveis temas de pesquisa, para isso, é que registro a importância de entender as relações das ações do poder e os sujeitos que arquitetam uma intencionalidade clara em suas proposições políticas.

3.4 Laudelino Medeiros – Ildo Meneghetti – Sanhudo: a construção do inimigo Maloqueiro antes de 1967

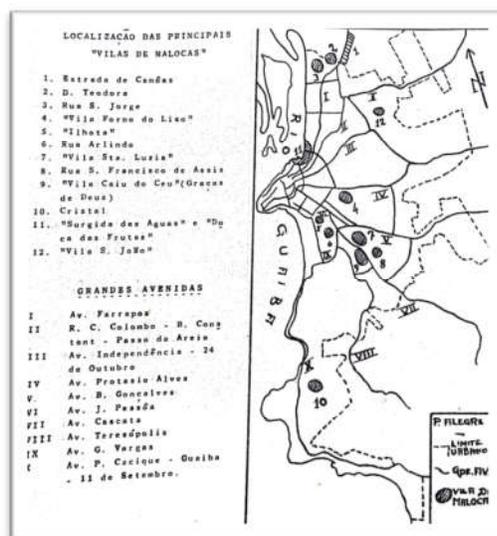


Figura 4. Ensaio Vilas de Malocas
Fonte: Medeiros (1951, p. 16. a)

Dentro das disputas ideológicas distintas, os inerlocutores apresentam para o suposto “Ser” cidadão os riscos dos moradores de “Vilas de Malocas” que segundo Aldovan “não são habitantes da cidade, não são cidadãos não são como consumidores, não pagam impostos, eles são forasteiros, eles são entidades exógenas *tá*” (Entrevista – NPH - REPHO), esta é a informação registrada a circulada que forma o senso comum do cidadão porto-alegrense¹⁰³.

3.4.1 Laudelino Medeiros¹⁰⁴: o intelectual católico

O texto de Medeiros – Vilas de Malocas – figura na análise dissertativa do bairro Restinga, na obra de Nola Gamalho (2000, p. 39), a autora coloca que “O imaginário das malocas incorporava a ideia de contaminação, atribuindo ao modo de vida dos ‘maloqueiros’ uma questão patológica”. É Medeiros que compõem o cenário¹⁰⁵ de sua narrativa com as

¹⁰³ O discurso oficial, o saber-poder que legitima verdades que ordenam essa realidade, onde opera com o silenciamento do sujeito histórico “maloqueiro”, estudado por Medeiros como objeto em sua “animalidade”, desconstruindo o humanidade e personalidade destes em seu estudo.

¹⁰⁴ Laudelino Medeiros foi Sociólogo ligado a Liga Católica, fundador da Escola de Humanidades da UFRGS, quando ainda era CU - Colégio Universitário. Catedrático responsável pela fundação da Faculdade de Filosofia, atuou na formação pedagógica dos professores do curso normal do Colégio Júlio de Castilhos. Foi responsável pela formação dos profissionais do magistério que atuavam profissionalmente nas escolas do Estado e do Município. Lorena Madruga Monteiro (2006) em sua dissertação apresenta a influência de Laudelino Medeiros sobre Faculdade de Filosofia e como o primeiro e único catedrático de Sociologia da UFRGS (MONTEIRO, 2006).

¹⁰⁵ Em observação dos registros e de imagem da obra de Medeiros o que identifico são estratégias de sobrevivência de uma população sem lugar na cidade.

imagens que seguem da “Vila Forno do Lixo”, tal realidade apresenta um quadro humano de extrema pobreza, onde o sustento está no garimpo do lixo que a cidade produz.



Fotografia 11. Vila de Malocas Forno do Lixo e a Cidade
Fonte: Ensaio - Vilas de Malocas – Medeiros (1951)

Na leitura¹⁰⁶ sobre “Vilas de Malocas” de Medeiros (1951) a denominação nasceu naturalmente da designação de “malocas” a essa “habitação miserável que nem é cortiço, nem espelunca, nem choupana, nem casebre, nem cubículo, talvez tugúrio, talvez choça, talvez palhoça, mas que popularmente todo mundo entende como sinônimo de ‘favela’ e de ‘mocambo’.” (MEDEIROS, 1951, p. 78).



Fotografia 12. Vila de Malocas Forno do Lixo - Maloca
Fonte: Ensaio - Vilas de Malocas – Medeiros (1951)

¹⁰⁶ A partir da prática enunciativa de um conjunto de ideias que circulam socialmente como dispositivos de poder sustentados por saber-poder que tatuou a negação do pertencimento a cidade a um conjunto da população. Para esta análise,

Em seu ensaio Medeiros utiliza o que chamou de “elementarismo” de três condições de “raças” no levantamento da população¹⁰⁷ onde utilizou seu olhar para constatação que segue:

Da composição da população quanto à raça fizemos durante o levantamento uma classificação apenas em brancoides, negroides e mulatos, orientando-nos ligeiramente pela pigmentação da pele, pelo tipo do cabelo, pela conformação craniana e pela forma nasal. Reconhecemos o elementarismo do levantamento; mas o nosso objetivo não era o aspecto da antropologia física e sim particularmente o sociológico e, em função deste, o econômico. (MEDEIROS, 1951, p. 23 -24)

Medeiros, afirma sobre práticas e habitações em seu olhar algo como “inomináveis”, passíveis de relações onde a “promiscuidade é impensável” e a “alimentação indescritível” (MEDEIROS, 1951, p. 32)¹⁰⁸.

Aos casos descritos impõe o peso de julgamento “é uma forma patológica extrema” a qual em sua maioria vivia esses sujeitos que se ocupam de “biscates e sangas”, na maioria oriundos do êxodo da “área rural”. O que explicaria para Medeiros sua conclusão de serem estes sujeitos “psicologicamente desarmados para ingressarem numa área cultural (?) totalmente nova” (MEDEIROS, 1951, p. 35)¹⁰⁹.

Os intelectuais do período de ideologias¹¹⁰ distintas registram os habitantes de vilas de malocas de forma “conotativa”¹¹¹, na pretensão de uma descrição que define uma versão do “Outro” carregada de significados pejorativos, perspectiva da elite social e intelectual da cidade. Assim, a “verdade é centrada na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem e fazem circular.” Medeiros e Martins representam mecanismos legitimadores de produção discursiva de verdade “produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos e ou econômicos (...) enfim, é objeto de debate político e confronto social” (FOUCAULT, 2016, p.52).

¹⁰⁷ Mesmo considerando que o texto que analisamos é de 1951, o debate sobre o vazio do termo “Raça” quanto a sua definição científica sugere o caráter conservador do ensaísta que busca um enquadramento sociológico.

¹⁰⁸ Nessa perspectiva, as relações de poder estabelecidas para alimentar um regime de verdades empregadas na desconstrução do “Outro” instrumentaliza estratégias de “eliminação legitimada” deste, pela pressuposição do risco de contaminação social. É a cidade que impõem a distância simbólica e o não pertencimento dos sujeitos históricos “maloqueiros”, onde o que não se reconhece é a própria contradição que lhe constrói.

¹⁰⁹ O peso do seu olhar descreve a Vila de Malocas – Forno do Lixo – quanto a sua organização de núcleos familiares como “Encontramos alguns casos de casais novos constituídos ilicitamente, nos quais as mulheres infelizes empregadinhas domésticas ou de fábricas que erraram na vida” (MEDEIROS, 1951, p.31).

¹¹⁰ A construção do “Outro” na narrativa do ensaio de Medeiros remete a lembrança da constatação de Martins em 1945 sobre a São João: ambos se colocam observadores do contexto de Vilas de Malocas, descrendo estes como sujeitos estranhos ao contexto social dos Porto-alegrenses.

¹¹¹ Aldovan Moraes coloca esta estratégia como forma de construção sobre estes espaços/territórios.

Em síntese, não importa se é católico ou comunista¹¹², os representantes da elite porto-alegrense são portadores de lugar de fala autorizados pelo saber-poder e, compartilham de um senso comum, de um saber sem profundidade, que contribuem para sustentação das ações política desencadeadas pelas administrações municipais e estaduais.

3.4.2 A visão política do Prefeito Ildo Meneghetti em discurso de 1950

Os registros do discurso do Prefeito Ildo Meneghetti em sua administração municipal vão ao encontro em sua ideologia do estudo de Laudelino Medeiros e seu ensaio – Vilas de Malocas (MEDEIROS, 1951). O relatório lido no ar pelo Prefeito Ildo Meneghetti em 1950, publicado na íntegra em 06 de abril de 1950 no Jornal Correio do Povo registra o olhar político da administração local “O problema das chamadas ‘malocas’ continua a ser objeto de maior atenção do executivo, cuja providências não cessão para por término à proliferação dessas improvisadas e precárias habitações.” (Meneghetti. In.: Jornal Correio do Povo 06 de abril de 1950).

Meneghetti em seu discurso¹¹³ descreve os espaços e sujeitos oponentes construindo a ideia sobre este, que “Ressentindo-se dos mais rudimentares preceitos de higiene, constituem ameaça não só a saúde de seus moradores como mesmo a população em geral”, constituindo uma oposição entre os “maloqueiros” e a população em geral, o prefeito registra ainda “séria advertência aos bons costumes, em virtude da semipromiscuidades dos ocupantes dos improvisados domicílios.” (Meneghetti. In.: Correio do Povo 06 de abril de 1950).

Essa descrição próxima de Laudelino Medeiros e do Jornalista Sanhudo demonstra uma tendência do pensamento da elite Porto-alegrense da década de 50. Registra ainda que “O número de malocas existentes em 1949 ia a 4.150” (Meneghetti. In.: Correio do Povo 06 de abril de 1950), a constatação sugere a remoção para áreas mais apropriadas.

¹¹² A linha ideológica influencia na construção do texto, porém não em sua função, a circulação da ideia sobre um mundo, outro espaço e sujeito, sem integra-lo, constata a sua existência.

¹¹³ Percebe-se a necessidade de conter a multiplicação dessas moradias, a construção do inimigo “Outro” se revela na afirmação sobre o trabalho “A complexidade do controle das malocas exige um trabalho rude e afanoso” perigoso em ambiente hostil “se considerarmos o ambiente em que se devem processar a ação do poder público” frente a “face aos elementos heterogêneos e inadaptáveis, incapazes, em sua maioria, de compreender a situação de geral precariedade de que se reveste tal espécie de habitação.” (Meneghetti. In.: Jornal Correio do Povo 06 de abril de 1950). O discurso se contradiz quando reconhece a falta de moradias adequadas e admite que tais aglomerados se formassem por “população pobre propriamente dita levada a este extremo pela falta absoluta de moradias pequenas e baratas, de locação correspondente a seus poucos recursos financeiros.” (Meneghetti. In.: Correio do Povo 06 de abril de 1950).

3.4.3 Ari Veiga Sanhudo¹¹⁴: a formação de opinião pela Imprensa.

Junto da improvisação do poder público a construção narrativa que circulam na imprensa que constrói tendência discriminatória junto de seus leitores. Tomo aqui a descrição da Vila de Malocas – Mato Sampaio – descrita por Sanhudo¹¹⁵. Para o autor o espaço “era um submundo” e até “uma subcidade, Sanhudo descreve a vila como: “Imensa e desconhecida. Infeliz e abandonada.”. Uma inversão de civilidade na paisagem “As casas, as minúsculas casas, tão pobres e variadas,” ideia de um lugar fora de seu tempo e espaço, deslocada de seu pertencimento a cidade já que “mais parecem habitações primitivas duma civilização esquecida que há muitos, muitos anos tivesse existido por essas paragens do outeiro disputado da imensa e hodierna cidade de Porto Alegre.”. Tal narrativa adere ao discurso de senso comum e condena os moradores “Outros” destes espaços a um estado de marginalidade e segregação com relação à distância abismal que se dava com a cidade civilizada em sua descrição narrativa.

É no cotidiano que o poder se dissipa se ramifica e constitui ação orgânica, para tal sua ação de desconstrução do “Outro” negado é etapa discursiva da disputa de poder, bem como o silenciamento do discurso deste “Outro” figurativo da narrativa. Ao calar o “Outro”, se constitui a sua condenação histórica. Essa construção narrativa do jornalista reconhece tais espaços como “país inimigo” (SANHUDO, 1975, p. 154), este “Outro” imerso na cidade, é parte da paisagem que o registra apontando como sua “subumanidade” aos olhares “civilizados”¹¹⁶ assombrados com sua presença.

3.4.4 O preconceito Expresso Institucionalmente

Em diálogo com Aldovan, este narra detalhes de intervenção em texto institucional do DEMHAB - Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre (MORAES & ATON, 2000). Um “detalhe discursivo” generaliza a ideia manifesta ao longo dos anos na visão do poder

¹¹⁴ O conjunto de crônicas, desta leitura, do jornalista Ari Veiga Sanhudo está reunida em Crônicas da minha cidade, que foi publicado em 1975.

¹¹⁵ Tal narrativa é destinada a um público leitor do jornal Folha da Manhã, a população a que se destina são os consumidores deste periódico.

¹¹⁶ Assim, Sanhudo apresenta a “vila de maloca” subterrâneo social em conformismo afirma: “é o aspecto do Mato Sampaio.”. Em seu discurso o escândalo se manifesta frente a prostituição: “(...) a noite, engrossa escandalosa e despudoradamente (...) as velhas megeras atraem o elemento masculino para as suas malocas, (...)para oferecer meninas impúberes já iniciadas na prática do vício e nas aberrações do sexo!”

publico em processo de racismo institucional¹¹⁷ como permanência nas tramas burocráticas, que se identifica ainda na década de 90. Tal visão recai sobre o sujeito que não pertencia à cidade e que deveriam ser contido, controlado e confiado.

Sobre as visões de desconstrução ou construção do “Outro” como inimigo, com conotação pejorativa expressa nos textos públicos como prática. Aldovan relata:

Aldovan - Vou te dar um exemplo então, essa publicação a primeira edição do Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre é de 80 (oitenta).

Neila - E depois houve uma alteração?

Aldovan - E aí ó. Vou te dar um exemplo de problemas um deles é, por exemplo, um subitem ligado a Vila Jardim, havia um subtítulo assim ó “*Dura lex sed Lex* com ex sine jontex¹¹⁸”, que evidentemente não te disse muita coisa né? (Entrevista – NPH - REPHO)

De forma cruel o texto manipulado por representantes do DEMHAB, usa publicação institucional¹¹⁹ registrando, com impunidade, trocadilhos maldosos para identificação do ato de cumprir a ação do poder, supostamente sob a ordem da “Lei”. A narrativa possui o peso da memória despreocupada, também do sociólogo, que afirma a forma conotativa como é tratado o assunto nos batidores das estruturas do Estado, desconsiderando a condição de habitação como direito de todos e o respeito inerente à condição humana. O levantamento desenvolvido na época pelos sociólogos responsáveis teve a interferência em sua edição criticada pelos mesmos, o que resultou em uma segunda versão do trabalho, revisada em suas “piadas/chacotas” desconcertantes ao poder publico, como lembra Aldovan:

Aldovan - Parte inicial é célebre, é um, um ditado latino usados pelos juristas “**a lei é dura mas é a lei**”, tá essa é a primeira parte e a parte final traduzida para o português “com e sem jontex”, jontex chama-se preservativo para evitar a reprodução humana. Tá ou seja! Ah, ela é dura com ou sem preservativo continua sendo dura tá. Bom isso aí, até tinha uns detalhezinho meio humorísticos no meio e tal, aí então eu apontei para o diretor que havia muitos erros mesmos técnicos, assim de tá e, daí ah alguns meses depois acho que 2001 (dois mil e um) se eu não me engano saiu à segunda edição capas azul escura, primeira edição capa verde claro. (Entrevista – NPH - REPHO)

A profunda falta de bom senso na construção do discurso coloca a ausência de preocupação com a literalidade das ações clientelistas do jogo do poder – aos amigos tudo – aos “Outros” a piada de desconstrução. Um jogo perigoso que desconsidera os direitos legais

¹¹⁷ Imposto sobre a pobreza generalizada, lembrando que observo o racismo estrutural oncomitante a categoria “negra” para população pobre submetida a prática de poder e segregação.

¹¹⁸ Esta transcrição está aproximada do que nos foi traduzido na frase abaixo.

¹¹⁹ A primeira publicação do Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre (MORAES & ANTON, 2000) é editada e comentada por outros sujeitos além dos pesquisadores, a denuncia de Aldovan O. de Moraes demonstra os equívocos de construção textual preconceituosa e conotativa do processo de descrição e conceitualização do “Outro” em textos que circulam como fontes de dados de levantamentos institucionais que sustentam o saber sobre sua realidade de estudo. Frente à pressão dos pesquisadores responsáveis a primeira versão, corrigida em suas conotações pejorativas e reeditadas.

e transforma espaços públicos em benefício privado, entre as redes dos “amigos” em condição de proposição discursiva em registro público onde se manipula a imagem do “Outro” sem a preocupação de ser punido mesmo que exposto, a prática revela uma permanência do racismo estrutural¹²⁰.

Durante o estudo proposto, o levantamento de fontes levam a perceber essa prática de construção de espaços para os sujeitos negados em sua cidadania como ação estrutural em diversas outras cidades e também em países da América Latina¹²¹. Julia Dias Carneiro Da BBC Brasil no Rio de Janeiro publica matéria em 12 de abril de 2018¹²², onde retoma a prática com narrativa de moradores removidos em sua origem e conduzidos compulsoriamente:

As vilas Kennedy, Aliança e Esperança foram construídas com injeção de recursos do governo americano no início dos anos 1960 para receber famílias desenraizadas de favelas da zona sul e norte do Rio - como o Morro do Pasmado, em Botafogo; a Favela do Esqueleto, no Maracanã; e a Praia do Pinto, na Lagoa. A maioria, como a de Ademar Damasceno, levada contra a própria vontade. (CARNEIRO In.: BBC Brasil no Rio de Janeiro 12 abril 2018)

Um processo muito mais amplo do que o caso em estudo, configurando um problema estrutural do modelo civilizatório que determinou a organização social expressa na cidade onde se registra o poder econômico pelos lugares que ocupamos no espaço urbano, marginalizando os locais mais pobres com falta de atenção das estruturas básicas do Estado.

3.5 O Outro na Cidade a necessária remoção – A origem do Bairro Restinga 1967

Chego agora em momento que antecede a execução das políticas, ou a falta desta, de habitação para população pobre da cidade. Como “quisto social” a cidade é tratada e higienizada, as práticas discursivas produzem enunciados de erradicação das “Vilas de Malocas” como solução dos problemas urbanos da cidade na perspectiva da elite social em expensão. Nesta perspectiva busco junto da geografia, a visão sobre a cidade disputada, territórios são engolidos pelo esquecimento, quando em disputa são submetidos e novos

¹²⁰ No atual cenário nacional, esse detelha em registro público pode parecer acertivo para algum leitor desavisado. Contudo, esta prática deve ser desconstruída para que tenhamos uma sociedade pautada nos princípios éticos da diversidade humana, ou para alguém que questione essa possibilidade, pautada sobre os princípios da Constituição de 1988, já em vigor no ato dessa gábia do poder público.

¹²¹ Trabalho que discute o lugar da população negra e pobre da cidade brasileiras (SILVA & PANDA, 2014); e ainda debates ampliados que abrange as América como a obra Gilbert & Ward (1987) que discute os Assentamentos Populares versus o Poder do Estado, debate que analisa as cidades do México, Bogotá e Valencia.

¹²² **Sob o título: Nascida da remoção de favelas, Vila Kennedy vive ‘déjà-vu’ após virar bairro-piloto de intervenção no Rio. In.: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43720716>**

espaços são inventados. Para o resgate histórico dos processos de transformação da cidade é necessário a sencibilidade do olhar que lê os espaços descritos submersos em registros oficiais, representados em ideias de desconstrução como estranhos a cidade.

As “Vilas de Malocas” foram espaços/territórios das populações pobres da cidade de Porto Alegre, o silenciamento sobre os processos de lutas urbanas para sua desarticulação e esquecimento submete a invisibilização um contingente populacional em meio à pobreza, produto resultante das próprias contradições sociais das relações da cidade - sua autorepresentação é rarefeita.

Mesmo entendendo que a resistência é intrínseca ao processo de disputa de poder, lembramos que em tempo de guerra o poder é o soberano – necropolítica. Quando buscamos identificar a resistência do sujeito submetido é necessário que percebemos em processo de deslocamento e perda de pertencimento ao espaço, o anterior por seu desterro e o próximo por seu estranhamento.

A proposta deste subcapítulo é entender o processo de construção do “Outro” como inimigo na estratégia da ação do poder na consolidação da distribuição espacial da cidade de Porto Alegre já atendendo a solução de confinamento – gueto Restinga¹²³.

3.5.1 O Problema da Habitação – A realidade de Porto Alegre

A inversão da densidade populacional campo/cidade produziu explosão demográfica nas regiões próximas ao centro da cidade onde a circulação de bens e serviços estavam ao alcance das populações mais pobres, esses aumentos populacionais agrava a crise urbana e o problema da oferta de moradia e desta forma expondo ausência de um plano do Estado de políticas habitacionais coerentes. O Vereador Alceu Collares em críticas a política habitacional proposta pelo BNH afirma em declaração a imprensa que “sem um planejamento integral, que atinja o plano econômico, financeiro e social, não se pode pensar em solução do problema da habitação.” (ZH. 17 de agosto de 1966, p.2), o Vereador aponta para falta de condições reais da população pobre chegar a financiar a casa própria nas propostas apresentadas pelo BNH, o registro observa a falta de políticas públicas habitacionais coerentes à realidade social, o que demonstra que não há ingenuidade na classe política e na imprensa, ideias sobre tal contradição, entre o consumidor e não consumidor, para informar e construir

¹²³ Percebendo que a hierarquia social distribui os lugares dos sujeitos na urbanidade e suas estruturas e serviços se balizam em qualidade distribuídos considerando aos marcadores de exigências conforme o espaço a ser atendidos. Assim, na Restinga recebemos um serviço de transporte que não seria admitida em sua qualidade no bairro Rio Branco, é a distribuição desigual dos serviços.

um senso comum socialmente sem contudo produzir eficaz processo de reflexão sobre o tema¹²⁴.

Para sustentar ação do poder parte da população deve ser convencida dos benefícios dos acontecimentos o que desenvadeia ondas de violência simbólica com animalização e objetificação do sujeito narrado, o mesmo retirado do texto e silenciado. Ações disfarçadas em um teatro de promoção de “colonização interna civilizatória” resultam na justificativa da guerra.

3.5.2 A fome e a cheia

Em 1967, ano do início das remoções para Restinga. Com a manchete “600 MIL PASSAM FOME NA CIDADE” o tema é publicado como resultado de estudo do “Comitê de Alimentação e Saúde” – CAS, em seu “plano de trabalho planejado para o período de fevereiro-outubro” debatido entre os conselheiros, a matéria reproduz o estudo e salienta “que dos 870 mil habitantes da Capital do Estado, 58% tem alimentação pobre... (504.600 habitantes) e 12% (104.400 habitantes) vivem em condições “precaríssimas”. Esses são dados que compõem o problema em sua complexidade, não só a habitação, mas a vida em seu amplo aspecto, habitação, trabalho e renda que influenciam diretamente a vida social na cidade. A matéria registra ainda que “Apenas uma camada de 5% da população (43.500 hab.) possui níveis alimentares excelentes enquanto que 25% (216.500 hab.) tem alimentação boa, mas na qual já são assinaladas deficiências (...)”¹²⁵(ZH. 04.04.67 p. 5). Este registro não estabelece relação direta com as remoções, contudo, apresenta dados de construção do contexto sobre o qual ambiente esta política foi aplicada pela gestão municipal¹²⁶.

Em outro momento da imprensa é comunicado que “Verminose atinge 62% dos gaúchos e é grande ameaça”, com ênfase na “Infancia Ameaçada”, na mesma página outra

¹²⁴ A construção superficial e informação alimenta uma disputa em discurso, sem com isso produzirem uma ação eficaz de reflexão da prática, os temas são tratado pela imprensa em meio a uma poluição informativa com diferentes tendências ideológicas, sem uma linha definida o veículo de comunicação produz uma confusão discursiva e produz uma superficialidade de informação. Agravando a crise que se encontra o país e se reflete nas condições de vida tal realidade é agravada por problemas estruturais da cidade de Porto Alegre. Se morar é caro e muitas vezes precário com as chuvas o problema se agrava, registrado pelo mesmo jornal em agosto de 1966, manchete “2 MIL FLAGELADOS - AGUAS AINDA SOBEM” a matéria aponta que em 4 dias de chuva a cidade registra “140 famílias totalizando 800 pessoas” . (ZH 06 de agosto de 1966)

¹²⁵ Tais dados são relevantes quando pensamos que a matéria coloca a educação como meio de superação destes dados, porém a migração compulsória da população que origina o Bairro Restinga são levados para espaço que sem nenhuma estrutura do estado em abril de 1967.

¹²⁶ As denúncias que relaciono mais a frete ainda problematizam a condição de insuficiente recursos para sobrevivência após a execução do plano de remoção e criação de espaço controlado em confinamento – Restinga.

manchete dizia “Enchentes podem se repetir em 67” (ZH 09.03.67 p. 8). A matéria registra que “Segundo informou Telmo Thompson Flores chefe do Distrito do DNOS do Rio Grande do Sul, apenas uma das obras pode ser completada.”¹²⁷. Aqui o nome do futuro prefeito de Porto Alegre, aparece em seu espaço de poder de origem burocrática DNOS onde exerceu cargo de gestão desde a década de 50. Esse, assumirá a administração municipal em início de 1969 e ficará até maio de 1975. Os registros ajudam a demonstrar que as demandas das necessidades da sociedade, são atendidas por critério de seleção dos sujeitos cidadãos, tendo os não-cidadãos critérios que os opõem como inimigos, os “Outros” negados, são adversário no discurso de guerra.

3.5.3 O Município e o DEMHAB

As etapas históricas do estudo, específico sobre o bairro Restinga, são delimitadas pelas mudanças dos gestores municipais que incorporam formas discursivas distintas de propostas ou Planos de Remoção quando no governo. Claramente anunciada na gestão de Célio Marques Fernandez, a proposta apresentada pelo dirigente do DEMHAB Milton Pozzolo de Oliveira foi um “plano de remoção para confinamento e ressocialização dos maloqueiros” que se inicia em 12 de fevereiro e 1967¹²⁸ e segue durante sua gestão até final de 1968.



Fotografia 13. A Força da Restinga
Por: Aline Custódio
Gaúcha ZH, 1º de dezembro de 2017 (YouTube)

Os discursos e propostas mudam com a mudança dos sujeitos em espaço de poder, na gestão de Thompson Flores de 1969 a 1975, encontramos a ação de remoção para Vila Restinga como “Vila de Transição”. Em diálogo com Aldovan este coloca: “Vila de Transição

¹²⁷ E que transita como nome de peso no DNOS no RS desde a década de 50 e 60 já anuncia que estruturas urbanas em Porto Alegre não serão concluídas.

¹²⁸ Segundo Sr. Helio depoente desta pesquisa. Em publicação da PMPA/DEMHAB (2009 p.32 e 33), Aponta a data de registro de 1966 na compra da Gleba de terra e em 13 de fevereiro de 1967 como início das remoções na Ilhota.

é um segundo momento na vida da Restinga tá, Roberto Geraldo Coelho da Silva.”, este nome é encontrado na direção do DEMHAB durante o tempo de estudo até 1971. É na gestão de Telmo Thompson Flores que inicia a construção e entrega das casas do Projeto Nova Restinga como mostra a imagem abaixo:



Fotografia 14. A Força da Restinga
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

Ambas as proposta possuem características discursivas distintas e um propósito comum, produzir espaço para a população pobre da cidade onde esta é controlada em sua circulação e contida em espaço definido. Contudo é na gestão de Telmo Thompson Flores, que se abandona a discursividade do confinamento, a mudança se dá de forma estratégica, a gleba de terra da Restinga irá receber projeto habitacional do BNH que pretende atender a população de baixa renda na compra da casa própria financiada – Projeto Vila Nova Restinga – assinado em 1969. Aqui encontramos o início da coexistência entre o sujeito removido para Restinga que se torna Restinga Velha e em 1971 o sujeito que migra com a compra da sua casa própria na Nova Restinga, como ficou conhecido o Projeto¹²⁹.

Estes espaços vão se consolidando com distinção entre os seus moradores. A Restinga Velha do lado direito da Avenida João Antônio da Silveira, foi descrita como espaço de “Vila de Transição” para os sujeitos que após a remoção e “ressocialização” (conforme discurso), receberia as chaves da casa no novo complexo habitacional informação circulada em discursos de Telmo Thompson Flores após 1969.

Esta proposta possui uma falha lógica, as casa do projeto são financiados pelo BNH as remoções imputadas desde a origem das primeiras ocupações em 1967 promove uma seleção

¹²⁹ Contudo, já em espaço do núcleo inicial ao longo do tempo de dois anos, já é possível verificar a distinção entre os que puderam pagar o financiamento do material e receberam casa padrão em espaço distinto. Frente ao removido s que perderam, ou já não tinham no ato da remoção, capacidade de cumprir com os critérios de financiamento, ou ainda, desprovido sde capital de relações pessoais que lhe garantissem privilégios clientelistas junto ao corpo burocrático-político.

social¹³⁰ com base no poder de compra e clientelismo burocrático/político. Na visão da municipalidade os sujeitos removidos para a Restinga não eram considerados trabalhadores, durante dois anos 1967 - 1968, com a proposta de confinamento em gueto os removidos foram deixados ao abandono¹³¹ impedidos frequentemente de manter as funções de trabalho pré-existentes, o que impedia o cumprimento dos critérios para o financiamento.

O trabalho para muitos chegou em 1969 em cargos de serviços braçais ligados a construção das Unidades Vicinais do Projeto Nova Restinga, mesmo assim, os rendimentos de tais funções ficavam a quem dos critérios mínimos para conquista da casa própria. Com isso, não receberam casas, pois, não possuíam renda mínimas do financiamento. Sem carteira assinada, sem emprego estável e remuneração suficiente e comprovada, a vida continuou na Restinga Velha para maioria dos removidos compulsoriamente ao longo das décadas seguintes. E lá também a falta de estrutura urbana, de transporte e de oportunidade para um exercito de mão-de-obra de reserva. Muitos arregaçaram as mangas em meio às mudanças discursivas dos políticos e foram melhorando suas construções por conta própria. Para esclarecer a construção do bairro, vamos entender sua origem e o processos de transformação do espaço entre os núcleos distintos construídos pala interferência do projeto.

3.6 1967 a Restinga – Gueto de Confinamento

As remoções que se iniciam em 1967 são antecedidas com um levantamento – censo de 1964. Este foi apresentado junto ao “Plano Municipal de Habitação que também denomina Plano Hanitacional de Porto Alegre”, segundo a imprensa¹³², tal estudo “Prevê implantação de **“áreas controladas”** para onde serão levados os habitantes de malocas, isto possibilitará **“diminuir e controlar a população marginal.”**” (DMCP. Levantamento sócio-economico nas vilas e agrupamentos marginais de Porto Alegre. POA: DMCP, [1965], v. 1, p.27. In.: MORAES, 2018, p. 151 grifo meu). O estudo aponta que os possíveis proprietários de

¹³⁰ Sobre a seleção social, faço referência ao filtro dos braços burocráticos das ações do poder – assistência social – que acompanhava, entrevistava e mediavam as práticas de remoção, conforme registro e narrativas orais dos depoentes.

¹³¹ Mesmo a construção de 130 casas descritas na narrativa da imprensa, política e dos entrevistados está condicionadas e um financiamento. Sobre as casas emergenciais não fica claro se são cedidas sem custo. Contudo, mesmo sem maiores certezas documentais, as narrativas e memórias apresentadas nas fontes registrdas na época dos acontecimentos ou ainda com história oral, demonstra a construção das casas com material recuperado das remoções no local de origem, com restrições de insumos para suas construções nos terrenos demarcados no núcleo original do bairro.

¹³² O trabalho de Aldovan Moraes relaciona fontes documentais em dois volumes que tratam da trajetória urbana da cidade de Porto Legre sob o título de: Poder público municipal e habitação de interesse social em Porto Alegre. Volumes 1 e 2 (2018), encontrados no cadastro SABI bibliotecas da UFRGS.

terrenos serão levados para estes e os não proprietários serão encaminhados para área de confinamento – Restinga. Seleção social entre proprietário e não proprietário de lotes de terra na cidade, trabalhados e não-trabalhador, relativizados segundo o clientelismo ou ainda segundo estratégias de resistência.

O diretor do DEMHAB Milton Pozzolo de Oliveira propõe ao prefeito nomeado pela Ditadura Militar Célio Marques Fernandez a execução da remoção total das “Vilas de Malocas”¹³³ os termos usados com regularidade pela imprensa e políticos propõem a necessária “guerra contra as malocas”. O “plano” de remoção e confinamento (proposta nos discursos entre 1967-1968) é registrada como suposta ação de recuperação da população sem condições de viver socialmente na cidade, onde estes são descritos em sua “animalidade”. Tais descrições passam a circular na imprensa como vemos nessa manchete “CELIO VAI CONFINAR MALOCAS”. A intenção de confinamento para controle, como já mostrei não é novidade, contudo é materializada em espaço geograficamente isolado ao extremo e sem recursos, produzindo um núcleo marginal em gueto com intenção expressa: “Visando por um termino na proliferação de malocas em zonas residências e em algumas próximas até mesmo do centro da cidade (...)”. A distinção entre “malocas” e suas “vilas de malocas” em oposição a “zonas residenciais”, pretende a legitimação no combater as existencia das primeiras “a Divisão de Fiscalização, a partir de hoje tomará a si a responsabilidade de fiscalizar e remover os casebres existentes na periferia da cidade.” (ZH 17 de novembro de 1966, p.2). A leitura do texto anuncia uma guerra contra as “Vilas de Malocas”:



Figura 5. Célio Vai Confinar Malocas
Zero Hora, 16 de março de 1967, p. 02
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

¹³³ Na obra de Aldovan Moraes encontramos o registro de imprensa que comunica a entrega do plano de construção de casas e compra de lotes de terras para formação de loteamentos populares (MORAES, 2017, p. 152).

Aqui a municipalidade já prevê uma solução, a existência de uma gleba de terras onde a população sob o estigma da “maloca” irá ser confinada como plano de política urbana e social para controle e colonização de seus hábitos segundo o olhar civilizado dos gestores públicos, esta intenção é comunicada discursivamente como veremos **“Conforme determinação do prefeito todas as malocas existentes atualmente em zonas residenciais serão removidas e confinadas numa gleba de terra adquiridas pela Prefeitura na Estrada da Restinga (...)”**o tamanho do problema se registra na matéria “Atualmente existem em Porto Alegre cerca de **50 mil malocas** que a cada dia que passa são aumentadas na sua proliferação.”¹³⁴ (ZH 17 de novembro de 1966 p. 2 grifo meu).

A ação do poder ramifica suas legitimações permitindo práticas coersitivas e vigiadas pela policia armada¹³⁵. A proposta prevê a atuação de um conjunto de “15 fiscais” e atuação estratégica “de comum acordo com o Departamento Municipal de Habitação e com ajuda dos funcionários da Divisão de Limpeza Urbana, em caminhões da Secretaria Municipal do Transporte” (ZH 17 de novembro de 1966 p. 2 grifo meu). Quando pergunto ao sociólogo Aldovan sobre a mentalidade política da época quanto à democracia e direitos, seu depoimento registra:

Aldovan - Não estamos tratando de democracia [risadas]

Neila - Não, estamos tratando de sujeitos que tem direito a cidade e sujeitos que não têm direito à cidade.

Reproduzindo uma prática de desconstrução, os discursos vão condenando espaços com ou sem o “Outro” expresso em texto sempre em uma condição de atraso e entrave para modernidade. Para o sociólogo Aldovan¹³⁶ o entendimento da elite da cidade sobre habitantes de “Vilas de Malocas” é:

Aldovan - (...) é claramente isso, habitantes de vilas de malocas não são habilidades da cidade, são outra coisa tá, então no grau mais extremado talvez não seja nem, propriamente gente, nem, nem seres humanos, mas alguma outra coisa (...). (Entrevista – NPH - REPHO)

E assim, percebo a marca deste tempo a guerra contra “malocas” e o sujeito histórico que a habita, em condição de assujeitamento extremo que chega a sua objetificação, sua

¹³⁴ Vamos pensar que em cada “maloca” existe uma família nos moldes modernos “supostamente ideais” um casal e dois filhos (ressalva: todas as minhas críticas), Esse cálculo propõem que 50 mil x 4 pessoas são 200 mil pessoas a serem combatidas. Os dados da imprensa que comunica, nos leva acrer que de certa forma, tirando áreas centrais e atendidas por ecelencia boa parte da cidade estava em “malocas”, contudo não cidadãos.

¹³⁵ Não há perspectiva de solução com a integração dos sujeitos ao mercado de trabalho e sim em sua eliminação social que figura como problema para cidade, mas que se removidos estarão silenciados mesmos sem estruturas de arranjo de um plano de desenvolvimento social coerente, até porque, isso significa recursos que estão na estruturação de áreas privilegiadas destinadas outras camadas sociais mais influentes.

¹³⁶ Através das leituras da documentação para compor sua obra.

desumanização, nos discursos ainda a seguir sua animalidade é usada para justificar a ação de guerra da municipalidade, nas suas ações do poder que tem sua ramificação burocrática legitimada, na ponta estratégica das ações repressivas sustentada pelo uso da força, onde a Polícia Militar é usada como agente de controle da necropolítica.

3.6.1 A Guerra contra as malocas

As remoções iniciam em fevereiro de 1967 começando pela Ilhota¹³⁷, a mídia acompanha e registra em manchetes **“Célio Prepara sua guerra contra malocas da Cidade”** (ZH 10.03.67 p. 3. Grifo meu). O prefeito Célio Marques Fernandez reuniu-se com Diretor do DEMHAB Milton Pazzolo de Oliveira e com a Divisão de Fiscalização na presença de Luiz Carlos Bohl, o assunto da reunião as remoções seguindo da **“A determinação do prefeito”** que fará o combate aos espaços de **“Vilas de Malocas”**, o texto afirma **“Com isso não será mais permitida à construção de nenhuma maloca dentro de Porto Alegre e as que forem construídas, serão imediatamente demolidas e levadas de volta ao seu lugar de origem”**¹³⁸ (ZH 10.03.67 p. 3. Grifo meu). A posição das autoridades na proposição foi apoiada por forças de repressão que inibem as tentativas de retorno dos moradores aos núcleos de **“Vilas de Malocas”**. O subtítulo em continuidade a matéria apresenta **“A Remoção: Por outro lado voltou a reafirmar o Sr. Marques Fernandez que a remoção das malocas da Ilhota prossegue em ritmo acelerado, devendo até o fim do mês estar concluída a “operação”.**” (ZH 10.03.67 p. 3). A matéria não constrói aqui o lugar ou o sujeito constrói a ideia de ação de poder que se comunica e circula pela imprensa:

¹³⁷Dentro desse complexo quadro urbano uma matéria do Correio do Povo intitulada Problemas da Cidade estampa a imagem do território removido em 1967 – a Ilhota. A matéria constrói cenário no texto **“núcleo teimoso que sobrou da canalização do Arroio Dilúvio e resiste ao progresso”** à ideia de entrave ao desenvolvimento proposto já na administração de Loureiro da Silva, onde o projeto era de **“remoção das malocas e reurbanização”**, a notícia trazida pela matéria é que **“o governo municipal voltou a incluir a Ilhota no plano prioritário para 1967”** a proposta comunicada é que o DEMHAB está preparando a gleba de terra para onde será encaminhada o que o texto aponta como **“operação-Ilhota”** onde figura uma **“resolução”**, no entendimento do editorial **“A urbanização da Ilhota virá reintegrar na vida da cidade núcleo central, permitindo assim o progresso”** (Correio do Povo, 20 de novembro de 1966).

¹³⁸ Aqui **“o lugar de origem”**, no discurso está para inverter a perspectiva de pertencimento. Definido que estes sujeitos não pertencem a cidade, esta passa a observar suas tentativas de reistência e retorno para áreas centrais sob intanção repressão



Figura 6. Celio prepara sua Guerra contra malocas da cidade
Zero Hora, 10 de março de 1967, p.2
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Seguindo a circulação da informação encontro outra matéria afirmando que “500 malocas já foram removidas” (ZH 15.04.67 p. 2), o jornal registra o início das obras na “antiga Vila Ilhota nas proximidades da Praça Garibaldi” o prefeito afirma que as remoções não param e que até “15 de maio a remoção será completamente concluída” a ação prevê a mudança da paisagem para receber “os benefícios da urbanização”, subtendida como a retomada dos espaços pela cidade onde o “Outro” já não ocupa mais, em seguida a ação toma o rumo de outras “Vilas de Malocas”.

Os desdobramentos de uma contradição desvelada põem em cheque afirmativas de discurso político falacioso que circula no Jornal ZH sob manchete: **“Todos querem sair da vila Sta. Luzia”**, que possui ainda, abaixo de imagem uma afirmação “só uns 20 querem ficar aqui” o texto segue: “Os habitantes de malocas da Vila Santa Luzia estão enviando solicitações separadamente, ao Sr. Milton Pozzolo de Oliveira, diretor do Departamento Municipal de Habitação”. A matéria sugere que os moradores estão solicitando “para serem, removidos”, traz ainda afirmativa do Prefeito Célio Marques Fernandez “tão, tão pronto sejam concluídos os trabalhos de remoção da Ilhota” seguirá a Santa Luzia (ZH. 14.03.67 p.2). As remoções seguiram como já foi apresentado por Zamboni (2009)¹³⁹, em detalhamento cartográfico de Gamalho (2009) e amplamente documentado por Aldovan de O. Moraes (2017). O que fica destes registros somados a pesquisa para esta dissertação é que tal discurso

¹³⁹ Zamboni, ao estudar a Vila Santa Luzia passa ser removida no decorrer do ano de 1967, o trabalho de Zamboni relaciona depoimentos como registros da impotência frente a remoção e busca da população de reação e resistência, quando na construção de fonte Oral¹³⁹ reafirmamos a perspectiva da autora.

apresentado como solicitação dos moradores da Vila Santa Luzia não procedem como verdadeiras, figurando como mais uma falácia discursiva de legitimação da ação do poder. Essa falácia sé melhor detalhada quando comparada ao estudo de Vanessa Zamboni que observa, frente diálogos com moradores do bairro Restinga removidos na ação¹⁴⁰ que “Os relatos descrevem a tensão e a angustia sem que esse decisão, que mudaria profundamente suas vidas, fossem um desejo, uma escolha ou um projeto de vida, muito antes pelo contrário.” (ZAMBINI, 2009. P. 148), Zambini coloca ainda a dificuldade de identificação com o novo espaço – Restinga – junto a seus entrevistados, que identificavam-se com o antigo território Ilhota e Santa Luzia (ZAMBINI, 2009. p. 161).



Figura 7. Todos querem sair da Vila Sta. Luzia
Zero Hora, 14 de março de 1967, p. 03
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Os entrevistados em registro nesta dissertação expressão a ideia contrária à comunicada pelo gestor público o que já é suficiente para afirmar a falácia enganosa como estratégia de legitimação discursiva¹⁴¹. Assim, foi por toda Porto Alegre onde se encontravam espaços condenados dentro do suposto cronograma do “Plano de Remoção” que abrigava o aneio de uma elite política, social e econômica e, que contou com amplo apoio da imprensa.

O único propósito com a operação é limpar a cidade e segregar a população mais pobre, que toma em seu princípio uma ordem necropolítica sistemática que em sua ação confina em gueto os sujeitos exedentes, expostos ao abandono em regime de morte –

¹⁴⁰ Antigos moradores da Ilhota e Santa Luzia.

¹⁴¹ A ausência do sujeito a que se referem os pronunciamentos, o que produz sua objetivização e silenciamento, ficando ausente da possibilidade argumentativa na estratégia de remoção comoção do poder.

necropoder – onde a prática supera as análises que até o momento apontam para uma higienização social¹⁴².

O poder circula e se fortalece, entre discurso e ação, o Sr. Pozzolo se promove junto do plano de remoção, no entanto o mesmo não deve ser pensado como um resultado pessoal, este é resultado de um movimento social mais amplo – elite porto-alegrense¹⁴³. Dessa forma, proponho pensar na distinção de grupos sociais que se orienta conforme saber-poder promovendo a segregação do sujeito “Outro” estranho, distante, animalizado, o qual é passível de ser submetido à necropolítica sistemática de segregação em gueto, confinado em miséria, controlado pelas ferramentas de contenção. A guerra aqui é anunciada por nomes que ocupam lugares de fala e ação com status de autoridade que definem imposição de exclusão compulsória ao sujeito negado.

3.6.2 DEMHAB na Gestão de Milton Pozzolo de Oliveira - Prefeito Celio Marques Fernandez

Quanto à proposta de remoção, narrativas de legitimação do poder utilizam de estratégias de convencimento do “cidadão” para construção discursiva enunciada de uma ação bem intencionada e planejada – ressocialização dos removidos “Outros”. A dissimulação do discurso esconde a completa falta de estrutura identificada em fontes – registros em seu tempo e registro orais.

Pare entender a proposta em seu tempo recorro a registros de imprensa que comunica autorização de compra da gleba de terra conde será a Restinga, na notícia que circula encontramos o seguinte:

¹⁴² A condição desumana apresentada em narrativas da ação e sua legitimação proposta em discurso se inscreveram no espaço – Restinga – como um gueto sob o regime de morte por abandono do sujeito em campo de confinamento.

¹⁴³ Uma modelo social é aceito e circula como ideal.



Figura 8. Porto Alegre Ganha Casas
Zero Hora, 25 de jul de 1966, p. 2
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

A compra inicial foi de 35 hectares, no antigo Passo do Salso a proposta apresentada nas palavras do Sr. Prefeito Célio Marques Fernandes “a zona onde as casas serão construídas, dentro em breve, é muito boa, servida de água, luz e transporte”, os terrenos, segundo a matéria, serão fracionados em 08m x 25m. Esta versão propõe que a “maloca” será colocada nos fundos do terreno para após ser construída a nova casa. Na oralidade, as narrativas de ação registram somente isto durante anos sem maiores melhorias, não houve “casas novas”, apoio ou estrutura.

Esta matéria está como muitas a registrar uma ideia do local, a qual não contempla a realidade, contudo busca convencer os leitores que este é o melhor plano a ser aplicado sobre a população mais pobre da cidade, um lugar para o morador de “Vilas de Malocas”. Durante a pesquisa inúmeras matérias são encontradas com discursos pouco convincentes para quem compara versões, muitas ideias falaciosas foram construídas com objetivo de justificar a ação e ou convencer sobre a mesma.

Aprofundando o tema o gregisto de guerra é estampado e circula em manchete:



Figura 9. Guerre à maloca já tem sua estratégia
Zero Hora, 19 de novembro de 1966
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Essa manchete comunica a Guerra mesmo considerando este texto em seu tempo, conceitos sobre “guerra” e “confinamento” ainda são os mesmos na atualidade. Como é possível ler, a matéria constata: “22 mil malocas existentes”, observam ainda “numa média de cinco pessoas por maloca o que perfaz um total maior de que 100 mil marginais” são cálculos apresentados ligados ao discurso oficial e comunicados pela imprensa (ZERO HORA, 19 DE NOVEMBRO DE 1966).

Observo que o termo “exterminio” / “exterminar” são comuns nos discursos. Não é possível mudar o teor do discurso ou dizer que não existiu a política sistemática de Guerra. A desconstrução da humanidade do “Outro” “Maloqueiro” tem objetivo central colocado no discurso, bem como a intencionalidade - seu extermínio. Mesmo que seja possível considerar o exagero dos textos em jornais e o pouco compromisso com os sujeitos não consumidores “maloqueiros”, ainda assim, não é possível deixar de registrar e perceber pelas rachaduras do verniz discursivo dos gestores públicos e de formadores de opiniões que esses sujeitos “maloqueiros” não possuíam lugar na cidade. Vemos no comunicado abaixo:



Figura 10. Maloca já tem novo lugar
Zero Hora, 18 de novembro de 1966. P. 2
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

De forma insistente Pozzolo afirma novamente “serão confinadas as malocas a serem removidas em Porto Alegre”¹⁴⁴. A proposta de apresentar os registros e a comunicação que circula entre os leitores - cidadãos da cidade – pretende demonstrar, pelo registro, para ciência dos leitores (ZERO HORA, 18 DE NOVEMBRO DE 1966. P. 2). Dois dias após o início das remoções lemos em ILHOTA PERDE SUAS MALOCAS:

¹⁴⁴ Essa população não veio toda ou de imediato para Restinga, muitos ocupam outras áreas da cidade e a região metropolitana, contudo os mais pobres entre eles, sem opção são encaminhados para Restinga.



Figura 11. Ilhota perde suas malocas
Zero Hora, 14 de fevereiro de 1967. P. 2.
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Entre muitos discursos, há aqueles que apresentam proposta de benefícios para a cidade e seus cidadãos, já que, serão estes os beneficiários da desocupação das “Vilas de Malocas” como a Ilhota, apresento a matéria abaixo onde 50 mil habitarão a nova Ilhota, contudo faram os “maloqueiros” que sofreram o processo de desterro:

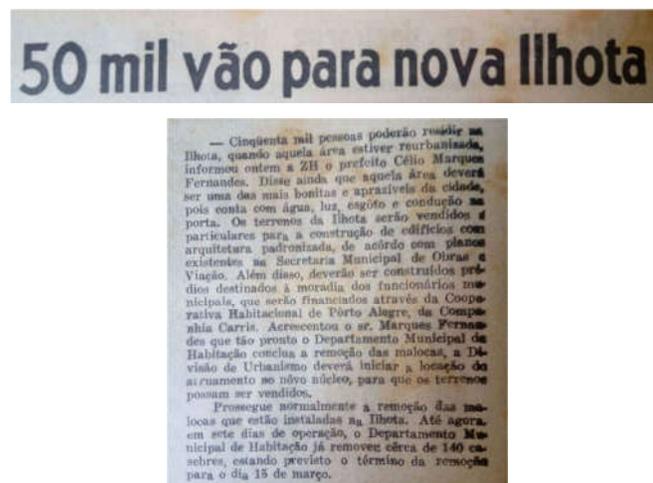


Figura 12. Zero Hora, 22 de fev de 1967, p. 2
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

A Ilhota é área de valor para os gestores municipais, tanto que possui capítulo específico em publicação sobre o Plano Diretor de 1964 (PMPA, 1964, p. 51- 54) onde a municipalidade se dedica a pensar a sua urbanização de forma estratégica. As guerras que os gestores públicos impõem as “Vilas de Malocas” passam a ideia de reconquista de seus espaços com benefícios diretos para a população que usufruirá das áreas retomadas – cidadãos.

3.6.3 Plano de Remoção ou depósito de maloqueiros

Em ação da municipalidade o Plano Diretor é aplicado à cidade, as “Vilas de Malocas” figuram como espaços inimigos a serem recuperados, desconstruindo a imagem desta população e afirmando a necessária modernização frente ao retrocesso e atraso, as narrativas legitimam ações em práticas necropolíticas onde as resistências não figuram como possibilidade de escape e, onde a perda de direitos é evidente.

Segue um recorte de entrevista com Aldovan que contextualiza o processo institucional do DEMHAB, nomes de dirigentes e suas posturas quanto ao tema de pesquisa, bem como a função do espaço Restinga em sua origem para cidade. Sobre o Plano de Remoção iniciado em 1967 Aldovan reafirma:

Aldovan - Ou seja, a Restinga Velha no momento inicial era um local, um depósito de maloqueiros.

Neila - Não tinha nenhum projeto?

Aldovan - O projeto era ele, esse era o projeto, era levar para ali, se livrar dos maloqueiros e jogar ali esse era um projeto.

A ausência de projeto denuncia a improvisação autoritária e falta de estrutura do espaço para o qual a população é condenada à segregação em migração compulsória a que foi submetida, espaço de controle sem estrutura com objetivo de conter a circulação na cidade¹⁴⁵.



Figura 13. Fim da Ilhota é agora
Zero Hora, 28 de fevereiro de 1967
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Tal projeto de remoção passa a ser criticado já em seu início, mesmo assim, logrou êxito e deixou marcas de memórias, quando esta pesquisa cava lembranças em solo profundo encontra acontecimentos para remontar o espaço e a ação do poder, o qual não deveria ser

¹⁴⁵ As versões dos depoentes descrevem sua experiência interna ao bairro e formas de exercer resistência na dinâmica de existir, de sobreviver.

pensado ou mesmo executado como alternativa de eliminação e extermínio das “malocas” e com isso dos “maloqueiros”¹⁴⁶. Contudo isso não define seus moradores, fortalecer o ímpeto de pelas suas memórias, lidar com os acontecimentos sem encobrir a tirania histórica do processo¹⁴⁷. Frente a esta, constitui resistências interna em corpo orgânico da comunidade, que não foram suficientes para evitar a consolidação do espaço em sua primeira ordem – confinamento. Mas porém, produziu micro resistências firmadas na manutenção das relações até se fortalecer em trabalhos de liderança a consolidação de luta por melhorias¹⁴⁸. De certa forma, a cidade também resistiu no acolhimento pessoal de cada sujeito que manteve seu espaço na insistência da sua presença em Porto Alegre e na conquista desta cidadania¹⁴⁹. Mesmo assim, é necessário apresentar “provas” que embasem os argumentos desta dissertação e dos depoentes, assim, encaminho análise de fontes políticas, para mais tarde estabelecer dinâmica de diálogos com depoentes.

3.7 Câmara de Vereadores os lugares de fala do “Ser” no debate sobre o “Outro” espaço e sujeito – 1º de março de 1967.

Em leitura dos registros de sessão da Câmara de Vereadores os lugares de fala internos a ordem política produzem campos de debate. Nesse momento não discutirei os campos formados entre Poder Municipal e Oposição, trabalho que merece mais atenção, proponho a leitura atenta na construção do “Outro” no debate do “Ser” em seu cômodo espaço de diálogo político. E, como a construção narrativa do “Ser” sobre o “Outro” define e justifica a ação de segregação e desdenho de sua existência.

A fonte que passo a analisar é a transcrição da “12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de março de 1967”, os esclarecimentos do Sr. Pozzolo de Oliveira, então diretor do DEMHAB em comparecimento à Câmara de Vereadores, onde respondendo ao um requerimento da casa “de autoria do Ver. Alceu Collares e mais 15 Srs. Vereadores”, tal grupo de vereadores buscam “esclarecimento

¹⁴⁶ Embro ao leitor que mesmo quando é citado o extermínio de “malocas” ou “Vilas de Malocas” há um sujeito que ocupa este espaço, mesmo que não esteja expresso em discurso.

¹⁴⁷ Essa dinâmica não foi ainda estudada com profundidade, a busca de documentos que corroboram a versão dos removidos nos anos iniciais do bairro, foi exercício desta pesquisa nos arquivos.

¹⁴⁸ A circulação de um senso comum entre os habitantes da cidade estabelece um estado de guerra contra os habitantes das “Vilas de Malocas” condenados em sua existência, porém nada é tão simples, somos todos moradores da cidade, mesmo com a distinção de um inimigo interno. Não pretendo impor um discurso de condenação pura e simples, a proposta é garantir a reflexão sobre os acontecimentos, uma nova versão que possa ser apresentada como possível.

¹⁴⁹ Essa tirania foi enfrentada e possível de superação para manter a existência dessa população frente à cidade.

sobre a remoção de malocas situadas na “Ilhota”¹⁵⁰ que se iniciaram em 12 de fevereiro de 1967¹⁵¹.

Em contínua narrativa inicial antes dos questionamentos da casa¹⁵² Sr. Pozzolo coloca “afirmo categoricamente aqui – com a intenção de ser um administrador diferente (...) com intento de dar aqueles moradores melhores condições de vida”, sua narrativa dilui o peso da ação do poder que em suas palavras “autorizamos o Serviço Social (...) a elaborar um planejamento que achasse uma fórmula humana para realizarmos aquela obra tão necessária para cidade”¹⁵³. Sua justificativa de ação constrói a ideia da ação como retrato da promoção ao “proporcionar a cada morador removido uma propriedade efetiva” o que historicamente só vai acontecer na década de 90 em ação de Regularização Fundiária promovida por uma gestão de esquerda na governança municipal (PMPA, 2000 - 2009). O discurso do Diretor do DEMHAB Sr. Pozzolo afirma ainda que sua intenção quanto instituição “queremos acima de tudo, eliminar o maloqueiro, para torna-lo elemento integrante da comunidade”¹⁵⁴, aqui a eliminação do “maloqueiro” prespõem a sua transformação - “correção” - para integrar a sociedade¹⁵⁵.

Sr. Pozzolo, em sua narrativa ainda registra que “A Restinga está situada a mais de vinte km do centro de Porto Alegre;” tal afirmativa busca desacreditar a versão dos Vereadores que pessoalmente visitaram o espaço e por isso solicitaram a presença do Diretor do DEMHAB para esclarecimentos, a versão do Sr. Pozzolo é que se os vereadores se dirigirem a Restinga “verão que os morros estão todos ocupados por operários que lá tem suas casas, instalados com suas famílias, cuidando de suas plantações, vivendo com dignidade, e lutando por sua sobrevivência”, sua narrativa substitui temporariamente a conotação de “maloqueiro” para o uso de “operário”, este subterfúgio da linguagem concede ao discurso uma nuvem de fumaça que opera no sentido de construir sugestivamente ambiente digno ao

¹⁵⁰ Em fala inicial o Diretor do DEMHAB Sr. Pozzolo se coloca ao dispor de todos para os esclarecimentos e reconhece em sua narrativa “A Câmara” como “composta por legítimos representantes do povo de Porto Alegre”. Seguindo em sua narrativa cita impressa “Correio do Povo”, dizia que a Ilhota continua a desafiar os administradores há mais de 25 anos” de forma a legitimar a condução das ações de poder questionadas pela casa.

¹⁵¹ Segundo Sr. Hélio depoente nesta dissertação, o registra marca seu primeiro dia a trabalho do DEMHAB.

¹⁵² Câmara de Vereadores do Município de Porto Alegre 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de março de 1967.

¹⁵³ A necessidade da cidade se sobrepõem a necessidade de existir destes sujeitos históricos removidos.

¹⁵⁴ Para análise dessa justificativa a condição da conotação publicamente expressa sobre o ideal de “malosqueiro” por si já o elimina da integração com a cidade.

¹⁵⁵ A forma de eliminação foi confinar as suas residência em área controlada sem a mínima condição de existência. Sobreviver, manter o vínculo com o trabalho, manter a circulação na cidade foram negado as pessoas removidas para cá.

espaço para o qual durante os últimos 15 dias foram levados moradores da Ilhota de forma coercitiva.



Fotografia 15. A espera da casa – precariedade
Primeira reportagem a visita a Restinga, retorna ao bairro 50 anos depois.
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

Em crítica a administrações anteriores Sr. Pozzolo inicia discurso encaminhando este em justificativa da ação do poder em sua gestão revelando seu entendimento sobre propostas anteriores que a seu ver estas “Fomentava a afixação do homem na maloca, e todos sabemos que a convivência, a situação, o estado de espírito e de vida e miséria, faz com que eles, com descaso pela vida se tornem, então, realmente míseros animais.”. Uma transição entre termos aceitos “maloqueiros-operários” para a condução de discursos “maloqueiros-animais”, a desconstrução do morador de “Vilas de Malocas” no discurso do Diretor do DEMHAB chega a seu cunho extremo para legitimação do poder pela desconstrução da humanidade do sujeito removido. Perspectiva já anunciada na imprensa “GUERRA CONTRA MALOCAS” pela Administração Municipal, mas como podemos perceber em outros enunciados ecoa como o discurso de uma Elite, que circula entre intelectuais, políticos e imprensa, com ações e discursos que elencam considerações conservadoras e segregacionistas a nível municipal e estadual.

As distinções dos sujeitos pobres ainda são definidas e classificadas em ação do Serviço Social, por seus filtros como afirma Sr. Pozzolo em seu argumento:

Caso por caso é estudado pelo Departamento e, durante as remoções, ouvimos os problemas de família por família, procurando coloca-las onde não as prejudique: procurando colocar os que trabalham, onde tenham que apanhar só uma condução e a prova cabal disso está no fato de que 200 casa removidas até hoje, somente 40 se encontram na Restinga. Destes 40 que reclamam luz, por exemplo, apenas três tinham luz, na Ilhota. (12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de março de 1967)

A intencionalidade expressa está no registro da fala, a distinção entre o trabalhador e um “Outro” encaminhado para Restinga. As entrevistas de história oral remontam um quadro

diferente das afirmativas do Sr. Pozzolo em seu tempo, o que era entendido como trabalhador¹⁵⁶. A desconstrução do “Outro” para legitimação da ação do poder percorre em onda até o encontro com a completa objetificação de um sujeito histórico reduzido a uma condição “não-humana” em um processo de “não-Ser”. Mais que discursos, trago a reflexão sobre conjunto do saber-poder que imprime a uma população a inexistência de poder sustentado por uma política de “guerra” – necropolítica. Em imagens podemos pensar sobre a narrativa contraditória do Sr. Pozzolo:



Fotografia 16. A vida em espera
Primeira reportagem a visita a Restinga, retorna ao bairro 50 anos depois.
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

Apresentando o discurso falacioso do dirigente¹⁵⁷ do DEMHAB em sua narrativa: “Afirmo e reafirmo que o Executivo Municipal está procurando dar à gleba Restinga as melhores condições de habitabilidade”, sobre a Restinga coloca “A Restinga não é tão longe é até bem situada” não escondendo o pouco caso que faz da resistência do poder legislativo, trava enfrentamentos frente aos vereadores da oposição.

Sr. Pozzolo reafirma sua perspectiva conotativa e preconceituosa, coloca a população como não trabalhadores e afirma sobre os moradores já removidos: “Não poderíamos, de imediato, colocar transporte para apenas dois moradores e estes dois não trabalham. Aliás, 95% dos moradores não exercem qualquer espécie de trabalho”. A construção sustentada na

¹⁵⁶ Para Sr. Pozzolo, trabalhador possui vínculo e rotina diária, este “Outro” “maloqueiro” mesmo que tarefeiro, diária, sobrevivente não se constitui trabalhador, lembro o conceito de “Pobre” discutido por Joel Rufino dos Santos (2004, p.29 e 72) apresentados por esta dissertação.

¹⁵⁷ Percebo que a resistência entre o grupo possível de cidadania de quem se enquadra na categoria de “Ser” na cidade, executada em oposição foi exercida, na ação de solicitação de esclarecimentos ao Diretor, assim demonstra a narrativa de Pozzolo “E aqui respondo a pergunta do Vereador Alceu Collares: as cem casas na Restinga serão construídas pelo Departamento na faixa, com condições de luz imediata.”, na oralidade dos moradores é possível perceber a contradição dessa afirmação, Sr. Hélio morador e funcionário do DEMHAB coloca que “a distancia da faixa que corta a Restinga para o nucleo original do bairro ficava a 500mt, até a estrada para Belém Novo onde se encontra um fluxo de transporte público 5km. As cem casas não se iniciaram tão logo foi feita a remoção, a prática foi a reconstrução de casa com os restos das tábuas removidas no local de origem ou ainda o mais comum, transporte das casas inteiras sobre caçambas de caminhão, como demonstro em imagem

argumentação do Sr. Pozzolo demonstra a falta de condições da saída dos moradores para exercerem suas atividades, com argumento da ausência da preocupação com o exercício do trabalho dos sujeitos.



Fotografia 17. A mulheres
Primeira reportagem a visita a Restinga, retorna ao bairro 50 anos depois.
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

Ainda reafirma a competência de seu departamento e o êxito da ação de remoção, para tanto Pozzolo afirma “O departamento de habitação não realiza remoção sem poder dar condições ao removido melhores do que aquelas em que ele vive.”. Aqui o discurso propõe a legitimação positivando o ato frente à resistência de parte da cidade. A narrativa do Sr. Pozzolo já é criticada no momento da ação, contudo isso não impede a proposta em sua execução¹⁵⁸.

A construção do sujeito histórico removido para o espaço o qual ele está destinado foi um exercício discursivo do poder, o qual mesmo diante de questionamento de sua veracidade produziu como justificativa a sua autoridade, onde Pozzolo coloca “Está afirmado, não só faço como realizo”. Assim se realizou sem debate a remoção para um recorte de terra que segundo Pozzolo “Estão, levando morador para um terreno de 8,5x25 metros, **tornaremos indigente, o marginal, em primeiro lugar, um proprietário**” (grifo meu), argumentos estabelecem o lugar social proposto para este sujeito que segundo o Sr. Pozzolo “Não é que todo morador de vila seja vagabundo, nós daremos condições para que trabalhem, se não trabalham é porque não tem condições.” esta afirmação coloca o “Nós” e o “Outro” da cidade, onde este “Outro” segundo o “Nós” só existiria de forma harmônica não compartilhando da cidade.

O discurso de um “Outro” revela sua inconveniente existência urbana, na prática o Sr. Pozzolo entende que “Colocando-os em seu terreno, eles plantarão a sua verdura e criarão as

¹⁵⁸ Para remontar os versos, busco um coro de vozes, a história oral proporciona uma espaço de construção de uma nova narrativa frente a discursos oficiais.

suas galinhas e venderão os ovos, criando assim um meio de subsistência, acabaremos com essa história de doar, **o poder público não doa, jamais doou.**” Essa dinâmica de ação se revela como a ordem estabelecida já que “O Departamento sob a minha direção, obedecendo à orientação do Sr. Prefeito Célio Marques Fernandez, acabou com essa história, não doa mais.” (12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de março de 1967). Aqui o que não se encontra é o discurso deste “Outro”, ele é rarefeito não só quanto a proposições de poder nas economias do discurso, ele esta em sua ultima forma de existência, Sr. Pozzolo o contrói como uma figura de retrocesso, desligado de seu pertencimento a cidade como forma de existência objetificada e animalizada.



Figura 14. Malocas começa a sair
Zero Hora, 20 de fevereiro de 1967. P. 2.
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Como resistência interna ao campo político, o questionamento dos opositores da proposta, levantam as condições da aplicação da remoção. O Vereador Aloísio Filho ironiza a narrativa de Pozzolo quanto à colaboração dos moradores, Aloísio Filho afirma “e quem não faria isso diante da força policial”, a resposta chega com uma falácia, onde Pozzolo afirma que “nunca esteve nenhum elemento do exército trabalhando na remoção”. Diante desta resposta Vereador Collares questiona “Não tinha metralhadoras lá?”, mesmo frente a denuncia Pozzolo afirma de pronto “Não tinha nenhuma metralhadora, nenhuma nobre Vereador, e vou dizer mais a remoção da Ilhota – afirmo sob minha palavra de honra – iniciou, inclusive, sem nenhum elemento da Brigada Militar ou do Exército”¹⁵⁹. Em análise é possível perceber a positivação mediante a sua evidente negatividade humana, o que em prática é uma redundância presente no próprio debate. Segundo narrativa do Vereador Collares “Havia três guardas cuidando de uma senhora...”, em réplica Pozzolo “afirmo mais, é a remoção mais pacífica, que já se realizou em Porto Alegre” (12ª SESSÃO ORDINÁRIA

¹⁵⁹ processo de coerção institucional das ações do poder.

DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de março de 1967).

Há ausência de coerência e uma disputa de versões, junto à presença das restrições de direitos aos “maloqueiros” que escapa ao debate, o mesmo está excluído já que a si não está a se definir – “maloqueiros”¹⁶⁰.

Reafirmando o poder militar para controle e imposição das remoções, encontrei na imprensa “Malocas: exército auxilia na remoção”, entre narrativas em disputas no campo político, encontramos na imprensa a presença do Exército, a força da Polícia Militar – Brigada e Guarda Civil, está para “solucionar os problemas das malocas”



Figura 15. Zero Hora, 28 de fevereiro de 1967
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Sobre os espaços, Ilhota e Restinga, ao ser questionado sobre as estruturas Pozzolo expressa que **“Mesmo não houvesse estrada, luz, água, as condições seriam melhores do que viver nesse pardieiro que é a Ilhota”**, aqui a desconstrução de um espaço - Ilhota - circula sutilmente a descrição de outro – Restinga. Sobre o sujeito “maloqueiro” Pazzolo afirma **“Os bons não reclamam**, estão satisfeitos na Restinga. É uma terra deles, para plantar, trabalham só pela comida.” (12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de março de 1967, grifo meu).

Essa narrativa omite as diversas reclamações e denúncias dos chacareiros sobre as invasões de propriedade privada e roubo de plantações. Assim como omite a ausência de material básico para reconstrução das casas e de condições de vida¹⁶¹.

¹⁶⁰ É o debate do “Ser” sobre o “Outro”

¹⁶¹ Os furtos nas plantações da região buscaram colher alimentos para saciar a fome imperativa no espaço Restinga.



Figura 16. O caminhão e a casa
Restinga: 50 anos
Diário Gaúcho 02 e 03 de dezembro de 2017
Arquivo pessoal

Para construção de seu discurso repetidamente o diretor do DEMHAB retoma a positividade sustentada em saber-poder de um regime de verdade junto o qual “Todos os meus despachos e autorização são baseados nas informações técnicas, dos órgãos técnicos e do serviço Social”, sobre o os saberes do Serviço Social o mesmo coloca “Hoje, o pessoal do Serviço Social tem oportunidade impar de levar à prática todo seu conhecimento, auferido nos bancos escolares, como estudiosos que são, e hoje levam à prática seus conhecimentos.” (12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de março de 1967). Assim, o registro do discurso usa seu poder legitimador para omitir o contexto “real” e driblar a resistência entre os “seus” sobre a desumanidade pela qual está lidando com o “Outro”.

Sobre outras estruturas básicas do espaço, Sr. Pozzolo coloca que “escolas (...) estas crianças que residiam na Ilhota, na sua totalidade, jamais puderam cursar um ano letivo completo, porque a sua vida é de constante intranquilidade.” (12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de março de 1967). O cotidiano das vidas destes sujeitos está em sua oralidade, o dia-a-dia na Ilhota, Santa Luzia, Vilas do Asseio, Dique e Teodora entre outras que são citados em discursos de autorrepresentação. As falas descrevem outro sujeito, que foi negado em seu reconhecimento e descrição¹⁶².

Conhecer Sr. Pozzolo e como ele apresenta suas narrativas quanto a suas intenções é ter que registrar sua ideia expressa “Veja só, estamos procurando liberar o morador daquela escravidão. Hoje estamos procurando fazer-lo independente do Poder Público.” (12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de

¹⁶² Desconstruída em sua humanidade.

março de 1967). Sim, como uma “curatela estatal” este estabelece o acontecimento em tempo de um regime ditatorial que impõem relação de poder submetendo uma população confinada e desconstruída sob a ótica de inimiga da normalidade, submetida à higienização social¹⁶³ que ele não admite, mas está nas frestas da memória oficial¹⁶⁴.

A resistência entre os “Sujeitos Cidadãos” só se possibilita em debate e discurso, o que não ameniza o contexto dos acontecimentos que nitidamente se encontra sob a condição de desumanidade interna ao espaço de confinamento – Restinga. A denúncia: “O quisto social que se transfere daqui, apenas se tira dos olhos da sociedade” na narrativa do Vereador Collares, o que não altera a realidade. Quanto à comunidade da Restinga em sua origem, se construiu como um gueto de fome se estabelece por política de extermínio onde este sujeito é deixado a morte sistematicamente, estratégias buscam na exposição extrema dos sujeitos o seu fim lento em confinamento¹⁶⁵. No discurso apresentado por Collares que narra o que presenciou se impondo a fala do Sr. Pozzolo, o veriador Collares afirma:

Uma afirmação destas implica numa grande responsabilidade V. Exa. diz que vai tirar o elemento da dependência, do paternalismo; o paternalismo é próprio dos países subdesenvolvidos – é um dos instrumentos de que se devem utilizar os administradores, para amenizar a situação da parte deteriorada da coletividade, que não tem condições de sair do lodo, da desgraça. Este impulso que o Poder Publico tem que dar é uma obrigatoriedade do Executivo. O que não é correto é fazer-se como se está fazendo na restinga, quando assistimos, num entardecer, uma moça que ganha trezentos cruzeiros numa casa de família, para dar comida para avó, que esperava a comida porque não tinha a menor condição de conseguir alimentação. O quisto social que se transfere daqui, apenas se tira dos olhos da sociedade, para se colocar lá, inclusive alarmados estão os que tem chácara do lado, já que rapinaram tudo, roubaram tudo. O que não tem condições, nem emprego, que são vadios, tem por estado de necessidade, apoiados pelo Código Penal. (12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de março de 1967)

A condição de precariedade anunciada, muitas vezes comparada a guetificação e eugenia aplicada durante a segunda guerra mundial, não encontra crítica eficaz para seu termino, contudo ações de defesa destes sujeitos submetidos à ação necropolíticas do poder, tomam as estratégias de sobrevivência dos removidos como desculpáveis frete a sua relação

¹⁶³ Conforme as indicações dos textos termos como confinamento e extermínio são usados de forma frequente. A proposta de levar todos os maloqueiros de Porto Alegre para espaço de guetificação pode não ter usado práticas de laboratório de extermínio em massa, contudo, o sistemático abandono em miséria da população aqui deixada, com discursos de regeneração e ressocialização, para assim torna estes “maloquiros” em cidadãos, beira a Eugenia aplicada nos campos de concentração da Alemanha na Segunda Guerra e os campos (guetos) da Africa do Sul no periodo do Apartheid onde a fome matou de forma mais eficaz pela fome. É pela resistência e extretágia de sobrevivência em tempos de ditadura que manteve esse população em resistência.

¹⁶⁴ Como política de confinamento e extermínio.

¹⁶⁵ Eficaz para cidade, esse gueto tira dos olhos o problema, em suas portas o pobre não bate mais, contudo a civilidade não muda a forma de tratar os trabalhadores que dentre estes confinados ainda são necessários no subemprego.

legal do “Código Penal”, como afirma ver. Collares se dá o “direito de roubarem, porque não tem condições de sobreviver. O estado de necessidade se permite a qualquer um apanhar um pão na padaria, sem que se considere um crime.”. O estado de objetificação do “Outro” o coloca como incapaz de perceber o limite de sua existência. São relações de poder que se observa entre narrativas sem contudo ter poder este “Outro” condenado ao confinamento.



Fotografia 18. O fim do mundo - Restinga
Primeira reportagem a visita a Restinga, retorna ao bairro 50 anos depois.
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

Entre os que possuem o poder de fala se encontra os vereadores que confronta a administração municipal, quando ver. Collares coloca “isso eu vi com meus olhos: uma miserável senhora, uma anciã, estava construindo a sua casa em péssimas condições de alimentação”, ainda no decorrer do debate “Lá não havia tábuas, pregos não havia, os moradores tinham que comprá-los. Isso eu vi!” (COLLARES in.:12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA 5ª LEGISLATURA – Em 1º de março de 1967. p. 31)¹⁶⁶. Não é uma denúncia colhida pela memória no tempo presente dos depoentes¹⁶⁷, é registro de prática de higienização social debatida em seu tempo entre autoridades públicas e políticas em sessão oficial da Câmara de Vereadores. Exercer espaço de fala como cidadão é uma conquista, esta narrativa dissertativa reconhece o estágio diminuto frete a este direito, mas se faz como provocação para reflexão dos acontecimentos.

¹⁶⁶ Em manifestação “Em 27 de novembro de 1967”, quando da aprovação do orçamento do ano de 1968, os Vereadores, entre ele Collares, retomam críticas ao DEMHAB em transcrições registradas do debate da casa, agora frete ao Sr. Cleom Guatimozim – representando o DEMHAB na ocasião. Uma serie de críticas são fundamentadas, diante a apresentação de contas que é apresentada junto do debate (Anais das Câmara de Vereadores de POA, 1967, p.245-293).

¹⁶⁷ Caso haja quem ainda questione a História Oral. A qual aqui faz como central fonte da pesquisa.

3.8 Na imprensa: o “Ser” entre ação do poder – Restinga – resultado da política de guerra – necropolítica

Discursos circularam pela imprensa com a função de legitimar a ação e ou com objetivo de denúncia imersa de constatações conotativas e sem maiores reflexões. Poucos foram os momentos de denúncia, contudo inicio aqui por este momento de tradução do que foram os primeiros meses de existência do lugar Restinga.

3.8.1 Imprensa 1967: RESTINGA, UMA <<VILA>> AO ABANDONO

As denúncias da imprensa “RESTINGA, UMA <<VILA>> AO ABANDONO, Tânia Faillace (ZH. 18 de maio de 1967. p. 1 e 12-13), registra o olhar e a escuta dos removidos em sua presença nos espaços – Restinga – Crítica da imprensa no período de 1967, que registra as falhas do poder público quanto às estruturas mínimas a existência humana¹⁶⁸.



Figura 17. RESTINGA, uma “vila” ao Abandono
Por: Tânia Faillace
Zero Hora 18 de maio de 1967. p 12-13
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

A matéria inicia com o registro de depoimento sem nome, onde Tânia Faillace narra:

“- Eu acho que eles querem que a gente morra...” A mulher não gritou para dizer isso. Falou numa voz baixa, cansada, segurando nos braços um dos seus filhos, numa cozinha sem paredes e sem teto. E não se referia nem a guerrilheiros, nem a tiranos... “Eles” era um termo impessoal, que talvez apenas expressasse seu sentimento de impotência e de desânimo de ex-favelada da Ilhota, de favelada efetiva da Restinga (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13).

¹⁶⁸Sobre as condições de vida a narrativa do Sr. Pozolo coloca “O Departamento preocupou-se com o mínimo e há pouco o Vereador Achutt dizia que havia uma cisterna com água. Pouca água, mas tinha” em pesquisa encontramos.

O texto que não define o “eles” não aponta esse “Ser”, minha crítica ao discurso é crer que “eles” possam ser apontados, já que “eles” estão na cidade são representantes de elite definidora de espaços. O que para Faillace “era um termo impessoal”, para o morador da periferia - a Restinga – a identificação do “Ser” está naquele que o define como o “Outro” e que o submete. A Jornalista retoma a descrição da Ihota em subtítulo de sua matéria onde o “Ser” – Faillace - narra o “Outro” quando afirma:

Então, toda essa gente morava em malocas. Que deixavam os transeuntes perturbados. Tantos edifícios bonitos em volta... tanto dinamismo nas ruas vizinhas...E ali, aquele charco, aqueles casebres imundos, aquelas crianças seminuas, aquelas mulheres desgrehadas...Que espetáculo para uma cidade civilizada! Era a Ihota. (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13)



Fotografia 19. As crianças

Primeira reportagem a visita a Restinga em 1967, retorna ao bairro 50 anos depois

Por: Aline Custódio

Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

A denúncia carrega o ato de não integrar esse “Outro” a cidade, a distinção faz a crítica sem a reflexão do “Ser”. A constatação de um espaço para população pobre tem o valor do registro do convívio entre o “Ser” e o “Outro”. A leitura da matéria anuncia de quem se fala – o “Outro” – frente à passividade da cidade na qual circula a matéria. Para seu leitor Faillace descreve “a Ihota em 1967 era o lar de gente sossegada e triste. Gente que trabalha.” (ZH. 18 de maio de 1967. P. e 12-13). Sem identificação com esse “Outro” o aponta em suas funções: “Carregava e descarregava caminhões, empilhava tijolos, lavava roupa, fazia faxina, dormia cedo para, no dia seguinte, recomeçar...” não incluso no sistema de mercado de consumo, este busca “E recomeçar sempre pior, porque o progresso não espera e, quem não pode acompanhá-lo, acaba ficando sempre para trás...” (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13). A narrativa coloca a cidade em distinção ao afirmar que “Mas, bem ou mal, sempre viviam, porque Porto Alegre é cidade de bom coração, e há sempre um vizinho bondoso,”. Esse viver nas bordas, nas fretas desta cidade, contando com a benevolência do “Ser” que nas horas

díficeis o “Outro” encontra no acolhimento de “um médico que da amostra grátis, um rádio que toca música de noite” (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13).

Esse relato narra à observação externa, onde encontramos o removido para Restinga silenciado, sua presença racha as paredes do mundo moderno que avança a leitura da matéria: “Um dia, surgiu a avenida. Já existia, mas agora torna-se a AVENIDA...Iluminação a mercúrio. Uma beleza.” é espaço do “Ser” onde circula o cidadão. Faillace afirma: “Mas iluminada demais, ressaltava a feiuras das malocas. Era preciso removê-las e rápido.”, assim é descrito o problema e a solução pela imprensa que comunica a ação do poder. Sob uma narrativa cuidadosa a remoção é descrita por Faillace “Os caminhões surgiram e começou a mudança. Ninguém sabia o que era a tal Restinga, para onde iriam todos compulsoriamente...” (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13). Assim, se faz a política de habitação com seu serviço social e mecanismos de repressão.

As expressões aplicadas à dissertação são colhidas nos discursos encontrados em fontes, sob o cuidado temporal de seu significado, onde também observo o seu significante sujeito de uma economia discursiva, das positivities e de suas negações e silêncios (FOUCAULT, 2014, p. 67). Não há como não propor uma crítica a suavidade como até o momento foi tratado esses acontecimentos na formação do Bairro Restinga, mesmo como uma prática da ação do poder ser próxima contemporaneamente dos debates, suas intencionalidades são anteriores e passam por momentos extremos como a consolidação do espaço Restinga em 1967 – 1968, que muda o nome para Restinga Velha quando uma outra Restinga Nova e recebe financiamento e é entregue em após 1971.

3.8.2 Restinga e o Ser: olhar sobre o limite do mundo em 1967 – Jornalista Tânia Faillace

Em sua visita a Restinga em março de 1967 Faillace lembra que sua narrativa “Não é um seriado de televisão sobre um planeta distante e remoto...”, o texto é do olhar que se surpreende “Mas estranhas são aquelas malocas perdidas num imenso areal...” (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13). A imagem – fotos – acompanha a narrativa.



Fotografia 20. A cerca e a casa
Primeira reportagem a visita a Restinga em 1967, retorna ao bairro 50 anos depois
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

A jornalista imprime em seu texto o encontro com o “Outro” quando narra “Estranhas são aquelas pessoas que, apesar de seu isolamento continuam a lutar pela sobrevivência...”, entendendo isso como sua única resistência frente ao necropoder, sobreviver e esperar até a guerra amenizar a fúria do oponente soberano que administra a cidade.

A constatação sobre a ação é “Já não estão enfeando a paisagem urbana... e a paisagem da Restinga...ora, a Restinga não é estância turística...”, também não é cidade ou propriedade rural, não se distribuí sementes ou propriedades de terra, as ações do poder definiram o bairro como espaço para aquele que não possui espaço na cidade. Os argumentos descritos pela pesquisa demonstram a distância como estratégia de poder que levou o “Não-Ser” a um “Não-Lugar” em um espaço negado pela cidade, remetendo a ideia de “isolamento” do sujeito que “enfeando a paisagem” incomoda o “Ser” na sua cidade. O espaço é descrito ao leitor pela jornalista como “A Restinga não tem coisa alguma. Isto é: tem gente. E malocas. Favela da Ilhota, que na solidão da Restinga tornou-se cinco vezes favela.” (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13).



Fotografia 21. Restinga ao abandono
Primeira reportagem a visita a Restinga em 1967, retorna ao bairro 50 anos depois
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

A condição ser “gente” supera animalidade descrita nos discursos dos administradores do Estado, contudo essa “gente” está descrita como “Outro” na narrativa que comunica a notícia desse Outro-mundo ao Porto-alegrense. A função da imprensa em circular o saber transita entre a crítica e o apoio das ações de remoção, contudo a rarefação do discurso crítico nas fontes denuncia o silenciamento frente os acontecimentos.

A guerra – necropolítica – teve vencedor o “Ser” soberano impôs a sua força e quem abdicou de produzir crítica e resistência como – cidadão¹⁶⁹ - permitiu que acontecesse o impensável sob a ilusória prática civilizatória¹⁷⁰. Tal pratica é descrita por Faillace que imprime a falta de tudo para essa “gente” quando narra:

Acaba a vantagem da condução fácil, da proximidade do centro... Acabada a vantagem do comércio camarada da zona, que fiava por semana, e até por quinzena... Acabada a vantagem da patroa compreensiva, que dava roupa velha e resto de comida para a faxineira... Acabada a vantagem dos lavados de roupa...Acabada a vantagem das reformas de vestidos...Acabada a novela ouvida no rádio do vizinho...Acabada a consulta à Santa Casa.. Acabada a Feira Livre... Acabada a escola... Acabada os médicos, a farmácia, a polícia, os bombeiros, os vizinhos... (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13)

Acabado o trânsito na cidade para quem não pertence a esta, a mesma aponta este confinamento em Porto Alegre de 1967, onde esta que observa passivamente a guetificação que se faz ao seu oponente ao qual é conotativamente desqualificado em sua humanidade. A mesma imagem pode ser entedida cmo constatação de uma sociedade sob opoder de um Regie Militar, um projeto político que pretendeu como solução o desenvolvimentismo que priorizou o beneficiamento de parte da população negligenciando a maioria e a qual foi negada pariferia distante do modelo civilizatório. Outra característica da imagem desse quadro socila é o profundo silencianeto das possíveis resistências frente ao aparelho do Estado repressor e em tempo de guerra expressa.



¹⁶⁹ Lembro que a omissão social não descola a responsabilidade sobre a ação o poder, que só se exerce legitimado por um grupo. Na ausência do “Outro” a cidade nega a esse o que lhe falta em seu destino

¹⁷⁰ Eugenia e higienização social com perspectivas civilizatórias do que não lhe é espelho – colonização do “Outro”.

Fotografia 22. Restinga e seu futuro
 Primeira reportagem a visita a Restinga em 1967, retorna ao bairro 50 anos depois
 Por: Aline Custódio
 Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

A resistência no ato de existir se faz teimosamente por essa “gente”, é a comunidade que expressa à semente do que se tornou o bairro Restinga. Faillace, em sua matéria percebeu essa “gente” ao registrar: “Acabados os vizinhos... **Não são mais vizinhos, são uma família em desgraça, impotente para auxiliar-se mutuamente.**” (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13).

Aqui a potencialidade também é negada, meu texto dissertativo, em primeira pessoa, analisa o “Ser” distante da minha comunidade. Minha narrativa propõem falar de pertencimento e potencialidade social, após esta etapa de crítica ao “Ser” “cidadão” o contraponho este “Outro-Ser” que está imerso ao Bairro Restinga¹⁷¹. Mas, antes continuo análise da narrativa de Faillace:

Não há comércio na Restinga, apenas duas “vendingas” que vendem ao preço que bem entendem, sem tabela, sem fiscalização, sem complacência, sem boa vontade... Não há posto policial, nem posto de saúde, nem escola, nem creche, nem igreja, nem telefone, nem luz, nem água, nem transporte, nem viva alma a muitos quilômetros de distancia. (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13)

A ação necropolítica se concretiza, a constatação revela para além do que já foi dito, quando Faillace aponta que “Os moradores da Restinga estão isolados do mundo, num descampado frio e aberto a todos os ventos...”, deixados à míngua e à morte, em espaço onde:

A água é fornecida de oito em oito dias por carros-tanques, que enchem as pipas públicas e as três ou quatro caixas d’água que existem...água exposta a todas as contaminações. E quando o carro atrasa mais de quinze dias, eles bebem água da sanga...Em desespero de causa, os moradores tentaram perfurar poços por conta própria... Só encontraram barro...(...) (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13)

A imagem remete a materialização do texto, sua impressão contempla o cenário:



Fotografia 23. O Ser e o Outro
 Primeira reportagem a visita a Restinga em 1967, retorna ao bairro 50 anos depois

¹⁷¹ A leitura das fontes promove a motivação à escuta deste que é meu vizinho, que é a minha pertença.

Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

A criminalização dos removidos potencializou os acontecimentos em sua negligência e incompetência da ação desastrosa da municipalidade, intencionalmente esta aplica ação Eugênica e de higienização social como plano bem sucedido e possível de ser repetido em outros espaços como estratégia de levar a civilidades aos sujeitos. Os discursos distorcem e silenciam outras “verdades”. Porém, o registro de Faillace oferece uma versão deste “outro mundo” que pertence à cidade, a jornalista observa em subtítulo “as casas” e a ação municipal “Os quatro carpinteiros da Prefeitura chegam às 11:30 da manhã e se encerram no boteco.” (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13), estes são os braços da estrutura pública da cidade.

Faillace narra que a rotina dos chefes de famílias “Há famílias que há mais de uma semana dormem ao relento, ou em acampamentos improvisados, porque seus chefes trabalham em Porto Alegre o dia inteiro e não têm tempo para levantar as casas,” a representação da municipalidade é ironizada na narrativa da jornalista que constata “e também porque os carpinteiros bebem o dia inteiro e também não tem tempo.” (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13). A discursividade que não legitimou a ação, também não a detém, somente o constata na fala de Faillace:

Não são nem uma, nem duas as mulheres e as crianças que somaram seus esforços para reerguer, canhestamente, as velhas malocas, com as mesmas tábuas podres, os mesmos caixotes quebrados, os mesmos pregos tortos e enferrujados, usando inúmeras vezes... (ZH. 18 de maio de 1967. p. 1 e 12-13)

A condição de resistência ao poder pelo pobre – Bairro Restinga – é expressa na teimosia de EXISTIR para além da imaginação do “Ser”. Ironicamente o debate entre o poder municipal e o poder de imprensa em sua disputa narrativa apresenta o espetáculo do absurdo. A desumanização do “Outro” no discurso do “Ser”, apresentado por esta dissertação, anula a potencialidade de uma resistência a necropolítica de higienização social encontradas em fontes que legitimam a versão dos moradores. Em texto central encontrado na ZH de março de 1967 a jornalista Faillace em lugar de fala comunica os detalhes do que deveria ser um lar:

As casas são bem ventiladas, é preciso dizer-se...Algumas só tem três paredes, abertas como cenários teatrais, expondo escandalosamente a miséria de seu interior... Nas paredes levantadas, a média é de dois a três centímetros de folga entre uma tábua e outra...A chuva é pródiga. E, depois de uma tempestade, não há mais colchão nem roupa seca, nem corpo seco, de velha, velho, moça, moço, criança ou bebê... E não há mais tábuas, nem telhas, nem pregos para consertar os buracos... (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13),

Um escrutínio do estado de guerra, um campo de confinamento, uma versão de gueto. O discurso aponta o perdedor, as fontes reafirmam diversas vezes a necessidade de combater

as malocas, como um espaço andrógono a cidade agora confinada com sua população em um “Não-lugar” ou ainda em um lugar identificado como “gueto de confinamento” em 1967.

A guerra como política de morte não se constrange frente a críticas humanistas, esta comunidade não foi um acidente, sua distância não é um descuido, sua falta de estrutura em sua origem foi uma intencionalidade e seu ato de resistir e se construir deve ser parte dos conhecimentos que sustenta a força e potência desta “cidade dentro da cidade”¹⁷².

A defesa da ação pelas autoridades afirma ausência de trabalhadores entre os moradores do bairro em sua origem, mas esta população reclama à Faillace “o trabalho”, onde esta registra em depoimentos “- ‘mas o pior de tudo, é que não há trabalho!’ – gritam todos.” que são identificados por suas funções no questionamento do texto da jornalista “Que farão as lavadeiras, as faxineiras, as costureiras, as empregadas, os trabalhadores braçais, que precisam vir para Porto Alegre?” Essa pergunta é voltada para questionar em seguida o transporte no texto de Faillace “O ônibus da Prefeitura passa duas vezes por dia, na ida, às 6,30 da manhã, e, na volta, às 20,00.”. Essa é a dinâmica da existência do pobre na cidade, Joel Rifino dos Santos (2004) trás essa reflexão, para pensar o pobre em narrativas e sua precária identificação teórica nas disciplinas.

O texto de Faillace afirma o **confinamento** e o **controle** de saída na triagem do transporte dos moradores quando registra em sua matéria “E só pode toma-lo quem provar que tem emprego fixo na cidade. Aproveitar condução grátis para vir procurar trabalho, para consultar na Santa Casa, para ver os parentes, para fazer compras... Impossível! é um ônibus só para mais de 100 famílias.”. As versões se contradizem e, se expressão entre os discursos que circulam pela imprensa, na legitimação da ação e na crítica, pacatos leitores porto-alegrenses fazem a sua escolha de aceitar a proposição política de guerra e remoção e, ou a denúncia crítica da ação (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13)¹⁷³. O contato entre o “Ser” e o “Outro”, revala características da comunidade que permanecem em sua organização, Faillace salientado no diálogo encontrado na matéria analisada:

-“E se alguém adoecer?” – pergunta o repórter.
 Todos se entreolham, porque em Restinga a vida é vivida em comum, a desgraça é partilhada.
 - “E se alguém adoecer?” A resposta está ali, para quem quiser ver...Entre trapos e sujeira, em caixotes desmantelados dormem os doentes...
 - “E as crianças? Tem havido distribuição de leite?”
 Risada geral. Repórter tem casa uma...

¹⁷² Fala de Pujol em documentário: Restinga 50 anos - A força da Restinga Por: Aline Custódio Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (YouTube)

¹⁷³ Porém, o mesmo o “Ser” cidadão se percebe sob regime autoritário, em suspensão da democracia pelo Governo Militar estabelecido em 1964 com o golpe.

É apenas no domingo, dia santificado, que a esperança renasce. É a visita da Legião da Boa Vontade, que se lembra deles e lhes leva sopa, pão, remédios, roupa... que ameniza um pouco os seis dias que se seguirão...E até quando? (ZH. 18 de maio de 1967. p. 12-13)

A História Oral proporciona a possibilidade de narrativas que apresentam uma versão comum a todas as entrevistas ligadas aos moradores do bairro em sua origem, a “comunidade se cuidava”. Esta perspectiva marca a semente da resistência frente à necropolítica. Em uma perspectiva micro do olhar sobre os corpos dos sujeitos removidos, em sua ausência de poder, ali no limite da existência, no confinamento se fez a resistência. É no ato de se manter existindo neste árido espaço – social e geográfico – que nasce a resistência e onde nasce à comunidade – na Rua Abolição, Bairro Restinga – nas primeiras casas vindas da Ilhota, que também receberam em contínua ação do poder diversas outras “Vilas de Malocas”.

O limite humano se jogou sobre o corpo do sujeito histórico, mas esse carrega o corpo social, em resposta ao ato de segregação do corpo negado que fez este espaço/território que é o Bairro Restinga. Foi em síntese através deste corpo com sua memória de pertencimento, de prática, de acolhimento e da luta pela sobrevivência que nos tornamos uma comunidade – Quilombo Urbano. O povo da Ilhota, da TDO, da Ipiranga, da Santa Luzia, da Doca das Frutas, da Areia e das demais “Vilas de Maloca”, é não mais um corpo de fenótipo negro, é de categoria negra¹⁷⁴, o sobranete, o que não cabe na cidade. O corpo que se mistura na origem do bairro, entre cores, se faz resistência em comunidade, em núcleos os moradores se reconhecem e passam a uma organização de autocuidado¹⁷⁵. Aqui, se registra muitas origens, mas também se resume pertencimento e identidade, uma forma própria de existir e resistir na cidade. Como um grande quilombo urbano, a ordem de cuidado se inscreve mesmo com a força de poder que altera constantemente a paisagem do bairro, trazendo sempre mais “gente”. Contudo há também após este primeiro momento, a migração espontânea, sujeitos que encontraram seu pertencimento vinculado a uma identidade: a periférica. Ou mesmo como única possibilidade de compra da casa própria.

Não para seu envergonhamento e constrangimento, mas como registro de memória de sua potencialidade e resistência, para isso esta dissertação não se limita a Universidade, sua razão está na cidade no diálogo entre seus espaços e principalmente na prática de história pública na comunidade.

¹⁷⁴ Conforme Mbembe (2017).

¹⁷⁵ Obras que registram esse pertencimento – Memória de Bairros (NUNES, 1990); Zamboni (2009); Gamalho (2009); Boneto (2014).

3.8.3 Imprensa registro entre 1967 – 1968: Outros registros da Imprensa na defesa das remoções

A proposta de higienização social articula a necessária remoção, é comunicada e propagandeada como um ato civilizatório conteúdo encontrado em matérias que agregam a comunicação burocrática como ordem do dia para falar à cidade o que esta espera “Em fase final os trabalhos de remoção de malocas na Ilhota” (Correio do Povo, 08 de junho de 1967, p. 14). Na matéria, não importa o humano removido, mas a comunicação da tarefa sendo executada.

As estratégias de ação do poder na comunicação de ideias se fazem como práticas de legitimação, como na manchete: “Distribuição de casa do DEMHAB na Restinga” (Correio do Povo 13 de junho de 1967). O cruzamento de fontes aponta que as primeiras casas emergências (medindo 2x5) não foram distribuídas antes das emblemáticas 130 casas registradas pela imprensa. Mesmo esta não sustentando o que comunicava, na prática esta registrou os discursos colhidos entre os gestores e suas propostas de versões, como vemos em outra manchete: “DEMHAB objetiva erradicar todas as malocas da cidade” (Correio do Povo – 15 de junho de 1967). Erradicar, exterminar, confinar são termos constantes no discurso que não contempla lugar de fala para os sujeitos submetidos a ordem imposta.

Em discursos ilusórios, as comunicações se mantêm, a imprensa aliada faz circular ideias “DEMHAB construirá mil casa na Vila Restinga” (Correio do Povo – 20 de junho de 1967). Sim, construirá, após assinatura com BNH em 1969 e, será financiada aos que sob um escrutínio provarem poder pagar. Contudo, é rarefeito as narrativas que questionem o projeto, ou a ausência do mesmo. As estruturas não são averiguadas frente à comunicação do que é prometido. Reportagens comunicam o que Milton Pozzolo de Oliveira declara como ideia de um plano como estruturas – casas. Contudo não existe em sua materialidade, mesmo assim são comunicadas “a vila já possui seu centro comunitário e que as assistentes sociais do DEMHAB, com a colaboração de entidades religiosas e assistências vem desenvolvendo amplo trabalho junto a seus habitantes” (Correio do Povo – 20 de junho de 1967), as falácias são desconstruídas quando na narrativa do morador que percorre sua memória e não identifica

o comunicado em seu tempo¹⁷⁶ no espaço em que foram encaminhados no processo de remoção compulsória.

Como prática, segue a rotina de higienização social “DEM HAB continua removendo malocas em toda a cidade” (Correio do Povo, 04 de novembro e 1967), não permitindo resistência, um esforço de esconder a pobreza no que hoje entendemos como periferia. A tentativa de resistência que se fez em núcleos próximos ao centro, encontrava o braço do Estado para logo lhes encamiar para seu lugar – Restinga – caso não tivesse condições alternativas, nunca no local pré-existente.

Em discursos demagógicos e ilusórios as comunicações se mantêm pela imprensa como se observa “Distribuição de casa do DEM HAB na Restinga” (Correio do Povo 13 de junho de 1967), contudo Pozzolo já afirmava na Câmara de Vereadores o DEM HAB não “doa nada”, toda a casa nova, em terreno demarcado é financiada.

Em 1968 como prática braços burocráticos aplicam ações de colaboração com o poder na remoção das malocas “DNOS colabora na remoção das malocas da Vila Dique” (Correio do Povo, 17 de agosto de 1968), neste momento observamos a mudança do diretor do DEM HAB onde encontramos o nome de Amaury Collares que informa a imprensa que faz circular “O prefeito Célio Marques Fernandez determinará imediatas providências a fim de que a vila Restinga contasse com maiores recursos a fim de acolher os removidos da Vila Dique” (Correio do Povo, 17 de agosto de 1968), contudo não há nenhuma estrutura no espaço definido pelo discurso.

Esse é um momento de transição, sai Sr Pozzolo da direção do DEM HAB, o prefeito Célio Marques Fernandez fica somente até o final do ano corrente. Assume em 1969, a gestão municipal o Sr. Thompson Flores nome de referência no DNOS durante as últimas décadas e que impõem uma dinâmica de reestruturação urbana as áreas centrais da cidade¹⁷⁷.

3.8.4 Imprensa 1968: Restinga, miséria é nome de Vila pobre e difamada.

Um segundo registro de crítica, a imprensa desvela contradição dos discursos e aponta os problemas estruturais do bairro silenciado e escondido do leitor que vive nas áreas

¹⁷⁶ As estruturas que não chegam, o povo que só cresce, as estratégias que se inventam, a sobrevivência que se constitui exige maior atenção, para observar a resistência na organização dos moradores. A existência teimosa destes que aqui não se mantiveram e entenderam como seu este espaço/território que inda é negado fora.

¹⁷⁷ O Nome e Thompson Flores aparecem como gestor e como promovedor de necropoder em necropolítica de ação do poder na desconstrução da Vila Doca das Frutas na década de 1950, apoiado e apoiador de Ildo Meneghetti. História que merece ser aprofundada.

consideradas parte da cidade¹⁷⁸. O estigma é questionado na reportagem “RESTINGA, MISÉRIA É NOME DE VILA POBRE E DIFAMADA” entre conflitos de perspectiva dos discursos a imprensa salienta no alto da pagina em negrito **“Gente pobre mais decente reclama a má fama da Vila Operário”** – “O texto é e Edson Lemos. As fotos são de Jaime Klitowitz” (ZH, 07 de 12 de 1968. P. 13).



Figura 18. Restinga, miséria é nome de vila pobre e difamada
Zero Hora, 07 dezembro de 1968. P.13.
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

A matéria comunica o diálogo com os moradores do bairro nomeado e identificando o sujeito onde afirma “Nanci Simões Pires tem os filhos, está esperando nascer o terceiro. Seu marido, Hélio Oliveira da Silva, de 25 anos, está desempregado. Sempre que faz um teste é aprovado, quando diz onde mora, o emprego é negado. Ele é morador da Vila Restinga”. Nomear não promoveu a positivação, mas escancarou o direito negado destes sujeitos à cidade, como também o direito a participar da vida produtiva de Porto Alegre, prática das ações do poder que transformou o lugar como estigma – marca. O jornalista coloca: “Seu drama é igual a de quase todos os moradores de lá.”, onde a falta impera “E uma comunidade que fica isolada da civilização depois das 21h. ‘e ainda por cima – dizem – somos acusados de ladrões’”. Espaço onde uma população que independente do fenótipo, mesmo com toda a sua importância de análise¹⁷⁹, teve sua condição de pertencimento negado, em sua categoria “negra”¹⁸⁰ de existência, reafirmando no estado de guerra - necropolítica.

Ainda assim, a população com fenótipo negro que se avolumou como maioria no bairro sofre desse duplo dispositivo de raciolização das relações que deixam as marcas dos traumas na narrativa e também na resistência que se fez no corpo social, soma em

¹⁷⁸ Entre manifestações discursivas e ideais que circulam no interior da imprensa, há momentos raros de crítica, que suponho como momento de tensão ou estratégico do jogo político entre dois campos, em momento aliados, outros em disputas.

¹⁷⁹ Que se faz presente entre as contradições internas ao bairro em seu crescimento, mas que, contudo, não poderei aqui atender.

¹⁸⁰ Dentro da perspectiva de Mbembe.

comunidade o formato de um quilombo frente à guerra. A semente dos corpos, que carrega sua memória imprime no bairro uma prática que transforma a ausência em presença quilombola. Mesmo sendo esta dissertação um espaço de crítica e denúncia, lembro que a positividade da ação de poder de resistir geminou nas práticas cotidianas dos sujeitos.

É assim que se fez a resistência ante a “MISÉRIA” comunicada pela imprensa que sigo a analisar (ZH, 07 de 12 de 1968. P. 13), na qual encontro a percepção dos dispositivos de racialização e de negação do outro na prática cotidiana da cidade. A matéria apresenta a origem dos moradores e dá números “São cinco mil pessoas dividida em dois setores. Um de casas novas,” compradas à prestação como afirma nossos entrevistados “os outros, de malocas” as casas velhas e seus sujeitos apontados conotativamente de “vietconngs”¹⁸¹, os que lá moram, esperam sempre a conclusão de casas do setor novo, onde tem que pagar NCr\$11,00 por mês durante 15 anos, até serem proprietários”. As conquistas de estrutura não acompanham o pagamento das prestações na Restinga, também não foi estruturado os anunciados recursos de formação, acolhimento, atendimento neste período de 1967-1968 como a reportagem traz neste registro (ZH, 07 de 12 de 1968. P. 13 grifo meu).

A matéria acima reproduz fala dos moradores que comunicam o que ouvem quando procuram emprego e são mandados embora “na Restinga só mora ladrão” em 1968 as queixas inconformadas da comunidade são reproduzidas no texto, porém sua construção em contradição alimenta o estigma na fala do jornalista que afirma “Diariamente, os homens e mulheres úteis vem à cidade. Na Restinga só ficam os inválidos, aposentados, algumas mulheres e crianças. A fome das crianças alia-se às promiscuidades”.

A narrativa do texto que circula em Porto Alegre informa seus leitores condena o futuro quando afirma “Na ausência das mães, a maioria solteiras, as crianças ficam soltas depois das aulas no grupo escolar da vila. Não há quem cuide. É por isso que se encontram meninas de 11 ou 12 anos esperando filhos.”, isso desvela que as mulheres se ocupam da busca de trabalho, junto com os homens ou sozinhas. Contudo não lhe é perdoado o estigma que opera em construção simbólica de uma existência maldita¹⁸², reproduzo parte da matéria

¹⁸¹ Lembrando que o termo está sendo usado de forma pejorativa, contudo, tem suas origens na Guerra do Vietnã que foi: A **Frente Nacional para a Libertação do Vietname**, chamados **vietcongues**, foi um exército formado por sul-vietnamitas que lutaram na Guerra do Vietnã junto ao exército do Vietnã do Norte contra a coalizão formada pelos Estados Unidos e pelo governo do Vietnã do Sul. https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Nacional_para_a_Liberta%C3%A7%C3%A3o_do_Vietname

¹⁸² Em responsabilização da mulher e sua maternidade, onde a mesma é culpabilizada por não ocupar dois lugares distintos ao mesmo tempo.

que em preocupação mesquinha circula na cidade com conteúdo de “fofoca” e não de crítica e assim descreve a origem da fama nesse recorte:

FAMA

Os moradores da Restinga não negam que vivem na miséria. Mas não concordam com as acusações de que, a vila é uma antro de ladrões. “A fama da vila – dizem todos, até o PM Morrudo do Posto Policial – é a Mulher Maria Jesus na Silva”. A firmam que Maria de Jesus a Silva, uma prostituta residente na vila, certa vez, após passar oito dias fora de casa, encontro-a arrombada. Foi num programa de rádio dizer que “aquela vila é um paraíso e ladrões que o Posto Policial de lá faz vista grossa para isso, só se interessando por brigas de casais”. (ZH, 07 de 12 de 1968. P. 13)

Na perspectiva de amenizar a fama o texto coloca o depoimento da autoridade local “O PM Eusébio Morrudo¹⁸³, este diz que não é verdade, colocando a disposição o livro de ocorrência “são muito reduzidos os casos de furto – afirma – dá muita embriaguez e brigas de pequena monta” (ZH, 07 de 12 de 1968. P. 13).

O texto¹⁸⁴ de imprensa aponta a falta generalizada de estrutura e, a organização interna dos moradores quando apresenta em narrativa “Existe a Associação dos Bairros Restinga e Arredores. (...) “Temos um refeitório – é o Dorival Fernandes, um dos presidentes de honra quem fala – que serve, diariamente, sopa para 900 crianças.” (ZH, 07 de 12 de 1968. P. 13)¹⁸⁵. Essa é a prática de ação de resistência que tendo ou não o apoio do Estado se faz pelas mãos da comunidade.

O debate sobre as relações de trabalho não capitalistas as quais constituem permanências servis são registradas nas falas reproduzidas pela matéria do jornalista “As mães estão na cidade trabalhando, a maioria delas à troco de comida. Só voltam à noite. Se não tivesse a sopa todos os dias, os pequenos nunca teriam almoço.” (ZH, 07 de 12 de 1968. P. 13). As brechas do discurso que registra a fala de moradores envolvidos diretamente nos acontecimentos são raridades entre os anúncios da imprensa. É pelo filtro desta que se conhece a Restinga, não pela narrativa de seus moradores.

Relaciono aqui a prática de sobrevivência apoiada na existência de doação de matadouro local, a prática é encontrado no diálogo com os moradores e suas memórias e, é

¹⁸³ O nome do “PM Eusébio Morrudo” aparecerá em muitos dos depoimentos dos moradores, já que este era a representação da ordem policial, interna ao bairro em seu cotidiano.

¹⁸⁴ A proposta do texto, em análise, que no princípio pareceu de denuncia e critica a ineficaz política de habitação, passa a tratar de descrições de “picuinha” entre moradores. Respeitando o limite do texto, podemos ainda entender o contexto de faltas, que impera na prática mesmo para a policia “Não há radiocomunicadores, telefone ou condução”, para moradores o último ônibus passa às 21h, qualquer imprevisto que houvesse “ficam na dependência da boa vontade e algum morador nas vizinhanças que tenha automóvel.” Para o PM Morrudo “aqui a gente serve de farmacêutico, conselheiro familiar e enfermeiro.”

¹⁸⁵ Ação que deveria compor um dos cuidados do estado pode ser com o apoio deles, mas é cuidado pela própria comunidade

confirmada pela imprensa que registra: “Existe o matadouro de Anarolino Rocha que, aos sábados, distribui, para toda a vila, miúdos de gado.”. O texto afirma que essa prática acontece há 18 meses, “assim como a sopa. Contribui e muito para minorar as agruras da fome.” (ZH, 07 de 12 de 1968. P. 13). Cálculo simples revela que ações de resistência estão em processo desde o meio do ano anterior – 1967. Estas são as práticas de resistências possíveis que priorizaram a subexistência orgânica dos corpos – alimentação para existência em um espaço ermo e brutal.

A matéria afirma que a comunidade não pede muito “ônibus mais barato (cada passagem custa 41 centavos), luz, água, telefone e, principalmente oportunidade de trabalho.” (ZH, 07 de 12 de 1968. P. 13). Tal texto de imprensa foi trazido para possibilitar um registro oportuno de um olhar externo ao bairro, mas que de alguma forma se comunicou com ele. A importância também se dá por sustentar as narrativas de memória dos moradores no tempo presente, com informações de nomes e referências para pesquisas que aprofunde suas relações históricas.

3.8.5 Problemas, esta vila tem até demais.

A matéria da Zero Hora, que registra “Problemas, esta vila tem até demais” (ZH, 2 de dezembro de 1968), comunica a remoção da Vila do Asseio, origem de parte de nossos entrevistados e que neste período se organizam para mudança.

Essa matéria fecha a dinâmica do poder sob olhar de Célio Marques Fernandes e Milton Pazzolo, uma alternância do poder não muda a dinâmica de como as remoções são produzidas como veremos nas documentações da próxima etapa.

Entre o processo de transição dos agentes políticos, uma matéria circula na imprensa “Ninguém quer sair da vila da miséria” a manchete fala da Vila Dique, onde DNOS que há muito é dirigido por Telmo Thompson Flores agiliza obras necessárias para modernização e saneamento da cidade, contudo os moradores resistem “As obras da ponte sobre o Guaíba estão determinando a mudança das malocas da Vila Dique para a Restinga. Mas nem por isso seus moradores adquirem melhores condições de vida. E ainda têm que pagar o terreno. Todos eles estão contra a medida.” (ZH, 07 de jan 1969, p. 20). Não há um plano de integração, o custo social e econômico são impostos a população – solução para cidade.

3.9 Uma perspectiva sobre a Gestão Telmo Thompson Flores – 1969 – 1971

Durante os primeiros anos do bairro, durante a gestão de Célio Marques Fernandes e com a direção do DEMHAB de Milton Pazzolo, o processo de limpeza da cidade é aplicado com o discurso escancarado de higienização social em política de guerra contra as “Vilas de Malocas”, o bairro com a função de espaço de confinamento e controle do sujeito removido é claramente apresentado pelos documentos, em uma política sistemática que reunio os elementos da camada mais frágil da população – sujeitos sem registro e ou sem trabalho regular e formal.

3.9.1. Telmo Thompson Flores e a Restinga 1969 – 1971

A mudança dos agentes no poder em 1969, não altera o processo, somente muda a forma de como é comunicado. Em 1969, Telmo Thompson Flores assume a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e governa até 1975 “com um perfil político que o regime militar procurou imprimir à administração pública, marcada por um caráter técnico-burocrático e aparentemente neutro de suas intervenções no espaço público” (MONTEIRO, 2006, p.336. In.: ALVIM. 2018), durante este período o DEMHAB foi dirigido por Roberto Geraldo Coelho Silva. No contexto da Cidade o temperamento do novo administrador publico Thompon Flores segue a lógica tecnocrata:

A inauguração do viaduto Loureiro da Silva pelo prefeito Telmo Thompson Flores em novembro de 1970 simbolizou o início de uma sequência de impactantes reformas urbanas que viriam a redesenhar e transfigurar a cidade, alterando antigas experiências urbanas que, entre viadutos, avenidas e monumentos, consolidaram a lógica modernizante e a força da política dos generais na cidade. A partir do estabelecimento do primeiro Plano Diretor, em 1959 (...). (ALVIM, 2018)

As aplicações do projeto Nova Restinga recebeu financiamento do Governo Federal, contudo somente a área dentro do projeto vai receber melhorias, a ambígua paisagem se constrói no descampado da Restinga. O uso da propaganda da proposta do município assume a legitimação das ações com maior cuidado estético segundo Alexandra Alvim (2018), que a imagem trás como exemplo onde a Restinga em seu projeto circula como modelo a ser alcançado:

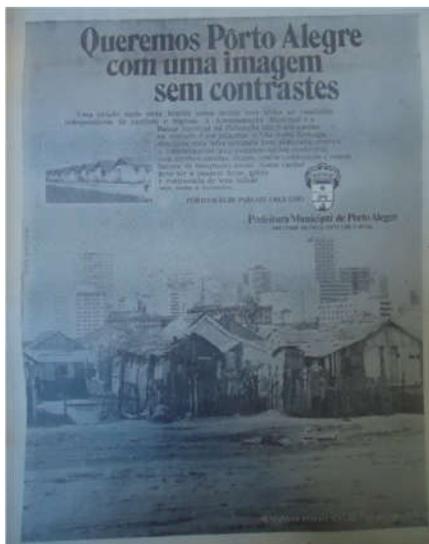


Figura 19. Queremos Porto Alegre sem uma imagem sem contraste
 Correio do Povo, POA. 08 nov 1970, p. 8.
 Fonte.: Alvin (2018)

O momento de circulação da ideia que o bairro seria uma solução para o contraste entre os modernos prédios e as precárias malocas são publicadas na imprensa (CP. POA. 08 nov 1970, p. 8), como analisa Alexandra Alvin (2018): “Queremos Pôrto Alegre com uma imagem sem contrastes”, anunciava o mesmo jornal uma propaganda da própria Prefeitura que divulgava a construção da Vila Nova Restinga, através do Banco Nacional de Habitação. A fotografia dos humildes casebres que a propaganda carrega conota desprezo enquanto engrandece a figura da imagem da cidade que se construía (também) nas páginas do jornal: uma metrópole limpa, que levaria dignidade e teto a seus pobres na condição que permanecessem distantes das áreas centrais. (ALVIN, 2018. p. 12)

A gestão da cidade nas mãos de um tecnocrata, engenheiro por formação, representa para o município a dinâmica desejada pelo Governo Federal e seu plano de modernização para Alvin (2018):

A cidade que a Ditadura moldava oferecia aos setores de classe média avenidas ágeis e viadutos que viabilizavam maiores velocidades e menores distâncias. Nas mãos de um engenheiro, homem visionário acostumado com o canteiro de obras, a Porto Alegre do futuro finalmente chegará: ela é a “Thompson City”, que um anúncio publicitário da Mercur Propaganda declarava em 1970 – uma cidade que queria metrópole e se tornava um imenso canteiro de obras que rasgava espaços simbólicos, descaracterizava o centro da cidade e empurrava os bolsões da pobreza para áreas distantes. (ALVIN, 2018. p. 13)

A manutenção da guerra contra as malocas¹⁸⁶ se mantém, agora com um novo discurso a “Vila de Transição”¹⁸⁷. Thompson Flores passa a construir e circular a ideia de que os removidos compulsoriamente vão ser reintegrados socialmente e conduzidos a morar no projeto Nova Restinga.

Os investimentos para a cidade contemplam o financiamento do projeto Nova Restinga, contudo, as áreas de fora desse plano não receberam nenhum investimento no período que não fosse estratégico para os planos de consolidação do modelo social definido e representado por Telmo Thompson Flores no município de Porto Alegre em 1970. Para Alexandra Alvin (2018):

A inauguração do viaduto Loureiro da Silva pelo prefeito Telmo Thompson Flores simbolizou o início de uma sequência de impactantes reformas urbanas que viriam a transformar drasticamente os modos de viver e ver a cidade, alterando seus espaços tradicionais e impondo a lógica da modernização defendida pelo governo dos militares. (ALVIN, 2018. p. 13)

O momento da consolidação da aliança do governo municipal e governo federal veio por meio do ofício nº 46/70 – ST, de 10.04.1970, diretor do DEMHAB Roberto Geraldo Coelho Silva encaminhada para BNH o projeto nº 1/70 da arquitetura com denominação “Projeto Vila Nova Restinga”, acompanhado pelo projeto 1/69, de setembro de 1969, que apresenta dados de pesquisa sobre áreas irregulares. Prevê quatro unidades vicinais, total de 3.800 unidades habitacionais. Todas, excetuando-se as de três quartos, serão preparadas para receberem mais um quarto. “As 88 casas embrionárias serão destinadas a famílias, oriundas de favelas, de até duas pessoas, sem necessidades de maior área e com encargos de doença, que não lhe permitem aquisição de outro tipo de casa.”. O documento não fornece detalhes sobre as demais unidades vicinais, narra que o município tem, “68 núcleos de malocas existentes”. O DEMHAB realizou pesquisa de campo em 36 deles e apurou 9.994 malocas e 44.355 habitantes que foram “levantados, cadastrados e relacionados para futura remoção”. Parte dos cadastrados foram para as quatro unidades vicinais. A pesquisa apurou que 6,70% das famílias tem a renda de até 0,5 salários-mínimos; 83,59% das famílias tem renda de 0,5 a 2,00 salários; 9,71% das famílias tem renda superior a 2,0 salários-mínimos. Por meio de assistência social, centros de oportunidades, escolas e outros meios o DEMHAB recuperará

¹⁸⁶ Tendo a maioria destino de manutenção das suas condições precárias agravadas na região da Restinga “Velha”.

¹⁸⁷ A circulação de ideias para propaganda pública justifica e legitima as rotinas de investimento em áreas específicas e na forma como convinha para administração pública, completamente alinhado com o modelo do governo federal, a municipalidade só não comenta que as 3.800 casas do projeto Nova Restinga não dará conta dos moradores em “vilas de malocas” a concretização do sonho da casa própria.

economicamente e socialmente as famílias com renda entre zero e 2,0 salários-mínimos¹⁸⁸, as integrará e as capacitará para serem futuras adquirentes. Esse discurso não se consolida na prática.

O bairro vive um momento de crise humanitária, as informações circulam pela imprensa que comunica a redução do número de policias no bairro agravando o atendimento onde não há carro ou telefone “a água é distribuída uma a duas vezes por semana” não há assistência médica adequada e “criança nasce debaixo de árvores com assistência de barbeiro; o último ônibus é às 21:00 horas” (ZH, 25 de jan de 1969). Esse quadro discursivo demonstra que a política de remoção se mostra pouco confiável em seus resultados.

Nesse contexto Telmo Thomposon Flores assume sem eleição a prefeitura de Porto Alegre em fevereiro de 1969. O novo diretor do DEMHAB é Roberto Geraldo Coelho da Silva apresenta a proposta de “centros de Triagem” - “locais provisórios onde serão ressocializados os ‘elementos’ erradicados das Vilas de Malocas” (ZH, 13 fev. de 1969, p. 2 - 7. In.: MORAES, 2018. p. sem nº), na interpretação de Aldovan de Moraes (2018):

Roberto Geraldo Coelho da Silva, novo diretor da altarquia, introduz a concepção de “centros de triagem”, locais provisórios onde serão ressocializados os “elementos” [ainda atualmente a expressão é utilizada nos meios policiais significam “bandidos” ou, pelo menos, “suspeitos”; seu antônimo é “cidadãos”] “erradicados” (erradicar é retirar ou eliminar raízes e, por extensão, significa destruição de uma identidade substituição de outra) de vilas de malocas. O diretor declara na p.7 que a Restinga é um centro de triagem que aliserá reduzido o número de malocas, serão substituídas por casas novas. (MORAES, 2018)

A proposta é apresenta pela imprensa que comunica as intenções de Thompson Flores como prefeito, nesta encontra-se a o registro da manutenção da política de higiene social da cidade na condução para gueto que beira a eugenia, o preconceito emana das narrativas que possui indicação de um sujeito histórico “Outro” descrito conativamente como nos anos anteriores, contudo, agora apresenta uma política sistemática com “metodologia de transformação” que na prática pode-se questionar seu funcionamento no bairro, Telmo Thompson Flores como prefeito comunica:

Numa primeira etapa, a vila Restinga, e, se necessário, outras vilas, será considerada área de triagem, onde o elemento erradicado será recuperado socialmente, dando-se-lhe condição de trabalho e possibilidade de frequentar os “centros de oportunidades”, meta da Secretaria de Ecucação do Município. – Em segunda etapa, já em condições para co-habitar, o elemento poderá adquirir sua casa pela COOHAB municipal [sic]. (ZH, 13 fev. de 1969, p. 2 -7. In.: MORAES, 2018. p. sem nº)

¹⁸⁸ O que significa, subjetivamente e por dedução, que este é o necessário para o financiamento da casa nas Unidades Vicinais do projeto Nova Restinga.

A proposta do novo prefeito é de transformar o DEMHAB em uma “COOHAB municipal”, criando uma “tarifa social” segundo Moraes (2018):

“que assegure passagem de ônibus mais barata para habitantes de vilas e assim tornando possível melhorar aceitação quanto a erradicação das vilas de malocas, isto é uma forma de seduzir os habitantes destas e convence-los a aceitarem ser removidos para as distantes vilas populares criadas pela política habitacional.” (ZH, 13 fev. de 1969, p. 2 -7. In.: MORAES, 2018. p. sem nº)

A proposta do gestor municipal soma processos de migração distintos quando na aplicação do plano habitacional Nova Restinga ao lado da Vila de Trasição Restinga “Velha”. A proposta do projeto – Nova Restinga – acessa os recursos junto ao BNH somente em 1971. Este ano foi de intenso trabalho “sendo inauguradas em 05/11/71 as primeiras 390 casas.” (PMPA, 2009. p. 32).

Em perspectiva mais tecnocrata Telmo Thompson Flores propõe um estudo sobre 36 núcleos de malocas, que serão removidas de toda cidade, estas foram classificadas quanto à prioridade em I, II, III. Serão quatro etapas de remoção. Como nos 36 núcleos de malocas encontra-se 9.994 malocas e as quatro unidades vicinais totalizarão 3.800 unidades vicinais, a Restinga Nova quanto projeto é uma perspectiva tímida frente ao número de habitações necessárias. Esta questão não é abordada pelo documento, contudo na prática se configura em remover sem ter lugar para os removidos, a não ser o núcleo original da Velha Restinga, mais grave ainda, se pensar que parte dessas habitações entregues pelo programa, alimenta uma política clientelista dos gestores da cidade e de representantes do legislativo municipal¹⁸⁹. O projeto não dá conta integralmente nem mesmo dos núcleos de malocas de prioridades I. (MORAES, 2018. P. 152).

As quatro primeiras unidades vicinais da “Vila Nova Restinga” foram gradativamente implantadas e nelas foram morar aqueles que para elas se escreveram e que apresentaram documentação comprovando que recebiam renda familiar mínima estabelecida pelo DEMHAB. São trabalhadores pertencentes ao mercado formal de trabalho, tem carteiras de trabalho assinadas ou são funcionários públicos. Misturados a eles, há aqueles que obtiveram suas casas por meio de clientelismo político, os ditos apadrinhados políticos.

Resultam destes procedimentos duas realidades distintas na Restinga, separadas pela Estrada João Antônio da Silveira, que perduram até hoje. No lado direito da estrada estão os habitantes da “Vila Velha Restinga”, removidos de núcleos e vilas irregulares e que durante

¹⁸⁹ Em dinâmica de diálogo entre os moradores do bairro foi possível perceber essa prática em todas as unidades entregues nas áreas estruturadas do bairro. Não será possível ampliar o debate para contemplar essa dinâmica, contudo é tema que merece maior detalhamento e estudo.

muitos anos conviveram com carências de todo tipo no local de destino. No lado esquerdo, em novas casas de alvenaria dotadas de infraestrutura, os habitantes da “Vila Nova Restinga”. O projeto original da Vila Nova Restinga previa que ela seria habitada por removidos de núcleos de vilas irregulares, os “núcleos de malocas” da terminologia de 1969. (MORAES, 2018. P. 152).

Os agentes mudam, mas a realidade do bairro permanece em espera, mudanças práticas ocorrem desde o início das obras do projeto Nova Restinga, onde o mar de gente assume os postos de trabalho na construção civil, sem maiores treinamentos ou qualificações comunicadas pela imprensa e pelas autoridades municipais. A imprensa comunica que será levado água para “**27 mil pessoas da área da Restinga**”, a abertura de valas para canos do DMAE, onde 8.800 metros “está sendo aberta por 50 homens” (ZH, 24 de set de 1969. p. 3 grifo meu), tal informação revela o número aproximado de pessoas na área em 3 anos, como também as dificuldades as quais estas estão expostas.

Segue assim as remoções compulsórias, com efetivo acúmulo de sujeitos habitando local sem estrutura, estratégias vão sendo adotadas para manutenção da vida que como um suspiro se impõem mesmo contra as adversidades presentes. Tais adversidades comunicadas pela imprensa, consolida a ideia de que “A Vila Restinga simbolizou, dentro da problemática habitacional de Porto Alegre uma espécie de ‘campo de concentração’, para onde eram lavadas as famílias residentes em núcleos irregulares.” (ZH, 29 set.1970, p. 3). Tais informações circulam pela cidade e apresentam a proposta municipal “Quando o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) adquiriu a área, propôs-se transformá-la em local de triagem, isto é um lugar onde moradores receberiam orientação técnica para a elevação do seu ‘status’ social.” (ZH, 29 set. 1970, p. 3. In.: MORAES, 2018). Essa reportagem demonstra a crítica comunicada à gestão anterior e a defesa das ações da atual gestão municipal. Contudo, dentro deste espaço de disputa de poder narrativo não encontro o sujeito removido, as ações de tratamento buscam calar em sua ausência no discurso, contudo, ferramentas já estão sendo encaminhadas, possivelmente fruto da resistência. Atenta a isso aponto melhorias no registro da “escola primária diurna e noturna, telefone. Luz, igreja evangélica, paróquia, pequeno comércio, posto médico, curso de catequese, posto policial.” (ZH, 29 set.1970, p. 3. In.: MORAES, 2018).

Estas construções seguem durante o período de Thompson Flores, onde o trabalho chega com o projeto Nova Restinga, contudo estas oportunidades não transformam a vida dos moradores do núcleo original da Restinga. Assim, em 1971 se registra “Tudo que podia ser

feito antes já foi feito e, quando as primeiras 390 casas estiverem prontas, serão ocupadas pelo pessoal da Velha Restinga que tiver possibilidades e pelos moradores da Vila Teodora, desocupando áreas para futuros serviços” (ZH, 12 de abr. 1971, p.19. In.: MORAES, 2018). Esta reportagem apresenta o novo Diretor do DEMHAB Norman de Paula Arruda e registra que a Restinga Velha já possui bicas d’água, a proposta da política habitacional, reafirma publicamente que a Nova Restinga será ocupada por moradores da Velha Restinga que “tiverem possibilidade”, por trás desta expressão está à condição econômica que aponto seleção entre os sujeitos que possam financiar a casa em contraste aos outros que com a remoção compulsória ampliam sua distância ao modelo ideal, reforçado pelo não atendimento das políticas públicas comunicadas pela gestão municipal durante os anos de 1967 a 1971.

Pretendo com esses registros demonstrar que ambos os gestores aqui discutidos, produziram discursos distintos, os quais na prática impuseram a remoção dos moradores de “Vilas de Malocas” sem a promoção de serviços ou atendimentos que realmente fossem significativos para sua verticalização social. Mesmo quando o projeto habitacional Nova Restinga foi materializado, o mesmo teve ação paliativa com vagas de trabalho na construção civil sem com isso garantir a conquista da casa própria dentro da estrutura modelo pensada e financiada pelo Regime Militar, aplicada pelo Eng. Telmo Thompson Flores.

O núcleo original do Bairro em 1971 já conhecido como Velha Restinga, passa a organizar sua própria resistência, integrando os espaços e comunicando os abusos a imprensa mobilizando forças internas e externas na busca de estruturas mínimas para a sobrevivência.

IV CAPÍTULO: A Origem do Bairro – a autoconstrução narrativa junto da memória dos moradores.

Neste capítulo proponho um mergulho no imaginário social do bairro Restinga em sua origem, comunicado por diferentes sujeitos histórico com objetivo de entender o cotidiano do bairro através da memória, em metodologia da História Oral. As apresentações das narrativas seguem o diálogo original da entrevista, sua perspectiva é trazer presente o máximo de cada sujeito histórico e suas subjetividades. Aqui o poder enunciativo está no diálogo subalterno, na transgressão do olhar e na forma como é contada a História do bairro Restinga.

Os moradores narram suas histórias em dois grupos, no primeiro período entre 1967 – 1968 e no segundo período entre 1969 – 1971, a temporalidade acompanha a mudança dos gestores municipais e a chegada dos sujeitos ao espaço/território estudado - Restinga. Estes sujeitos históricos assumem seu protagonismo, e assim narram sob sua perspectiva as consequências da imposição de poder biopolítica/necropolítica e biopoder/necropoder como violência física e simbólica.

A proposta prioriza neste momento fontes orais em um diálogo entre “Outros” como “SER” em seu espaço/território, agora como sujeito enunciador de saber-poder e suas percepções sobre as ordens do cotidiano que se apresentaram antes, durante e após a remoção. Quero entender quem é esse “Outro”, condenado por morar em “vilas de malocas” pela condição de pobreza na década de 60 e 70, revisitada pela memória, em processo de resistência frente à cidade¹⁹⁰.

Encontro este “Outro” agora com a palavra assumindo seu lugar de fala, um diálogo entre o “Nós” sobre nosso pertencimento, nosso cotidiano de resistência e de afeto, o sujeito não é mero expectador, o exercício de resgate e manutenção de tradições se dá em reação crítica a própria ação do poder, novas ligações sociais é estabelecida entre o contemporâneo e o tempo dos acontecimentos através da memória com novas tramas e redes de significados.

¹⁹⁰ Trabalhos de pesquisa remontam os espaços e práticas culturais dos territórios negros desarticulados com a expansão da cidade “civilizada e moderna”, que encontramos nos textos de Felipe R. Bohrer (2011), Francieli R. Ruppenthal (2015), Ana L. Goulart Koehler (2015), Rodrigo de A. Weimer (2017). Estes somam-se a textos que já vinham se dedicando ao estudo das comunidades negras em Porto Alegre, como os de Liane S. Müller (1999), Jane R. Mattos (2000). Estes são complementares para uma contextualização ampla que soma as leituras de estudos específicos sobre o bairro Restinga desenvolvido por Vanessa Zamboni (2009) e Nola P. Gamalho (2009). Saliento que outros textos vão sendo relacionados no processo de análises durante a construção da dissertação.



Figura 20. Veja, é a Restinga
Zero Hora, 07 de dezembro de 1968, capa.
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Aqui há outra versão sobre a Restinga, a nossa história como SER que constrói seu espaço em constante resistência frente à cidade de Porto Alegre. Proponho que o leitor acolha a proposta de conhecer o saber-poder deste sujeito que constrói suas verdades sobre os acontecimentos de remoção e migração para o bairro Restinga.

Cada sujeito em sua perspectiva representa um coletivo a ser desvelado, representa um saber-poder mergulhado de prática de luta. Não “resmungo” um tímido pertencimento à cidade por benevolência dos cidadãos, não é um coro de “vitimismo”, apresento o sujeito histórico que conquistou cada palmo desse chão de areão, sangas e vegetação de restinga. Pudesse eu ser alfabetizado somente por seus ensinamentos, mas fui educada na infância a escolher e almejar o que está fora daqui. Agora, entendo mais do mundo, quando após visitá-lo voltei e me reconheci aqui.

4.1 Encontro com o “Outro” que somos “Nós”.

A pesquisa volta-se para o entendimento da versão dos silenciados e suas experiências no processo de formação do bairro Restinga, em outra narrativa de “verdade” sobre os acontecimentos¹⁹¹. Estes sujeitos removidos para o bairro construíram pela sobrevivência, sua própria forma de organização comunitária. As narrativas que segue apresentam três histórias que marcam a primeira etapa das remoções: Sr Hélio¹⁹², Sr. Antônio¹⁹³ com Sr. Farias¹⁹⁴ e Sr.

¹⁹¹ E o processo que é fruto de ação para invisibilização da pobreza, onde um contingente de maioria negra foi removido, desarticulado em suas práticas de pertencimentos e condenados ao abandono durante os primeiros anos de ocupações do espaço urbano inventado pelo discurso, mas sem condições de habitação.

¹⁹² Hélio Soares Fernandes.

¹⁹³ Antônio Miguel Rodrigues de Almeida.

¹⁹⁴ Luiz Carlos Vieira Farias.

Ventura¹⁹⁵. Moradores ainda no bairro suas narrativas ajudarão a todos a conhecer o contexto observado neste trabalho.

4.1.1 Sr. Hélio Soares Fernandes (Entrevista em 03.10.2018)

Em 1967 após promessas e adiamentos do poder público, as “malocas” passam a ser removidas, sobre esta experiência, registros e narrativas de entrevistados que dividiram seu tempo, sua memória e sua história para esta pesquisa passou a construir em processo dialógico sua história. A fala Sr. Hélio é entendido como sendo sujeito que ocupou um espaço de funcionário do DEMHAB e morador do principio do bairro. Seu olhar sobre o bairro é como o de ultimo ser pertencente à cidade que ocupa cargo na margem do mundo, sua perspectiva ainda está sobre o “Outro”, que de certa forma ele também o é.



Fotografia 24. Depoimento Sr. Hélio Soares Fernandes
Entrevistas em 03 de outubro de 2018

Senhor Hélio, é oriundo do interior onde trabalhava na agricultura sua mudança para cidade segue o caminho já trilhado por seus irmãos. Esse chega a Porto Alegre em 1966, mora de favor e pós aluga peças na Vila de Malocas Santa Luzia, recebe a indicação de um cunhado para trabalhar no processo de remoção das “Vilas de Malocas” nos caminhões. Recrutado como operário, sua memória descreve esse período que trabalha na remoção da Ilhota, migra para o bairro em gestação onde é contratado como guarda local na Restinga a serviço do DEMHAB e, como carpinteiro na construção das casas. Agradeço profundamente a atenção de Sr. Hélio que mesmo em meio à perda de sua esposa, D. Terezinha, a qual nos recebia com muito carinho, ele nos concedeu a entrevista. Sua contribuição se justifica em nosso trabalho como alguém que mesmo representando o poder público – DEMHAB – foi morador e compartilhou a experiência inicial da ocupação do espaço, as estratégias de remoção, sua

¹⁹⁵ José Luis Vieira Ventura.

visão sobre o vivido entre alegrias, parcerias e contradição da ordem do espaço - Restinga. Sou vizinha do Sr. Hélio e agora após o conhece-lo estreitamos as relações pessoais para uma amizade. Suas narrativas seguem como forma de apresentar a experiência de seu olhar, como integrante de uma ordem de poder e como subalterno das ações impostas à comunidade da Restinga – Velha Restinga no seu processo de ocupação.

4.1.1.2. Sr. Hélio e Eu em diálogo em sua sala. Dia 12 de setembro de 2018

Sr. Hélio, antes agricultor, migra para Porto Alegre seguindo os passos de familiares, busca trabalho e uma vida melhor. Quando aceita migrar para o bairro Restinga, Sr. Hélio lembra “Eu vim pra cá, eu morei dois meses na Santa Luzia e depois eu vim pra cá, em 21 de abril de 67 (vinte e um de abril de sessenta e sete).”.



Fotografia 25. Sr. Ênio e D. Terezinha
Restinga. 50 anos: o primeiro dia.
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

Sua narrativa está entre agente de poder local e sua condição de assujeitamento na biopolítica das relações burocráticas e sociais da cidade.

4.1.1.3. A REMOÇÃO: seu papel como operário

O início do trabalho formal do Sr. Hélio no DEMHAB foi na remoção da Ilhota, o depoente relata seu transito entre seu trabalho na remoção e a vinda para o bairro. Como marco temporal, Sr Hélio afirma que o início da remoção da Ilhota “**foi dia 12 (doze).**”. Nesse primeiro dia o depoente afirma que “Foi o início da remoção, primeiro dia que nós chegamo lá 8h (oito horas) e começo.”.

Busco em diálogo a memória do depoente sobre este espaço – Ilhota – e sua experiência atuando no trabalho de remoção, quando pergunto sobre como era comunicado à remoção a comunidade ele afirma:

Hélio - Isso tinha o Dr. Ênio que era o Assistente Social.

(...)

Hélio - Ele que, nós só trabalhava ele que fazia toda a inscrição pra trazer pra cá.

(...)

Hélio - Já fazia inscrição pras casinha né. (Entrevista – NPH - REPHO)

As “casinhas” transitam entre significados que depende do local para o qual o sujeito será encaminhado ou condenado. As narrativas oficiais já discutidas anteriormente, onde estabelece os limites entre trabalhadores e o “Outro”, entendido nesta dissertação como sujeitos históricos que por suas ações de resistência intrínseca a cada um, estabeleceu um coletivo – quilombo – no qual foi capaz de sobreviver e reistir¹⁹⁶.



Fotografia 26. Foto. Depoimento Sr. Hélio Soares Fernandes
Entrevistas em 03 de outubro de 2018

Nosso diálogo voltou-se aos espaços que sofreram remoção como os **becos Ilhota – Santa Luzia, pergunto**, “Os becos da Ilhota eram muito estreitos?” Sr Hélio “- Da, da Santa Luzia então, ali pra cruzar um pelo outro tinha que se ladia assim ó.”. Sr Helio segue em narrativa:

Hélio - Tinha umas boas, casa boa tinha também, tinha casa boa, mas a maioria era assim de e bah! Que imundícia aquilo lá, lá era aqueles ratão credo, debaixo zadaquelas casa, mas cada bicho aquilo ali agente levantava uma casa era 10 (dez), 12 (doze) bicho correndo. (Entrevista – NPH - REPHO)

Conversando sobre as narrativas de discriminação sobre a Ilhota, questiono se eram trabalhadores, o depoente entende que:

Hélio - Quase todo mundo trabalhava ali, tinha uns 2 (dois), 3 (três) ali que viviam de, bebendo ali, mas era, era poucos também, que eu conhecia assim era poucos, muito pouco, que mais acho que ali era quase só trabalhador mesmo, só que moravam muito perto do centro e ali não era, não podia ficar né. (Entrevista – NPH - REPHO)

¹⁹⁶ Mesmo com essa ordem de colaboração entre sujeitos, as intervenções de ação do poder junto de migrações compulsórias e por escolha testa constantemente, tal ordem de sobrevivência. Espaços tratados de forma distinta, com proposta de plano de construção de casas novas para serem comercializadas, primeiro em núcleos em madeira e após em plano de BNH no projeto em alvenaria

Defendo que o início da remoção e sua continuidade para a população sem condições de financiamento da casa própria, manteve a precariedade original das “Vilas de Malocas”. As regras urbanas de construção estabelecidas no Plano Diretor vigente foram negligências pela própria municipalidade, já que o espaço Vila Restinga – Restinga Velha, não estava dentro de um espaço urbano.

Santa Luzia e Ilhota: em reflexão sobre os espaços sobre os quais o Sr. Hélio teve transito antes de sua vinda para o Bairro Restinga o depoente fala sobre a precariedade dos espaços e o custo do aluguel. Pensando sobre a Santa Luzia pergunto: “Pensando nisso seu Hélio. Como pensar que essas pessoas poderiam comprar se elas estavam sem o trabalho no momento de serem deslocadas pra cá?

Hélio - Ah! Não tinha condições não é. Não tinha condições não é, mas eles, isso aí eles fazem essas propostas que eles sabendo que a pessoa não tem condições eh, é só pra iludi, é só pra iludi né. (Entrevista – NPH - REPHO)

Na mesma perspectiva questiono a remoção: “Na Ilhota também de certa forma a promessa foi maior que a entrega?

Hélio - É! É eu sei que bah, eu passei trabalho aqui, mas até eu acho que eu fui dos que passei menos trabalho por que eu trabalhava aqui, quem mais passou trabalho foi aquele que veio de lá, trabalhava lá e não tinha condução, não tinha água, não tinha nada aqui, por que eu em seguida eu fiz um poço aqui. (Entrevista - NPH - REPHO)

Quando questiono Sr. Hélio “Dá pra dizer que essa precariedade da Ilhota só veio pra cá de forma ordenada, por que era uma casa do lado da outra?” Este afirma:

Hélio - Sim, por que cada um com seu terreninho e lá não tinha terreno, lá era, era de qualquer jeito e no meio do barro, eu achei, eu acho que aquilo ali era muito, muito ruim de mora (...).(Entrevista - NPH - REPHO)

Pela resposta do depoente podemos perceber que ordenação do espaço era entendida como solução para morada, mesmo que este não alcançasse o mínimo para sobreviver.

Sr. Hélio coloca a polícia militar no ato da remoção, desmentindo a versão de Milton Pazzolo de Oliveira em seu esclarecimento na Câmara de Vereadores em 1º de março de 1967:

Neila - quem mais acompanhava a equipe?

Hélio - Ah, tinha 40 (quarenta) brigadiano lá trabalhando com nois.

Neila - Qual era a função dos brigadianos?

Hélio - Era trabalha igual a nois i cuida também e, por que dava muita confusão né¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Nas fontes apresentadas em análise o Capítulo três, a proposta de remoção vai a debate entre representantes do legislativo e o Sr. Pozzolo, uma contradição é estabelecida, já que o Diretor do DEMHAB nega o uso da força

(...)

Hélio - E lá do Departamento acho que tinha uns 20 (vinte), eu acho.

(...)

Hélio - É e motoristas e caminhão, até caminhão particular tinham contratado né.

(Entrevista – NPH - REPHO)

Além da equipe, Sr. Hélio descreve o método aplicado para deslocamento das casas e dos seus moradores.

Hélio - Em cima do caminhão.

Neila - Qual era a média de tamanho das casas?

Hélio - Ah! Era umas casinha pequena, lá era tudo maloquinha como nós chamava né. E, casa pequena o que era grande, armazém essas coisas aí sim nos desmanchava tudo botava em cima do caminhão se era terreno particular nós chegava lá só descarregava, agora se trouxesse aqui tinha uma equipe só montando as casa.

(Entrevista - NPH - REPHO)

A resistência no ato da remoção permitia perceber que a mesma não foi aceita, como já registrei, tais ações estavam sendo executadas junto da repressão policial atenta.

A prática de remoção das “malocas”, quantas casas vinham, a rotina da remoção é narrada pelo depoente:

Neila - pensando assim, em 67 (sessenta e sete) quantas pessoas vieram nesse momento?

Hélio - Na primeira, primeira vez que nois trouxemo 12 (doze), dia 12 (doze) de fevereiro ali nos trouxemo 12 (doze) casa pra cá.

Neila - 12 (doze) de fevereiro 12 (doze) casas?

Hélio - 12 (doze) casa e tiramo não sei se 5 (cinco) ou 6 (seis) particular, pra terreno particular, sim por que foi.

(...)

Hélio - É, que as vez nos trazíamo as casas e eles não vinham ai nos chegava ai montava pra depois eles virem, ai tinha não posso dizer certo por que as vez vinha toda família e as vez não vinha ninguém, nos carregava a casa e ele ficavam lá.

(Entrevista - NPH - REPHO)

A chegada ao bairro Restinga e a construção das casas e o início do núcleo, é retomada pela memória do Sr. Hélio, que conta onde ficavam as casa:

Hélio - Lá atrás, la atrás¹⁹⁸.

Neila - E o senhor trabalhava como vigia também?

Hélio - É e, e é e ajudava também a monta as casinhas, depois que quando começo a construi aqui as casinha nova, ai sim eu larguei lá, que vinha e desmontava, ai larguei lá e fiquei trabalhando aqui.

Neila - E tinha muitas pessoas então trabalhando pra montar as casas?

Hélio - Tinha! Tinha bastante¹⁹⁹.

policial. Funcionário do DEMHAB e sua equipe no local da remoção, compreende motoristas, fiscais, ajudantes e assistentes sociais.

¹⁹⁸ “Lá atrás” esta expressão significa que o núcleo inicial estava a 500 metros da faixa principal Av. João Antônio de Oliveira.

Neila. Eles contratavam as pessoas daqui também?

Hélio - Não! Traziam de lá, vinham lá de onde, do Sarandi veio, vinha gente, é que eles fizeram o seguinte tinha um casarão grande ali onde é a policia ali, onde é a casa onde era a delegacia a casa da viúva e ai eles paravam tudo lá, paravam acho que uns 10 (dez) 12 (doze) lá que vinham de lá passavam a semana ai. (Entrevista - NPH - REPHO)

Mesmo que o discurso do diretor do DEMHAB não admita nem mesmo para o legislativo quando questionado, as fontes de imprensa e documentos legislativos desse debate confirmam que a “operação” foi executada como um ato de guerra. Uma memória do transporte das casas Sr. Hélio conta:

Hélio - É pode ter gente que saiba mais do que eu ai. Por que principalmente quem mora lá no meio ali que, mais o, esse negocio de transporte de lá para cá, isso ai ei me lembro muito bem, nos nem, nos vinha aqui pela Cavalhada de caminhão com as casa a rede de luz era baixa nos vinha lá pela Lomba do Pinheiro, Partenon pegava a Lomba do Pinheiro e descia pra cá.

Neila - Por que as redes de luz na Cavalhada era baixa?

Hélio - Era baixa tava pegando em cima nas casas.

Neila - Então as pessoas se assustavam mais ainda por causa da distancia?

Hélio - É! Até rebentou uns fio uma vez ali, lá, ali na Cavalhada ali, enganchou numa travessa de fio lá i rebento, e ai nois tinha que vim um em cima, lá quase em cima da casa lá e ainda levantando os fios as vez, é pegava, tinha casa alta né e as vez um caminhão alto também e ai pegava os fio, nos fio, bah! Era, aquilo ali era um dilema, nos almoçava em cima do caminhão, caminhão andando e nois comendo.

Neila - E as pessoas quando vinham com a casa vinham na carroceria do caminhão?

Hélio - Ah, vinha na carroceria e outros vinham depois. (Entrevista - NPH - REPHO)

A gravidade da ação está no ato da remoção, na forma de confinamento e restrição de mobilidade urbana e na condição de precariedade a qual a população foi submetida.

Assim, o deslocamento compulsório prevaleceu durante décadas. Em memória Sr. Hélio entende que houve resistência:

Hélio - Bah!, mais bah! Dava briga e brigavam i, bah...

Neila - Brigavam a que ponto?

Hélio - Xingavam todo mundo, Por que a gente tava lá com aquele fim né..

Neila - As coisas das pessoas, por que você tira a casa do lugar teoricamente você tira o que tem dentro também?

Hélio -Tudo! Tudo. Carregava tudo dentro do caminhão e trazia tinha duas, até três casa numa vez só, dentro, em cima dum caminhão, tinha uns caminhão muito grande lá, ai nos botava uns pau pra trás assim e botava aquelas casinha pequena em cima lá de uma pessoa só que morava que vinha tudo que eles traziam no caminhão o pessoal na gabine, as vez traziam numa caminhoneta e viam pra cá tudo. (Entrevista - NPH - REPHO)

A fala do Sr. Hélio registra a falta de diálogo no processo, já que os removidos eram colocados em um espaço que desconheciam e sem negociação:

¹⁹⁹ Esta resposta não confere com os demais relatos que denunciam a ausência dos funcionários e o impenho dos mesmos na função de construção das casas, tratando com descaso as necessidades de atendimento para com as famílias. Entendemos a resposta de Sr. Helio pela sua ligação com este corpo de trabalhadores do DEMAHB em seu corporativismo. que é referido com críticas por parte dos moradores e em registros das demais fontes.

Hélio - Praí pros fundo ali²⁰⁰ ...

Neila - E como as pessoas reagiam, lá eles eram recolhidos era colocado a casa em cima do caminhão. E a vinda, a viagem?

Hélio - Eles nem sabiam pra onde iam!

Neila - Eles não sabiam pra onde iam.

Hélio - Não sabiam! Eles ao iam sabe que tavam aqui depois que descarregavam o caminhão ai que é,, ah mas as rua tavam tudo aberta, as rua ai por um lado, os terreno marcado, casa um em seu terreno. (Entrevista - NPH - REPHO)

A origem do bairro tem na abertura de ruas e marcação dos terrenos o marco de seu nascimento nenhuma outra estrutura existia durante os primeiros meses que seguiram, entre falas encontramos ainda quem afirma que até as ruas foram abertas pela comunidade²⁰¹. Onde começou a Restinga, demarcando o seu inicio espacial Sr. Hélio afirma:

Hélio - Já, ali na Abolição²⁰²

Neila - Abolição?

Hélio - É foi isso, as primeiras casas que nos descarreguemo foi na Abolição. (Entrevista - NPH - REPHO)

As casas, a estrutura de abrigo para cada família, não se mantinha do mesmo tamanho impondo também uma perda do investimento, assim:

Hélio - Ah não! Geralmente diminuía, diminuía por que quebra muito né e no desmonta e por isso que dava briga mais lá por que uns tinham jeito, tinham mais calma pra desmancha e outros desmanchavam assim quebrando e derrubando e ai dava briga.

Neila - Os moradores faziam parte deste processo, como reagiam?

Hélio - Ah, eles queriam briga, eles queriam briga, ah xingavam, mas é um horror, mas deu muita confusão naquela, naquela vila, pra traze pra tira de lá bah! (Entrevista - NPH - REPHO)

A construção das casas, tema delicado considerando as denúncias sobre a demora em narrativa da imprensa. Sr. Hélio tem sua versão:

Neila - Houve período que as pessoas ficaram desabrigadas aqui?

Hélio - Tinha. Como?

Neila - Que as casa não estavam prontas que as pessoas ficavam no relento?

Hélio - Ah! Elas ficavam em barracas e deitavam umas telha lá e ficavam debaixo assism.

Neila - Quanto tempo demorava até que a casa ficasse pronta?

Hélio - Mas era ligeiro por que tinha uma turma duns, acho que uns 12 (doze), 10 (dez), 12 (doze) só pra monta as casas e aquilo assim as parede vinham inteira, alguma vinha inteira as casa conforme o tamanho, ai chegavam só colocavam nu lugar levantavam botavam no nível e deu. (Entrevista - NPH - REPHO)

²⁰⁰ Ali se refere ao núcleo original da Restinga Velha próximo da casa de Sr. Enio que se manteve próximo a avenida João Antônio da Silveira.

²⁰¹ O livro Memória dos Bairro, trás em seu conteúdo outros depoimento que acompanham a narrativa dos depoentes. (NUNES, 1990)

²⁰² Avenida Abolição centro do núcleo Restinga Velha.

Quando perguntei sobre a distribuição e fornecimento do material de construção condição fundamental para a montagem das casas Sr Hélio afirma a precariedade e a inexistência de material. Segue nosso diálogo:

Neila - Sr Hélio, havia material de construção a disposição?

Hélio - Nada, logo no começo não, aí depois quando foi pra ...

Neila - Primeiro ano?

Hélio - É! Aí quando foi pra fazer essas casinha aí, nós descarreguemos um dia, nós descarreguemos treze caminhão de material e eram um sábado, sexta parece e não tinha ninguém do departamento só eu, e ai...(...) (Entrevista - NPH - REPHO)

4.1.1.4 A vida na Vila Restinga – o gueto de confinamento.

DEMhAB e trabalho na Restinga, essa temática pretende observar na prática as promeças e justificativas do executivo municipal que circulam na imprensa como forma de proposta aplicada num projeto urbano no processo de remoção, pergunto ao Sr. Hélio “O DEMhAB trás pra cá as casas, eles podiam contratar as pessoas que estavam aqui”?

Hélio - Pois é! Não, mas contratavam, mas não era, eles queriam, tinham muita pressa pra fazer essas casinha aqui, por que era muito, era muita gente inscrita aí pra pegar as casinha e eles estavam compressa né e vinha tudo, era tudo cortado lá mesmo, tudo cortado, aqui só vinha pra montar e aí uns outros tavam montando e eu colocando janela e porta, janela e porta.

Neila - Já tinha uma madeireira nesse local?

Hélio - É nesse onde nos descarregamos 13 (treze) caminhão de material foi lá, aí lá eles cortavam a tábua no meio, faziam as tesourinha, aí tudo, madeira, toda madeira aí vinha aí só montar.

Neila - E lá ficava alguém também?

Hélio - Ficavam, onde ficavam os cara que vinham de lá do Sarandi de lá tudo ficavam tudo lá era, mesma coisa lá não precisava guardar né, eles tavam lá né, paravam lá. (Entrevista - NPH - REPHO)

As estruturas e os funcionários do DEMhAB contratados estão fora do núcleo do bairro, e sofrem críticas em outras narrativas de depoentes e nos registros e imprensa da época.

A atuação da Brigada – Polícia Militar – como parte das estruturas de controle e repressão, faz parte da narrativa de uma política sistemática – necropolítica – da atuação desta ferramenta de guerra no controle interno dos sujeitos no bairro. Mesmo que Sr. Hélio, por ser funcionário do DEMhAB, não se integre pela memória com os sujeitos removidos, porém o mesmo sofre com a repressão como se assim fosse. Quando pergunto a “atuação da Brigada aqui, nesse primeiro período entre 67 (sessenta e sete) e 71 (setenta e dois).” O depoente relata:

Hélio - Ah! Era boca braba, ah eles, eles, ah não davam moleza, eles vinham de caminhão aí e levavam cheinho lá pra Belém, cheinho.

Neila - Mas, era ostensivo, eles procuravam ou precisava ter um evento assim, um assalto?

Hélio - Não! Não eles, por exemplo eles vinham meio de semana, dia de semana quem, quando entrassem, encontrassem na vila ai que não tinha ido trabalha, que eles encontrassem eles levavam.

Neila - Certo, então quem não apresentasse uma justificativa de trabalho.

Hélio - Não, não é que apresentasse tava dando sopa lá na rua eles levavam.

Neila - Qual era o argumento deles?

Hélio - Não sei.

Neila - Vadiagem?

Hélio - Até eu fui. [risadas] (Entrevista - NPH - REPHO)

O policimento no bairro Restinga leva quem estiver na rua como prática ostensiva da política de guerra, onde o depoente registra:

Hélio - Eu tava aqui, eu tinha o comprovante ai assim mesmo eles me levaram e não traziam, levavam e largavam lá que se virasse, ainda bem que eu tinha muito conhecimento e tinha um o Tereco um trovador que trovava com Julio de Freitas aqui e o filho dele tinha uma caminhoneta que entregava pão e eu tava saindo de lá da delegacia e ele vinham passando pararam, me conheciam pararam “- Ué que ta fazendo ai? Ah! Uma policia me trouxe pra cá. – E agora? To indo embora vou a pé. Diz ele – Não vamo embarca ai, vamo pra lá, eu vô pra lá diz ele”, ai me trouxe até ali o Barro Vermelho que eles moravam ali, ai dali eu vim a pé pra ca.

Neila - E lhe disseram por que, que lhe levaram seu Hélio?

Hélio - Não! Não disseram. E chegamo e só fiquei lá, sentado lá, esperei, ó senhor pode ir embora, mas fiquei, não sei a troco de quê que eles me levaram!?

Neila - Pensando nesse período ai entre 67 (sessenta e sete) logo que o pessoal veio pra cá, quantas vezes a brigada tinha essas ações assim?

Hélio - Ah! Volta e meia, mas era, ah! Ah! Vou te dizer ó, todas as semanas praticamente eles davam. (Entrevista - NPH - REPHO)

A narrativa das práticas de controle policial internas ao bairro, fazem parte da memória do depoente:

Neila - Davam batida?

Hélio - De noite de dia, não tinha hora e levavam.

Neila - Os homens principalmente?

Hélio - É os homens eles levavam!

Neila - Certo. Teve algum caso de violência maior ou eles só levavam pra delegacia.

Hélio - Oi eu acho que não, acho que não, de violência eles não tinham, por que todo mundo que ia lá: “- Eu não sei por que, que me levaram. Levaram lá já e depois me mandaram embora.”. Eu não sei, acho que não tinha.

Neila - Mas a brigada era constante?

Hélio - Ah! Era seguido, seguido.

Neila - E o carro da Brigada, ah, vim de caminhão né? Faze essa batida! Mas quando não vinham fazer essa batida também não estava aqui?

Hélio -Ai! Lês vinham de caminhoneta, alguns que eles desconfiavam eles pegavam e levavam, botavam no camburão e levavam.

(...)

Neila - Mas, eles faziam a ronda?

Hélio - Ah! A ronda? Mas, não era sempre lá de vez em quando eles faziam, dava uma, uma volta por ai e ia embora, depois quando tinha, quando tinha, ai botaram um posto de, de, da policia ali ai eles nem vinham mais certo, era muito difícil eles vim, ai eles saiam ai de noite tinha 4 (quatro) eram 4 (quatro) brigadiano né, um cabo e 3 (três) soldado. Ai, ai até me dava muito bem com eles e ai eles, não, não, eles quase não vinham lá de Belém, era só daqui, era só por ah, só se houvesse uma queixa uma coisa ai. (Entrevista - NPH - REPHO)

O ônibus no dia a dia, sobre o transporte Sr. Hélio se lembra da dificuldade e a distância a ser percorrida para sair do bairro, e assim o depoente afirma:

Hélio - Mas, passava só um ônibus.

Neila - Só um ônibus?

Hélio - É! Só um.

Hélio - E aqui não tinha ônibus ainda, aqui o primeiro ônibus que passava aqui que era o Canta Galo ele passava as 7 (sete) hora da manhã ai o eles se levantavam quem tinha, tava trabalhando, levantavam 4 (quatro) hora e iam pega o ônibus lá na faixa de Belém, lá na Hípica.

Neila - Que fica a 5 (cinco) quilômetros daqui?

Hélio - É 5 (vinco) quilômetros...E quando vinha o ultimo, depois quando botaram aqueles ônibus da Prefeitura um capoto ali na ponte... (Entrevista - NPH - REPHO)

Sr. Hélio lembra das dificuldades encontradas para se manter o trabalho após a remoção, a estratégias dos moradores para preservar o trabalho está registrada na memória do depoente que recorda:

Hélio - Tinha bastante gente que trabalhava fora lá, aí...

Neila - Já no inicio de 67 (sessenta e sete)?

Hélio - É! E, aii eles a, por isso que eu digo eles tinham que sai 4 (quatro) hora da madrugada pra pega o Belém lá por que não tinha ônibus aqui.

Hélio - É trabalhavam, tinha muita gente que trabalhavam.

(...)

Neila - Então quem tinha trabalho acabava perdendo...

Hélio - Acabava perdendo! (Entrevista - NPH - REPHO)

A condição já discutida junto a fontes documentais apresenta o flagrante no tempo das remoções também contemplada na memória dos primeiros moradores. Os limites humanos são testados, a guerra sistemática – necropolítica – produz gueto de confinamento, como forma de combater o inimigo anunciado no discurso, esse “Outro” é levado para um espaço condenado em segregação extrema que se estabelece pela completa ausência de condições para sobrevivência.

Sobre o aspecto da segregação, os espaços e as condições de sobrevivência em meio ao abandono são registro presente em todas as entrevistas de História Oral, bem como no registro da imprensa e em documento do debate entre o legislativo e o representante do DEMHAB. Sobre a sobrevivência o diálogo transcorreu sobre **Luz e Água:**

Hélio - E não tinha luz e não tinha água. Era só na base do lampião.

Neila - E as pessoas recebiam um querosene para o lampião?

Hélio - Não! Não, não.

Neila - Então as pessoas não recebiam nada?

Hélio - Nada! Não recebiam nada. (Entrevista - NPH - REPHO)

As falhas na estrutura em função do descaso e negligência, entendendo essa dinâmica integrante da política sistemática de guerra, sobre esta situação questiono o depoente “A água era colhida como? Como chegava água aqui?”

Hélio - Ah! Eles traziam de pipa. É lá de Belém, ai que tivesse uma vasilha para encher enchia, que não tivesse ficava sem água.

Neila - Quem conseguia pega água conseguia pega água...

Hélio - É! Conseguia...

Neila - Quem não conseguiu...

Hélio - Quem tava trabalhando era difícil pega por que eles vinham pelas dez horas depois cedo da tarde e ai o pessoal que tava trabalhando chegava tarde né.

Neila - Então esse pessoal que trabalhava e que não consegui pega água pegava água da onde?

Hélio - Eu acho que pegava água, que tinha um riacho corria lá uma água muito limpa eu acho que eles pegavam água de lá.

Neila - Do Riacho?

Hélio. É pegavam de lá por que quando chovia até eu pescava muito lá. (Entrevista - NPH - REPHO)

As dinâmicas de cruzamento de fontes documentais, imprensa e história oral, propõem uma análise e sua verificação. A proposta de apresentar a ação do poder que produziu a guetificação em confinamento deixando o sujeito histórico removido em espaço de segregação e abandono sustentado pelo discurso conotativo de inadequação em prática de **higienização social deve ser apresentada junto aos** detalhes da política desencadeada que foram anunciados pela imprensa, debatida no âmbito político e mesmo assim executada sem maiores críticas ou com estas aparecendo esporadicamente. Como em um grande acordo de silêncio é fiado pelo “Ser” da cidade.

O diálogo chega ao momento de questionar o Sr Hélio, “o senhor acredita essa precariedade também se dá pelo fato de além de serem removidos dessas vilas, os que vinham pra cá eram os mais pobres ainda dessas vilas?”

Hélio - É! É. Isso ai que foi bah! Isso ai que foi ruim, olha eu as vez eu saia daqui dava uma volta ai nessas casa, me dava com todo mundo né, todo pessoal ai. **A gente chegava naquelas casa não tinha nada, nada, nada, fazendo um foguinho lá na rua lá com uns pedacinho de lenha botavam uma lata, uma panela cozinhando uma coisinha ali, muitas vez eu vi, muitas vez eu vi e...**

Neila. O senhor acredita que essa pobreza também é que levou essa condição das pessoas quererem...

Hélio. É dessa fama da Restinga!

Neila. O Restingueiro longe?

Hélio. É! É eu acho também que foi, um pouco é isso, por que tinha gente pobre bah! Eu era pobre, eu era pobre até quase que eu me sentia rico perto de coisas que eu via ai.

Neila. A pobreza era muito grande?

Hélio. Era muito grande! Muito grande, mas oia graças a deus que muitos pobre daqui hoje em dia tão, os filhos que os velhos já morreram né, mas os filhos já tão bem. (Entrevista – NPH - REPHO)

A memória do Sr Hélio lembra com admiração o Dr. Ênio – assistente social, este responsável pelo convencimento da população para uma remoção pacífica entendendo que não era relatada de todo a complexa condição de viver aqui, a remoção sem violência se dava pelo

convenimento e propaganda falaciosa de estruturas não existentes, considerando que Sr Hélio presenciou a remoção da Ilhota durante os dois primeiros meses e que sua visão está imersa no seu pertencimento de trabalhador do DEMHAB. Com isso questiono:

Neila - Senhor Hélio quanto ao deslocamento, o senhor entende que foi tratado com respeito o pessoal que foi deslocado dessas vilas?

Hélio - Ah é foi, durante o tempo que eu trabalhei, não sei depois lá nos outros, mas durante o tempo que eu trabalhei ali foi, até muito, só que o pessoal não queria vim, mas até que tudo ajeitado, conversado, o dr. Ênio entrava na conversa, que ele tava sempre lá ia de manhã e em quanto tivesse o ultimo caminhão ele não saia de lá.

Neila - Então dr. Ênio sempre mediava essa situação...

Hélio - Sempre! Sempre.

Neila - Pras pessoas se sentirem mais...

Hélio - É! Ele tava todos os dias, ele ia, as vez nos chegava, nos encostava o caminhão pra lá e ele já tava esperando, já tava pra lá conversando com o pessoal e ele tinha um jeito de padre até [risadas]. Mas, muito boa gente e, eu não sei ele conversava ele conseguia a, faz o pessoal acredita que era bom aqui [risadas] e vinha. (Entrevista - NPH - REPHO)

Na condição de remoção frente a ferramenta de repressão policial e o agente de aplicação do poder que parte do convencimento (dr. Enio – Ass. Social), como armas da ação do poder coagem o “Outro” com a possibilidade um futuro após a remoção.

4.1.1.5 Casas financiadas, o departamento “não doa, vende.”

Era prática a comercialização de material para construção com financiamento direto do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre. Mesmo que isso não tenha ocorrido nos primeiros momentos no bairro o registro de tal pratica está documentada. Contudo longe de ser um benefício que chega a todos, estabelece espaços internos de distinção entre os sujeitos, quem não pode pagar é negligenciado e apontado por definições conotativas mesmo entre os moradores do início da ocupação. É imprescindível que a identidade do bairro reconheça as contradições de organização interna para em reflexão superar as imposições de distinção do sujeito pelo seu poder de consumo.

Hélio - É que o Departamento vendia muito material pras, pros morador de vila e ai, tinha um aplanado de construção e se saíssem fora ai eles condenavam.

Neila - Sim. Então o próprio Departamento financiava o material de construção.

Hélio - Financiava. É, esta, aqui, por exemplo que 130 (cento e trinta) casinha aqui era o material que era, ia se exportado tudo tábuas de pinho muito linda ia como não deu pra i todo no navio sobrou eu não me lembro quantas dúzias e ai eles trouxeram pra cá e construíram as casinha aqui. (Entrevista - NPH - REPHO)

Estas 130 casas estão descritas na documentação da imprensa, contudo não contemplam todos os moradores considerando que o material era financiado pelo DEMHAB.

Sr. Hélio é uma dos funcionários que desmontavam as casas ou carregavam inteiras na carreçoria do caminhão:

Neila - E a sua função era ir lá desmontar?

Hélio - É, era desmontar a casa, carrega, traz e monta aqui.

Neila - Então, apesar de 130 (cento e trinta) casas terem sido feitas com essa madeiras existiam casas que eram desmontadas lá e trazidas pra cá.

Hélio - É traziam de lá pra cá.

Hélio - Em cima de caminhão né. (Entrevista - NPH - REPHO)

Na prática o reaproveitamento do material e a ação de montar as estruturas muitas vezes dependiam dos recursos dos moradores. Dentro de um quadro de ausência do poder público e extrema carência de material o que era possível era reutilizado. As condições eram claras, todo material novo empregado em novas construções era financiado pelo DEMHAB.

4.1.1.6 Sobre a Vila de Transição proposta na gestão de Thompson Flores em 1969 e 1972

Em 1969 a assinatura do projeto da Vila Nova Restinga propõe a construção de casas de alvenaria que abrigaria o sujeito removido que passa pelo processo de “ressocialização e integração social” – Vila de Transição²⁰³ - chega, no olhar do poder público, à condição de receber uma chave residencial no novo espaço. A contradição está no contínuo processo de remoção compulsória que vse mantém sem que o espaço receba as estruturas necessárias para uma possível dignificação da vida, que dirá de colocar o sujeito removido em suposta condição de “integração social” proposta pelo discurso dos agentes propositores da ação do poder. O discurso sobre espaço de confinamento passa a ser chama de Vila de Transição²⁰⁴.

A manutenção desta prática de remoção vê o espaço em seu limite e em 1972 onde é pensada uma nova “Vila de Transição” – Costa do Cerro. Neste momento é quando produtores locais percebem a estratégia municipal de acumular os pobres continuamente, agora em espaço mais próximo, esses produtores reagem em mobilização contrária em 1972. A gestão de Thompson Flores e sua proposta de “Vila de Transição” Costa do Cerro, esta encontra a resistência dos proprietários chacareiros, estes por entender que uma nova onda de remoção em meio à precariedade poderia surgir como em 1967 e os problemas já enfrentados

²⁰³ A mudança de nomes na gestão municipal não muda a prática, somente o discurso e o nome para proposta.

²⁰⁴ Se em 1969 ainda havia a remoção compulsória constante para espaço sem estrutura, onde a municipalidade não deu conta do que propôs com isso um exército de sujeitos em condição de precária se avoluma em ruas ordenadas em meio do espaço árido, em situação pior da pré-existente. Contudo um espaço continha em seu entorno propriedades privada de produção de rural. A fome encontra o alimento do outro lado da cerca e os conflitos são resultados desse processo.

com a fome desta população, no núcleo já existente, se agravariam levando o assunto ao governador do estado. Sobre o acontecimento questiono Sr Hélio:

Neila - Foi um movimento dos chacareiros de não permiti que a vila se instalasse lá então?

Hélio - É! É.

Neila - Em função da violência ou em função só dos roubos?

Hélio - Não, em função só por que roubavam muito, mas de, mesmo assim as vezes eles passavam ai de manhã sedo assim com aquelas sacola, aqueles saco de, de ameixa, pêssego, eles iam lá rouba e ai eles trocaram a terra né, mas mesmo assim, descobriram pra lá e iam pra rouba, mais. Faziam, depois não era só pegasse pra traze pra come, mas diz que quebravam tudo as árvore, os galho. (Entrevista - NPH - REPHO)

O movimento de proprietários chegou ao governo do estado e transitou entre denúncia e negação dos sujeitos removidos, apresentando uma tendência desde 1967 com os primeiros afetados²⁰⁵. Entre o “Ser” urbano e o “Ser” rural encontro o registro da recusa da existência deste “Outro” que se acumula sem ser integrado.

Estruturas como a luz foi colocada à disposição a partir na Av. João Antônio da Silveira, contudo poucas casas recebiam a fiação e as que mesmo assim passam a receber em 1969 e tinham dificuldades com o fornecimento. Sr. Hélio vive ainda na região central do bairro que passou a crescer em torno do espaço ocupado e teve as estruturas burocráticas instaladas com o tempo.

Sobre o controle dos espaços e reprodução da distinção entre os que podiam e ou não podia pagar na Restinga Nova, Sr. Hélio se lembra da prática de mudança entre os que podiam pagar as casas do novo projeto, e as dificuldades com as prestações:

Hélio - E era a prestação? Já, já era, mas eu já tinha terminado de paga, tava quase terminando de paga aqui faltava pouco tempo. Não, não minto, não tava não, eu terminei bem depois é. Ai ah, ah, veio o dr. Ênio, veio mais um fiscal ai: “-Não, mas o senhor tem condições de paga pega uma casa boa lá, não precisa se incomoda em nada ai! Não, não vô eu quero fica aqui, eu me dou bem aqui tenho bastante amizade aqui, não adianta que eu não vou.”. Ai eles me largaram de mão, mas, mas eles insistiram que eu tinha condições de paga, mas eu não vô.

Neila - Lá só os que tinham condições de paga?

Hélio - Só! Só quem tivesse.

Neila - Mesmo aquele que trabalhavam na empresa da construção das unidades muitas vezes não tinham condições de paga?

Hélio - Não tinham!

Neila - A prestação?

Hélio - Não! Não vendiam pra eles não. Não entregavam pra eles e aqui aqueles que vieram da Ilhota, aqueles que vieram de lá quase ninguém tinha condições de paga, muita gente pego casa, mas depois teve que sai não conseguiu paga.

Neila - Nesse projeto da Restinga Nova aqueles que não pagavam eram despejados?

²⁰⁵ Registros orais e de documentos de época demonstram que o espaço Restinga estava como um lugar de negação da humanidade civilizada. Com o projeto Nova Restinga, se aplica a distinção dos sujeitos a habitarem o projeto.

Hélio - Eram! Despejados,

Neila - E ai voltavam pra cá?

Hélio - Pra cá, uns voltavam pra cá outros saiam pra outro lado e, mas não, lá tinha que paga e eu podia paga, mas eu não queria, não vô, não vô mesmo e é muito, eu gosto muito daqui eu me dou bem aqui! Tenho bastante amizade, me dou com todo mundo na volta ai. Pro que eu vou sai daqui pra i pra lá? Ta certo que não, naquela época eu já tava meio plantado aqui, não saio, não saio! (Entrevista - NPH - REPHO)

Os que escolheram a mudança precisavam estar dentro dos critérios do financiamento, contando com a manutenção do trabalho que sustentasse sua família e as prestações da casa no projeto Nova Restinga.

O que ficou na memória sobre morar na Restinga:

Neila - Senhor Hélio, eu gostaria de lhe pergunta agora, depois destes 51 (cinquenta e um) anos né, mesmo sem a dona Tereza presente aqui, o que que fico dessa experiência de mora no bairro durante todo esse tempo?

Hélio - Por enquanto pra mim fico uma sensação boa por que aqui eu vivi todo esse tempo, trabalhei, me aposentei, fiquei ai, to ai, graças a deus tenho bastante amizade, não posso me queixa, não posso me queixa. (Entrevista - NPH - REPHO)

Agradeço ao Sr. Hélio por sua disposição a dividir a suas lembranças nesse diálogo, onde o mesmo afirma:

Hélio - Não posso dizer que eu to informando tudo que seu, por que às vezes a cabeça também é dá uma patinada não é [risada]

Neila - Sim, mas não tem problema.

Hélio - É, mas o que eu me lembro disso ai, eu me lembro, bem eu sei o que é, que aconteceu.

Neila - Sim!

Hélio - Aconteceu! (Entrevista - NPH - REPHO)

Certamente entendo que a narrativa do Sr. Hélio remonta a memória de um sujeito que aqui está como representante local do DEMHAB, contudo esse adotou o bairro como sua referência de espaço, estando também de certa forma sujeito à ação do poder imposto a população que aqui viva.

4.1.2. Sr. Antônio Miguel Rodrigues de Almeida (Entrevista em 18.05.2017)

As narrativas do cotidiano, o pertencimento e a luta fazem parte da fala de Sr. Antônio. Suas memórias encontram espaço neste trabalho, agregando conteúdo sobre a experiência de sua existência, reproduz a história de muitos. Em sua peculiaridade, Sr Antônio relata traumas de sua remoção ainda criança e as alegrias da vida em comunidade – Ilhota e Restinga. Junto com o Sr. Farias, referência de dedicação e mobilização social em

torno das crianças do bairro e o esporte. Ambos acolheram a proposição de diálogo dedicando seu tempo e afeto, entre sorrisos e lágrimas contamos histórias, resgatando memórias, todos somos parte deste processo. A estes sujeitos, minha eterna gratidão por partilhar a riqueza do seu cotidiano e permitir o registro.



Fotografia 27. Sr. Antônio

A proposta é produzir um coral de vozes que representem a narrativa dos sujeitos removidos para o bairro a partir de fevereiro de 1967, assim, meu encontro com o Sr. Antônio, criança em 1967, apresentou a percepção da vida na Ilhota, as alegrias do cotidiano próximo de tudo e da condição de remoção traumática a reorganização da vida no espaço de destino – Restinga²⁰⁶. Sr Antônio veio para Porto Alegre ainda pequeno, cresceu com a mãe e irmãos, passou pela Vila Dique e Ilhota. No bairro participou do processo de integração social e resistência cotidiana. Sua narrativa não precisa de justificativa, mas, para tanto, possui memórias das alegrias e tristezas de se morar em território condenado simbolicamente. Nossa relação se estreitou e mantemos contato, com um amigo em comum Sr. Farias, quando solicitada a entrevista para Sr. Antônio impôs a presença do amigo Sr. Farias o qual participou do diálogo, liderança comunitária ligado ao esporte Sr. Farias (Luiz Carlos Vieira Farias) foi quem possibilitou o encontro com Sr. Antônio.

²⁰⁶ Em suas memórias percorremos becos e ruas, campos e caminhos o registro do vivido entre as estratégias de resistência e superação das condições apresentadas entre seu pertencimento e a dinâmica de crescer no território do Bairro Restinga.



Fotografia 28. Sr. Farias

A vida na Ilhota é rememorada entre os amigos em diálogo, ambos vão desvendando marcos dos espaços vividos que se faz de encontros, estes ganham vida em lugares, assim:

Farias - Os casarão antigo!

Antônio - Os casarão eram antigo, mas tudo de material né!

Farias - Até tinha ali a sociedade mais antiga de preto.

Antônio - Floresta Aurora ...

Farias - Não, Floresta Aurora não! Prontidão.

Antônio - Prontidão.

Farias - Prontidão! Era, era, Barão do Gravataí quase esquina com Getúlio Vargas sabe, era esquina com um bequinho que tinha assim... era uma casarão que tinha ali naquela área.

Antônio - Bem atrás da Praça Garibaldi li, é ali bem na esquina...q uase com a Lima e Silva com a José do patrocínio...que vai ali e passa até pela frete do Hospital Porto Alegre ali.²⁰⁷

Farias - É!

Antônio - É quase na esquina da José do Patrocínio pra, quem vai pro lado da Getúlio Vargas ali. Que a mãe e minhas tias ia dança, ali nos podia entrar que era de menor, ficava porta sentado, até elas saírem de lá.

Neila - E sua mãe e sua tia dançavam ali no Prontidão?

Farias - Aquela ali era o Democrata, a esquerda ali era Democrata, Prontidão era um casarão antigo assim, grandão, talvez assim ô, que era cumprido até ali e tinha de dois pisos²⁰⁸.(Entrevista - NPH - REPHO)

A vida em sua rotina entre trabalho, alegrias e travessuras, um cotidiano de estratégias de vida distante dos discursos externos sobre o lugar. Entre lembranças de atos de travessuras que transitam em estratégias de sobrevivência Sr. Antônio lembra de quando pedir pão era brincadeira de “guri”:

Antônio - É... pra li nos não ia muito, ia mais pro lado da praça Garibaldi pra i lá do centro lá

Neila - Por quê?

Antônio - Porque era, nos se juntava e ia [dando de ombros junto com a resposta], era tudo guri. Ai nos entrava naquela assim ô, vamos pedi pão nas casas, nos sai, quando via nos chegava com sacola de pão, poco de arroz, de feijão lá, as tia

Neila - Mas da onde vocês tiraram?

Antônio - Aah! ..nos fomo pedi nas casas lá, eles davam. (Entrevista – NPH - REPHO)

²⁰⁷ Região próxima a área onde se localizava Ilhota. Entre Rua General Lima e Silva e Av. Ipiranga.

²⁰⁸ Clubes Negros da dec. de 60 em Porto Alegre.

A partilha é parte da realidade da comunidade também na Ilhota forjando os sujeitos que sobreviviam juntos compartilhando estratégias e cuidados como regras de organização social.

4.1.2.1 REMOÇÃO

O Trauma emerge das lembranças quando o diálogo provoca a memória do ato de remoção, questiono se houve alguma resistência “E tua mãe e tua tia fizeram algum movimento na época da Ilhota, tinha algum movimento de permanecer na Ilhota? Alguém entrou na justiça? Alguém reclamou?”

Antônio - Que eu saiba não, não, tanto que quando eu cheguei em casa, só tava a marca assim da casa [indicação com o rosto apontando para o chão]...

Neila - Você trabalhava ai, não?

Antônio - Engraxava sapatos.

(...)

Antônio - não lembro nada, só lembro que bateu o desespero e eu corria pra uma casa e pra outra – Cadê a casa da minha mãe? [risos nervosos-angustiado]

Antônio - Isso foi por ai 67/68. Sei que a copo de 70 nós já tava morando aqui na Restinga. [momento nervosos - angustia] (Entrevista – NPH - REPHO)

Quando questiono se havia conversas sobre o espaço Restinga na vila Ilhota, percebo a emoção que se avoluma e transborda pela performance de Sr. Antônio. [Momento onde Sr. Antônio mostra desconforto e inicia um processo emotivo onde ele funga o nariz contendo o choro]. Sua resposta já meio entre a emoção afirma:

Antônio - Nada, a discussão que táva que eu vi que eu me lembro, que até briga deu, que teve gente no pronto socorro... é eles traziam as coisas e largavam ali, te largavam ali ...

Neila - Na Restinga?

Antônio - É dai tinha uns cara do DEMHAB, os cara da prefeitura que vinham pra fazer as casas, pra montar a casa e daí naquelas ali uns pegavam material dos outros, os outros sabe né, sempre tem uns avião, iam lá pegavam e se agarravam no pau, era pancada, era facozada, era uma guerra de... (Entrevista - NPH - REPHO)

Quando retomo a fala questiono sobre a resistência dentro da Ilhota frente a remoção Sr. Antônio lembra então que:

Antônio - na entrada da Ilhota tinha uma casa de material, ali era de uns alemão, uma baita de uma casona, [chama sr. Farias para lembrar] não sei se tu lembra? Te lembra na Ilhota tinha uma casa de material, a única casa que tinha de material era na entrada da Ilhota de quem vinha pela praça Garibaldi. Aquele cara ali tentou fazer bolo, tento trava, botaram tonel, botaram negócio para os caminhão da prefeitura não entrar, mas a Brigada vinha junto e passava os caminhão por cima de tudo. (Entrevista - NPH - REPHO)

A lembrança do Sr. Antônio percorre o corpo em performance e este demonstra com as mãos sua construção narrativa: “Era os caminhões com carroceria de guerra!”.

4.1.2.2 *NECROPOLÍTICA – sistemática de um plano de remoção para confinamento.*

A ordem de remoção alcança a estabilidade do espaço de segurança, quando encontra o trauma de ter seu lugar seguro arrancado, mais que ser removido, aqui há a certeza da perda de sua referência é então que o ser transborda de emoção quando Sr. Antônio reencontra a criança Antônio no momento do desencontro com a casa, com a mãe:

Antônio - É, a casa nossa foi uma das primeira.

Neila - Qual é essa sensação de medo de angustia? (na verdade a de vocês foi uma das primeiras a ser retiradas).

Antônio - É, e ...é como te falo, quando cheguei lá só tava a marca do terreno de onde tinha a casa, tive que dormi na casa do Russo, cara que tinha uma tendinha (reproduzindo a fala do Russo) – Fica aqui que amanhã nos vamo pra lá daí tu vai conois. Ai tá, quando eles vieram, ai tinha uns caminhão lá. Era a traseira do ônibus e a cabine do caminhão que eles cortaram e fizeram o caminhão de ferro, mas era uma caminhão grandanzão ...

Neila - A traseira de um ônibus antigo?

Antônio - Era, cabine e a traseira do ônibus, dava umas dez pessoas sentada ali do lado do motorista assim, [gesticulando com as mãos], o resto era a carroceria de ferro, botavam tudo os negócio ali e vinham embora.

(...)

Antônio – É, daí quando nós víamos de lá, eu venho, eu queria era me atira de dentro do caminhão por que não chegava nunca. Eu acostumado ia a pé pro centro e vinha. E viemo de lá e eu olhava ... olhava.. só as pessoas conversando e uns brabo né porque não queriam vir e vieram. E eu digo, vou me atirar disso aqui e vou voltar correndo, [risos] ai o cara – não, não te atira! [risos] Ai eles fecharam as janelas, tiraram eu da janela me botaram eu sentado no meio, e eu loco pra pula por cima dum ali e me atira pra fora dali. (Entrevista - NPH - REPHO)

Na chegada a Restinga o depoente lembra que “tinha 8 pra 9”, já contido Sr. Antônio lembra aqui do encontro, quando a paisagem já não importa mais, pois em seus olhos encontra sua mãe:

Neila - 8?

Antônio - Daí eu peguei . ai quando chegemo ali que eu vi minha mãe lá. O cara disse assim - Oh aquela lá não é tua mãe? Eu digo é, ai que deu um alivio, pq da faixa de Belém Novo pra cá tinha mato dos dois lados e a rua era estreitinha assim. E tu ia, ia e... (Entrevista - NPH - REPHO)

O que era a Restinga é narrado por Sr. Antônio, o espaço árido e rural, ganha uma nova paisagem, casas a serem construídas, casas em construção e a chagada constante de mais casas todos os dias:

Antônio - era chão de terra e bah, tu só via cara a cavalo, aquelas carreta com boi caminhando, eu digo, meu deus do céus os caras tão me roubando.

(...)

Antônio - Teve, eles traziam por dia era umas 10, 15 casas por dia era o que eles traziam.

Neila - Então eles faziam várias viagens ?

Antônio - É um monte, dois três caminhão que vinha, tipo assim... descarregava e voltava de novo, já pegava outra e já vinha, descarregava e voltava de novo...[gesticulando com as mãos] (Entrevista - NPH - REPHO)

O choro que transborda alma é quando o encontro com a memória lhe resgata a dor, Sr. Antônio ao pensar sobre o que sentiu no momento do trauma, após muitas tentativas de conter, de controlar, do riso se faz lágrimas, se faz manifestação da dor. A pergunta leva o depoente ao encontro com a criança que foi e inevitavelmente transborda em pranto tímido quase silencioso. A memória toca o ser ainda criança e emerge o momento do desterro:

Neila - Quando você chegou aqui, essa sensação de vir do centro pra cá, sem a mãe, sem alguma coisa que desse uma referência de fato, que você quis pular a janela do ônibus. Qual a sensação de ver sua casa fora do lugar?

[Descrição do momento de trauma – choro]

Antônio - Bah! Na época... deu até um troço de vê ... que isso, [momento traumático – pausa para o entrevistado se recompor]

Antônio - [CHORO]

Neila - De perde a referência?

[interferência do amigo Sr. Farias que busca descrever a situação do amigo]
(Entrevista - NPH – REPHO, grifo meu)

O amigo Sr. Farias, presente no diálogo, porto seguro de Sr. Antônio no momento exerce a empatia e acolhe o amigo, em sua fala busca uma explicação complementar a pergunta feita por mim, neste momento os sentimentos invadem a todos os sujeitos do diálogo. Somos ali a manifestação de sentimento de compreensão frente a dor do lembrar:

Farias - perde a referência o cara tá ali, sai daqui a pouco chega e sua casa não tá ai, ainda mais o cara criança, isso aí é... é uma coisa de louco né! Uma coisa dessa agente não pode imagina... eu me sinto assim imaginando assim é... imaginando ah..essa coisa que se diz, esse negócio assim, que a gente já morando se deslocando, agente assim, já ficava brabo...

[tiro o foco da câmara do entrevistado Antônio e foco em seu Farias, para o tempo do entrevistado Antônio se recuperar, momento de emoção também para entrevistadora que busca solução com a mudança de temática, respeitando o momento do entrevistado] (Entrevista - NPH - REPHO)

Em busca de retomar o diálogo, questiono “Como era a questão da documentação, pensando agora aqui, qual foi as promessas que eles fizeram, você lembra?”

Antônio - Ah que ia muda, que ia te emprego aqui, que não precisava ir pra longe, que ia te tudo. E teve tudo aí só que eu fui vê bem depois, quando começaram a construir essas casas aí [apontado na direção da 1ª unidade do projeto habitacional que iniciou a construção em 1970], aí tinha emprego pra todo mundo na Restinga, pra quem trabalhava de construção e madeiraria tinha pra todo mundo. [ainda se recompondo do momento anterior – seca os olhos com a mão] (Entrevista - NPH - REPHO)

Sobre a dinâmica de remoção questiono o lugar identificado como galpão, moradia provisória para famílias removidas. Pergunto então ao Sr. Antônio “Você chegou a ficar no galpão, como funcionava o galpão aqui, qual era o tempo que as famílias ficavam no galpão

até terem sua casa pronta?” Mesmo eu sem respeitar seu tempo de emoção²⁰⁹, Sr. Antônio acolheu a pergunta e entre o fim do pranto e a pergunta responde:

Antônio - até eles terminarem a casa [ainda secando os olhos].

Neila - Não importava ai, se chovesse ficava todo mundo no galpão?

Antônio - Ficava alojado ali, ai tua casa ficava pronta eles diziam: ô tu já pode ir lá, ai os caras mesmos ajudavam, os moradores um ajudava os outros pra i construindo a casa,o meu a minha casa já ta pronta agora vamo montar a do vizinho, assim eles iam. (Entrevista - NPH - REPHO)

A construção das Casas, as estruturas e materiais para esta foi tema do nosso diálogo. Perguntei então sobre as formas de colaboração mútua e as estruturas para Sr. Antônio “A comunidade ia se ajudando? Além dos funcionários do DEMHAB, a própria comunidade ia organizando?”

Antônio - É junto com os cara iam²¹⁰. [concordância também com a cabeça]

Neila - Qual era a estrutura que tinha quando você chegou?

Antônio - Nada

Neila - Tinha a rua?

Antônio - Só a rua...depois botaram as torneira, aquela bica pelas esquinas, pra gente pega água.

Sobre a dinâmica do fornecimento de água Sr. Antônio responde a minha pergunta: “Como funcionava, você lembra do carro pipa.”

Antônio - Tinha o carro pipa, depois que botaram as torneiras nas esquinas, antes das torneiras era esse carro pipa que vinha..

Neila - Esse carro pipa, lembra quanto tempo demorava o carro?

Antônio - Ele ia lá em Belém Novo lá, pegava água de manhã, largava tudo, depois era só no outro dia, ou as vez ele demorava dois três dias pra vir, acho que tinham pouco, tinha um ou dos carro pipa, estragava ai, se tivesse água tinha se não tivesse os vizinhos tinham que empresta, muitos vaziam poço, artesanal, esse os poço ai

Neila - Artesiano?

Antônio - É..

Neila - Tem relato que havia um açude próximo a Restinga.

Antônio - Aquele que passa, que botaram um valo com encanamento que passa, vem lá de cima lá, ali de perto dos alemão ali (Beco dos Alemão – na direção do Morro São Pedro) ele vem por dentro ali, passa por traz da garagem ali (garagem de ônibus da restinga) entra na canalização que vem la perto de casa e do colégio (Escola Ildo Menegueth) sai lá na saída (saída do bairro onde há um curso que vai até o Guaiba).. (Entrevista - NPH - REPHO)

A água é parte da condição da sobrevivência, o espaço contribuiu para manutenção de vida quando as estruturas do Estado falhavam, assim como já foi dito em outros trechos dessa dissertação, os córregos e poços artesianos tiveram também papel no encontro e articulação dos moradores em seu coletivo.

²⁰⁹ Essa foi minha primeira entrevista, não havia ainda concluído a cadeira de História Oral, com essa experiência passei a pensar com mais cuidado sobre toda a dinâmica do processo de entrevistas. A prática e a reflexão sobre ele passou a servir de medida para o planejamento e construção do diálogo, seus tempos, seus encaminhamentos. Posso dizer que não iniciei esta pesquisa no curso de dissertação como historidora, eu me formei aqui, quanto a história oral acredito que da mesma forma, eu me frmei no processo com o contato com os sujeitos e o necessário cuidado com a proposta.

²¹⁰ Os trabalhadores do BEMHAB

Sobre a escola Sr. Antônio lembra que “Logo em seguida, todo mundo sem estuda, depois que fizeram aquele colégio lá.”²¹¹

Quanto à assistência e à ajuda Sr Antônio destaca a falta de tudo aqui e a necessidade de ir para a região central da cidade, relata o descaso afirmando que “Para tudo tinha que ir pro centro, faze os negócios no centro, aqui quem ajudava nois era a assistência social, mas [dando de ombros] vinha uma só para atende todo mundo, dai [de ombros novamente] ninguém ficava aqui.”. Mesmo tendo assistência social representando o DEMHAB, na prática na memória de Sr. Antônio: “Tinha, mas ninguém ficava aqui esperando ela, todo mundo se mandava. Aí tinha um ônibus de manhã e outro de tarde.”.

A mobilidade limitada pela falta de transporte é denunciada pela observação dos horários “Um era 6h da manhã e o outro era às 08 horas da noite (20h), se perdesse aquele ônibus tu tinha que te vira ou arruma carona ou ia a pé até a faixa lá da Hípica lá pega o Belém Novo ou então fica ai na vila.”. Questionado sobre “A faixa da Hipica você fala aquele que fica a 4km dali?”. O depoente retoma a narrativa de outros quando afirma que o transporte regular ficava (Antônio) “Naquele entroncamento pra quem vai para Belém Novo.”. Frente às dificuldades de transporte para manutenção do trabalho nosso diálogo registra:

Antônio - E quem trabalhava tinha que ir né...

Neila - Sua mãe conseguiu manter o trabalho? Os patrões foram compreensivos com a relação de tempo que demorava para chegar no trabalho?

Antônio - É! Mas, demorava muito, pegava o ônibus 6 horas, 7 horas 7 e meio tava lá. Daí a mãe pegava serviço das 8 hora no serviço ou 9 horas aí ela largava até mais tarde pra não fica... aí pegava o ônibus 8 hora, ali na, na mercado público, atrás do mercado público que era o final da linha, daí pegava o ônibus e vinha embora. (Entrevista - NPH - REPHO)

A dinâmica de ir para o trabalho e de voltar para casa se dá entre as observações do contexto com a memória retirada na experiência da criança que viveu a época “Vinha muito cheio o ônibus?”

Antônio - Bah, criança não sentava, eles não pediam pra criança sair, era tapa. Podia tá teu pai ou tua mãe ali do lado te tirava a bife igual se tu sentasse, é e outra as pessoas que vinham da CEASA²¹² ali no mercado, e outros que pegavam coisa do mercado, pegavam aqueles peixe aqueles negócio botava dentro do ônibus, bah! Aqueles troço caia encima do cara assim, meleca de peixe.

Farias - quando viam traziam um monte de coisa

Antônio - galinha, cachorro ia tudo dentro do ônibus.

²¹¹ Escola Estadual de Ensino fundamental e médio Jose do Patrocínio é a escola que após ser Grupo Escolar Vila Restinga, ganha um nome que identifica também a resistência negra em espaço de reistencia humana.

²¹² CEASA - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul

Farias - Ai vinha tudo, eu me lembro que eu trabalhei na Siqueira Campos naquela época, então naquela rua atrás do correio, ali aqueles que tinha os coqueiro no meio, ai bah chegava ali tava aquele monte de gente, monte de gente com galinha e coisa e tal!

Antônio - Bah! Vinha de tudo mesmo naquele ônibus. (Entrevista - NPH - REPHO)

O transporte de mercadorias, a compra da comida, a busca de auxílio, ações ligadas à situação do transporte a vida em sua referência se dava na cidade mesmo essa tendo negado o pertencimento destes sujeitos à área urbana. Peculiaridades da vida, do cotidiano em memória dos acontecimentos, onde o transporte falha outras soluções se produziam para apoiar quem na cidade buscava o trabalho:

Antônio - Fizeram esta aqui... Agora quando os ônibus estragavam eles traziam a gente naquele caminhão que traziam as casas, daí vinha tudo encima na carroceria ali as mulheres botavam dentro, na cabine junto com o motorista e os homens e as crianças que era guri vinham que não fossem muito pequena iam tudo na carroceria ali.

Neila - Eles davam um jeito.

Antônio - Tinha chuva, frio, vento, azar quem quisesse vir ou então vicasse na no centro morando ou dormindo lá. (Entrevista - NPH - REPHO)

A Igreja Católica iniciou seu atendimento a comunidade com a visita do padre vindo de Belém Novo. A missa e a igreja foram simbolicamente demarcadas em lugar – A Figueira – que aproximava a população em constante crescimento, em bancos sob a figura em um coletivo de oração, fé e diálogo. Sobre esse tema Sr. Antônio relata a prática:

Antônio - São José operário e era lá no mato lá, não tinha aquele campo ali, nem o colégio não tinha , era tudo mato, dai é o que foi que eu te falei capinaram tudo, limparam embaixo das arvores.

Neila - Tinha uma figueira?

Antônio - É, limparam embaixo da figueira ali, capinaram tudo, botavam uns banco de madeira assim e depois até naquela época eu fui coroinha. (risadas)

(Entrevista - NPH - REPHO)

A comunidade passa ser atendida por estruturas que vão se formando conforme seu crescimento, estruturas de controle promovem uma dupla ação de poder, atender e controlar o espaço conforme a dinâmica desejada pela “moral da cidade” uma colonização interna que recusa a “desordem” das “Vilas de Malocas” e seus becos, mas não promove acolhimento, nem uma reflexão sobre os sujeitos condenados como produto do processo de modernização da ordem desenvolvimentista. Quanto aos representantes de uma ordem – DEMHAB – a ser referência local Sr. Antônio lembra:

Antônio - Eles ficavam numa casa fora, eles só vinha aqui pra, pra missa, depois que fizeram a casinha ali onde é a igreja, que atrás do armarinho gaúcho era a delegacia, fizeram uma delegacia de madeira ali e mais pra trás era onde os padre ficava

morando ali, dai depois começaram a aumentar e aumentar dai já tiraram do mato e começaram a rezar ali. (Entrevista - NPH - REPHO)

Surpreende a lembrança de Sr. Antônio sobre a distinção dos sujeitos ordem interna do espaços que definia determinadas identidades onde mesmo em espaço de segregação uma dinâmica social se reproduz o racismo estrutural da sociedade brasileira produz sua manifestação local em preconceito: time dos catarina e do time dos gaúchos – subjetividade. O diálogo explica melhor:

Antônio - Era. Depois que fizeram o campo, da, fizeram o campo do time dos catarina e do time dos gaúcho, o time dos catarina fizeram lá embaixo onde, onde, pouquinho pra cá onde é os alemão e o dos gaúcho era aqui onde é o zero hora ali.

Neila - Qual era a diferença entre esses dois campos?

Antônio - Por que o time dos catarina só jogava catarina, time deles era só branco catarina e o time do restinga que era o time dos gaúcho, era negão tudo mais branco só que tinha que se gaúcho.

Neila - Havia uma diferença na relação de cor?

Antônio - É, mais tinha, se tivesse 1 ou 2 negro no time dos catarina era muito o resto era, era difícil, que o resto era só branco, só Catarina.

Farias - era difícil, aquilo lá foi colonização alemã. (Entrevista - NPH - REPHO)

Matadouro, as chácaras e a sobrevivência são lembranças do Sr. Antônio quando questiono “– No final ali, as chácaras que estavam em volta. Como era visto a chegada da população pelos antigos proprietários das terras daqui?”

Antônio - Lá, lá onde é o barro vermelho ali, tinha um matador ali e tinha um campo que logo aqui na garagem, onde era a garagem dos ônibus, tinha um arame que vinha daqui da facha até lá o morro e dai, pra tu ir lá pro matador tinha que pular.

Neila - Aquilo ali era tudo propriedade privada?

Antônio - Tudo propriedade particular, e dai o cara do matador lá era um dos donos proprietários, que primeiro um dos donos lá era faca na bota e não queria que ninguém entrasse ali pra i pra lá, eu sei que até parece que até briga entre eles deu porque ai o cara quis que o cara passasse por ali pra i pro matadouro que tinha que comprar lá, pra comprar lá, pra ele era mais fácil, do que fazer a volta, eu sei que o cara pego e se mando, esse brabo, se mando embora pro interior lá, ai esse outro dono dai liberou pra gente passar por ali. (Entrevista - NPH - REPHO)

Controle social e os sujeitos que ditavam as regras surgem na memória do Sr. Antônio naturalmente, as lembranças remontam os episódios em relato e coloca uma dinâmica de fugitivos e prática policial:

Antônio - Tanto que lá no morro lá, bem, bem depois, era o seguinte, a gente não podia subir pro morro lá, que andava os cara a cavalo e eles te corria a tiro e chicotada, não podia subi la pro morro não, só que, que os cara que fugia das cadeia ia pro morro e de noite eles batiam na porta da casa da gente pra pedir cobertor, comida.

Neila - Como funcionava isso?

Antônio - É que aqui na vila só tinha 2 brigadiano, um era o cabo Murilo e outro o Morrudo e eles tinham um cachorrão assim (mostra altura com a mão). Era só os dois... (Entrevista - NPH - REPHO)

Sobre a polícia local questiono “E, qual era a relação dos soldados com a comunidade.

Sr Antônio responde:

Antônio - Morrudo, era o cabo Murilo e o soldado.

Antônio - Era tri, tanto que o cabo Murilo jogava com nois no Restinga, jogava no primeiro quadro, mas era tudo gurizinho e ele tinha um time que nem todos eram (não audível)...Ai depois ele nos levava e jogava junto. Cabo Murilo fazia assim, tava nois se dava com ele tudo, ai ela saía **Tava o time dos gurizinho**, aí vamos embora, quando ia joga lá era nós correndo de um lado pro outro, aí depois no primeiro quadro ele jogava junto, só que tinha uma o cabo Murilo ele fazia assim: tava nós na esquina ele podia se dar com ele tudo, daí ele saía de noite antes de ele dormir ele saía com o cabo morro do este o soldado Morrudo e saía para fazer volta em toda vila ele passava por ti, nós estávamos tudo sentado ali nas esquinas ficava os boteco aberto os caras quando chegava do serviço tomavam uma cachacinha e nós ficávamos sentados na ponte e ele passava [reprodução do dialogo com cabo Murilo] - Vem cá falando que horas tu estuda? Eu estudo de tarde. - E tu fulano? Eu estudo de manhã. - Ôh! Tu estuda de tarde mas semana tem que fazer tuas lição, estuda um pouquinho. Ôh, eu vou fazer a volta se eu passar aqui vocês tive vou levar vocês tudo para lá pra delegacia lá, varrer a delegacia lá.

Antônio - mas era um postinho de madeira menor do que isso aqui assim ó uma casinha pequenininha daí bah quando ele vinha não tinha mais ninguém nas esquinas né os guri tudo... Prós nego véio ele dizia: - Vem cá não trabalha amanhã os caras todos respeitavam eles aí os caras tomavam 10 horas os bonequinhos tudo fechava só o fim de semana que eles deixava amanhecer. (Entrevista – NPH - REPHO)

Em memória o relato nos apresenta agentes de força e controle, sujeitos que estabeleciam uma ordem interna a ser respeitada na prática a condição de trabalho transitam na fala do Sr. Antônio como referência de ordem ocupacional dos moradores durante a semana e uma condição de afrouxamento das regras para o fim de semana, na condição de laser permitida para quem trabalha.

Retomando a possibilidade de assistencia pergunto “Quem ajudava?”

Antônio - Bah eu não me lembro aqui, eu sei que eu me lembro é porque a mãe as vezes nós íamos lá, ali perto da dá dos bombeiros ali perto da Praia de Belas ali, ainda tem parece até hoje ali uma central deles nós ia ali, ali eles ajudavam davam roupa, davam... ensinava umas pessoas a fazer tapete, tinha cursos de costureira tinha um monte, a mãe era uma que fazia os tapetes, nos sábados assim que ela não ia trabalhar sábado e domingo, ela fazia os tapetes e levava lá, às vezes vinha uma Kombi e levava lá tinha até exposição dos tapetes que elas faziam tudo, é eles lá ajudavam muito as pessoas aí na vila aí. (Entrevista - NPH - REPHO)

As memórias do depoente transitam entre o não encontro de assistência local e a busca de sua mãe em espaços de atendimento assistencial próximos ao centro da cidade. Onde atendimento, treinamento e comercialização de seu trabalho artesanal foram possíveis de ser alcançados pela sua mãe. Pergunto então “Onde era melhor de morar?” Sua resposta é de imediato:

Antônio - Era na Ilhota.

Neila - Antes de vir para Restinga?

Antônio - Antes de vir para Restinga, porque ali era perto de tudo nós não pegava o ônibus para nada ali, tinha tudo.

Pergunto então sobre o espaço Ilhota e a ação da polícia: “E a polícia dentro da Ilhota como funcionava?”

Antônio - Bah quando eles entravam o cacete pegava né?

Antônio - Pô. Não tinha aquela eu sou trabalhador, primeira coisa...

Farias - Não falava muito...

Antônio - Primeiro eles davam em ti, depois eles pediam os documentos [risadas].

(Entrevista - NPH - REPHO)

Continuando sobre o processo de entender os contextos do cotidiano pergunto sobre o “Golpe de 64 o Regime Militar foi sentido na ilhota?”

Antônio - Báh! Não só lá como aqui na vila também aqui quando tu tava dormindo assim só se escutava aquele, Blum, iam chutando a porta 3, 4 horas da madrugada com a lanterna na tua cara assim minha criança uma ia para cá outra ia para lá. Deu meu primo uma vez tomou um pau por que acordou assustado e que sair correndo pela janela tinha, tava cercada casa pegaram ele e quase mataram ele.

Neila - Porque que cercavam a casa qual era a justificativa?

Antônio - Porque que nem eu falei, o negócio dos ladrões, eles que fugiram dos presídios esses negócio, se escondiam no morro e eles achavam que o pessoal da Restinga dava o bot, e veio um monte de gente da Ilhota lá, que não era mole né! Que era de tudo que era lugar, veio de tudo que era bairro tinha os cara traficante, mas pra mim nunca me afeto nada. Porque os traficantes na época respeitavam as crianças não deixavam, as crianças chegam perto deles. (Entrevista - NPH - REPHO)

A repressão foi sentida e gravada sem muita identificação. A narrativa dos acontecimentos não chega a identificar presos políticos e presos comuns, contudo, sobre a memória da atuação da polícia, inicio questionando: “Tinha, era só ladrões, a relação era só com os ladrões²¹³ ou tinha preso político que fugia, tinha gente que se escondia do Regime Militar aqui ou a questão mais ela em relação ao roubo mesmo?”

Antônio - Olha às vezes eles entravam, às vezes a gente nem sabia porque que eles estavam entrando dentro da casa do cara, eles entravam aí revistavam, tudo viraram cama, botavam as roupa dos armários tudo pra rua largavam tudo no chão tudo que eles viam atiravam tudo, e depois não tinha nada, mostrava os documentos tudo ali, ai eles pegavam viraram as costas e ir embora e tu tinha que fica arrumando tudo de novo.

Neila - Isso era seguido então?

Antônio - Claro! Bah, por mês, era umas cinco, seis vez por mês, quando tu vier tavam pedalando.

Neila - E, era a brigada?

Antônio - Era a obrigada.

Neila - O exército não chegou a fazer isso?

Antônio - Não só a brigada.

Neila - Só a brigada?

Antônio - Sim, os cachorrão bah! Ai que tu gritasse, tinha que ficar quieto, os cachorrão ficavam, chegavam a ficar parado olhando pra ti.

Neila - Eles entravam com os cachorros?

Antônio - Cachorro, cassetete tudo.

²¹³ Na perspectiva policial dos suspeitos de roubos, a pergunta aqui foi mal construída pela pesquisadora.

Neila - Como era a relação com a polícia local?

Antônio - Aqui, foi como eu falei o cabo Murilo e o Morrudo eles eram a mesma coisa que a família do cara.

Neila - Sim, mas eles eram da brigada ou da polícia civil?

Antônio - Da brigada. A polícia civil pouco eu vi aqui na vila, cara nem conhecia polícia civil fui conhecer depois de grande. (Entrevista - NPH - REPHO)

A dinâmica de repressão está como prática de uma política de controle aqui descrito que remete ao entendimento de uma constante política de guerra conduzida nos primeiros anos do bairro, onde a necropolítica foi aplicada como estrutura de ação do poder. Considerando as diversas dinâmicas narradas, a condição de confinamento, ausência de trabalho, de atendimento assistencial denunciado inclusive em debates entre legislativo e executivo do poder municipal, torna possível pensar em espaço de confinamento onde uma dinâmica de violência é aplicada com diversas formas de testar os limites humanos. Assim retomo o diálogo onde questiono Sr. Antônio “A polícia entrava na ilha?”

Antônio - Entrava.

Neila - Mesmo sendo beco?

Antônio - Entrava lá. Ah! Tu sabe que na época não tinha, na época eles entravam pedalavam as portas

Farias - Entravam mesmo!!!

Antônio - Não tinha aquela de dizer: Não! Aqui ele não pode entrar! “Mostra, como é... que agora tem agora tem, esse mandato aí de ... busca!

Farias - Busca e apreensão

Antônio - Busca e apreensão! Aquela época não tinha isso, sem papel ia: - Ah tu que busca? [reprodução das falas de policiais da época - mostra com as mãos um ato de agressão] Pah! O pau pegava, a sai da frente e entravam e iam. (Entrevista - NPH - REPHO)

Quando na busca de entender se havia resistência, pergunto “- A comunidade reclamava?”, a resposta expressa uma incógnita para o “Outro”:

Antônio - Mas pra quem?! Reclamavam de dia, de noite eles vinham e iam direto na tua casa sabendo que era tu que tinha ido lá reclama.

Aqui, resistir é ato de afronta frente ao poder absoluto, com a condição de ser pior após, a denúncia e reclamação sobre as dinâmicas da ação do poder. Sobre as memórias que registram isso questiono “- Aconteceu de alguém reclamar ser preso?”

Antônio - É tinha o Russo lá um, um cara lá que tinha um buteco lá, perto da minha tia lá né e, ele reclamo que os caras quebraram as garrafas dele, de noite entraram na casa dele e quebraram tudo não ficou nada, quebraram tudo dentro do bar dele lá, mas deram um pauzão no Russo lá... (Entrevista - NPH - REPHO)

Frente ao poder soberano não há resistência, assim, Sr. Antônio observa “- Ai vai reclama pra quem? Não tinha pra quem reclama!”. A política de guerra pode ter muitas roupagens e ser executada sistematicamente em diversas metodologias, os espaços de “Vila e Malocas” foram observados com campos de guerra, os inimigos da sociedade confinados em

gueto de confinamento – espaços de controle rígido e abandono de assistência a resistência se manifesta no existir e se manter vivo mesmo diante das dinâmicas de exposição à morte²¹⁴.

4.1.2.3 RESISTÊNCIA

Na rotina exaustiva da vida no início do bairro, o trabalho na cidade ainda era a resposta para se manter integrado socialmente. Para isso, estratégias de resistência somam na comunidade em esforços mútuos de cuidados. Entre as memórias de Sr. Antônio, uma das mais significativas demonstrações da síntese do poder de força do bairro Restinga é a que narra a seguir sua experiência de criança: resistência – transporte – trabalho.

Antônio - Na esquina era o fim da linha. Ai se de manhã, eles saiam eu e meus, uns capetinha meus parceiros lá, nós tinha lata de azeite que tinha...(busca na lembrança) Neila. Soia?

Antônio - É... Ah, tem uma flor não sei. Girassol! Que era quadrada aquelas latas de azeite. Nos tirava o fundo da lata de azeite (mostrando com as mãos) e pegava uma vela, cortava a vela, bitava a vela, pegava uma arame, cortava o arame e amarrava na lata, fazia uma alcinha (mostrando com as mãos) e aqui nos botava um plástico e aquilo ali nos fazia uma lanterna (mostrando com a mão como era segurado) então de manhã quando nois ia com a mãe pra pega o ônibus ali, nois ia e aquela fila (apontando para traz) tinha gente que fica esperando nas porta quando nos passava se juntava todo mundo, dois/três com aquelas lanterninhas, nois ia ate... o coisa ali, o fim da linha pra pega o ônibus. Depois foi lá onde era o Ademar lá na esquina onde era o campo lá, depois o fim da linha foi pra lá. **Ai, lá tinha aquelas pessoas que chegavam de noite, e, nos morava la perto lá (mostrando com a mão a localização) o fim da linha era aqui...nós morava aqui assim, ai eles botavam pedra, amarravam faziam tipo um pacote uma pedra e botavam, pra no outro dia de manhã vir e tiravam a pedra, ali eles já tavam marcando lugar pra pega o ônibus pra i sentado.** (Entrevista - NPH - REPHO, grifo meu).



Foto 29. Sr. Antônio - resistencia

As dinâmicas locais buscam adaptação, constroem-se regras para ocupação do espaço concorrido. Para entender as regras e a escassez do transporte, proponho a reflexão sobre a

²¹⁴ Campus de refugiados guetos *apharteid*.

condição de milhares de pessoas ocuparem um número reduzido de transporte para circulação na cidade. A concorrência adentra a década de 70 e figura em todas as narrativas dos depoentes moradores do bairro. Sr. Antônio tem sua versão sobre essa concorrência e organização do lugar na fila do ônibus, marcar o lugar para um deslocamento mais tranquilo, ele conta sobre a “pedra, ali eles já tavam marcando lugar pra pega o ônibus pra i sentado.”. A confirmação da versão que tenho em minha memória encontra a do Sr. Antônio, bem como nossas histórias, já que meus pais contavam essa lembrança, dou continuidade ao diálogo “Então essa lenda urbana que minha mãe confirmou que não era lenda urbana que na primeira unidade também acontecia isso de marcar o seu espaço com pedra?”

Antônio - Sim (e, afirmação com a cabeça)

Neila - Com sapato, com pedra/

Antônio - É! Isso!

Farias - (risadas)

Neila - E se roubassem o lugar?

Antônio - Não!

Neila - Se passasse na frente?

Antônio - Não! Era sempre respeitado!

Neila - Era respeitado? O que acontecia se furasse o lugar?

Antônio - Ahh! Não dai chagavam e ôoo...- Fique minha pedra que tava aqui? Aí o outro Ahhh, que tava na frente ou que tava atrás: - Ah, tinha uma pedra ai que ele tirou disse que era dele. – Não! Pode sai que foi eu que botei. Daí os dois que tavam na frete e atrás. – Não sai foi ele que boto, ele tá dizendo. Ai deu que ai ele saia ia lá pro final da fila. Aí por isso...

Neila - Quantas pessoas pegavam, que tamanho era o fim da fila?

Antônio - Bah! Grande! (Entrevista – NPH – REPHO)

A transição entre a tomada do mercado de transporte coletivo pela Empresa Belem Novo que assume o controle da linha Restinga²¹⁵, lembra sr. Antônio:

Antônio - Primeiro era um ônibus, depois passou pra dois, dai começou a Belém Novo lá, que começou a fazer a linha aqui. Era dois ônibus de manha e dois ônibus de tarde. Ai depois foi aumentando, conforme a população foi aumentando. Daí a Belém Novo tomou conta, dai melhora, ai começaram a fazer. Por que ah, a Restinga, as casinha nova, não era só a Restinga Nova, as casinha nova que tinha lá na Velha lá que eles fizeram as casinha de duas peças era encarreirada, era tudo igualzinha uma a outra assim na frente (mostrando com as mãos).

Neila - De madeira ou de material?

Antônio - De madeira! (Entrevista – NPH – REPHO)

Aqui, Sr. Antônio encontra a memória do Sr. Hélio sobre as 130 casinhas de madeiras vendidas por financiamento do DEMHAB, antes do projeto Nova Restinga, marcando

²¹⁵ A luta por transporte de qualidade ainda é prioridade no bairro, os estudos e proposta não contabilizam o numero de moradores, a estimativa de moradores está sempre muito abaixo da realidade. Os serviços são questionados em sua qualidade e frequência. A marca da comunidade é a constante pressão sobre os dirigentes públicos e privados que organizam o transporte publico.

novamente a distinção entre os sujeitos que financiavam as casa e os que não possuíam recursos.

4.1.2.4 Primeiras casas do DEMHAB – quem tinha dinheiro comprava, quem não tinha resistia – 130 casas financiadas.

Nos registros de imprensa do ano de 1968, existe dois mundos no núcleo original Restinga Velha, onde de um lado havia casas ordenadas e bem construídas e do outros as precárias construções definidas como espaços de “vietcongs”, na memória de Sr. Antônio morador do espaço de casa reconstruídas com as sobras de madeiras do processo de remoção, retoma a paisagem e narrativa:

Antônio - Cercado e tudo com cerquinha de madeira tudo legalzinha tudo. Ali era as casinha nova, depois foi feita a Restinga Nova que era essa aqui (apontando com o dedo) que era de material.

Neila - Essas casas de madeira, quem ocupava estas casas?

Antônio - Era quem comprava quem tinha! (\$ com os dedos sinal de dinheiro – indicador e polegar em pressão)

Neila - Então ali já tinha venda?

Antônio - Alii já tinha gente que tinha dinheiro pra comprar já. Era co essa aqui..

(Entrevista – NPH – REPHO)



Fotos 30 a e b. À direita (a) casas removidas e reconstruídas, a esquerda (b) unidades novas financiadas

A força da Restinga

Por: Aline Custódio

Gaúcha ZH, 1º de dezembro de 2017

Neila - E vocês, como foi organizado o terreno de você?

Antônio - Eles o DEMHAB mesmo já marcava, eles largavam, quando largava ali já tinha as, taco, as taquinho aqueles, (mostrando com a mão, dando a dimensão de tamanho do taco e do terreno) ôo isso aqui, esse quadrado aqui é de vocês.

Neila - E como foi comprado dai?

Antônio - Não era comprado na época! Depois que foi regularizando e, bem depois. Bah! Na época já, era i já, já ai começaram a organiza tudo, i do DEMHAB faze os papel tudo, depois que já tava.. Bah! Mais de três quatro ano. (Entrevista – NPH – REPHO)

Em resistência o espaço cresce como as crianças que chegavam aqui, seus movimentos de apropriação do espaço são retomados pela memória de Sr. Antônio, encontro em suas

palavras recordações minhas também, assim, entendo que as alegrias de se espriar sobre nossas possibilidades.



Fotografia 31. Foto. As crianças
A força da Restinga
Por: Aline Custódio
Gaúcha ZH, 1º de dezembro de 2017

Na intenção de provocar a memória questiono a origem dos diversos amigos e pergunto “Sim, que cada um tinha uma origem né? E eu queria saber qual tinha chegado primeiro que era.”

Antônio - Foi nois, depois, veio todo mundo. Ai depois quando eles fizeram ah, da faxa pra cá, fizeram ... tinha aquela: - Ah! Os guri da nova não pode desce pra velha e os da velha não pode subi pra nova, ai nois, uma vez lá nois se juntemo todo mundo ah, nos chegemo primeiro, por que nois não pudemo, nois era cansado de rouba melancia e i na sanga agora nois não, ai viemo tudo pra cá. Ai comecemo aquelas, vinha joga contra ele, joga, joga contra eles num campinho que tinha onde era o CECORES ali, tinha um campinho ai fizeram um campinho, dai já começaram i pra lá, ai viro aquela bagunça. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre para quem era reservado este lugar Sr. Antônio registra seu entendimento Sr Antônio afirma “– Quem vinha pra cá é quem não tinha dinheiro. Quem tinha dinheiro foi pra outro lugar.”.

Sobre o trabalho reservado para população que buscava na proximidade do bairro as lembranças de Sr. Antônio remonta a dinâmica:

Neila - E o restante, todo muito conseguiu manter o trabalho que tinha?

Atonio - Olha, teve uns que manteram né outros eu acho que não, por que o que tinha de cara caminhando na vila ai atrás de serviço, teve um monte que foram trabalha nessas chácaras ai, capinando, colhendo verdura para levar para CEASA pra vende.

Neila - Eles acabaram se incorporando no meio rural dai?

Antônio - É dai, teve uns que foram trabalhai ai carregando caminhão de melancia, caminhão de melão de mamão pra leva para CEASA. (Entrevista – NPH – REPHO)

A Igreja e sua ligação com a comunidade se dá no processo de construção de elos de compromissos e estratégias de resistência, a lembrança de criança que Sr. Antônio relata a brincadeira com os agentes sociais:

Antônio - A igreja também pegou um monte de gente pra ajuda ai o Padre... na época era uuu... bah esqueci o nome, Padre era tri gente fina também ia na casa da gente, ia buscava as criança pra leva para igreja, as freiras tinham aqueles cara que tavam estudando pra padre, tinham eles faziam time pra joga ali, até tinha um Padre que jogava no nosso time depois, o cara era até pra se profissional, o cara de tão bom que era de bola, o cara não quis joga bola pra i pra igreja para se padre.
(Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre: “o galpão ficava as famílias?”, um espaço entre a chegada ao bairro e a conclusão das casas, Sr. Antônio lembra de práticas de colaboração mutua para superar as dificuldades:

Antônio - É, sim. Só saia os homem pra ajuda a faze as casas
Neila - Os homens saiam para montar a casa com os funcionários do DEMHAB?
Antônio - (concordância com a cabeça)
Neila - Esse serviço era colaborativo, não tinha pagamento?
Antônio - Nada, não era trabalho, tu fazia pra termina ligeiro, pra termina tua casa, Daí, eu fazia a minha (mostrando com as mãos no peito). Ai nos fazia a do Farias (apontado para o amigo) , ai ia ajudá faze a tua.
Neila - Ajudavam todo mundo?
Antônio - Ajudavam! Nois era pequeno então e eu me lembro que alcançava telha, pegava tábua, fíncava prego nos pé, ficava deitado lá no galpão La um tempo lá.
Neila - E esse galpão, como se organizava dentro do galpão?
Antônio - Nois fazia a própria...
Neila - As coisas de vocês ficavam a onde?
Antônio - As próprias pessoas, ficava num saquinho ali, é a mesma coisa que quando nois tava flagelado da enchente, dava aquele espaço aquela berradinha ali, botava um plástico ali tu ficava ali, não ficava muito tempo, era uns se ficasse dois dias era muito (sinal com os dedos mostrando que o pessoal apressava a construção)
(Entrevista – NPH – REPHO)

Provoco as memórias sobre cuidados para isso retomo a dinâmica de cuidados mútuos por parte da comunidade e questiono “A comunidade se ajudava, ajudava a construir as casas, mas e cuidá das crianças, quando as mães iam trabalha?”

Antônio - Cuidavam, ós vizinhos cuidavam das crianças dos outros dai, eu minha irmã e, meu primo e meu primo era, na época ele tinha acho que uns dois anos de idade e ele ficava com nois e a vizinha também ele ia trabalha dai quando a vizinha ia o marido não ia já cuidavam de nois, ai se a mãe não ia já cuidava do vizinho, (mostrando com as mãos) todos mundo cuidava uns dos outros, tanto que na época tua saia podia deixa tua bicicleta assim ô (apontando para sua no lado de fora do prédio), tu deixava a porta aberta ia pro centro voltava tua porta tava aberta e tua bicicleta tava ali.
Neila - Não tinha roubo daí?
Antônio - Não tinha roubo daí! (Entrevista – NPH – REPHO)

O bairro passou a ser espaço de organização e de vida – dançar e viver na Restinga – brincar no cotidiano se expressa também na subversão da ordem para o qual este espaço foi

criado. Resistência e resignificação são continuidades no processo histórico desta comunidade:

Antônio - É, elas iam dança que nos eram pequenos, elas iam dança nos ia ficava na frente do salão, na frente do negócio lá ate o Cabo Murilo manda nois embora.

Neila - E onde era o salão que tua mãe ia aqui, tua mãe e tua tia iam dança?

Antônio - era quase perto do e, onde é o Armarinho Gaúcho, atrás era uma casa grande, era uma casa assim de residência era, tirava os móveis da sala ali, botava lá pro canto...

Neila - E ali fazia a festa?

Antônio -...botavam dois caras ali tocando violão e um de gaita ali e ali eles dançavam ali a noite toda.

Neila - Olha que legal!

Antônio - Botavam umas mesas na rua assim pra vende cerveja, eu dormi um monte de vez embaixo de uma mesa lá, que eles botavam uma toalha e eu era invocado enquanto a mãe não fosse embora eu não dai eu, me sentava no chão em baixo da mesa ali eu pegava no sono, me acordava quando minha tia me chutava – Vamo embora. (Entrevista – NPH – REPHO)

A vida se constrói em rotinas de existência, contudo o que se disse na época sobre os sujeitos históricos removidos para este espaço/território não os contempla em toda a sua complexa relação de existência. Sr. Antônio e o amigo Sr. Farias acresceram significados a esta dissertação com suas memórias todo este diálogo foi um encontro de significados de nossas experiências.

4.1.3 Sr. Ventura – José Luis Vieira Ventura (Entrevista em 22.12.2018)

Nascido em Porto Alegre, Sr. Ventura, foi morador da Vila Santa Luzia, sua memória descreve sua história, sua voz soma em conteúdo o desvelar de um novo olhar sobre os acontecimento do processo de remoção.



Fotografia 32. Sr Ventura.

A narrativa de uma liderança da comunidade com trabalho na área do esporte, Sr. Ventura compartilhou sua história, seu nascimento na Vila Santa Luzia na rua Cuiabá, sua narrativa remonta emaranços de quando ainda criança descia e jogava futebol com os amigos da Ilhta, Ipiranga e DTO. Conta sobre as diversas mudanças da família na vila até a remoção

para Restinga, sua fuga do núcleo como forma de resistência e realocação na Cavahada para mais tarde ser novamente removido compulsoriamente para Restinga.

A entrevista do Sr Ventura se justifica por sua trajetória de vida, sua experiência com o futebol e suas oportunidades no Grêmio junto do treinador - Paulo Bomba e fundamentalmente por sua experiência de família, cuidado de suas irmãs a parceria de responsabilidade com sua mãe em espaços de “Vilas de Malocas” da cidade e na remoção para Restinga. Seu pertencimento ao Bairro e luta contínua por estruturas para o esporte, escolas, Hospital, IFRS Campus Restinga reflete seu sujeito. Participante ativo dos debates sobre os problemas e possíveis soluções para o bairro é agente motor de movimentos de conquistas de espaços qualificados como estruturas de transformação social que atenda a população em estado de vulnerabilidade social. Quanto sujeito ativo, foi propositor na luta pelo Campus Restinga do Instituto Federal, neste espaço foi também aluno concluindo o curso superior de Gestão de Desportiva e de Lazer. Agradeço a este amigo, militante ativo do bairro o seu depoimento.

4.1.3.1 A Remoção

A vida na “Vila de Malocas” Santa Luzia é retratada pelas memórias do amigo Sr. Ventura retornado ao tempo de criança relata seu principal medo e sua preocupação mais significativa, com a provocação de minha pergunta “Como era as ações da polícia na Santa Luzia?” Na resposta Sr.Ventura relata “Era o medo que mais nós tínhamos era do Juizado de Menores, não era da polícia era o **Juizado de Menor**, aquelas veraneio azul e branca²¹⁶ então a gurizada não podia ficar muito tempo na rua.”. Sobre o tempo na rua questiono, o que era muito tempo para, até tarde da noite?

Ventura - É tinha que ficar mais ou menos até às 10 horas e se recolher.

Neila - Mas eles recolhiam as crianças que ficavam na rua?

Ventura - Sim! Por que o que qui eles queriam sabe se estudava, quem era estudante tinha que ser estudante, quem era trabalhador era trabalhador. (Entrevista – NPH – REPHO)

A primeira remoção a que foi submetido o depoente entre 1967/1968 da Santa Luzia para o núcleo o regional do bairro Restinga. Sobre isso Sr. Ventura narra:

Ventura - É eu vim depois saí de novo, porque para lá tinha mais oportunidade, aí nisso o que que aconteceu, como eu jogava no Grêmio tinha mais facilidade e portas abertas e aqui não tinha né. E como a mãe trabalhava aí ela já tinha um dinheirinho pra aluga mais próximo alguma coisa aí depois a gente saía quando terminava, ocupava algum espaço.

²¹⁶ Carro usado pelo Juizado de Menores

Neila - Então quando em 67 (sessenta e sete) 68 (sessenta e oito) ali, quando a Santa Luzia foi deslocada sua mãe chegou aqui e não quis ficar?

Ventura - Não! E volta de novo.

Neila - E aí aluga na Cavilhada?

Ventura - Aí vai para uma ocupação na cavilhada! (Entrevista – NPH – REPHO)

Durante a primeira experiência de remoção para Restinga a família do Sr. Ventura, ficou somente alguns meses no núcleo, em ato de resistência a mãe do Sr. Ventura busca uma nova “ocupação”, espaço de “Vila de Maloca” irregular na região da Cavilhada, o que é registrado em diálogo:

Neila - Uma ocupação na cavilhada. O senhor lembra desse momento de chegar na Restinga? Vocês vieram de caminhão?

Ventura - De caminhão e foi jogado aqui dentro assim com uma plaquinha e o esse aqui é o teu lote.

(...)

Ventura - Uma placa com número do terreno, pra não esquece né.

Neila - Fizeram algum cadastro preencheram alguma ficha?

Ventura - Não! Depois vai lá no DEMHAB e preenche, aí esse, que tá o problema todo, tu tá aqui dentro ao mesmo tempo que tu tá aqui dentro tu tá distante de tudo né, porque aqui o que acontecia só tinha onde é o camelódromo onde tinha a peixaria e a delegacia.

Ventura - Vem pra cá, como ela trabalhava de doméstica daí foi conseguiram um caminhão só pra carregar o que tinha de volta pra outra ocupação. (Entrevista – NPH – REPHO)

A narrativa sobre a remoção continua de forma mais tranquila Sr. Ventura passa a detalhar a experiência, memórias complexas e retomadas de traumas.

Neila - Começava sempre no início de uma rua né e iam fazendo a limpa?

Ventura - É fazendo! Iam demolindo o que tinham, o que iam retirando iam demolindo.

Neila - Eu queria que o senhor tentar se lembrar desse momento como foi transportado a casa de vocês?

Ventura - Foi, a casa foi mais demolida sim, depois que desmancho pra remover, pra levanta pra montar de novo.

Neila - Não conseguiram trazer inteira?

Ventura - Não! Daí veio nós e mais uma cachorrinha, o que tinha a única cachorrinha. (Entrevista – NPH – REPHO)

O ato de resistir à primeira remoção está na possibilidade de encontrar outro espaço mais perto das estruturas de apoio que a mãe – chefe de família – entendia ser ideal para continuar a viver. Para isso, o ato de resistência leva a família a retornar a irregularidade.



Fotografia 33. Sr Ventura em entrevista.

Pergunto então: Quanto tempo vocês ficaram aqui, quanto tempo vocês resistiram aqui neste espaço?

Ventura - Mais ou menos 1 (um) ano e pouco por aí porque era muito distante a mãe aí e depois não conseguia volta né, porque esse empregado doméstico não volta todo dia aí a gente tinha que ficar sozinho aqui, aí para não deixar as crianças sozinhas, teve que leva de volta. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre os motivos da decisão da mãe de buscar outro espaço está na inexistência de escola, as famílias se preocupavam com as oportunidades que os filhos poderiam ter se frequentassem a escola. Faço a provocação “A minha pergunta também, a minha preocupação é pensar na escola?”

Ventura - Não tinha escola!

Neila - Lá o senhor estudava?

Ventura - É!

Ventura - Retornei pro futebol, depois eu só sai para servir o exército.

Neila - Com quem ficava suas irmãs?

Ventura. Ficava comigo e a mãe ia trabalhar

Neila - E quando o senhor ia estudar?

Ventura - Ficava com alguém, sempre algum vizinho. (Entrevista – NPH – REPHO)

Na Restinga o transporte ficou em destaque em nosso diálogo, percebe-se a condição de confinamento sob seu olhar quando o questiono “O senhor lembra se era permitido que o senhor pegasse o ônibus nessa idade de 12 (doze) anos por aí?”

Ventura - Não! Nem lá no centro também não era permitido. Às vezes até para ir jogar bola quando morava ali perto que tinha que ir pro Grêmio eles não davam carona.

Neila - Então essas crianças que ficaram aqui, essas crianças não poderiam ir para o centro?

Ventura - Não tinha como ir para o centro. (Entrevista – NPH – REPHO)

A cidade rejeita as crianças e adolescentes inibindo sua circulação no seu centro urbano para muitos moradores do bairro essa experiência é comum.

Retomo o diálogo sobre o a Vila Santa Luzia apresentando um conjunto de imagens, Sr. Ventura busca identificar a vila comparando com alguns núcleos próximos que sem estrutura ainda estão com vias de chão batido. Assim, frente às motivações ele registra após minha pergunta “É uma foto essa aqui da Ilhota. Mas a Santa Luzia numa foto aérea que se tem daquele período não era muito diferente?”

Ventura - Não! É como tem algumas as vilas aqui de chão batido com alguns, com pouco saneamento básico, então as ruas um pouco alagadas, outra secas e muito gato né.

Ventura - Certo, até porque nesse período as bicas na Santa Luzia ficavam nas esquinas de casa né

Ventura - É!

Ventura - Uma das grandes preocupações da minha mãe na época era o seguinte, era lampião porque se usava muito lampião, então: “-Olha tu cuida das suas irmãs não

dorme com o lampião aceso.”. Que tinha que se usa querosena né e ainda tinha que puxar aquele paviozinho ainda e, e cuidar para não molhar os dedos pra acender pra não pega na roupa né e o fogareiro também.

Neila - E a alimentação era o senhor que fazia?

Ventura. Eu tive que aprender a fazer né, porque a mãe trabalhava e eu tinha que cuidar das pequenas. (Entrevista – NPH – REPHO)

Retomanto a primeira remoção levo o diálogo sobre a sua casa na Restinga – questiono então - Como era a casa que foi, a sua casa não chegou inteira?

Ventura - Não! Ai eles deram o que, uns compensado que mal dava uma cama de solteiro e era uma telha que não era, não era de zinco e nem era essa telha como é, era tipo um papelão a telha era resistente contra chuva, mas não, não era essas telhas que a gente compra aí.

Neila - A sua casa não ficou em condições de ser montada então?

Ventura - Não! Ai eles deram uns compensados, os caibro, vinha e montavam um kitzinho já, montava a casa, aí um ajudava o outro monta e na época como era crianças, os vizinho ajudavam outro monta.

Neila - Os funcionários não ajudavam?

Ventura - Não! Os próprios moradores.

Neila - Certo, eles só lhe entregavam lote?

Ventura - Só entregavam o lote.

Ventura - Era pra ser provisório e depois do provisório é que a gente que teve construí. (Entrevista – NPH – REPHO)

A vida no bairro Cavalhada como opção ao isolamento do núcleo original do bairro Restinga em 1968, mesmo que isso tenha levado a residir na irregularidade de um núcleo de ocupação. Em diálogo Sr. Ventura relata:

Neila - Aí a sua mãe desistiu e foi para Cavalhada.

Ventura - Desistiu e foi pra Cavalhada, aí no fim voltemo de novo, foi aonde que depois definitivamente onde eles tiraram da Cavalhada e trouxeram para Restinga.

Ventura - Para ficar mais próximo do centro.

Ventura - Na Cavalhada nos moremo lá na, na lá perto do curral por ali.

Neila - Curral? O que é o curral?

Ventura - É onde guardar os cavalos na Cavalhada.

Neila - Do exército?

Ventura - Não, faziam aquelas corridas ali de cavalo que tinha.

Ventura - Ali perto da Joaquim Louzada se eu não me engano.

Neila - Ali também era uma Vila de Malocas na Joaquim Louzada?

Ventura - Era! Bem no fundo lá em cima lá no curral, o que é aonde foi definitivamente depois pra cá o Barro Vermelho²¹⁷. (Entrevista – NPH – REPHO)

O retorno para o bairro Cavalhada proporcionou as oportunidades esperadas, jogar no Grêmio e estudar. Condições de trabalho para mãe e escola para irmãs menores que ficavam sob a guarda do depoente durante o dia.

4.1.3.2 NECROPOLÍTICA de 1967 se reproduz em 1978

²¹⁷ Barro Vermelho é um dos núcleos habitacionais (territórios) que compõem o Bairro Restinga.

Contudo, a segunda remoção da Cavallhada para Restinga acontece em 1978 e novamente o processo se repete continuamente, segundo Sr. Ventura:

Ventura - Parecido com primeiro! Nesse aí eu já tava trabalhando.

Neila - Eles comunicaram vocês?

Ventura -. Comunicaram, aquele assim boca a boca que eles iam tira, eles vão vim tira, até que um dia de noite eles, vieram de noite, à noite eram 2 horas da manhã, a polícia de choque veio, aí bateu em todas as portas e a vocês aqui vão tudo para Restinga aí a maioria disse “- De novo daí!”.

(...)

Ventura - Todo mundo que tava ali, vieram tudo numa remessa só.

Ventura - De madrugada, quando nós chegamos aqui que largaram, largaram também com aquela lona preta, aí disseram ó, amanhã tá até o documento, lote vocês assinam aqui e amanhã tem que ir, de preferência ainda essa semana no DEMHAB pra se cadastra.

(...)

Neila - E por que a polícia de choque o senhor sabe?

Ventura - Na época por isso, com medo do pessoal não quiere sair né.

Neila - Tinha muitas viaturas?

Ventura - Tinha!

Ventura - A casa veio junto, que era como, a família dá nesse caminhão dá, que que tem mais de animais, tem um cachorro, dois cachorro, ah, dá pra coloca ali, então como os cachorros eram pequeno vieram no colo.

Neila - Eles jogaram a casa montada ou desmontada?

Ventura - Não! Botaram ela, levantaram ela com aqueles guindaste aqueles, largaram ali amarraram, aí quando chegava aqui, já chegava...

Neila - Ainda era a traseira de um caminhão?

Ventura - É a traseira de um caminhão. (Entrevista – NPH – REPHO)

A política de guerra para limpeza social da cidade manteve suas práticas de forma sistemática e com apoio das estruturas armadas do Estado. A polícia presente, a remoção da casa por caminhão, o lugar de envio das famílias e a forma de deixa-las desabrigadas, tendo como solução a entrega de uma placa com um número que indica o espaço que lhe foram reservadas para ordem dos acontecimentos. As dinâmicas da necropolítica podem ter outros desdobramentos, formas de exclusão, de controle sobre uma determinada população “inimiga”. Trabalhos como o de João H. Costa Vargas (2005)²¹⁸ demonstram que tal dinâmica podem ter diversas facetas e em tempos próximos. A exclusão geográfica, tão bem expressa na manutenção, demonização e contínua desumanização das favelas, funcionam como uma corporificação concreta irrefutável de um sem-número de outros tipos de marginalização às quais as/os negras/os estão submetidas/os no Brasil – nas áreas de moradia, emprego, saúde, educação e representação política (VARGAS, 2005).

Assim, a pergunta sobre “como é ver a sua casa com a sua mãe, a sua mãe que estava presente e as suas irmãs sendo colocar em cima do caminhão novamente?” Não poderia ter

²¹⁸ Este trabalho fala sobre a Favela de Jacarezinho e a experiência de controle com portões e câmeras.

outra resposta para a necropolítica, Sr. Ventura que responde com outra pergunta “É! Vamos dizer assim, tem que aceitar né, que que, qual é, o que, qual é a outra opção não tinha?”

A sistemática de remoção como política não se transformou em 10 anos, entre a primeira remoção da família do Sr. Ventura e a segunda, muitas outras aconteceram na cidade pela mesma dinâmica, já como uma rotina uma permanência histórica resultante dos processos de modernização da cidade de Porto Alegre²¹⁹.

Neila - Em 78 (setenta e oito) quando o senhor é sua mãe, sua família, o senhor veio para cá como vocês chegaram aqui após o caminhão, receberam um lote, quem montou a casa?

Ventura - Foi os vizinhos! (Entrevista – NPH – REPHO)



Fotografia 34. Sr Ventura e Sr. Ênio
Em roda de Conversas com a comunidade.
IFRS Campus Restinga – Semana da Consciência Negra 23.11.2018
Arquivo Pessoal

As dinâmicas da ausência de estruturas se matêm, falta de projeto, falta de condições básica no local de destinos para os removidos e, falta de compromisso com a reconstrução de seus lares. Especificamente sobre a reconstrução das casas questiono Sr. Ventura:

Neila - Não foi funcionário do DEMHAB então?

Ventura - Não! Foi a onde, o que deu para ocupar de material se ocupou o que não deu pra ocupa eles deram os compensados, então que que aconteceu do, daquela casa velha deu pra se fazer um banheiro, que era a patente na época não tinha infraestrutura e, os compensados foram pra fazer as casas, aí o que que aconteceu foi comprado beliche a minha mãe com as guria dormiam e eu dormia no outro sozinho, e o fogão e a geladeira não dava, não tinha né, só tinha fogão porque a casinha não dava para comportar uma geladeira. (Entrevista – NPH – REPHO)

A permanência da ação do poder se manteve, questiono sobre as estruturas conquistadas frente ao processo de política de remoção:

Neila - E as suas coisas vocês perderam?

²¹⁹ A segregação urbana é relação histórica comum as grandes cidades brasileiras e também grandes centros urbanos da América Latina. A condição histórica dos mais pobres e a sua fragilidade frente a disputa pela cidade, com imposição de lugares invisíveis e silenciosos, assim, lugares distantes e não tão nobres vão se avolumando de sujeitos, uma reserva de mão-de-obra a disposição do mercado. (FERREIRA, 2014, p. 23-30)

Ventura - Não! Veio junto, mas não tinha como colocar dentro de casa, então ficava do lado de fora e aí acabou se perdendo.

Neila. E aqui tinha banheiro?

Ventura - Não! Não tinha banheiro!

Neila - Qual o tamanho do terreno?

Ventura - Era 10 (dez) por 8 (oito) era mais ou menos do tamanho desse terreno²²⁰ aqui, mas com a promessa ainda de vinho pra primeira unidade né.

Neila - Em 67 (sessenta e sete)? E em 78 (setenta e oito)?

Ventura - É! Em 78 (setenta e oito) também!

Neila - Com a promessa de vir para terceira então?

Ventura - É pra terceira! (Entrevista – NPH – REPHO)

Aqui, o relato sobre promessas vazias dinâmicas de desconstrução do “Outro” buscam a legitimação de sua exclusão social. Contudo, as propostas civilizatórias se transformam na realidade em constituir um grande exercito de mão-de-obra pouco qualificada e sem perspectiva de verticalização social, sustentando o processo de exploração do capital e sobre o sujeito histórico sobrando no mercado.

4.1.3.3 RESISTÊNCIA – Lutas nossas de cada dia

As resistências fazem parte da vida dos moradores da Restinga, hoje bairro Restinga. Assim, mães e pais buscam entender as dinâmicas da escola, do posto de saúde, das associações de bairro e do OP. Foi apropriando-se das ferramentas do poder a suas linguagens e estratégias que muitos moradores de bairros pobres conquistaram suas estruturas internas. As dinâmicas de ações de luta no bairro Restinga são próprias para o seu todo, mesmo que lutas específicas em cada núcleo possam desencadear disputas internas, a comunidade se apresenta com um corpo orgânico para defender as lutas fundamentais para o desenvolvimento social do bairro²²¹. A luta pode ser distinta, mas o desejo é alcançar as estruturas necessárias e legais de direitos ao desenvolvimento do espaço Restinga. Sr. Ventura como muitas lideranças responde a minha provocação sobre “E, as ferramentas do Estado elas estavam mais próximo, estavam dentro da Restinga Nova e carecia na Restinga Velha?

Ventura - É a Restinga Velha como sempre foi carente de tudo né, até as luta que teve para te o Lidovino Fanton²²² foi através da comunidade, o José do Patrocínio, o Brum²²³ também e o Mário Quintana²²⁴.

Neila - Sim, que são as escolas, o José do Patrocínio é a primeira escola que o município²²⁵ aponta como alternativa para o bairro, inclusive antes do Dolores²²⁶, mas as outras escolas são escolas de conquistas dos moradores?

²²⁰ O terreno de minha casa ao qual o senhor Ventura identificou como sendo igual é de 10 (dez) por 15 (quinze).

²²¹ Helena Bonetto (2013) trabalha as dinâmicas de lutas das lideranças do bairro nas disputas do OP – Orçamento Participativo.

²²² Escola - EMEF Lidovino Fanton - Porto Alegre - RS

²²³ Escola - EMEF Ver Carlos Pessoa de Brum - Porto Alegre - RS

²²⁴ Escola - EMEF Mario Quintana - Porto Alegre - RS

²²⁵ Na verdade a Escola José do Patrocínio é uma escola Estadual.

Ventura - Dos moradores!

Neila - Que são organizações internas dos próprios moradores que exigem pelo número de habitantes a escola que tá no planejamento urbano?

Ventura. Tanto é que lá no Lidovino não queriam construir, no Barro Vermelho não queriam construir o Lidovino uma escola municipal porque achavam que era muito violenta aquela região ali, então a comunidade se organizou e quem for ali vai ver que é uma escola que não tem pátio, é um CIE, um CIEPE sem pátio. (Entrevista – NPH – REPHO)

Entre todas as rotinas de segregação que relacionei até agora a alternativa de transição entre a casa velha para uma residência dentro do núcleo do programa habitacional Restinga Nova é parte das muitas promessas sedutoras para convencimento dos sujeitos em processo de remoção, contudo, o processo de segregação simbólica e física é exercitado novamente quando a possibilidade de conquista de uma casa no programa é negado pela perda do trabalho formal no processo de remoção. E assim, provoço a lembrança do depoente “Por que não a Restinga Nova?”

Neila - E porque que o senhor não foi para terceira unidade²²⁷?

Ventura - Porque na época eu tinha perdido o emprego.

Neila - Qual era os critérios pra ocupada as unidades?

Ventura - Tinha que tá trabalhando, carteira assinada²²⁸.

Neila - Como era a sobrevivência daí sem carteira assinada?

Ventura - Sem carteira assinada tinha que fazer bico, guardar dinheiro e se não guardasse o dinheiro tinha que ser o arroz, feijãozinho, o básico do básico né. (Entrevista – NPH – REPHO)

A luta na comunidade como já foi dito é inerente a quem mora aqui, porém há quem no anseio de melhorias torna-se liderança e passa a viver isso. Para Sr. Ventura lutar pela melhoria de espaços esportivos e educacionais passou a orientar sua experiência de vida. Sobre este começo, em memória, ele responde:

Ventura - Não, aí eu comecei dentro do Conselho Escolar!

Neila - Conselho Escolar do?

Ventura - Lidovino.

Neila - Lidovino Fanton aí o senhor já era casado, já tinha filhos?

Ventura - Já! Já tinha casado.

Neila - Que frequentavam o Lidovino Fanton que é uma escola que foi conquistada dos moradores?

Ventura - Dos moradores! (Entrevista – NPH – REPHO)

A atuação no OP é uma resposta às lutas pela melhoria nos espaços para o esporte como alternativa de formação dos jovens na comunidade:

²²⁶ Escola - EMEF Dolores Alcaraz Caldas - Porto Alegre - RS.

²²⁷ Os espaços dentro da Restinga Nova foram construídos em tempos distintos, cada um levou uma referência de construção como 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Unidades Vicinais que seguram todos os mesmos padrões de construção. Tais conjuntos residenciais eram financiados através do DEMHAB que recebeu recursos do BNH.

²²⁸ Carteira de Trabalho.

Ventura - É, aí depois eu entrei dentro do Orçamento Participativo.

Neila - Do OP? E aí a sua Bandeira era?

Ventura - O esporte, temática educação esporte e lazer, foi aonde eu ajudei a construir a Escola de Surdos e Mudos de Porto Alegre algumas creches dentro da Restinga. Dentro disso aí eu comecei e lutando para que houvesse recurso pra ajudar a construir a escola Nossa Senhora do Carmo²²⁹ a Escola Mário Quintana e dentro disso aí eu comecei sempre lutando para que fosse pra capta recurso pra o complexo²³⁰, aí comecei a participar com o relato de experiência no Fórum Social Mundial, no Fórum social Mundial eu conheci pessoas que começaram ajudar aí eu conheci a Cientec²³¹ que me doou 2000 (dois) meios-fios pra fazer a pista, todo aquele aterro da Juca Batista²³² veio ali pra dentro pra construir da pista, aí ainda tive uma parceria com a Prefeitura²³³, pra prefeitura eu consegui o material e a Prefeitura entra com a parceria dos funcionários pra construção.

Neila - Porque era um banhado ali?

Ventura - Tudo recuperando a área, tudo. Aí dentro do OP conseguimos o cercamento do gradil, é, aí fechou toda aquela área.

Neila. Isso já na época de 2000 (dois) mil.

Ventura - 2000 (dois mil)! Ah! 2000 (dois mil) que, que teve mais, aí fui começando a aos poucos, sempre lutando em prol do atletismo isso aí as crianças começaram a se destacar e começamos a correr na, na, na rústica da Ponto do Atletismo da Prefeitura, então todas as crianças que saíram daqui média de 15 (quinze) a 20 (vinte) crianças de pés descalços, elas começaram a se destacar e eu consegui uma parceria com a Sogipa²³⁴ aí as crianças que se destacavam iam pra dentro da Sogipa.

Neila - Certo e essa quadra, essa cancha de atletismo, esse circuito ficou pronta em que ano?

Ventura - 2004 (dois mil e quatro).

Neila - Nessa, senhor trabalhou colocando inclusive os meios-fios?

Ventura - Os meios-fios e depois já com a primeira rústica que eu fiz mesmo.

Neila - Mas, a comunidade você consegue somar a comunidade?

Ventura - Sim tem, tem várias lideranças comunitárias que participam alguns pais também. (Entrevista – NPH – REPHO)

As escolas e estruturas do Estado produzem postos de trabalhos especializados, professores, médicos, enfermeiros entre outros que deixam a cidade e se deslocam para o bairro diariamente, mesmo com resistência, profissionais buscam entender as lideranças locais que buscam dialogar e explicar os modos de operar que funcionam para o bairro. Em uma experiência peculiar, os sujeitos externos que trabalham no bairro passam a somar para conquista de espaços e apoio. Assim, funciona as escolas, os postos de saúde, subprefeitura entre outros. Pergunto então para o depoente: “A escola ela interage?”

Ventura - As escolas são parceiras né.

(...)

Ventura - Hoje, a proposta do projeto hoje é atender mil pessoas dia.

Neila - E o senhor só atendeu quantas pessoas dia?

Ventura. 600 (seiscentas) crianças, 300 (trezentas) de manhã e 300 (trezentas) à tarde porque tinha um convênio e aquele convênio pagava o que a assistência social, pedagoga, oficinero, alimentação.

²²⁹ Escola - Emef Nossa Senhora Do Carmo. Restinga – Porto Alegre RS

²³⁰ Complexo esportivo, próximo a localização do CEU-Restinga

²³¹ CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia

²³² Avenida Juca Batista foi alargada e produziu sobra de aterro.

²³³ Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

²³⁴ SOGIPA: Sociedade de Ginástica de Porto Alegre.

Neila - Desde quando? Desde 2000?

Ventura - Desde 2005 (dois mil e cinco) até 2007 (dois mil e sete) por aí. a onde em que espaço?

Ventura - No complexo esportivo, aonde hoje vai ser o CEU.

Neila - Então ali tinha um prédio?

Ventura - Ah! Só um prediozinho com dois banheiros, um depósito pequeno, não tinha nenhuma infraestrutura, assim, boa só à pista de corrida.

Neila - E a gurizada ali e se destacava mesmo assim?

Ventura - Mesmo assim com todo esse sol eles corriam né, então eu tenho eu vou te passar também o depoimento deles falando importância de que era, mesmo não tenho estrutura eles estavam se sentindo bem ali pelo menos eles não ficavam parados na rua. (Entrevista – NPH – REPHO)

O sentimento de ser Restinga quanto identidade e pertencimento é descrito pelo Sr. Ventura:

Ventura - A Restinga é vamos dizer assim, a Restinga tá no sangue da gente quem vem pra cá no início não quer, mas depois que vem aqui não tem é como cachaça tomou não quer para, então Restinga pra mim, para mim sair daqui só por alguma coisa muito grave ou então só morrer NE, mas eu não pretendo tão cedo que nenhuma das coisas aconteça. [então risadas] (Entrevista – NPH – REPHO)

As lutas constantes traduzem as dinâmicas de conquistas, entre elas o projeto Praça – CEU – previsto pelo Governo Federal que foi pleitiado e buscado pelo Sr. Ventura. Este, como liderança, defendeu a ideia apontou a necessidade e o espaço a ser atendido e acompanhou a obra, muitas vezes dentro da própria obra lutou por sua conquista para a comunidade.



Figura 21. Restinga: 50 anos
Diário Gaúcho 02 e 03 de dezembro de 2017
Arquivo pessoal

Este ano, com a mudança do governo nacional, uma dinâmica estranha lhe subtraiu o mérito da conquista, com isso a obra Praça – CEU – foi inaugurada como um espaço produzido e conquistado pela Prefeitura de Porto Alegre, contudo, até pouco tempo a mesma não fazia ideia que desde 2010 Sr. Ventura buscava a proposta para atender seu núcleo

comunitário Restinga Velha. Como o fato não havia sido materializado ainda durante nosso diálogo, Sr. Ventura registra a luta para conquista deste projeto:

Ventura - Exemplo, o exemplo que tem na Restinga Nova de benefício tanto na área cultural quanto na área de esporte, na área ... e para Restinga Velha não tem! Se não é trazer o CEU hoje a Restinga Velha não ia ser olhada com a visão que ela vai se olhar ainda.

(...)

Ventura - Então eu vejo que essa população, agente vai aos poucos vai dominando, vai vendo, vai acreditando, mas a gente considera a Restinga uma coisa só. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sr. Ventura presenciou a luta pelo IFRS Campus Restinga, campus que foi conquistado pelo bairro através da luta das lideranças locais defendido junto ao MEC como espaço fundamental para o desenvolvimento local e regional, pois nunca foi uma busca somente para o bairro Restinga, a luta era para buscar uma integração do bairro a cidade como espaço possível de construção de conhecimento, cultura, esporte e saberes para além dos que a cidade conhece. Assim o depoente registra: “É por exemplo antes do IF existe uma história que a gente na época a gente queria que houvesse dentro da Restinga uma escola técnica que fosse uma referência como Parobé, isso aí lá trás começou a se lutar”. Em continuidade a sua narrativa Sr. Ventura lembra do SENAI

Ventura - E também láá anterior para gente conseguir uma escola técnica foi aonde foi a onde veio o SENAI para Restinga

Neila - O SENAI ficou durante um bom tempo

Ventura - Um bom tempo

Neila - Era no Cecores né, complexo do município, mas que depois foi removido.

Ventura - Foi removido aí a gente começou em 2006 a gente começou a luta pelo Instituto Federal aí foi na média de 14 pessoas que ficaram Bandeira em cima disso aí. (Entrevista – NPH – REPHO)

O IFRS Campus Restinga foi luta pela educação, a resistência se fez presente também na luta pelo Hospital Extremo-Sul, parte da dinâmica de estruturação do espaço como pólo de desenvolvimento social e econômico, parte de saber que a comunidade é atendida organizadamente em todas as suas complexidades. É as Lideranças que devemos nossas conquistas, assim como o Sr. Ventura registra o caminho trilhado:

Ventura - Então a gente ficou um terreno aonde tem ocupação agora atrás do Lidovino ali era um terreno pequeno tinha que forçar que nem o hospital foi indicado ali do lado do Ildo tinha que indicar a área para que o governo desse.

Ventura - É, mas não sabia que não ia sair ali né mas tem que provocar que nem lá a gente indicou do lado do lidovino mas sabia que não ia sair a linha tanto é que foi gravado no distrito industrial para, para construir o Hospital, Instituto Federal e aí minha ingresso dentro do foi porque o curso que eu estou fazendo tem tudo a ver com o que eu faço no dia-a-dia.

Neila - Eu lembro então pouco como foi essa etapa da conquista do instituto federal senhor quer contar um pouco para nós sobre isso?

Ventura - A gente teve várias reuniões a gente começou com reuniões e 2006 começamos em reuniões em mobilizações sociais fazendo mobilizações sociais com provocando o governo e indo em reuniões com o governo na época também no início queria e depois não queria mais que fosse construído

Neila - Em 2006 há uma proposta de implementação dos institutos?

Ventura - Proposta de implantação aí tinha um que era de Porto Alegre e a gente queria um para Restinga. (Entrevista – NPH – REPHO)

Quando é para Restinga – todo mundo luta – como um corpo de forma orgânica, os diversos núcleos habitacionais lutam unidos por uma conquista, assim se faz aqui se briga unido, como relatou Sr. Ventura²³⁵:

Ventura - Pressão foi aonde que deu certo de era briga entre si porque quando é para Restinga todo mundo briga junto é uma das coisas boas que a Restinga tem.

Neila - Então núcleo da quinta unidade do núcleo da Restinga Nova da Velha do Barro Vermelho.

Ventura - Todos os núcleos e unidades e Vilas. (Entrevista – NPH – REPHO)

Já no final da entrevista questiono o Sr. Ventura sobre a Restinga na origem, como se vê hoje, após 50 anos, resultado de uma história de resistência e luta é traduzida como:

Ventura - Eu acho que eles não tiveram suas origens e aqui dentro mostraram para o governo quem mandava era comunidade e não o governo então eles estavam pedindo direitos que eram deles então independente de vir cada um vir em uma região e todo mundo começou a lutar em prol de uma comunidade só não de interesses pessoais.

Ventura - Eu acho como é, que é como é que eu vou dizer assim a gente mostrou para eles que eles trouxeram nós para cá como se fosse um lixo lá dentro deixa eles se matarem deixa ele ser o que der aí a gente não se responsabiliza

Neila - Para morrer?

Ventura - Para morrer só que quando a gente chegou aqui viu que tinha problemas, mas que o problema os problemas do governo não ia resolver se a gente não se unisse e um ajudasse o outro e aos poucos a Restinga foi o que foi lutando os moradores foram lutando por melhores melhorias e foi mostrando para o governo que o governo tem que fazer a parte dele nós temos que cobrar do governo também né e hoje tanto é que a Restinga é uma referência aí fora como como a comunidade lutadora que busca quando ela quer alguma coisa ela vai à luta exemplo que nós temos várias obras feita aqui dentro, se encontrasse, que se perdeu, mas, várias obras que a gente lutou e conseguiu e mostrou que tem exemplo tá aí a escola técnica tal o camelódromo o hospital tem tem muita obra as próprias moradias. (Entrevista – NPH – REPHO)

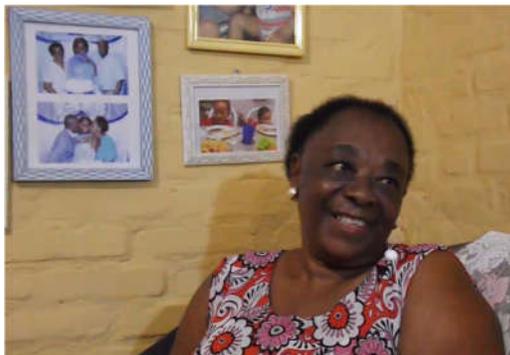
4.2 Relatos de memória que percorrem a experiência de 1969-1971 e mais.

Entre ser removido e escolher vir para cá há influências sustentadas na identidade e reconhecimento do espaço Restinga como uma opção para comunidades ficarem juntas –

²³⁵ Da luta social e coletiva vai se traçando lutas pessoais. Sr. Ventura lutou por espaço de desenvolvimento para o bairro, juto dos espaços conquistados, conquistou para seu caminho o curso superior que conclui durante este ano e 2019, formado em Tecnólogo em Gestão Desportiva e Lazer pelo IFRS Campus Restinga. Sr. Ventura concluiu mais uma etapa de crescimento pessoal e coletivo, um exemplo e referência para a comunidade.

Qulombo Urbano. Isso é registrado nas memórias de D. Therezinha²³⁶, D. Maria Clara²³⁷ e Sr. Enio, do Sr. Beto²³⁸ (Gilberto) e de Almerinda²³⁹. A conquista de um espaço possível para consolidação de um lar.

4.2.1 Dona Therezinha Rosa Marques (Entrevista em 15.01.2019)



Fotografia 35. Dona Therezinha

Dona Therezinha²⁴⁰ nasceu no interior de Venâncio Aires/RS, num lugar chamado Mato Leitão, mudou com sua família para cidade de Lajeado e após para Porto Alegre quando tinha 7 para 8 anos, conta que sua família veio para capital de navio chegando pelo porto, logo buscam a região da Lomba do Asseio. Tiveram a ajuda de uma “Sra.” muito boa que cedeu lugar até que tivessem onde morar. Logo seu pai consegue emprego na prefeitura. Dona Therezinha é moradora do Bairro Restinga desde 1969 migrou de seu núcleo de origem junto com um conjunto de outras mulheres da Vila do Asseio, organizadas elas não esperaram a remoção iminente e para que todas ficassem com suas casas próximas. Seus laços de comunidade foram trazidos juntos, o cuidado e a luta são marca da narrativa de dona Therezinha, mãe, esposa, trabalhadora ela traz a narrativa de um sujeito que manteve sua força como referência para toda família sua presença é sentida ainda na comunidade pela força que empenha no cuidado com a praça em frete a sua casa. Uma mulhar admirável, uma história de vida encantadora, representa muitas mulheres que vivem no bairro.

²³⁶ Therezinha da Rosa Marques.

²³⁷ Maria Clara Cardoso Nunes.

²³⁸ Gilberto Peri Batista da Silva.

²³⁹ Almerinda da Rosa de Lima.

²⁴⁰ A entrevista com D. Therezinha Rosa Marques foi marcada em sua casa, gentilmente a depoente nos recebeu após um tempo de insistência para marcarmos um encontro.

4.2.1.1 A remoção da Vila do Asseio

Nosso diálogo se inicia aqui contemplando o seu lugar de origem em Porto Alegre, questiono então “ A sua saída da Volta do Asseio, a senhora morou lá até que idade?”

Therezinha - Ah! Eu morei lá até, minha filha tá com 50 (cinquenta) anos, ela nasceu lá, eu morei muitos anos lá, muitos anos a gente morou lá e a gente só saiu porque a vila foi removida né.

Neila - A remoção da vila a senhora lembra se ouve um comunicado anterior?

Therezinha - Ouvi sim, teve eles comunicaram que tal dia eles iam passa pra recolher

Neila - Faze as remoções?

Therezinha - É i, ai eles contavam quantas casas, no dia vai sai 3 (três), 4 (quatro) no outro dia no vai sai então a gente sabia qual dia que a gente ia sai a gente, ia sair.

Neila - A senhora já tinha casado?

Therezinha - Já! Já tinha uma filha de 1 (um) ano. (Entrevista – NPH – REPHO)

A vida na Vila do Asseio é lembrada por dona Therezinha, pergunto sobre como foi crescer na Vila do Asseio, as dificuldades são narradas pela depoente:

Therezinha - Não foi muito fácil não né, não foi muito fácil, muita pobreza naquela época né, não e foi muito fácil à gente era cinco pessoas né eu, meu pai e os três filhos e não era muito fácil não, até agora quando pá, quando eu conto pros meus netos né, meus bisnetos que passam aqui aquele senhor que vende o picolé, sorvete, sorvete né, que a gente ficava chorando porque meu pai não tinha dinheiro para dar sorvete para nós, passava casquinha a gente ficava chorando porque eles não tinham dinheiro para da, ele só recebi a final de semana né.

(Entrevista – NPH – REPHO)

Trabalhar para dona Therezinha começou cedo, estudar foi junto da função de empregada doméstica para isso fez escolhas difíceis sendo uma menina de 13 anos, ela narra sua experiência:

Therezinha - Olha! Com 13 (treze) 14 (catorze) anos eu trabalhava e estudava.

Neila - E a senhora trabalhava próximo?

Therezinha - Não! Não era, trabalhava, conhece o Menino Deus²⁴¹ né, eu trabalhava no Menino Deus.

Neila - Em uma casa de família?

Therezinha - Numa casa de família e aí eu ia ao colégio ah, entrava a 1h (uma), 1:30 (uma e meia) começava a aula e às vezes eu ia sem almoço porque eu tinha que, tinha que deixar a cozinha limpa pra poder ir pro colégio, então eu tinha que, que optar né, ou, o, eu ia com fome o eu lavava a louça ou não lavava louça, então o que que eu fazia eu lavava a louça e ia pro colégio com fome.

Neila - E isso ficou 12 (doze) 13 (treze) anos a senhora era adolescente uma menina essa questão de trabalhar numa casa de família era muito pesado? Era um turno só depois retornava? A senhora dormia lá?

Therezinha - Sim! Eu, eu, eu morava lá, eu morava aí eu trabalhava de manhã e 1:30 (uma e meia) eu ia para o colégio, o colégio era na frente, era na frente.

Neila - Após o colégio retornava para casa?

Therezinha - Na saída do colégio eu retornava pro trabalho né, retornava pro trabalho. (Entrevista – NPH – REPHO)

²⁴¹ Bairro tradicional de Porto Alegre.

A fala da depoente distingue o trabalho como lugar pouco acolhedor, marcando a diferença sobre o que é sua casa. Pergunto a depoente se sua função como empregada doméstica era discriminada?

Therezinha - Ah! Sim! Muito e muito e muito e muito, inclusive ah, ah, festa, sociedades enfim a gente não participava porque era doméstica.

Neila - A senhora chegou ser discriminada dentro do seu trabalho?

Therezinha - Ah! Sim! Sim e muito.

Neila - Ouviu muito desaforo?

Therezinha - Ah! Só que eu não, não engoli a muito né, eu não engolia muito, eu não passei assim muita coisa porque eu, eu não engolia.

Neil -. Daí a senhora voltava para casa até conseguir outro trabalho?

Therezinha - É! Daí eu brigava com a patroa, aí eu já fazia trouxa e vo me embora, essa aí que eu tinha 13 (treze), que eu tava com 13 (treze) anos que eu ia no colégio, ela um dia resolveu vim para cima de mim pra me da uns tapa, aí eu achei assim, eu achei ah, eu não pensei em mim, eu pensei na minha mãe, mas olha o desaforo dessa mulher, que só minha mãe tem direito de me bater ninguém mais, eu achei o fim o que ela fez né, e eu já, e eu aí não vou ficar mais. (Entrevista – NPH – REPHO)

A vida na Lomba do Asseio marca um tempo difícil na memória de Dona Therezinha.

Quando questionada como era viver na Lomba do Asseio a depoente registra:

Neila - Era uma região pobre?

Therezinha - Muito pobre todas as pessoas que moravam ali eram muito pobres.

Neila - Era a maioria de pessoas, a maioria era Negra?

Therezinha - Negro, branco enfim tinha.

Neila - Era o pessoal que vinha do interior?

Therezinha - Pessoal que vinha do interior, geralmente pessoas que não tinham a onde mora, não tinham casa né.

Neila - E iam mora ali?

Therezinha - Faziam uma maloquinha e moravam ali. (Entrevista – NPH – REPHO)

Entre remoção forçada e mudança planejada, a escolha de um conjunto de mulheres, amigas da Lomba do Asseio, foi ficarem juntas. Vendo que a remoção era inevitável, elas organizaram a mudança de forma estratégica para permancecerem juntas na mesma rua uma ao lado da outra no lugar de destino. A vinda para o bairro é registrada, no diálogo com a depoente:

Therezinha - Comunicaram, meses antes, meses deu tempo das pessoas comprarem, quem teve condições de comprar terreno comprou, nos compramos também na glória, mas aí era um lugar, assim, que na época não tinha acesso a ônibus era muito difícil né, aí pensei como é que eu vou vir mora aqui, como é que eu vou trabalha, como é que eu vou pegar o ônibus com filho pequeno né, e a gente chego a pagar uns quatro, cinco meses né, aí teve a ideia de vim pra Restinga né, inclusive eu vim na Restinga escondido do meu marido, ele não queria por nada no mundo vim pra Restinga, ele não queria vir para Restinga e aí eu vim escondido, aí a gente fez uma votação e eu e mais umas mulheres lá e a gente ah, a, alugamo um caminhão e como a minha filha era pequena eu vim sentada na frente com o motorista e as outras vieram lá atrás assim do caminhão né, a gente veio na Restinga porque a gente podia vir na Restinga e escolher o ponto que, que se queria mora, a gente podia fazer isso né, então meu marido jogava futebol e aí ele foi, ele ia para o futebol e só voltava de noite e aí a gente veio. Viemos na Restinga e já tinha uns conhecidos nossos que já

estavam morando aqui né então a gente já marcou, deixo já marcadinho o lugar com nome tudo direitinho tudo isso sem meu marido sabe e os maridos das outras também né. [risadas] Eu fiz essa aventura por isso que hoje eu tô aqui. (Entrevista – NPH – REPHO)

Dona Therezinha lembra que moraram dois anos e meio na Restinga Velha antes de assumir o financiamento da casa na 1ª Unidade Vicinal - DEMHAB, nesse tempo não pagavam nada pelo terreno e estava junto de suas amigas. Dona Therezinha fala sobre esse período na Velha Restinga, a reação da família quando sabe da mudança:

Therezinha - Ninguém! A família do meu marido ficou, assim ó horrorizada quando souberam que ele estava morando na Restinga.

Neila - Porque essa ideia da Restinga?

Therezinha - Por que eu acho que porque, tudo que era vila vinha pra cá, era trazida para cá aqui para Restinga né, fizeram uma limpa em tudo que era vilarejo Ilhota, Santa Luzia Volta do Asseio e trouxeram tudo para Restinga! (Entrevista – NPH – REPHO)

A mudança com as amigas configura para essa dissertação uma estratégia de resistência, uma forma organizada de manter o pertencimento comunitário da Vila de origem, o papel decisivo na organização das mulheres para uma mudança coletiva de suas famílias estabeleceu laços, cuidados e preservação. Dona Therezinha diz que não se assustou com o local, nem com a distância, questiono então sobre a construção da casa já no bairro e ela busca meio a dúvidas, como questionando sua memória, como foi à montagem da sua junto narra peculiaridades desse processo de modo geral para quem dependa dos funcionários do DEMHAB:

Neila - As casinhas elas estavam organizadas e dispostas na rua, teve que a senhora mesmo teve que ajudar na construção da sua casa?

Therezinha - Não, pessoal da Prefeitura mesmo, eles mesmo, só que tinha umas que eles, a nossa parece que marido meu marido mandou fazer, os amigos ajudaram fizeram um mutirão lá e fizeram, que tinha as que Prefeitura fazia, no outro dia tava no chão ... [Risadas] É cômico até, no outro dia, no outro dia. (Entrevista – NPH – REPHO)

A decisão da vinda para o núcleo da Velha Restinga em 1969 foi tomada de forma coletiva frente à inevitável remoção. Em organização as mulheres deixam no dia da mudança para seus maridos que chegam em casa após o trabalho um comunicado da mudança por bilhetes deixados nas casas, avisando seus respectivos maridos que já estavam alojadas no bairro aguardando suas casas. Provoco a narrativa, questionando como se deu a comunicação aos maridos e a resposta de Dona Therezinha veio de imediato:

Therezinha - Ah! Eu deixei, deixei um bilhete para ele que: “- Estou morando na restinga fui morar na restinga”. “Fui morar na Restinga.”.

Neila - Ah! Deixa eu entender então.

Therezinha - Mas tinha, mas tinha vários, tinha o meu compadre.

Neila - Da Lomba do Asseio?

Therezinha - Tios amigos dele que todos trabalhavam no Estaleiro²⁴² né, eles trabalhavam todos no Estaleiro, então todo mundo quando chegou de noite tinha bilhetes [risadas]

Neila - Os maridos tinham bilhetes! O caminhão não foi o caminhão da Prefeitura?

Therezinha - Não! Esse a gente veio foi um particular.

Neila - Particular?

Therezinha - Esse que a gente foi, veio...

Neila - Vocês decidiram então tá, então se a gente tem que ir para Restinga “- vamos falar organizada, vamos todos juntos, que a gente já se organiza juntos também.”

Therezinha - E aí a gente ficou tudo morando, um do lado do outro né, todo mundo perto né, ou do lado ou na frente a gente ficou a gente continua vizinhando aqui na Restinga. (baixar o som da minha voz)

Neila - Na quadra! Quantas mulheres eram?

Therezinha - Ah! Era mais de cinco.

Neila - Era mais de cinco.

Therezinha - Mais de cinco.

Neila - E os maridos quando chegaram em casa, só receber um bilhete?

Therezinha - Só receber um bilhete!

Neila - E depois pra leva a casa?

Therezinha - Como é que foi, como é que foi, como é que foi?

Neila - Prefeitura comunicou foi lá recolheu a casa?

Therezinha - Eu sei que, quando meu marido ficou sabendo eu já tava, tava tudo organizado.

Neila - Tudo pronto?

Therezinha - Tudo pronto! Tudo pronto, agora ai eu disse pra ele, que i vai tu decide né, ou tu vai com nós ou eu não sei pra onde tu vai né, eu vou pra Restinga, [risadas] eu vou, eu sou muito decidida né, eu vou para Restinga, eu e a Jaqueline vamos pra Restinga. (Entrevista – NPH – REPHO)

A vinda organizada burla o processo de necropolítica e mantém a dinâmica de resistência. A escolha busca a manutenção dos laços comunitários, fortalecidos pelos laços de compadrinho. Onde a ação do Estado foi segregar houve quem reagisse a esse processo de forma a manter em ato de resistência a opção de reeleitura dos acontecimentos como alternativa para uma vida. E, assim, a contrução de um lugar de conquista que passa ser uma ressignificação dos acontecimentos. A decisão de organização foi comunicada aos companheiros, confirmada pela narrativa de Dona Therezinha que sua ação foi a de ficar em família:

Therezinha - Estava em família!

Neila -. Junto da comunidade. Eram as pessoas que você se ajudavam muito aqui no começo?

Therezinha - Se ajudavam! Se..

Neila - Um segurava a onda do outro?

²⁴² Indústria Naval Estaleiro Só - O Estaleiro Só foi uma empresa brasileira construtora de navios. Localizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, é considerada uma das pioneiras da indústria naval do país. Ela nasceu em 1850, e suas atividades se encerraram somente em 1995 (145 anos depois). Na década de 1970, tinha um quadro funcional de mais de três mil trabalhadores, distribuídos em uma área de 53 mil metros quadrados. Pesquisado In.: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estaleiro_S%C3%B3

Therezinha - Segurava a onda, tanto que a gente ficou todo esse tempo morando na casa desse senhor né que era, que era nosso vizinho lá na Lomba do Asseio. Se ajudavam sim! (Entrevista – NPH – REPHO)

Entre conquistas e perdas Dona Therezinha narra sua chegada e a espera pela construção da casa:

Therezinha - Perdi muito móvel meu, meus meus ah, quarto tudo assim, mas paciência alguma coisa tinha que acontecer né, alguma coisa tinha que...

Therezinha - Até que a casa ficasse pronta aí eu tive que deixa muita coisa minha na rua né. Mas, o importante é que a gente tava dentro de casa né, a gente estava dentro de casa!

Neila - Nem que seja dentro da casa do amigo até que sua casa ficasse pronta?

Therezinha - Sim a gente estava, até minha casa ficasse pronta né. (Entrevista – NPH – REPHO)

A conquista da primeira casa supera as dificuldades encontradas na vinda para o bairro na narrativa de Dona Therezinha:

Neila - E era pra ser a sua né?

Therezinha - Era minha primeira casa que eu não tinha, eu nunca tinha tido depois que eu casei minha não. (Entrevista – NPH – REPHO)



Fotografia 37. Dona Therezinha em entrevista

Em 1971 uma nova escolha, após encaminhar documentação junto ao DEMHAB comprovando que possuía condições de assumir o financiamento para compra da casa no projeto Restinga Nova, a família de Dona Therezinha migra para casa onde mora até hoje na Primeira Unidade Vicinal do projeto. Contudo melhorar a casa foi sair de perto de sua família e de sua primeira casa própria:

Therezinha - Se eu soubesse que eles iam organizar a Restinga Velha como está hoje eu não teria saído de onde eu morava. (Entrevista – NPH – REPHO)

As estruturas para sustentar a vida em meio à comunidade foram escassas, impondo uma rotina de superação. Para Dona Therezinha:

Therezinha - Era um local muito bom, maravilhoso, só que a gente não tinha água, não tinha luz, não tinha calçamento na rua não tinha nada!! Então...

Neila - Então um grupo, primeiro após a locação da Ilhota, da santa da Santa Luzia, da Teodora o pessoal foi vindo mais próximo direção da Igreja Católica
 Therezinha - Isso, isso, isso e então a gente veio para cá por isso, porque a gente não tinha nada aí, luz, água, tudo difícil, tinha uma torneira pra pegar, aquela quantidade de pessoas tinha duas torneiras, duas! (Entrevista – NPH – REPHO)

Entre a Velha Restinga e Nova Restinga as escolhas foram feitas buscando um espaço com estrutura. A narrativa do diálogo apresenta as escolhas da família orientadas por Dona Therezinha que deixa o núcleo da Velha Restinga em busca de melhorias na Nova Restinga:

Neila - Em 1971 (mil novecentos e setenta e um) quando a senhora tomou a decisão de vir pra Restinga Nova, na sua rua só tinha uma bica d'água?
 Therezinha - Aqui na Velha?
 Neila - Na Velha!
 Therezinha - Nem era na minha rua era tinha um campinho né, então tinha ali aquelas, tinham duas torneiras, um ali e a, e a outra em outro lugar, mas pra todo aquele povo que morava ali
 Neila - Pra toda Restinga Velha?
 Therezinha - Pra toda Restinga Velha, aí chegava domingo, as mulher trabalhavam a semana inteira, chegava domingo a gente ia pra bica lavar roupa e aí saía é briga saía fofoca lala, lala. Logo no início eu custei a me acostumar ali, mas eu digo eu vou te que me acostuma não tem outra né, outra opção. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre as alternativas de sobrevivência, o matadouro é registrado como referência pelos moradores dos núcleos formados durante a consolidação do espaço em sua origem, minha pergunta sobre o matadouro trouxe uma segunda dinâmica da sua relação com a comunidade. Não só esse distribuía os miúdos de gados, como também estabelecia relações comerciais de venda para a comunidade, esta segunda ação é registrada por Dona Therezinha em resposta a minha pergunta “A senhora chegou a pegar o matadouro?”

Therezinha - Cheguei! Comprei a gente comprava lá no matadouro. Comprava, peguei.
 Neila - Não chegou a pegar aquele período que o matador ajudava a comunidade com a distribuição de miúdos?
 Therezinha - Não lembro disso, eu nunca fui ajudada com esse aí, não lembro. (Entrevista – NPH – REPHO)

Entre as histórias de cuidado mútuo e resistência que Dona Therezinha expressa em suas lembranças com alegria sobre a vida na comunidade resgata “a massa aquela com sardinha”, história que relata momentos de dificuldade que em comunidade se tornam mais leves:

Therezinha - É, aquelas Vilas tudo que tinham lá no perto do centro de Porto Alegre veio, vieram todas, vieram todas, nem todas as pessoas vieram, porque compraram terreno também né, como eu comprei, mas não fui né.
 Neila - Sim. As pessoas iam se organizando tentando fugir de espaço que era Restinga?
 Therezinha - Aha!
 Neila - Mas, esse grupo de mulheres disse: “Não, vamo todo mundo junto!”
 Therezinha - Vamo todo mundo junto, todo mundo junto e a gente morava tudo, uma na frente da outra, pertinho ali, se a gente se apertava na comida - aí tinha, essa

senhora que a gente ficou na casa deles né - Aí teve um dia que a gente vai fazer para come hoje? Até hoje quando a gente se encontra Therezinha e a massa aquela com sardinha [Risadas]...tu dá, tu compra a sardinha eu compro a massa eu compro tomate, a gente viveu por bastante tempo assim, apesar dos maridos tudo, serem empregado tudo, mas dificultava o, o pagamento só saía no fim do mês né, então a gente teve muita dificuldade, mas graças a deus todos sobreviveram, todo mundo tá... (Entrevista – NPH – REPHO)



Fotografia 37. Dona Therezinha em sua casa

As estruturas precárias da Restinga demoraram a terem melhoras, lembranças sobre a entrega da luz e as dificuldades com o fornecimento da água fazem parte do relato de D. Therezinha:

Neila - A única dificuldade era o horário, a bica?

Therezinha - A luz também que a gente não tinha né, e aí, aí botaram uma, botaram uma luz que quando chegava lá na minha casa já não dava mais para vê televisão, não dava mais pra assisti televisão, não dava pra nada... [Risadas...] (Entrevista – NPH – REPHO)

Restinga Nova foi para muitos uma escolha, morar em meio a estruturas nunca antes experimentadas. Uma casa, banheiro interno, água e luz em uma construção em alvenaria, esta experiência é o momento de receber a casa financiada pelo DEMHAB com vínculo com o BNH. Provoco Dona Therezinha com a seguinte pergunta “Mas, quando veio pra cá, aqui tava pronto?” sua resposta é imediata:

Therezinha - Aqui tinha tudo pronto foi por isso que a gente quis.

Neila - A senhora recebeu a casa no primeiro lote da primeira unidade isso ainda foi dentro do ano de 71 (setenta e um).

Therezinha - É!

Neila - O que que é essa, porque lá não tinha banheiro dentro de casa, tinha?

Therezinha - Ali na Velha? Não tanto que eu meu banheiro continua do tamanho que eu encontrei as pedrinha até a metade da parede, foi o que a gente pode fazer na época, botei uma pedrinha no chão e é pra fica assim meu banheiro faz parte da minha história. Minha filha tem um banheiro maravilhoso. Fiz pra minha irmã um banheiro maravilhoso, que ela tava na cama doente dizia ai “- como é que tá meu banheiro cuida do meu banheiro, lindo, lindo, lindo!” O meu é pra fica como ele está porque foi o primeiro banheiro que eu tive na minha casa.

Neila - Essa sensação de sair também é uma questão de estrutura né, sair da Restinga Velha por uma questão estrutura. Qual a diferença entre morar na Restinga Velha morar na Restinga Nova?

Therezinha - Por que aqui a gente tinha água, a gente a luz, a gente podia tomar um banho a gente tinha tudo e lá a gente não tinha. (Entrevista – NPH – REPHO)

O lugar bom de morar não facilitava sair para trabalhar Dona Therezinha conta a sua experiência de vida, sua rotina de sair para trabalhar as lutas e disputas internas entre os moradores na busca de um lugar para o trajeto de vigem em meio ao cansaço a disputa é marcada pela narrativa comum dos moradores sobre a fila do ônibus – marcavam o lugar com pedra –, a busca de entrar no transporte para voltar para casa e a dinâmica de manter o emprego:

Therezinha - Eu sempre trabalhei!

Neila - Como era trabalhar e morar na Restinga?

Therezinha - Era difícil né, por que, ate pela demora do ônibus né, e ai às vezes eu quando não tinha, não tinha creche eu levava Jaqueline né, e aí o final do ônibus era lá perto do Cais, sabe onde é o Cais, Cais do Porto²⁴³ lá a gente tinha que ir lá que era o fim de linha do ônibus²⁴⁴ lá, eu trabalhava na Cristóvão Colombo²⁴⁵ em frente à Brahma a fábrica a Brahma²⁴⁶.

Neila - E a senhora fazer esse trajeto a pé?

Therezinha. Eu descia na Redenção²⁴⁷, atravessava toda Redenção e eu trabalhava lá perto da Brahma, quase do ladinho da Brahma.

Neila - Subiu Bom Fim²⁴⁸ a pé descia... com a Jaqueline?

Therezinha - Com a Jaqueline, até que construíram as creches aí ela foi pra, eu consegui bota ela na creche²⁴⁹ e aí...

Neila. Essa aqui da Primeira Unidade²⁵⁰?

Therezinha - Da primeira! É, e aí ela de tarde na hora de vim, aí eu trazia eu fiz um pacote de jornal né, aí eu marcava meu lugar no ônibus, quando meu marido saía,

²⁴³ Cais do Porto – Refere a rua Mauá o portão principal do cais do Porto de Porto Alegre. Cais Mauá - Avenida Mauá nº 1050, no bairro Centro.

²⁴⁴ Onde o trajeto tem sua parada final e recomeça um novo trajeto até o bairro.

²⁴⁵ Avenida Cristóvão Colombo.

²⁴⁶ Brahma é uma marca de cerveja brasileira criada em 1888, no Rio de Janeiro, pela Manufactura de Cerveja Brahma Villiger & Companhia, que depois mudaria de nome para Companhia Cervejaria Brahma, e depois seria sucedida pela AmBev.

²⁴⁷ Parque da Redenção, na verdade Parque Farroupilha, porém mais conhecido como Redenção. Já foi A Várzea da Redenção ou Campo do Bom Fim.

²⁴⁸ Bairro Bom Fim.

²⁴⁹ Emei Dom Luiz De Nadal - R. Dr. Carlos Niederauer Hofmeister, 808 - Restinga, Porto Alegre - RS, 91790-020. Histórico: Esta escola nasceu através de outras mantenedoras que administraram o uso do prédio. O prédio foi construído pela Prefeitura e emprestado à instituição religiosa “Entidade Murialdinas de São José” que fazia atendimento às crianças do “Centro de Cuidados de Menor”, este inaugurado 24 de setembro de 1980, sendo mantida pela MAPA (Movimento Assistencial de Porto Alegre) e por outras entidades assistenciais como a APACC (Associação de Pais e Amigos da Creche e Centro de Cuidados Diurnos), segundo informações contidas na certidão que registra a criação do Centro Infantil. Após passou a ser administrada pela Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social (SMSSS), como Centro Infantil Dom Luiz de Nadal, que nesta época funcionava com a direção de uma assistência social, cozinheira, auxiliar de cozinha, serviçal mulher, serviçal homem, auxiliar de enfermagem, monitores, pedagoga, professora no Jardim B, nutricionista e pediatra uma vez por mês. Estes dados últimos foram coletados através de entrevistas às irmãs da instituição religiosa citada acima e de antigas funcionárias. Em 1991, tornou-se escola através do PMEI, chamando-se Escola Municipal Infantil Dom Luiz de Nadal. Histórico pesquisado In.: <http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/dlnadal/>

²⁵⁰ Núcleos de construções que seguem períodos diferentes no processo condominial da Restinga Nova. O primeiro foi nomeado como Primeira Unidade, as seguintes consecutivamente até a Quinta Unidade. Nem todas seguram o mesmo padrão de construção, a Quinta Unidade é parte de um projeto arquitetônico e estrutural urbano distinto.

que ele saia mais cedo, ele marcava eu botei meu nome tudo botava marcava um lugar lá só quando eu chegava lá, eu não achava mais porque já chutaram, já tava não sei a onde a minha marcação de lugar, às vezes eu fico pensando assim: Meu deus como é que a gente conseguiu?

Neila - E onde era o fim da linha?

Therezinha - O fim da linha era lá perto do cais e aqui na Restinga era lá embaixo.

Neila - Do outro lado ou na Restinga Velha?

Therezinha - Quando tava morando na Velha era lá embaixo, aí depois ele se mudou aqui para cima.

Neila - Aqui no canto da Primeira Unidade²⁵¹?

Therezinha - É se mudou pra aqui e aí na hora de subir no ônibus aquele horror, um dia trancaram a perna da Jaqueline na roleta e eu gritava dentro desse ônibus, aí vão quebra a perna da minha filha, vão quebrar a perna da minha filha. Que quando o ônibus chegava era um horror, assim as pessoas se jogavam, olha não sei como é... As vezes eu me pergunto: - meu deus como é que eu consegui tudo isso, obrigado deus porque eu consegui. (Entrevista – NPH – REPHO)

Preconceito por ser Restingueiro na cidade expresso por caras e bocas e resistência no comércio, o preconceito sobre o lugar, o endereço como referência negativa marca a memória da depoente que frente a provocação “O fato de morar na Restinga provocou algum?” Dona Therezinha responde:

Therezinha - É lá no início nas lojas quando a gente ia comprar né.

Neila - Tinha que mudar o endereço?

Therezinha - Não! Mas, eu não podia mudar meu endereço, endereço não se muda né, não tem só se eu me muda né, ... Risadas...

Neila - Então como fica? Diz que mora na Restinga e aí?

Therezinha - Ai ah, a gente, a gente notava que, que, que é alguma coisa né...

Neila - Que não gostavam do esp...

Therezinha - Mas, comprei em loja, anos, anos, anos, anos, anos comprei na Colombo anos, enfim essas lojas grande tudo aí Renner, C&A comprei anos, anos comprei.

Neila - Só a cara, bocas.

Therezinha - É mora na Restinga Bibi, Bibi achavam que todo mundo todo mundo quer morava na Restinga ninguém prestava.

Neila - Achavam que todo mundo era maloqueiro?

Therezinha - É a impressão que tinha... Todo mundo era maloqueiro!

Neila. Esse era o estigma do bairro?

Therezinha. Só que não era assim!

Neila - Quantos anos isso ficou, durante muito tempo?

Therezinha - A isso durou, durou um pouco de tempo.

Neila - Até hoje?

Therezinha - Hoje não é mais hoje não! Não hoje não

Neila - Mas demorou?

Therezinha - Demorou! demoro pro Restingueiro se aceita. [Risadas].... Demorou! Demorou. (Entrevista – NPH – REPHO)

O ônibus como único meio de transporte para os moradores impõe dificuldades. Com criatividade e do jeito que dava a comunidade encontrava o meio de trazer o necessário que não se encontrava aqui o ônibus, veículo para transportar tudo que fosse necessário.

²⁵¹ As unidades são divididas em Super Quadras, o fim da linha ficava no limite espacial de uma Super Quadra.

Neila - Teve alguma situação inusitada assim de trazerem algum animal dentro do ônibus?

Therezinha - Ah! Carregavam, carregavam de tudo, tudo, tudo, tudo dentro do ônibus até porque a gente não tinha outra condução né, porque não tinha as coisas, muita coisa também não tinha aqui na Restinga muita coisa não tinha, Eu mesmo várias vezes trouxe liquinho²⁵² que é uma coisa proibida, que não pode né, mas...

Neila - Colocava na sacola?

Therezinha - Colocar na sacola enrolava bem enroladinho e trazia porque não tinha nada aqui, tudo tinha que trazer de lé.

Neila - Nem gás, nem nada?

Therezinha - Gás nada, nada, não é como hoje que tu tem tudo, que agente tem tudo aqui, tudo! (Entrevista – NPH – REPHO)

Falamos sobre a vida e as conquistas, Dona Therezinha registra as memórias com alegria, provoco seus sentimentos pelo espaço, questionando “Ah! E o que é morar na Restinga hoje pra senhora?”. A resposta encontra uma mulher realizada:

Therezinha - Aí. Mora aqui na Restinga pra mim é uma maravilha, eu consegui, tudo que eu consegui, eu consegui tudo aqui na Restinga.

Neila - A senhora se sente realizada?

Therezinha - Me sinto realizada!

Neila - Tudo olha para trás e pensa sim toda... a casa da Vila do Asseio?

Therezinha - Eu pergunto pra deus se é verdade, tudo que tá acontecendo agora se isso tudo é verdade se eu mereço tudo isso.

Therezinha - Com mercado!

Therezinha - A gente tem tudo aqui né. Até tava contando pra Jaqueline que eu não tinha certeza qual o banco que veio primeiro aqui pra Restinga foi o Banrisul²⁵³ depois...ele era lá embaixo, lá embaixo. O primeiro banco que veio para Restinga foi Banrisul, depois veio a Caixa, a Caixa Econômica²⁵⁴.(Entrevista – NPH – REPHO)

Seus planos de vida: marido e filho é parte de sua trajetória, esta relata sua percepção sobre como desejava experimentar o processo de planejamento familiar. Com muita propriedade e força Dona Therezinha expressa a sorte que teve em um mundo “patriarcal”, mas que ela soube administrar com sua força:

Therezinha - Sabendo já preparada, fiquei um ano depois, depois de um ano a gente encomendou, não sei qual qualidade de marido que eu vou te né, então depois de um ano a gente encomendou!

Neila - E qual é a qualidade de marido que a senhora teve?

Therezinha - Maravilhoso! Muito, muito, muito trabalhador, assim ó, muito assim não tem iniciativa pras coisas. Mas, muito trabalhador!

Neila - Mas, a senhora teve iniciativa?

Therezinha - Sim, eu tinha né! Eu tinha né, tudo eu tinha que decidi, ele recebia - Ó taqui o meu salário! (Entrevista – NPH – REPHO)

A memória – histórias que viraram anedotas fazem parte das lembranças de sua vida sob seu olhar mais parece um filme que gentilmente Dona Therezinha nos leva a ver. As dinâmicas do bairro impuseram a união das mulheres nos mais diferentes espaços. Quando

²⁵² Liquinho – botijão de gás de cozinha em tamanho de 2kg (P2) ou 3kg (P3), hoje proibidos por não conter válvula de segurança.

²⁵³ Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

²⁵⁴ Caixa Econômica – Banco Caixa Econômica Federal (CEF).

provoco a depoente sobre outras experiências que merecem registro questiono: “Alguma história peculiar, além da massa? Eu compro a massa a senhora compra a sardinha? [risadas]” com alegria ela responde quase como quem conta uma “travessuara” as difíceis viagens de quem mora na Restinga que entendo como apoderamento:

Therezinha - Que a gente nos ônibus bêbado vinham e eu chegava, os bêbados vinham e sentavam fazendo xixi, tu sentava do lado bêbado, o bêbado fazia xixi e tu chegava em casa toda mijada...[risadas]

Neila - Aí meu pai...[risadas] Como fazia daí?

Therezinha - Ai! Tinha, tinha, tinha, olha tem essas histórias assim, é pena que eu, que eu, não lembro assim, de todas né, mas olha era uma, aí tinha também, uma vez também aconteceu que nós botamo, as mulher boraram um cara a tapa e aponta a pé pra fora do ônibus.

Neila - As colegas se reuniam para vir juntas?

Therezinha - É que agente, é que a gente, todo mundo trabalhava no centro né, então a gente ia junto e voltava junto no mesmo ônibus, tanto que as maiorias das colega que eu tenho a gente conheceu na porta da creche, pegava mesmo ônibus botava os filhos na mesma creche, de tarde a gente voltava novamente e hoje nós somos todos do grupo de idosas, [risadas] (Entrevista – NPH – REPHO)

Tomo-me de empatia com as histórias de Dona Therezinha, sua percepção do espaço, as dinâmicas de luta. Em suas palavras esta mulher negra é exemplo “Eu sou uma sobrevivente” essa afirmação é a marca das mulheres que moram no bairro, cuidam da família e lutam por um futuro melhor para seus filhos, em dinâmica de trabalho árduo não facilitado pela política de segregação presente nas dinâmicas do poder, mesmo assim Dona Therezinha pode afirmar:

Therezinha - É, sim que tem agora é eu, a minha filha, meus netos, meus bisnetos e os meus sobrinhos quem consideram como, como, como mãe, me consideram como mãe. E esse menino alí da foto ele disse pra mim que eu fui, eu fui u como é que ele, o alicerce da vida dele, porque minha irmã coitadinha ela era uma pessoa, quer dizer ela nunca foi doente depois ela ficou doente, mas eu era uma pessoa assim diferente sabe, não, cada pessoa é uma pessoa, cada pessoa a gente tem que respeita, eu sempre dizia pra ele, mas a tua mãe é assim, teu pai é assim, tu tem que entender menino que eles, eles são assim, essa mania que eles têm de pensa é assim, então eles vem tudo pra mim, tudo. (Entrevista – NPH – REPHO)

A memória está por todos os lados, registros de uma vida, registro de Dona Therezinha, para esta moradora as memórias se registram no seu lar, o padrão de construção, os tijolos da parede, as texturas e espaços internos da casa. Ao entrar no lar de Dona Therezinha fomos recebidos em espaço que tem as marcas do tempo, está como a veste que nos cobre. Sua casa com o mesmo padrão estrutural tocou meu ser, minhas memórias afloraram nas lembranças sucessivas de minha infância na casa de meus pais, brincar com as paredes em relevo, observar as fotos penduradas e piso de madeira foi inevitável perguntar “A senhora manteve a casa nos tijolos originais?”

Therezinha - Eu trabalhava na casa da Suzana lá ela dizia que se formou nos Estados Unidos lá, estudou muito lá, se formou até tá morando foi embora pra lá e quando ela foi ela deu toda as coisas pra mim e a outra moça que trabalhava lá, aquela família que eu te falei que eu fiquei anos na família, então essa menina já era sobrinha dessa senhoras que eu trabalhava lá, aí ela, ela foi morar lá, ela mora lá nos Estados Unidos e ela dizia sempre dizia, ela vinha aqui na minha casa e vinha, ela me chamava a Tereca “- Tereca deixa tua casa sim lá nos Estados unidos as casas são todas assim.”

Neila - Eu lembro da minha na minha infância a casa também era assim né.

Therezinha - Por isso também que eu nunca reboquei, nunca reboquei ela, porque ela disse que era assim.

Neila - Mas, é uma experiência né, tu te uma memória também nas paredes, uma memória também nos quadros, uma memória na casa, a casa também é uma memória né.

Therezinha - Ai eu gosto de tudo aqui, aí minha sobrinha vem aqui com as crianças e elas mostram: “Olha, mãe é tu mãe, mãe é tu.” [risadas] Esse menino que eu tô falando tem a foto dele ali com um ano, esse que eu que é da polícia, tem a foto dele no primeiro ano e era tudo aqui na minha casa, eu sempre, eu sempre dava início em tudo né, tudo aqui. (Entrevista – NPH – REPHO)

Hoje, Dona Therezinha já não trabalha mais fora do bairro, filha, neta e sobrinhos vivem próximos, ela se mantém em sua casa em frente a uma praça que cuida de forma zelosa impondo dinâmica de consentização com seus vizinhos. Sobre isso ela é firme:

Therezinha - Eu que cuido! Tudo, tudo é eu que cuido, que eu chamei um cara pra pinta os pineus ele não vinha, ele não vinha, eu peguei um dia tava fresquinho tava bom fresquinho e a minha filha não tava aí, foi uma um fim de semana, se ela ta aí ela fica furiosa ela não quer que eu faça esse tipo de coisa mais, pinte tudo, tudo, tudo agora eu tô com a placa ali que eu peguei com a Prefeitura eles não me deram tudo direitinho como é que eu tenho que fazer.

Neila - Não colocar lixo?

Therezinha - Não coloca lixo, nem carros, não sei o que terere.. aí tá ali, já me deram tudo direitinho eu vou fazer.

Neila - Olha só há uma liderança na quadra.

Therezinha - Isso aqui era um foco de lixo quando as crianças eram pequena, isso era um foco, não tem que imagina o que era o foco de lixo.

Neila - E as pessoas têm respeito?

Therezinha - Ah, respeitam sim, os vizinhos já não fazendo, porque eu disse para eles né se nós cuida nós temos direito di, di que quando vem alguém quer suja nós poder fala, agora nós não pudemo fazer, nós precisamos ser os exemplos, nos temos que ser o exemplo né. (Entrevista – NPH – REPHO)

A conversa com Dona Therezinha será inesquecível para mim, sua força e alegria são cativantes, o olhar sobre a história que compartilha sustenta a versão de força e luta das mulheres do bairro são em sua maioria negras e pobres, unidas ordenam seu mundo, sustentam resistências e promovem a fé entre as gerações a seu cuidado, são portadoras da semente viva da resistência e da ressignificação do espaço. Dona Therezinha carrega em sua experiência de vida é um registro valioso para entender o cotidiano histórico relatado por uma mulher negra que transgride o assujeitamento e ressignifica os limites como desafios forma de resistência permanente da condição de “Ser-comunidade”.

4.2.3 Maria Clara Cardoso Nunes e seu Ênio Garcia Nunes (Entrevista em 10.09.2018)

A história deste casal remonta o processo de encontros produzidos pela história da migração campo/cidade, experiência de boa parte da população. O casal fala de seu encontro em Porto Alegre, suas histórias ganha grandezas inestimáveis ao se encontrarem na década de 60, suas experiências foram divididas e registradas como um presente para essa dissertação.

O casal recebeu com alegria a possibilidade de contar suas histórias em meio a um imenso carinho dedicou tempo para nos receber. Ambos são nomes de referência para história do bairro, personagens dinâmicos nas lutas e resistência para consolidação de estruturas.

Sr. Ênio e Dona Maria Clara tiveram trajetórias distintas e se encontraram em Porto Alegre, viveram a cidade, casaram e perante a difícil experiência de residir pagando aluguel, Dona Maria Clara decide então seguir seus instintos e buscar lugar próximo de seus amigos para conquista da casa. Sua opção foi então a mudança para o bairro Restinga, comunicada para Sr. Ênio através de um bilhete deixado em casa.

Dona Maria Clara em 1974 reúne-se com amigas e funda o primeiro clube de mães do bairro e, a partir daí, construíram a primeira creche comunitária na Restinga. Seu Ênio, junto com amigos e a esposa funda a primeira escola de samba do bairro – Estado Maior da Restinga. Até hoje são moradores do espaço, suas memórias são referências para esse estudo narram experiências e constroem ideias sobre lugares, movimentos e ações fundamentais para essa dissertação.



Fotografia 38. Maria Clara Cardoso Nunes e Ênio Garcia Nunes

Maria Clara e seu Ênio são lideranças no bairro, seus nomes são: Maria Clara Cardoso Nunes e Ênio Garcia Nunes, nosso diálogo foi gravado na casa do casal. Nossos encontros se tornaram frequentes quando estes passam a participar das rodas de conversas e oficinas propostas junto da dissertação.



Fotografia 39. Oficina de História Oral IFRS Campus Restinga
Participação UFRGS. NPH/REPHO
Arquivo pessoal em 18 de outubro de 2018
Arquivo pessoal

Dona Maria Clara na infância morou na Lomba do Asseio, problemas familiares levaram a mãe da entrevistada a deixá-la estudando no orfanato onde teria supostamente mais vantagens para estudar ficando em Porto Alegre. Em narrativa Dona Maria Clara retoma a lembrança de sua mãe como alguém envolvida em debates políticos, ativa na busca de educação para os filhos e atuante com a comunidade da Lomba do Asseio.



Fotografia 40. Maria Clara Cardoso Nunes e Enio Garcia Nunes
Em entrevista

A Lomba do Asseio é registrada pela memória de D. Maria Clara como um espaço negro, de muita precariedade, mas com movimentos comunitários de superação das limitações por iniciativas dos moradores, entre estes o nome “Berta” uma senhora que atendia em seu jardim crianças para iniciar o processo de alfabetização.

Maria Clara - Aquele espaço ali, aquela, aquela região, por incrível que pareça, ahh tinha uma senhora falecida, ahhh chamavam ela de Berta, eu não me lembrava se...eu não me lembro bem como era o nome dela, junto com minha mãe, elas, elas ahh davam aulas pra as crianças, mas era assim esporadicamente, não era, assim, as crianças não frequentavam com, diariamente com...era de vez em quando ...era um sábado a tarde...

Neila - Era uma iniciativa doméstica?

Maria Clara - Exatamente, uma sábado à tarde, um domingo a tarde

Neila - Conforme o intervalo do trabalho?

Maria Clara - Conforme o intervalo do trabalho, dessa senhora junto com minha mãe, eu me lembro que elas reunião crianças na frete da casa no jardim, e dá ... ensinavam o a, e, i, o, u. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sua mãe levava pela mão as crianças até a igreja mais próxima a Santa Flora no bairro Cavallhada²⁵⁵. O cuidado com a fé transpunha fronteiras, Igreja Católica e Umbanda dividem a atenção dos moradores e servia como espaço de integração e apoio:

Maria Clara - A Igreja Católica, sim, sim, sim minha havia sim, a minha mãe ela, ela levava as crianças pra, pra, pra igreja né. E aquela turma de criança caminhando e eu junto né, pra igreja porque ela apresentava na no intervalo das missas as crianças que estavam sendo catequizado nu naquela, naquele lugar ali da Lombada só Asseio. É como a dona Berta, ela tinha assim ela era dividida entre a Umbanda e a Católica então ela deixava, mas, a parte católica para minha mãe e ela ficava mais na retáguarda.

Neila - E a dona Berta tinha uma organização da umbanda ali?

Maria Clara - tinha, ela tinha uma casa de sessão. (Entrevista – NPH – REPHO)

Diante da necessidade do retorno dos pais para o interior de Osório marca um novo momento na vida de D. Maria Clara. Assim, inicia o trajeto de luta sob o olhar atento da Madre Superiora Maria dos Anjos²⁵⁶, do qual só saíria para trabalhar e casar com Sr. Ênio. Suas lembranças trazem de volta à condição de luta a nosso diálogo quando Dona Maria Clara afirma “Até casa, só que tem uma coisa, o colégio das freiras foi uma prova de fogo pra mim.”. O diálogo segue com minha provocação - Por quê?

Maria Clara - Foi, minha filha ahh, aí eu fui tomando coisa, fui tomando gosto pela coisa, pela política porque minha mãe já tinha me deixado já com, com alguma ...

Neila - Consciência?

Maria Clara - Consciência política né, defesa dos meus direitos que não eram muitos mais né, aí eu batia muito de frente com as freiras que sempre foi assim naquela época né, mulher não tinha voz nem voto, porque também foi né, eeee principalmente o negro porque esse orfanato, ele era um orfanato misto, ele tinha uma, uma parte que era para pensionista que podiam paga as mensalidades da pensão e outra parte era para as meninas órfãs pobres né. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sua forma espontânea e verdadeira reservou a D. Maria Clara formas de críticas a sua formação no orfanato. Durante o diálogo a condição de punição emergiu em sua narrativa:

Neila - Lhe puniam?

Maria Clara - Me puniam com os serviços mais pesados, que era passar escovão na capela que o assoalho era de madeira tinha que dá brilho no assoalho com escovão. (Entrevista – NPH – REPHO)

²⁵⁵ Em diálogo posterior, em momento informal, D. Maria Clara retoma este assunto e corrige sua fala lembrando que a Lomba do Asseio ficava perto do bairro Menino Deus e a igreja aqui se refere a Igreja do Menino Deus e não a do bairro Cavallhada.

²⁵⁶ A vida no orfanato tinha como objetivo a possibilidade de crescimento e formação de Dona Maria Clara, que no interior de Osório não teria o mesmo acesso.

De forma sutil questioneei se “Havia um tratamento diferenciado entre as estudantes?” na intenção de pensar a condição do sujeito negro (fenótipo) nesta situação, espontaneamente e de forma consciente e muito tranquila do Maria Clara responde:

Maria Clara - Havia, havia, muito, muito, bem diferenciado, até na parte do refeitório, primeiro as brancas depois as negras.

Neila - Essa era uma atitude racista que lhe deixava um incômodo?

Maria Clara - deixava

Neila - Era bem transparente?

Maria Clara - Bem transparente, depois com, por incrível que pareça, depois de uns anos né, com muita ahh, como é que vou te dizer, palestras, palestras não, discussões políticas a qual eu fazia parte, fazia questão de participa. (Entrevista – NPH – REPHO)

Orfanato encaminha a colocação das internas em postos de trabalho nas funções transparece um racismo que comunica e indica sujeitos distintos para determinadas demandas e funções. O racismo estrutural do Estado e da sociedade emerge nas lembranças da depoente, sobre o início de sua fase adulta e inserção no mercado de trabalho, questiono como funcionava a distinção pela “cor” e a Dona Maria Clara descreve:

Maria Clara - Como funciona? Assim, ó, é, eu tinha que estuda, era a educação era, era só o primeiro hoje, era só o primário na época era ooo né, aí tu passa, tu pra passa pro ginásio, tu tinha que fazer uma prova de admissão né, pra passa pro ginásio, para eu completar o primário ali, porque eu perdi uma etapa né, di di, di escola né, daquele período daquela transição de mudança dos meus pais né, eu, aí era assim, eu tive, eu pedi então pra parar de estuda, e trabalha²⁵⁷, porque eu não queria, aquele aquela minha permanência dentro confinada dentro do orfanato me fazia mal me sufocava porque eu precisava me expandi, aí o que que aconteceu eu tive que primeiro o meu primeiro emprego que eu tive foi numa casa de família próximo ali da, do prédio do orfanato.

Neila - Na independência?

Maria Clara - Na independência mesmo, que a família tratava empregado bem como, bem como escravo mesmo né, eu tinha que comer sobras de comida pra um dia pra o outro que eu não comia a mesma comida da refeição do dia, o que sobrava na geladeira comia, pãozinho, eram pãozinho dormido, era um café preto a xícara era lascada o prato era lascado porque eu não pude usa a louça do patrão para não contamina.

Neila - Tinha essa colocação ali, tinha essa explicação para senhora? Esses limites eram dados pelos seus patrões?

Maria Clara - Um dia eu perguntei pra patroa porque que eu comia em prato lascado? Iii, e xícara quebrada? Aí ela me disse bem assim, “olha só nossa diferença, nós somos elite e tu não és, a elite come em cristais e a plebe come em latinha.”. (Entrevista – NPH – REPHO)

A condição expressa literalmente de subalternidade em sua racialização das relações desloca o sujeito do seu centro de pertencimento e o condiciona a ocupar um lugar não definido por si, mas expresso em forma de ação da desconstrução e coisificação desumana do

²⁵⁷ Parar de estudar e só trabalhar.

seu ser. O racismo do cotidiano é relatado na narrativa de Dona Maria Clara frente a minha provocação “– Tinha essa questão do fenótipo de ser negro? Ficava claro isso na relação de vocês?”

Maria Clara - Ficava, ficava, tanto é que, até para eu dormir eu dormia num porão que o bonde passava em cima da minha cabeça, naquela época ainda existia bonde né, então tinha que descer BA era um monte de degraus né, pra chegar pra ter acesso a minha, a meu dormitório minha, meu quarto né, cheio de teia de aranha e cupim, fedor de pó aquela coisa toda...

(...)

Maria Clara - Mofo iii oo!! Era uma, uma, não vou te dizer assim, uma senzala (risada irônica) porque acho que a senzala até era bem melhor que aquilo ali, né (risada). E aa, e oo, os lençóis era trapinho, cobertor, do tempo daqueles cobertor ainda dididi ... de exército, cobertor verde, com os rasgo né, aquelas coisas.... Sei lá o que, que era aquilo (risos nervosos), aí tá aí eu deitado eu não dormia ficava pensando, puta merda será que eu vou ter que né, como será que vai ser a minha vida daqui pra frente? Será que eu vou ter que viver sempre assim. (Entrevista – NPH – REPHO)

O cromatismo como uma possibilidade de libertação ao racismo age transversalmente na condição de aptidão ao trabalho. A resistência de D. Maria Clara e sua inconformidade com o que lhe foi oferecido a mesma encontra um novo emprego através de uma amiga que leva a depoente a outro universo de trabalho:

Maria Clara - Tá, daí depois por minha conta, aí nesse meio tempo umas, umas colegas minhas brancas elas, as freiras tinham conseguido um trabalho na Souza Cruz, numa fábrica de cigarro aí elas ganhavam bem, aí elas já se tornaram pensionistas, começaram a pagar pensão né, aí um dia Shirley uma, ela não era preta, mas, era Negra.

Neila - Era mulata²⁵⁸?

Maria Clara - Mulata. Maria Clara tá na hora de tu sair do cativo, vamo trabalha, vamos pedir pra Madre Maria Clara dos Anjos te colocar lá na Souza Cruz que tão tão precisando de gente lá, aí fui pra produção, e me botaram.

(...)

Maria Clara - É porque, até mesmo o mercado de trabalho não, uhh não permite negros, porque eu tive depois de muito tempo, ate mesmo casado eu fiz, fiz teste para ingressar numa bilheteria de cinema, não tava quase casando, fiz teste para bilheteria cinema Moinhos de Vento né, e quem administrava o cinema que era essa empresa uma empresa multinacional, que tava vindo, se instalando aqui no Rio grande do sul aquela coisa toda.

Neila - Qual o nome do cinema ali?

Maria Clara - Moinhos de Vento é, aí eu vi no jornal o tempo da hora o jornal hora estavam selecionando pessoas pra fazer né, para trabalhar na bilheteria e eu fiz eu fui fazer me escrevi ali fiz teste.

Neila - E qual foi a?

Maria Clara – Passei! Passei em primeiro, fui a primeira colocada.

Neila - Você ingressou no trabalho?

Maria Clara - Não, não tive chance porque é, começando que quando eu fui saber o resultado da, do do do da teste, aí a senhora, a senhorita foi muito bem tá em

²⁵⁸ Mantive expressão já enunciada em conversa fora da entrevista por parte dos entrevistados. O termo aqui usado, nesta condição está influenciado pelo processo racismo estrutural expresso no discurso, em avaliação e crítica posterior a pesquisadora entende como inaceitável, porém, em reflexão sobre o processo de pesquisa e o papel da entrevistadora e entrevistada, com a intenção da problematização, mantém o texto com essa observação.

primeiro lugar passou muito bem no texto, naranã, naraná as provas de matemáticas né, as quatro operações, aí fui fazer entrevista, mas, aí o entrevistador começou a se mexer na cadeira “só tem um porém, só tem um porém” - qual é o porém? “é que a empresa não admite pessoas de cor essa”.

Neila - Essa foi à explicação que eles lhe lideram?

Maria Clara - Mas, aí eu perguntei?! Mas, que cor eu sou? E a pessoa, entrevistador não soube me dizer que cor eu sou! Então pra facilitar a sua vida, seu conhecimento da sua cultura, a minha cor negra, é preta de raça Negra, o senhor já ouviu falar? Quando o senhor estudou o senhor conhece a história do Brasil? o senhor é brasileiro? “É sou...”. Então vamos deixar assim... (Entrevista – NPH – REPHO)

A história de Dona Maria Clara é exemplo de luta e resistência frente às políticas de segregação social, o recorte desse relato pretende trazer ao debate as diversas formas de exclusão no cotidiano dos sujeitos negros em nossa sociedade. As relações de pertencimento administradas pela formação refletem o racismo estrutural e o assujeitamento da população negra na sociedade brasileira, pergunto a deponete em diálogo “– Então sua entrada no mercado de trabalho foi marcada por essa conotação?” e sua resposta não seria outra, a afirmativa de Dona Maria Clara registra “– Foi!”

Contudo, mesmo com afirmativa social de um racismo nem tão velado assim no cotidiano a resistência da depoente é marcada pelo seu posicionamento pessoal diante do mundo que a circula:

Maria Clara - É, eu vou te dizer, sinceramente, eu vou eu pular essa etapa, assim, eu era, eu sempre fui aaa sempre preservei sabe essa minha boa aparência, essa boa, como vou te dizer eu me defendia minha arma era assim era quase me, não quero, eu não quero como é que eu vou te dizer ah, ah mancha assim, mancha eu não digo, assim, misturar a minha história com história entre o branco e o negro mas eu dizia assim se o branco pode botar um brinco também posso se o branco pode botar um batom também posso!

Neila - Essa sempre foi uma marca?

Maria Clara - Sempre foi uma marca minha.

Neila - Até porque as mulheres, todas são muito vaidosas e a relação de boa aparência muitas vezes nas entrevistas não é em relação à sua aparência em si, mas, em relação a cor da pele?

Maria Clara - a cor da pele. Que aí eu chegava, eu não me importava se no jornal dizia “somente admitimos pessoas brancas”.

Neila - A senhora ia disputar?

Maria Clara - Eu não importava, eu ia disputar, porque eu sempre ahh, eu tive aquela educação, assim que nós principalmente brasileiro existe e existia e existirá sempre o berço da igualdade isso eu sempre defendi desde criança então eu ia se branco pode eu também posso! (Entrevista – NPH – REPHO)

O encontro de Dona Maria Clara e seu Ênio se deu na saída do cinema que evolui para o casamento e com ele os sonhos de ter sua casa, contudo o aluguel era a única escolha possível. Nas palavras de Dona Maria Clara entendo os motivos:

Maria Clara - Porque era muito difícil aquisição da casa própria era mais, o mais acessível era aluguel mesmo tanto é que nós fomos morar no, no ... em duas peças né, pra, pra, ficamos ali um bom tempo, pagando o aluguel que dava para gente paga

né, e assim como era zona centro né, bem dizer, a gente tinha fácil acesso ao bonde, ao ônibus, a lotação, né, de repente se te apertado de um dinheiro pra uma passagem podia ir a pé ate o centro ali, né eee não, essa coisa de casa própria era um sonho mesmo bem distante é. (Entrevista – NPH – REPHO)



Fotografia 41. Enio Garcia Nunes

Seu Ênio nasceu em Cachoeira do Sul, no interior do estado, após concluir – curso técnico de edificação – SENAI – veio fazer estágio em Porto Alegre. Segue os passos da família que já estava na cidade. Aqui trabalha no CREIA e vive um cotidiano tranquilo na década de 60, Sr. Ênio relata:

Ênio - Passos né... A família toda que morava aqui na Aldeia Africana aqui na Mauá, Mariante

Neila - Quando que vocês vieram para Colônia africana? Quem foi migrando?

Ênio - Foi eles pessoal, os mais velhos que saiam vinham para Porto Alegre iam migrando a família, outros casaram e vieram para cá 80% (oitenta por cento) morava aqui na, Aldeia Africana... (Entrevista – NPH – REPHO)

Sr. Ênio lembra de seu pertencimento a Colônia africana²⁵⁹, lembranças de um tempo que se mantinha o tradicional nome do lugar, suas memórias transitam entre lugares da cidade onde apresenta em narrativa “A redenção e a Igreja do Divino.”, o caminho entre “Baronesa, Aldeia Africana (...) Santa Maria a Conceição”, Sr. Ênio lembra “- Eu saía, saía daqui, da Baronesa atravessava a Redenção a qualquer hora da noite ia lá pra Santo Antônio pros amigos, nos vinha, tinha vários, a gente caminhava ia fazia tudo de noite de madrugada nunca e nunca.”. Quanto aos espaços de sociabilidade, busco resgatar pela memória com provocação sobre “as associações, os clubes de negros na Cidade Baixa?”

²⁵⁹ Formas de nomear a Colonia Africana e a Aldeia Africana pontuaram um quationamento histórico sobre o termo. Ambas as formas reference a região ocupada por famílias negras a partir do final do sec. XIX como regitras já demonstra Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2014).

Ênio - Frequentava todos²⁶⁰!

Maria Clara - Floresta Aurora depois foi criado Prontidão que nós é, nós...

Neila - Na colônia africana, os piqueniques de sábado, do domingo à tarde do final de semana?

Ênio - Ah, eu ia porque eu jogava né, jogava futebol, jogava nos times de lá aí a gente sempre ficava, chegava mais tarde, mas frequentava também. (Entrevista – NPH – REPHO)

Preconceito no trabalho e racialidade são questões que provocam certo desconforto, contudo, Sr. Ênio admite que sofreu com os racismos no trabalho.

Ênio - Ora, sofre...Tinha, tinha, tinha, até uma vez veio uma promoção para mim e o cara me botou de férias para dar para outro.

Neila - Em função de ser nego?

Ênio - É...sim. Às vezes eu fico assim, mas eu, não, não, não, mas eu assimilo com judeu, o negro tá na pele. Então um dia no hotel, eu tava um hotel lá em Sarandi, aí o cara, eu fui, a comida lá era naqueles fogão de lenha, aí eu levantei lá conversando, aí quando eu peguei o prato e fui me servi, alguém disse: “bá olha o negro aí” - diz o cara: “negro a gente tá vendo que é negro pior se fosse judeu”.

Neila - Essa relação de preconceito tanto quanto negro tanto quanto os judeus?

Ênio - Bá! Lá no trabalho também, os guris fizeram, aii o cara foi encosta um, encosta outro, aí então o cara foi meu padrinho pegou isso aí é judeu, não, não.

(...)

Ênio - Não! Não! Uma vez aconteceu um problema comigo lá que um cara falou, fui no cartório peguei parei, aii chegou deterde eu me arrumei: - eu vou embora “Que que houve Sr Ênio?” - Uée, tão dizendo que to atrapalhando aii. - “Quem foi?” Aiii, mas ahh, não, sempre, sempre tem, existe, existe muito, mas éeee ... uma que dependendo da minha função eles dependiam de mim, então eles tinham que mi engoli...

Neila - Sim

(risadas coletivas)

Ênio - É tem que, tem que me engoli. (Entrevista – NPH – REPHO)

Mesmo frente ao racismo institucional Sr. Ênio não permite que isso lhe defina, lamenta situações mais difíceis que observou quando seus amigos passaram a ser removidos em 1967 da Ilhota e afirma “- A Ilhota era marginalizada.”, espaço para quem não poderia pagar. Seu Enio lembra que “-Todas as pessoas que vieram para cá para Restinga era criminalizados, né”, o diálogo segue com Dona Maria Clara:

Maria Clara - Eram marginalizados.

Ênio - Ninguém queria, pegavam um ônibus: “ah pra Restinga eu não vou”. Como até hoje tem gente, “ahh na Restinga velha eu não vou”. Éee...

Maria Clara - Eu vou, assim ahh, alguns, algumas pessoas conhecidas, por exemplo, que morava ali né, na Ilhota quando o bairro começou a ser desfeito começou as primeiras remoções né, tem pessoas ali que choravam muito né, e sofria, sofreram muito porque tinha que vir prum lugar desconhecido, por que isso aqui era um, era um mundo desconhecido nunca ninguém tinha ouvido falar em Restinga que, o que é a Restinga? onde fica a Restinga?

(...)

Ênio - A beira da cerca ali, que hoje é o Érico Veríssimo.

²⁶⁰ Risadas.

Maria Clara - Vão me, era um, um lugar totalmente desconhecido, vão me joga para onde que eu tenho lá, não tem nada, não tem nada, não tem transporte, não tem saúde, não tem, segurança não, não tem água, não tem luz, não tem, que, que eu vou fazer naquele lugar, porque que tão me tirando daqui, tão me jogando para lá? (Entrevista – NPH – REPHO)

Pergunto ao casal: “Vocês conheceram muitas pessoas que saíram dali²⁶¹ para vir para cá?”. Dona Maria Clara responde “Muitas!”. Na perspectiva de pensar a resistência questiono “– Quantos voltaram para lá insistentemente?”, sobre o retorno para Ilhota:

Maria Clara - Olha, eu conheço poucas pessoas que voltaram, daqui o que não, o que vieram o quê, pessoas que foram removidas de lá para cá que não se adapto aqui, se mudou para outro lugar interior né, para uma colônia, um sítio, é, é, mas tem muita gente que saiu daqui que hoje quer volta. (Entrevista – NPH – REPHO)

A Restinga também não era escolha para Sr. Ênio a opção foi feita por Dona Maria Clara seguindo seu instinto, após anos de visita a seus amigos na comunidade lhe pareceu o melhor espaço para construir sua casa, junto de seu povo como ela mesmo diz “do meu quilombo”.

Remontando esse processo de migração espontânea por parte de Dona Maria Clara, questiono “Quando vocês vieram para cá? Quando vocês decidiram vir para cá?”. Apressadamente Sr. Ênio responde “Ela que veio!”. E Dona Maria Clara confirma “- Eu decidi, iii deu quase separação, deu quase divórcio.”. Quando questiono se o motivo era o aluguel Dona Maria Clara responde “Lá onde nós morávamos era muito alto, a gente não tinha mais poder aquisitivo para mante o padrão.”²⁶². Estes mudaram em 1972 definitivamente, para sua casa, mas já vinham desde 1969 visitavam os amigos aqui. Assim, o casal responde:

Ênio - Nos convivia aqui dentro

Maria Clara - Nós vivíamos aqui dentro, porque as pessoas que os primeiros que vieram para cá, os primeiros, a meia duzia que veio para cá a gente já tinha essa convivência com eles aqui, por causa que, às vezes em questão de solidariedade né, e outra coisa e eles precisavam muito di, como é que se diz, eles faziam questão da nossa presença aqui, porque eu chegava aqui no domingo de tarde eu vinha mais que ele, eu não me acomodava na casa dos meus parentes ai, conhecidos passeava conversava com vizinho, - que que o senhor, o senhor não tem água na sua casa? “Não, não tenho” – então tá nos vamos procurar a bixca mais próxima da sua casa ia nos caminhando, saia eu convidava um vizinho, morador ali - vamos procurar uma bica mais próxima mas perto da sua casa pra o senhor pega água - então foi criando uma, eu fui assim deixando, criando um vínculo com essas pessoas que mais tarde, quando eu resolvi que eu achei que isso aqui era minha identidade na minha terra, eu digo:eu vou me embora para Restinga esse aqui não por papapa...²⁶³ “fim de mundo

²⁶¹ Aqui me refiro a Ilhota no período de remoção após 1967.

²⁶² Contudo em momentos fora da entrevista D. Maria Clara confessa a decisão também por sua sencibilidade religiosa, seu chão e seu povo influenciam diretamente sua decisão, ela expelica como se um chamado lhe indicasse seu lugar de pertencimento.

²⁶³ Apontando para senhor Enio que não queria vir.

eu não vou para lá porque então tá, porque não sei o quê"(Entrevista – NPH – REPHO)

Pergunto sobre a vinda para Restinga e como era o transporte, em diálogo o casal conta as dificuldades de quem precisava sair do bairro diariamente uma pequena discussão entre o casal remonta a rotina. Sobre o ônibus Dona Maria Clara confirma:

Maria Clara - Não tinha ônibus minha filha! Quem tinha carro, carreta, carroça tinha condução própria, se dizia assim né, mas quem não tinha, tinha que ir até a 38 (trinta e oito)²⁶⁴ que era o entroncamento com Belém novo, entroncamento...

Ênio - Era, era da prefeitura os ônibus.

Maria Clara - Ela tinha que ir ali que era o seu, no caso vinha o Belém novo..

Ênio - Eu tô falando outra coisa, dá licença?

Maria Clara - Que vinha, não, primeiro lá em sessenta e nove, que o pessoal sair daqui?

[Uma pequena discussão entre o casal sobre qual eram os ônibus em seus momentos de fala conjunta]

Ênio - Não to falando da Belém, to falando dos Romeu e Julieta.

Maria Clara - Ah! Isso foi depois meu velho, ali tinha que lá no ali no no, ali no entroncamento pegar e esperar o Belém Novo.

Ênio - É tá!

Maria Clara - O Lami para ir para o centro.

Ênio- Lá no posto Texaco, agora está asfaltada aquela rua.

Maria Clara - Quantas vezes tu desceu ali na 38 (trinta e oito), na trinta e oito pra Restinga.

Ênio - Tinha uma cachorrada rapaz, a gente tinha que se agrupar para vir por causa dos cachorros.

Maria Clara Cachorro, cachorro, macaco, cobra, jacaré tudo tranquilo pela rua né. Ali pela hípica! (Entrevista – NPH – REPHO)

Em provocação peço que narrem a primeira impressão quando chegaram na Restinga, minha pergunta direta foi para Dona Maria Clara “– Qual foi a sua primeira impressão quando a senhora veio de carro?”, sua resposta em diálogo me encanta:

Maria Clara - Eu?

Neila - É.

Maria Clara - Eu? Eu ahhh, isso aqui foi uma tesão para mim essa terra tem dono e essa dona sou eu sabe aquela coisa assim uiii coisa mais boa!! (Entrevista – NPH – REPHO)

Os olhos de Dona Maria Clara se iluminam, seu corpo todo fala, expressa sua identidade, seu pertencimento, sua escolha de viver aqui junto de seu povo, de sua “gente”. É pelo seu olhar e sorriso que percebo que não há outro lugar que lhe provoque tamanha reação de felicidade. É quase palpável seu carinho pela comunidade e seu corpo estampa a escolha inevitável que fez quando migrou contra a vontade do Sr. Ênio, mas plena de sua opção.

²⁶⁴ Trinta e oito é referencia ao entroncamento na Av. Juca Batista, a via a direita seguiu para Belém Novo e a via pra esquerda de chão batido ia para restinga.



Fotografoa 42. Maria Clara Cardoso Nunes
50 anos do Bairro Restinga – CCMQ

Maria Clara - Maravilhosa! Tanto é que eles iam, quando eles sabia o que, que a dona Clara estava na Restinga eles saíam à procura, o tio Ênio também, tanto é que ele eu sou a dona Clara da Restinga Maria Clara me conhecem pelos dois nomes como ele é o tio Ênio até hoje, é o tio Ênio né, tio Ênio, tio Ênio, tanto é que ele é conhecido pelo tio Ênio, então na Restinga nos procuravam para a gente passear sair assim a gente nas casas tomar um café fazer aquela visita di, di, di de contato de calor sabe de integração, aí vem embora, vem embora, até que um dia uma comadre minha disse – “comadre tem uma casa boa, maravilhosa para ti aqui perto da nossa”, não sei o quê ...”vem para essa casinha aqui” - a casa caindo aos pedaços mas o terreno era bom né. Ah, e agora, como é que, eu quero ir para Restinga, mas, o Ênio não vai querer vir, como de fato ele não queria vir, mas, tudo bem, eu tinha um dinheiro escondido né, guardado uma poupançazinha, ice eu peguei aquele dinheiro e negociei, primeiro não, primeiro o dono da casa queria vender a casa porque a família queria ir embora para São Leopoldo, aí depois a segunda vez, aí tá vem semana que vem, que nos vamo, que a gente faz um contratinho aí de venda, compra e venda né. (Entrevista – NPH – REPHO)

O terreno comprado dos que aqui não desejavam ficar acolheu a casa, a família e a vida do casal. A compra só foi regularizada na dec. de 90 com o plano de Regularização Fundiária promovida pelo governo municipal do PT, antes só a posse. Mesmo sassim, Dona Maria Clara afirma:

Maria Clara - Por incrível que eu possa dizer, sinceramente havia uma segurança nessas pessoas, que ninguém tinha medo da remoção, do DEMHAB chega ali e tirar e botar em outro lugar, não tanto é que muita, eu tirando uma, uma, assim uma base por mim pelo Ênio a gente construiu uma casa maravilhosa com uma estrutura bem sólida como todo mundo que na Restinga Velha né, as primeiras casas bem construídas, bem reforçadas com material caríssimo tudo porque a gente tinha certeza da que eu cheguei, daqui eu não saio, daqui ninguém me tira né. (Entrevista – NPH – REPHO)

Pensando na população removida para cá questiono o casal: “A Restinga era de maioria negra?”. Deixo os depoentes expressarem sua percepção, ambos registram:

Maria Clara - Negros, negrito, negritos, negritos, negritos, negros todos negros.
Ênio - Mestiços, mestiços, mestiços, mestiços.
Maria Clara - Nã..poucos...
Neila - Entre negros mestiços...
Maria Clara - Poucos brancos!
Neila - Poucos brancos...

Maria Clara - Poucos brancos! Por isso que eu digo, eu tô indo para o meu lugar certo para o meu quilombo!

Ênio - A senhora sabe, infelizmente é... não vamos atirar longe, mas setenta e cinco por cento das pessoas não sabe confundir raça por cor.

Neila - Sim, sim.

Ênio - Raça e cor!

Maria Clara - Tanto, tanto é ...

Ênio - Outra coisa que também do que se fala, fala, muito aqui no Brasil que tem mas a gente pega aquele livrinho que até os deputados não lembro não sabem

Neila - A constituição? Ninguém entende.

Ênio - Se ler ninguém entende! Toda a pessoa que tiver o sobrenome o dobre – W, Ipslom -Y e o Ze - Z em seu sobrenome não é europeu.

Neila - Sim.

Ênio - Sabe?

(Risadas)

Neila - Não, todos que nascem aqui já não são europeus.

Ênio - Não! Sei!

Maria Clara - Claro que não né!

Ênio- São descendentes!

(Risadas) (Entrevista – NPH – REPHO)



Fotografia 43. Sr. Ênio 50 anos do Bairro Restinga – CCMQ
Enio Garcia Nunes

Esta parte do diálogo expressa a lucidez e a sabedoria do casal, sua percepção de si e do outros revela a racionalidade sobre a condição do povo brasileiro, entendo como eles, aqui não há brancos. Somo todos nascidos ao sul do Equador, colonizados e domesticados em ideias que necessitam de reflexão, essa narrativa própria de quem entende seu pertencimento como uma bênção e sabe que não está na “cor” a condição de virtude.

Não sei se o casal conhece Fanon (2008) e sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* e a crítica social do seu mundo ocidental, contudo se o diálogo fosse possível entre a crítica colonial e a fala de pertencimento dos interlocutores ali está a resistência apontada como necessária frente ao colonizador, Sr Ênio e Dona Maria Clara são agentes motores para em coletivo resistir.

4.2.3.1 NECROPOLÍTICA

A alegria mesmo no transporte não apaga as dores de incertezas conduzidas por políticas sistemáticas de segregação. O transporte coletivo para Dona Maria Clara:

Maria Clara - E outra coisa, outra coisa antigamente tu via assim ó, tu embarcava no ônibus o transporte que a gente tinha por benev..., benevolência que era o transporte

da Belém era assim ó, tu olhava pro ônibus o interior do ônibus era só preto branco para uma meia dúzia, que sentavam na frente e a Negra tudo lá atrás por que era gostoso!! Aí vinha a negra com porco, cabrito, repolho, batata, tudo do mercado. todo do centro aquele ônibus lotado quase virando, meu deus do céu era... (Entrevista – NPH – REPHO)

Questiono se houve controle sobre a saída dos sujeitos do bairro e, a circulação na cidade. Aqui a depoente registra o que já foi demonstrado em fonte de imprensa, as restrições na circulação dos sujeitos deste espaço na área urbana da cidade:

Maria Clara - Ahh, com certeza, muitos, muitos, muitos aconteceu muitas vezes di, dessas de pessoas não si si pode sai daqui, da sua vila pra ir paro centro trabalha ou, ou seu trabalho formal ou informal por que uh, o que não era, o que não tinha carteira assinada registrada ali que realmente saiu daqui para trabalha...

Neila - Não podia pegar ônibus?

Maria Clara - Esses até pegava, agora quem não tinha a carteira assinada, não podia sai, não pegava ônibus, até tem uma família que vendiam, trabalharam muuitos anos para a zero hora eles vendiam jornal, essa família passou um trabalho, um trabalho nesta Restinga, essas crianças comeram o pão que o diabo amasso e depois a mãe a chefe de família o pai era invalido, não tinha, ele era mutilado de uma perna. Mãe também coitada da mãe, ignorante até o último e elas se pôs a ganhar filho né, então quando ela saía para o centro para vender o jornalzinho dela ali na Rua da Praia, que eles faziam acampamento na Rua da Praia né, muitas vezes a mãe e o pai tinha que i sozinhos pro centro porque as crianças não podiam embarcar nos ônibus tinham ficar na Restinga sozinhos porque os próprios motorista não permitiam que eles fossem para o centro para não fazer a mendigação. (Entrevista – NPH – REPHO)

Superar a imposição de restrição da circulação é superar o confinamento, mantendo a relação com a cidade, o trabalho, o ensino para os filhos. O direito de ir e vir regido por permissão de circulação no ônibus reafirma o confinamento expresso mesmo após a entrega do projeto Nova Resinga. Contudo o controle se fazia mais presente no núcleo original Velha Restinga.

4.2.3.2 Resistência

A resistência acontece no caminho para o trabalho onde as dificuldades são expressas e as soluções surgem com a proposta de assosiativismo no primeiro clube de mães – a creche para as crianças. A solução vem pelas mulheres como conta Dona Maria Clara:

Maria Clara - É, é, o grande contingente de mulheres que, que, que saiam pra, era grande o contingente de mulheres que saíam para o trabalho, por incrível que pareça, era mais que o homem e outra coisa e tanto é que as mulheres padeceram tanto, tanto, tanto com essa sua condição de, de, de trabalho né, de, de maus-tratos digamos assim da, da imposição que tinha que te né, para se sustentar para sustentar a família junto com o homem, já que o homem tinha dificuldade de sair daqui de muitas vezes prova que estava saindo da vila para trabalhar, que foi um dia lá pelas tantas aí eu não sei se eu te conto essa história agora eu como, eu fiz e travei com grupo de mulheres no ônibus né, e uma, elas se queixando, se queixando da vida que

não sei o que tá, tá, tá! E, eu digo não, mas, vem cá, mas não vamo, já que a gente estamos no mesmo barco vamos, vamos luta pra sobrevive, pela sobrevivência – “Ah, mas como aqui não tem nada”. Então vamos faze! Faze com que tem, vamos forma uma associação um clube, clube de mães alguma coisa, foi aonde surgiu a ideia do clube de mães, porque associação a gente não tinha cacife, ainda não tinha respaldo também né, pra formar uma associação. Então o que aconteceu graças a Deus aquelas mulheres assim que do nosso dia a dia do meu encontro com elas na condução no transporte elas alimentaram a ideia, a ideia se criou formamos um clube de mães.

Neila - Foi primeiro clube de mães do bairro?

Maria Clara - Primeiro clube de mães da vila, que antes era vila, aí menina esse clube é nós tivemos dois anos, primeiro ano foi pra burocraticamente nos organizarmos, registro e apoios e não sei o que lá, mas, graças a dona Inês Socias Villela que nos deu um grande apoio que era a primeira dama do Município, ela era presidente do Movimento Assistencial de Porto Alegre, ela nos deu uma estrutura maravilhosa a um apoio maravilhoso. (Entrevista – NPH – REPHO)

O clube de mães amenizava os problemas para as mulheres que precisavam trabalhar e deixar as crianças na vila, a história deste processo emerge da memória de Dona Maria Clara que segue narrando:

Maria Clara - Pelas mães do nosso clube que depois de oito foi pra doze, foi para dezoito, aí eu sei que a gente tinha um grupo assim, de umas trinta mulheres cada uma fazia uma coisinha um crochezinho um acochoadinho, uma colchinha, aí esse clube de mães lá do Humaitá nos deu um cantinho lá na feira no quiosque dela na barraquinha dela. E, aí nós expomos os nossos trabalhos né, nessa feira de Natal lá no mercado e dali as coisas começaram a se deslanchar né.

Neila - Isso já era que ano?

Maria Clara - 75 (setenta e cinco). (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre as estruturas para acolhimento das crianças que ficavam no bairro nos horários que seus familiares trabalhavam na área urbana da cidade. Para essa questão questiono “Pensando de 69 (sessenta e sete) até 75 (setenta e cinco), até quando vocês chegaram aqui? Quem cuidava das crianças? Tinha escolas aqui?”

Maria Clara - Tinha José do patrocínio, José do Patrocínio que era a, e a Henrique Farjat, Farja, que era a escola mais próxima da Restinga. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre outras creches e ou escolas que atendiam as crianças para o cuidado com a primeira infância e os adolescentes?

Maria Clara - Creche e nós tivemos qual, ali tivemos esta creche do Padre Antônio, que era uma creche pequena abrigava pouco das crianças.

Neila - Que era da igreja né?

Maria Clara - Creche pequena abrigava poucas crianças, o trabalho do Padre Antônio e Irmão José que veio na época, tu conheceu né?

Neila - Sim, eu conheci²⁶⁵.

²⁶⁵ Quando chego ao bairro com doze anos de idade, essa foi minha primeira instituição de ensino, uma creche que ficava no andar superior do prédio da igreja, este andar era construído em madeira sobre uma estrutura de alvenaria antiga. Fico ali até entrar no jardim de infância já na Escola Municipal Dolores Alcaras Caldas esta que migrou junto da população a Teodora em processo de remoção e foi instalada em prédio de alvenaria construído junto com o projeto Nova Restinga na primeira Unidade Vicinal onde estava minha casa.

Maria Clara - Foi criado o CPM, mas, CPM ai já era mais para crianças maiorzinhas, já não para pequeninhos. (Entrevista – NPH – REPHO)

Acerca das estruturas mínimas questiono em provocação “- Como as mães cuidavam dessas crianças?”

Maria Clara - Era assim como eu, não cortando teu assunto, deixava com vizinhos, sozinhos com parentes e eles muitas vezes ficavam sozinho na, como eu deixava às vezes meus filhos sozinhos ou como minha irmã que, que quando ela podia ela vinha me dava socorro cuidava das minhas crianças, senão eles ficavam se governando, tanto é que o meu filho mais moço, ele cada vez que tinha campanha de vacina, que o caminhão saía distribuindo vacina pela comunidade ele se vacinaram, porque eles ficaram sozinhos em casa né, e eram pequenos. (Entrevista – NPH – REPHO)

As resistências se davam também no ato de cuidados mútuos que as vizinhanças produziam, forma de superar as dificuldades de estrutura, de dar os socorros a doentes, de lidar com o aperto de comida:

Maria Clara - Um vizinho cuidava do outro, tinha assim, as vezes um vizinho quando passava mal que a gente não tinha estrutura, assim não tinha, não tinha ambulância, não tinha hospital, não tinha um ambulatório médico, não tinha nada aqui, então o que acontecia, o vizinho estava doente o outro tinha carro pegar esse vizinho levava direto pro pronto-socorro, o pronto-socorro era o nosso, o nosso hospital, era o nosso abrigo hospitalar né. (Entrevista – NPH – REPHO)

A presença do Estado para atender as emergências, os carros da 16º é lembrado para o socorro:

Maria Clara - Pouquíssimos! Pouquíssimos ou então era viatura da policia civil, da 16º (décima sexta).
 Ênio - Fusquinha!
 Maria Clara - O fusquinha, é porque é Brigada²⁶⁶ também pra vir uma viatura da Brigada tinha que vir ou de Belém Novo ou da Tristeza também que aqui não tinha né. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre a existência de roubos na redondeza? Uma surpresa, os moradores que efetuavam algum roubo em caminhões de comida, distribuíam para comunidade, segundo o relato de Dona Maria Clara:

Maria Clara - Existe assalto! Existe, assim, existe muitos assaltos a caminhões distribuidoras né só que era..
 Neila - As pessoas dividiam os roubos?
 Maria Clara - Dividiam é. só que sim ô, era como é que eu vou te dizer, eles atacavam os caminhões, os distribuidores de carne, de leite, e de cigarros, assim - “olha deixa tudo que tem aí para comunidade pega o caminhão e vão embora nós não vamos fazer mal nenhum para vocês” - isso era feito. (Entrevista – NPH – REPHO)

²⁶⁶ Brigada Militar - Policia Militar do RGS.

Quando perguntei “Quem ajudava?”, surgiram nomes de instituições como LBA – Legião Brasileira de Assistência e Lions – Lions Clubs International. Sobre a relação social de assistencialismo Sr. Ênio faz um pequeno comentário ácido sobre as doações “Lavagem do dinheiro dos ricos!”. Sobre as doações do matadouro sou corrigida em minha pergunta que dá continuidade ao diálogo- Frigorífico era isso era tinha uma rotina ou era quando dava?”. Dona Maria Clara observa:

Maria Clara - Que não era frigorífico né, era um matadouro! Sem condições de higiene que muitas vezes eu tinha um cunhado...

Neila - A senhora chegou a conhecer outra do matadouro?

Maria Clara - Conheci sim e tinha um cunhado muito esganado que ele ia

Ênio - Valter?

Maria Clara - Valter! Cada vez que ele quando sabia que, parece que era segundas, quartas e sextas que o matador distribuir né, as vísceras dos bois das carnes ele era o primeiro da fila e ele levava e às vezes as coisas apertaram e nós comer né.

Neila - Como era essa relação do matadouro com o bairro?

Maria Clara - Olha, digamos assim, era boa, boa era né, que eles até os donos do matadouro ali que eles eram tipo sócio...

Neila - Mantinham a distribuição como forma de te ajuda?

Maria Clara - Eles ajudavam, a ajudavam creches, aí foi surgindo aqueles lares vicinais²⁶⁷, que eles foram ajudando direto. (Entrevista – NPH – REPHO)

Restinga Velha – Restinga Nova. Entram em discussão as estruturas distintas destinadas para os diferentes núcleos. Para Dona Maria Clara “É! Contudo já com uma escola quase totalmente construída né. Aí nós começamos a senti já a divisão de poderes, o de lá pode mais e o daqui pode menos.”. Sobre quem ocupava as casas financiadas Dona Maria Clara responde:

Maria Clara - Isto se o Barnabé²⁶⁸ tivesse boas condições de ter acesso a uma chave, se não tivesse vínculo, vínculo com SPC se seu CPF não tivesse né, comprometido que tu tivesse uma renda, aí tu tinha acesso a primeira unidade, senão caso... fora disso... (Entrevista – NPH – REPHO)

E, quem não tinha para comprar a casa própria pela memória de Dona Maria Clara:

Maria Clara - E quem veio das vilas, os que vieram da vila dos remédios os rejeitados, da, do centro urbano de Porto Alegre, esse muito...

Neila - Foram colocados no fundo da Restinga.

Maria Clara - Estes foram colocados no fundo da Restinga velha e isso aqui é o que a sociedade oferece para vocês, se tu tem condições de ir tu vai, nós fomos contemplados eu falo no meu caso, eu e meu velho fomos contemplados com... duas vezes pra ingressar e ir pra Restinga Nova, pra primeira unidade e depois para segunda, mas eu não quis porque eu já estava assim, eu senti que meu lugar era aqui meu chão era aqui na Restinga velha. (Entrevista – NPH – REPHO)

²⁶⁷ Lares vicinais em Porto Alegre : avaliação de um programa para crianças de 0 a 6 anos de idade. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28661>

²⁶⁸ Servidores Municipais eram chamados de Barnabé neste período.

O transporte atingia a todos igualmente, de forma ineficaz, não proporcionava condições para que uma rotina de trabalho formal fosse cumprida, sem com isso exigir dos usuários um árduo sacrifício. Pergunto então “– Dona Maria Clara você lembra como era sair do bairro para trabalhar?”

Maria Clara - Bah!

Ênio - Bah!

Maria Clara - Era difícil! Esse...o meu velho sofreu mais do que eu, porque eu, eu sei pouco, eu usei ...o sacr ..eu... o sacrifício menos tempo do que ele, porque assim, quando eu trabalhava no centro eu saía de manhã não perdi o ônibus das seis horas seis e meia né, de jeito nenhum, não podia perder que era,

Neila - Que era o único né?

Maria Clara - Que era o único e quando voltava também era tinha que sair correndo do serviço e lá pra, pra Praça Sepúlveda pra né.

Ênio - Pega o que vinha de Belém, Belém vinha pela praia de belas ali. (Entrevista – NPH – REPHO)

Restinga – local de castigo, as dificuldades eram tantas que muitos órgãos que precisavam destacar um representante para o bairro que encaravam isso como castigo. Foi assim com Dona Maria Clara:

Maria Clara - Para pegar o que vinha para Restinga. Nesse tempo eu trabalhava no município, só que eu era, [risadas] eu era meio subversiva, funcionária subversiva no município e aí lá pelas tantas, eu tive uma, uma discordância partidária muito grande com a minha chefia né. Aí o que que fizeram comigo pra castigo?

Neila - Lhe transferiram para Restinga²⁶⁹?

Maria Clara - Para Restinga...

(Risadas)

Neila - É muita gente diz que era os castigos eram estes...

Ênio - Delegacia também!

Maria Clara - Os castigos eram estes, tanto é que a 16ª (décima sexta) foi instituída aqui pra castiga os policiais de má conduta.

Ênio - Décima sexta! Assim...E fulano como é que tá? O fulano está mal! Manda pra Restinga. Oba!!!

(risada)

Maria Clara - Então o que que aconteceu eu tinha, eu tive uma divergência, divergência política muito grande dentro do meu setor de trabalho, aí o que, que aconteceu, me transferiram pra Restinga, então tu vai trabalhar na Restinga. É o que eu mais quero!

Neila - Aí a senhora foi trabalhar na Nadal?

Maria Clara - Na Nadal.

Neila - A creche da Nadal atendia a primeira unidade?

Maria Clara - Atendia a primeira unidade! (Entrevista – NPH – REPHO)

A narrativa do casal Sr. Ênio e Dona Maria Clara apresenta o olhar de pessoas que somaram a esta comunidade em sua migração espontânea. São referências para comunidade em suas histórias de lutas e superação. Ainda moram no bairro, são presentes e fazem questão de participar das rodas de conversas desenvolvidas por esta proposta de pesquisa apresentada em dissertação e exercitada em história pública. Suas falas agregam em conteúdo e reflexão

²⁶⁹ Risadas da ironia, já que a restinga para dona Maria Clara era sua casa.

da potencialidade percebida do bairro. Estão em piloto do projeto de comunicação visual que percorreu as escolas do bairro no último ano. São parceiros prontos a diálogos, sobre suas trajetórias de vida.

Gratidão é o sentimento que tenho por ter a oportunidade de conhecer e conviver com amigos tão especiais.

4.2.4 Sr. Gilberto Peri Batista da Silva – Seu Beto (Entrevista em 16.02.2019)



Fotografia 44. Sr. Gilberto Peri Batista da Silva – Seu Beto

O Sr. Gilberto Peri Batista da Silva – Seu Beto mora em uma quadra próxima de minha casa, somos vizinhos. Em nossa rotina nos encontramos com regularidade em conversas trocamos histórias e ele com mais sabedoria sobre o cotidiano do bairro fala e eu escuto. Marceneiro de formação pelo SENAI em espaço existente até pouco tempo no bairro, chegou com sua família em 1971 na primeira super-quadra entregue no Projero Nova Restinga.

Vindo da Vila Teodora, sua mãe como proprietária exigiu não passar pela Restinga que passou a ser chamada de Velha. Por opção D. Brigida, mãe de Seu Beto, migra para o bairro com os filhos, escolhe a casa e a ocupa mesmo ainda estando em construção “Melhor aqui, que lá que não tinha nada” frase do Seu Beto²⁷⁰ em entrevista. O depoente cresce no bairro, já chega na época de escola e é o primeiro a ser matriculado na Escola M. E F. Dolores Alcaraz Caldez que junto com a Vila Trodora migra para estruturas entregues dentro do projeto Nova Restinga, primeira escola de ensino fundamental completo no bairro em estrutura de alvenaria e que acolhe as crianças e adolescentes que ocupam os espaços.

Seu Beto, como chamamos, é um sujeito pacato, conhece o pessoal do futebol e frequentava as atividades do CECORES, se movimenta para organizar sua vida e a dos filhos,

²⁷⁰ Frase do seu Beto se referindo ao núcleo original da Restinga.

não chega a ser uma liderança comunitária, mas, sem dúvida é um bom amigo, que conta como foi ser a primeira família a ocupar a Nova Restinga.



Fotografia 45. Sr. Gilberto Peri Batista da Silva – Seu Beto
Em entrevista

4.2.4.1 A REMOÇÃO

Seu Beto morava em Alvorada quando nasceu em 1962 pela distância sua família decidiu comprar uma residência na Teodora no início da dec. de 60, a propriedade tinha um pátio grande a mãe como chefe da família alugava casas que dividam o pátio para somar os rendimentos da família. Seu Beto presenciou a remoção, suas memórias são narradas em depoimentos:

Seu Beto - Ai como eles estavam já tirando certa parte da vila eles saia o DEMHAB, o pessoal do DEMHAB eles falaram com a minha mãe que eles tavam tirando, que tavam construindo aqui na Restinga daí se ela não queria vim pra cá, porque ela tinha que escolhe ou vir pra cá ou ir pra Santa Rosa nê, que na época eles levavam lá pra Santa Rosa pra aqueles lados, daí nois, ela veio aqui viu eles construindo, ai não, escolheu vir para cá ai. (Entrevista – NPH – REPHO)

Parte dos moradores da vila Teodora eram proprietários de núcleo criado pela Prefeitura nas décadas anteriores, contudo passou a ser considerada área estratégica para alargamento de vias e áreas industriais o que motivou a prefeitura a uma mudança dos planos de loteamento e remoção inclusive dos proprietários do local. As ações de remoção da vila Teodora são narradas por Seu Beto o qual conta que:

Beto - Eles tiraram todo mundo da parte que onde nós morávamos lá, eles tiraram todo mundo que era dono do terreno.

(...)

Beto - Se não saísse eles iam desapropriar e daí não...

Neila - E aí não tinha escolha?

Beto - Não tinha escolha. (Entrevista – NPH – REPHO)

Remoção os levou para sua casa no Projeto Nova Restinga na 1ª unidade, junto com sua mãe e seus irmãos, questiono então o depoente “Quando chegaram em 1971 o que tinha aqui?”, de forma humorada Seu Beto responde:

Beto - Não tinha nada [risadas] não tinha nada.

eila - Mas, já era o projeto da primeira unidade da Restinga Nova.

Beto - É! É a primeira unidade da Restinga nova, tavam construindo né a nossa parte ali eles tinham terminado só alvenaria né botaram o piso de tudo, mas o resto, reboco não tinha nada e a água também, não tinha água não tinha luz.

Neila - Vocês vieram, vieram, veio só a família de vocês houve mais pessoas?

Beto - Não! Depois de nós começou a vir outras famílias, que moravam também na Teodora. (Entrevista – NPH – REPHO)

Pergunto se todos os vizinhos da Vila Teodora vieram para a Nova Restinga na busca de entender a dinâmica do processo, a resposta do depoente separa três grupos “(...) um pouco veio pra cá, teve uns que vieram pra Restinga Nova, outros que vieram para Restinga Velha outros que foram pra Santa Rosa.” Pergunto então “– E por que o senhor veio para cá e não para Restinga Velha?”. Seu Beto, responde narrando o processo:

Beto - Eu não, é porque a minha mãe, eles queriam larga nós lá pra espera termina aqui e a minha mãe não aceitou.

Neila - Por quê corria o risco de não dá ao receber a casa?

Beto - Não recebeu a casa!

Neila - Sua mãe teve que pagar pela casa depois, teve que continuar pagando?

Beto - Continua pagando! (Entrevista – NPH – REPHO)

A mãe de Seu Beto não aceita o encaminhamento para Restinga Velha onde corria o risco de não receber a casa de alvenaria do projeto e perder tudo que possuía sem conseguir a casa para viver com os filhos, sendo obrigada a viver em espaço precário sem perspectivas de melhoras. Pergunto então “– Por que era pior lá?” me referindo ao núcleo original da Restinga – Restinga Velha, como ficou conhecida, Seu Beto responde “– Porque se aqui não tinha infraestrutura lá não tinha nada [risadas].”. Instigo o depoente a detalhar sua resposta sobre o espaço que sua mãe não aceitou “– Não! Lá as casa eram, casa feita de, chegava lá se tu não tinha material pra fazer a casa tu ia morar em baixo de uma lona.”.

Estamos falando de 1971 de cinco anos de existência do núcleo original que se inicia em 1967, a política sistemática de remoção e seleção dos sujeitos fadados a ocupar um lote no núcleo original, mesmo considerando a memória com suas possíveis variáveis e influências, relaciono outros depoimentos e matérias da imprensa que confirmam o abandono do núcleo original do bairro que aguardava, desde 1967, por melhorias e as estruturas construídas foram destinadas somente dentro do projeto habitacional Nova Restinga. Questiono Seu Beto “– E aí eles receberam um terreno lá e ficaram...”

Beto - Ficar esperando aí pegavam e arrumavam o material e construíam de qualquer jeito né.

Neila - Eles mesmos iam construindo.

Beto - Eles mesmos iam construindo. Era favelão né, favela mesmo não tinha nada. (Entrevista – NPH – REPHO)

Pergunto como foi à escolha de D. Brígida da mudança com a família, morar no meio da obra em uma casa ainda não concluída:

Beto - Não, eles já tinham colocado telhado só não tinha forro ainda, nós entramos lá dentro e eles ficaram trabalhando no pátio

Neila - Ah! Então vocês conviveram com final da obra.

Beto - Com os operários trabalhando andando, até dentro de casa.

Neila - E não precisaram hein então ficar em lona?

Beto - Não!

Neila - Não, ele já foram terminando a casa conforme vocês se ajeitaram.

Beto - Aham! Se ajeitamo e eles foram terminando.

Neila. Como foi a chegada aqui, a escola já estava disponível?

Beto - Não tinha escola, não tinha nada, não tinha nem delegacia.

(Entrevista – NPH – REPHO)

Dona Brígida, mãe de Seu Beto muda para o meio de um grande canteiro de obras, com cinco filhos pequenos, pergunto como ela deu conta da família e Seu Beto responde “– Ah ela fazia né, ela cozinhava fazia pastel esses negócio e vendia na obra né e ela tinha pensão que ela recebia do meu pai e com isso aí ela foi mantendo.”. O diálogo segue e pergunto sobre a infância na Restinga:

Beto - Bom, a minha infância na Restinga eu vou te dizer foi bem agitado [risadas] que nós não era mole, 4 (quatro) macho [risadas] solto aí vindo lá da Teodora pra cá, mas, e tinha uma bando que veio de lá pra cá, era tudo conhecido.

Neila - Tudo amigo, os vizinhos se encontraram aqui então?

Beto - É! Nos encontremo aqui é. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre a escola, pergunto “– A escola ficou pronta quanto tempo depois?”

Beto - Ah! Um ano depois.

Neila - Um ano depois?

Beto - Um ano depois.

Neila - Em 1972 (mil novecentos e setenta e dois) quando realmente eles entregaram todas as casas da Restinga Nova?

Neila - Aí vocês estudavam no Dolores²⁷¹ já?

Beto - Já, na Teodora lá já.

Neila - Dolores Alcaraz Caldas que era a escola do primeiro unidade.

Beto - Fui o primeiro aluno ali, é a primeira matrícula é a minha [risadas]

Neila - O Dolores Alcaraz Caldas então era a escola que já existia na Vila D. Teodora?

Beto - Já existia na Teodora.

Neila - Quando migrou, quando a população veio pra cá a escola veio junto?

Beto - Veio junto, veio junto, veio com os professores, diretoria tudo veio de lá para cá. (Entrevista – NPH – REPHO)

Quando pergunto se todos estudam na mesma escola Seu Beto recorda que “– É, mas, eles não estudavam aqui, porque eles estudavam lá no José do Patrocínio ou senão lá no Henrique Farjat já”, Seu Beto sugere que as crinaças do núcleo da Restinga Velha não poderiam sem atricular na escola do projeto Nova Restinga, para isso o Seu Beto afirma “–

²⁷¹ Escola EMEF Dolores Alcaraz Caldas, trazida com seu corpo de profissionais da Dona Teodora para Restinga Nova.

Que foram ocupando as vagas na escola que era só para quem morava aqui.”. As distinções de espaços e seus pertencimentos separam os moradores que estão adquirindo a casa própria em financiamento do BNH dentro do Projeto dos que migraram compulsoriamente ou já de forma espontânea para o núcleo original do bairro – Restinga Velha.

Beto - A escola que era os dois pavilhões aqueles ali.

Neila - De madeira?

Beto - Não, os dois de material, aí depois tinha os de madeira lá atrás, eles já fizeram os dois de material maior ali, aquela estrutura ali de material, o refeitório aquela parte ali eles fizeram em seguida já.

Neila - Já entregaram?

Beto - Já entregaram pronto. (Entrevista – NPH – REPHO)

Busco tentar entender o espaço anterior ocupado por Seu Beto e lhe pergunto “– E como era a Teodora?”

Beto - A era, tinha certas partes que era favela mesmo, era favela que era barraco não tinha infraestrutura, mas as partes ficavam mais pro lado da faixa...

Neila - Onde vocês moravam?

Beto - É, aí já era melhor era tudo urbanizado lá.

Neila - A casa aqui era do mesmo tamanho que vocês tinham?

Beto - Ah, não, nossa casa lá era enorme, o terreno dava uns dois terrenos destes aqui, tinha mais três, quatro casas no fundo alugada. (Entrevista – NPH – REPHO)

As perdas materiais são registradas em diversos depoimentos dos moradores que migraram para o bairro compulsoriamente, a família do Seu Beto encontra uma situação melhor, possui alternativas, Santa Rosa ou Restinga recebe a alternativa de liquidar parte do financiamento com os valores já pagos para o antigo Departamento da Casa Popular atual DEMHAB e assim recebem a casa de alvenaria escolhida por D.Brigida no local desejado.

Questiono então a saída da Vila Teodora se houve reivindicações, Seu Beto responde:

Beto - Houve, houve, mas eles não, naquela época não tinha muita. A ditadura que mandava e foi como eles construíram lá a Cidade de Deus no Rio²⁷² jogaram o pessoal só que a cidade de Deus foi crescendo pra dentro da cidade né e eles mandaram lá para o canto lá em vez de ela ir pro outro lado ela veio pro lado da cidade, nós aqui já não né, nós ficamos só aqui. (Entrevista – NPH – REPHO)

A observação sobre a ditadura e a comparação com a Cidade de Deus no Rio de Janeiro demonstra uma reflexão do depoente sobre o contexto e as dinâmicas das políticas urbanas do Regime Militar de construir lugares para população pobre da cidade. Seguindo o raciocínio do depoente, eu o questiono “- A diferença entre morar na Teodoro que é mais perto do centro e morar aqui?”

Beto - Na época pra nós, que nós, nós era piá, nós ia a pé até o centro, nós largava de casa se ia pro centro a pé.

²⁷² Referência ao projeto habitacional Cidade de Deus construído na cidade do Rio de Janeiro para abrigar os expulsos das Favelas centrais da cidade durante o Regime Militar após 1964.

Neila - E tinha assim...

Beto - Aqui já tinha que pegar o ônibus e de repente quem não é muito esperto se perde né. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre o encontro dos diferentes territórios da cidade reunidos em um único lugar, proponho a reflexão sobre os possíveis problemas entre os sujeitos e o depoente responde:

Beto - Ah! Para uns tinha né, mas nós não, conhecia todo mundo, sempre conhecemo todo mundo e, e nós era desenfreado não tinha essa de não pode andar aqui - Ah não pode andar aqui! Nós se juntava um bando ia lá e quebrava o pau [risadas]. (Entrevista – NPH – REPHO)

A resposta de Seu Beto remete aos outros depoimentos ao longo da pesquisa, o espaço isolado e cheio de dificuldades une os moradores na proposição ativa de cuidados mútuos. Segue também a ideia do que sobre a ocupação da primeira etapa do projeto Nova Restinga, seguindo a proposta de remoção, reuniu os trabalhadoras formais e possíveis proprietários das diversas “Vilas de Malocas” desocupadas e limpas para receberem os traçados o Plano de Melhorias, Plano de Diretor entre outros como Projeto Renascença.

Beto - É! Das outras Vilas para cá. Até essa parte aqui a segunda fase da primeira unidade teve muita gente que veio da Santa Luzia.

Beto - Acabava vindo para cá era melhor escolha, por outro lado já não.

Neila - E quem não tinha propriedade (...) ia pra Restinga Velha?

Beto - É! (Entrevista – NPH – REPHO)

Tendo espaços definidos para os que possuíam trabalho formal e os que não possuíam, a narrativa em diálogo aponta a forma como era conduzido o processo:

Neila - Quem não tem emprego?

Beto - Aí eles largam num terreno lá e quando tu pude paga tu paga, se tu não paga a hora que nós quiser nós te tiremo e deu, assim que eles faziam né. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre o transporte e a experiência de sair do bairro, o depoimento de Seu Beto reafirma as dificuldades persistentes mesmo já iniciando a década de 70, frente a minha provocação “- Agora pensando na questão de crescer né, o senhor falou: “- Ah! Eu ia a pé pro centro.”. Era permitido que a molecada a gurizada pudesse pegar o ônibus?” Seu Beto Responde:

Beto - Não, eles não deixava, nem chegava perto, se tu não tinha dinheiro pra passagem não subi no ônibus.

Neila - Era pra todo mundo isso?

Beto - Era pra todo mundo, se subia e não tinha dinheiro pra passagem eles não deixaram, se queria passa por baixo da roleta não tinham. (Entrevista – NPH – REPHO)

As relações de precariedade punem os mais fragilizados, suas condições de manter estratégias de sobrevivência e trabalhos informais como antes de sua remoção é completamente desarticulada pela condição de confinamento estratégico e controle do transporte. A circulação na cidade é restrita aos horários já registrados e a condição de circulação depende agora do pagamento da passagem.

Para entender o espaço Restinga quanto a seu controle, questiono o depoente a pensar “Como era a função da polícia aqui?”

Beto - Aqui a polícia quando nós chegamos aqui tinha só o postinho da brigada atrás de onde é o Armário Gaúcho era só um postinho da brigada ali, tinha um brigadiano que ficava ali que era o cabo Murilo que era dono que era dono do armazém que tinha na frente.

Neila - O cabo Murilo era dono de armazém?

Beto - Dono de armazém do armazém que tinha na frente e ele que comandava ali, mas quando precisava ali faz uma, uma ocorrência um negócio assim eles chamavam de fora, daí eles eram obrigado a chamar ele tava ali só pra atender as ocorrências me registrar, mas quando eu tinha que fazer uma prevenção um negócio, ele tinha que chamar o batalhão de fora pra.

Neila - Ali o cabo Murilo ficava atrás do Armário Gaúcho e o armazém dele ficava na avenida?

Beto - Ficava na avenida onde é os, o banco²⁷³ ali, onde é o banco ali, aquela área ali.

(...)

Beto - Era o armazém dele que chamavam o baratilho, o baratilho é. (Entrevista – NPH – REPHO)

O Matadouro como marco de fornecimento de carne e de doação de miúdos, foi questionado por mim “-Vocês chegaram a pegar o matadouro lá?”

Beto - Pegamo é claro!

Neila - E faziam fila pra pegar os miúdos.

Beto - Pra pegar lá os miúdos, os miúdos era a cabeça de gado era que eles davam.

Neila - E quantas vezes por semana tinha isso?

Beto - Ah! Eram duas vezes por semana e tinha que ir cedo, se fosse tarde eu não pegava nada! (Entrevista – NPH – REPHO)

Pergunto sobre a população pobre da Restinga e se havia os pobres e os mais pobres ainda, a resposta surpreende em sua espontaneidade por registrar uma prática de muitos moradores que dividiam com os que tinham menos:

Beto - Bah! Bom quando nós viemos pra cá minha mãe até às vezes as pessoas chegavam ali pedia, ela mandava entrar senta aí vamos comer com nós. (Entrevista – NPH – REPHO)

Aqui nos anos 70 o que não era Restinga era mato, assim se entendia a Restinga uma ilha de urbanidade em meio a uma área rural. Área planejada para controle dessa população

²⁷³ Na João Antônio da Silveira há um centro comercial onde está localizado hoje dois bancos, a Caixa econômica Federal e o Banrisul, na identificação de Sr. Beto ali era onde se localizava o armazém do Cabo Murilo.

trazida, intencionalmente e deixada isolada. Dentro dessa perspectiva questiono o depoente sobre a repressão na Vila Teodora:

Beto - Lá²⁷⁴ 10 (dez) hora da noite se não fosse, se não tivesse vindo do serviço, se não tivesse a carteira assinada na mão, eles pegavam botavam dentro do camburão levavam dava uma surra e trocavam lá. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre o transporte – ônibus – trabalho busco saber junto ao depoente como era a rotina de trabalhar, estudar e para isso sair do bairro para área urbana da cidade:

Neila - E essa história de sair do bairro e ir a pé muitas pessoas que perdiam a possibilidade de pegar o ônibus aqui iam andando até Belém Novo, até Belém Novo não até o entroncamento?

Beto - Até o entroncamento é, que era sim aqui tinha um caminhão, antes do ônibus tinha um caminhão, um caminhão era os pau a pique que se chama levava até lá 38 (trinta e oito)²⁷⁵ aí lá pegava o Belém, aí de lá porque quando nós viemos pra cá não tinha aquela faixa aqui reta, entrava no Beco do Adelar ali, e saía lá na 38 lá, que ali ainda os, os donos do sítio ali não tinha liberado ainda pra, ali era tudo sítio ali, então não tinha a faixa.

Neila - Então ainda não tinha a Hípica²⁷⁶.

Beto - Não! A faixa aquela ali da hípica ainda não tinha.

Neila - Ai saía entrava no Beco do Adelar?

Beto - Adelar.

Neila - Que também era chão batido?

Beto - É e ia lá na faixa de Belém lá, pegava o ônibus na 38.

Neila - Isso quanto tempo?

Beto - Ah! Isso ficou uns 3 (três) anos sim.

Neila - Porque eu lembro que logo em seguida o ônibus já vinha por esse caminho que é hoje né?

Beto - É que eles estavam abrindo a faixa lá.

Neila - Eles estavam abrindo a faixa, então na verdade vir pra Restinga consegui ser mais complicado ainda, porque tu tinha que vir pela faixa de Belém?

Beto - Tinha que vir pela faixa de Belém aí o Belém²⁷⁷ largava lá se tu não pegasse o caminhão pra trazer tu tinha que vir a pé de lá até aqui.

Neila - E o ônibus que tinha às 6 (seis) da manhã e à noite ele também fazia esse trajeto

Beto - Fazia esse trajeto ai, também fazer esse trajeto. (Entrevista – NPH – REPHO)

Os marcos de memória dos moradores do bairro que contam suas experiências vividas descrevem paisagens e demonstram imagens não registradas pela memória “oficial”²⁷⁸, assim, a construção complexa que esse tema propõe se sustenta com as diferentes fontes relacionadas. Nessa perspectiva de construção dos registros de experiências questiono o depoente sobre o transporte “- Sempre foi, é sempre foi, sempre foi, bah! Na época que eu comecei a trabalhar tava com 14 (catorze) anos, então pra pega um ônibus aqui eu tinha que

²⁷⁴ “Lá” referesse a Vila Teodora.

²⁷⁵ A trinta e oito é a parada que fica na divisa do entroncamento entre Belém Novo e Restinga.

²⁷⁶ Atual Bairro antes de chegar a Restinga.

²⁷⁷ Ônibus linha Belém Novo.

²⁷⁸ Os depoimentos dos moradores ajudam a entender as dinâmicas de mudanças urbanas em seus tempos históricos, os documentos oficiais e imprensa registram uma memória falha em informações,

subir lá em cima lá de manhã cedo eu pegava 6 (seis) hora no serviço eu tinha que tá 4 (quatro) horas no fim da linha.”²⁷⁹.

A memória de Seu Beto nos leva para as estratégias de resistência, os movimentos de moradores que seguiam a pé até o centro muitas vezes batendo panela e fazendo barulho com a intenção clara é de serem ouvidos. Se há poder e se este se revela nas ações e reações dos sujeitos, fazer barulho, “balbúrdia”, chamar atenção sobre o impensável que ocorria no bairro, entre outras, essa é uma forma de resistência onde muitas lideranças nasceram em caminhadas que levavam reivindicações e também proposições para os gestores municipais e como não poderia deixar de ser, convidando a cidade para se posicionar.

O clientelismo foi um marco das áreas que receberam estruturas de financiamento públicos, nem todos os que falam pelo bairro são reconhecidos pelos moradores como agentes de resistência e transformação política do bairro. Sobre os políticos, o Seu Beto afirma:

Beto - Não, não, olha os políticos aqui que nem o Pujol²⁸⁰ diz que, quando eu vim pra Restinga o Pujol nem fazia partida da..., ele veio quando construíram a segunda unidade aí ele diz que fez a Restinga! Aí todo mundo diz ah o Pujol, não! O Pujol quando eu vim pra Restinga ninguém conhecia o Pujol. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre as experiências com políticos, também falamos sobre os Presidentes da República que marcaram presença no bairro. Provoco a memória de Seu Beto ao questionar “- O senhor chegou a estar junto quando o Presidente caminhou ali pela Esplanada²⁸¹?”

Beto - Eu tive com os três presidente aqui!

Neila - Três presidentes?

Beto - Os três presidentes? Quando ele inaugurou a Restinga ali, do lado do Dolores²⁸² ali na pedra ali.

Neila - Quando ele inaugurou a primeira unidade?

Beto - É, é depois quando veio o outro inaugurou a segunda.

Neila - A segunda unidade, o primeiro foi Geisel²⁸³ ...

Beto - É Geisel²⁸⁴, depois foi Médici²⁸⁵ e depois do Figueiredo²⁸⁶, Figueiredo meu parente, meu primo.

²⁷⁹ Toda a riqueza de detalhes levantados pelo diálogo dos depoentes merece um mapa de maracadores territoriais que surgem em narrativas, contudo, o momento desta dissertação não pode contemplar esse processo, mesmo assim, fica a provocação para outros trabalhos e estudos.

²⁸⁰ Reginaldo da Luz Pujol foi eleito vereador oito vezes - duas pela Arena (1972 e 1976); quatro pelo PFL (1992, 1996, 2000 e 2004); e duas pelo DEMOCRATAS (2012 e 2016). In.: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/vereadores/reginaldo-pujol>

²⁸¹ Praça central da Av. Foão Antônio da Silveira.

²⁸² Escola

²⁸³ Ernesto Geisel - 29º Presidente do Brasil, exercendo o cargo de 1974 a 1979.

²⁸⁴ O erro da entrevistadora influenciou na resposta do entrevistado, porém sua memória ordena os presidentes conforme sua experiência.

²⁸⁵ Emílio Garrastazu Médici - Foi o 28º Presidente do Brasil, o terceiro do período da ditadura militar brasileira, entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974.

²⁸⁶ João Baptista de Oliveira Figueiredo - Foi o 30º Presidente do Brasil, de 1979 a 1985, e o último presidente do período da ditadura militar.

Neila - É!
 Beto - Meu primo!
 Neila - E Figueiredo veio para inaugurar qual Restinga?
 Beto - A parte da terceira unidade. Veio três, bom na Restinga veio quatro
 Presidente né,
 Neila - Veio quatro Presidente?
 Beto - A Dilma. [risadas]
 Neila - A Dilma veio também, pra inaugurar o hospital.
 Beto - O hospital é.
 Neila - E o senhor estava presente nos três primeiros?
 Beto - Nos três primeiros é. O da Dilma eu não fui porque eu tava trabalhando
 [risadas], eu só vi ela passar de carro lá [risadas].
 Beto - É do resto da cidade. (Entrevista – NPH – REPHO)

No início do bairro a água ainda era um problema²⁸⁷, questionei Seu Beto sobre a rotina de fornecimento “- Tinha que buscar na bica?”

Beto - Mas, quando nós viemos para cá também, nós tínhamos que ir lá de carrinho de mão até eles instalarem a rede toda, nós tínhamos que lá busca te buscar de carrinho de mão a água lá na Restinga Velha.
 Neila - Lá na bica?
 (...)

 Beto - Três bicas!
 Neila - Pra atender toda essa população?
 Beto - Para atender toda a população. (Entrevista – NPH – REPHO)

As lutas duraram mais para o núcleo original da Restinga Velha que para o projeto Nova Restinga, mesmo assim, no início ambos os espaços sofriam com a precariedade dos serviços básicos. Questiono o depoente “- E quando faltava água?”

Beto - Ah! Aí vinha os caminhão-pipa.
 Neila - De quanto em quanto tempo?
 Beto - Ah! Era de 3 (três) em 3 (três) dias vinha os caminhão.
 Neila - E se, há... vem caminhão-pipa com pouca água potável, usavam que água?
 Beto - Aí tinha que ir na sanga buscar? (Entrevista – NPH – REPHO)

O Projeto para Nova Restinga – a memória de quem viu ser construído questiono sobre as lembranças da prática dos canteiros de obras “- O senhor via muitos engenheiros por aqui quando foram construindo o resto das unidades do bairro?”

Beto - Não até nem vinha muito não.
 Neila - Quem tocar obra aqui?
 Beto - Era, os, os cara que, os mestres é só os mestres de obra os engenheiros só vinha aí dava uma olhadinha e depois ficava um tempão sem aparecer.
 (...)

 Beto - Ah, aqui muita coisa não foi pensado né. O meu esgoto passa dentro do meu pátio o geral da minha quadra passa todinho dentro do meu pátio.
 Neila - E se estraga?
 Beto - Aí eles querem entra dentro do pátio, cava como a gente aumentou querem entra dentro da cozinha arrebenta o piso pra arruma o esgoto.

²⁸⁷ As estruturas do bairro mantêm sua precariedade na chegada do Seu Beto e nos primeiros anos do Projeto Restinga, melhorias foram conquistadas nos espaços da Nova Restinga com a participação popular juntos das rodadas do Orçamento Participativo – OP, contudo esse processo chega somente no início dos anos 90, e os recursos eram disputados por regiões da cidade.

Neila - De toda a quadra?

[risadas]

Beto - De toda quadra [risadas].

Neila - Então a sua casa eles abrem buraco pra arrumar o esgoto. Mas, aqui também essa quadra tem o final, todo esgoto passa pelo meio das duas casas...

Beto - É e não podia.

Neila - ... vai até o final da quadra.

Beto - É não podia, no caso aqui o daquelas lá tinha que ser pra frente e o dessa aqui lá na frente, eles fizeram no meio. É aqui certas quadras aqui foram condenadas não era nem pra se entregue e eles entregaram assim mesmo, a nossa ali foi condenada.

(Entrevista – NPH – REPHO)

As irregularidades da obra são marcas das lembranças de Seu Beto, quando o depoente afirma “Não era para ter sido entregue por causa desse sistema aí, como é que vai ser o esgoto geral dentro de casa, dentro do pátio principalmente né.”. Suas memórias sobre as estruturas de construção são narradas:

Beto - Só não foi feito que na faixa ali ó, na faixa tem a galeria geral também fica uns 3 (três) metros de profundidade, a geral aqui que desce lá no valão lá, a gente entra aqui em cima vai até lá embaixo caminhando. Mas, aí eles podiam fazer tudo na frente como aqui, podiam fazer tudo separado, mas, não é que isso aí foi um desvio de verba também né, qui pra economiza pra eles pode bota dinheiro no bolso porque a Restinga ela foi construída com o dinheiro que eles ganharam do Banco Interamericano e do que veio da Alemanha né.

Neila - Veio pelo BNH?

Beto - É, mas veio da Alemanha, foi uma verba que os alemão mandaram pra construir e eles desviaram a maior parte, não era nem pra ser casa assim.

Neila - Como era pra ser?

Beto - Não era, era ser paredes e meia, era para ser os terreno maior as casas eram para se sobrados e não era nem ó isso foi assim, (Entrevista – NPH – REPHO)

Seu Beto reafirma informações já levantadas na oralidade de outros depoentes, mas não encontradas em documentação. Esse projeto então era para outra população, como a área já existia e sua função demandava uma população pobre, adaptações foram feitas e assim o depoente recorda:

Beto - Esse era um projeto que o seguinte foi assim ó, esse projeto da Restinga era pra burguesia eles queriam fazer um condomínio fora da cidade pra burguesia.

Neila - Sim eu sei que esse projeto tem, tá em projeto condominial?

Beto - Condominial.

Neila - Que é um condomínio.

Beto - Só que ia ser um condomínio fechado pra burguesia e eles iam fazer tipo lá Terra Ville²⁸⁸ entendeu, mas só que daí pra, o que que eles queriam, eles queriam pegar aquela parte daquelas áreas lá que eram do centro da cidade tira, pra onde é que eles iam manda aí eles pegaram usaram esse dinheiro e pegaram e fizeram isso que tá aqui pra tirar o pessoal de lá e embolsaram a metade do dinheiro.

Mantenho o diálogo questionando “- Então a casa veio com material de péssima qualidade?” (Entrevista – NPH – REPHO)

²⁸⁸ Referência de condomínio fechado de alto custo em Porto Alegre.

Após denunciar a mudança do projeto para dequar a realidade da região, Seu Beto fala da qualidade dos materiais usados: “De péssima qualidade pra economiza e...”, em sua versão a ideia era economizar na adequação do projeto:

Beto - Não era nem pros pobres [risadas] é isso aí o cara um amigo meu que trabalhava, eu trabalhei na casa dele ele era engenheiro do DEMHAB na época que ele trabalhava. Vem vou te mostrar aqui, ele me mostrou lá uma maquete que ele tinha guardado, ele mostrou a maquete que ele tinha lá, isso aqui era o projeto da Restinga tá aqui ó.

Neila - As casas não eram assim?

Beto - Não era assim, era pra se, não era para se germinada e era para ser sobrado e os terrenos maior, não eram, isso aqui eles fizeram pra... Ai quando vê eles resolveram e não, porque vai i aqui aquelas pessoas que eles queriam traze pra cá, não mas pra cá fica muito distante da cidade, não queria, não pra lá a gente não que né, não vai se um negócio viável então, o governo diz não vamo construi assim, assim, vamos tira aqueles que estão na cidade que tão prejudicando a zonas nobres e...

Neila - O senhor lembra o nome do seu amigo que era engenheiro?

Beto - Ele até faleceu era o **Paulo Grapiglia**. (grifo meu)

Neila - Paulo?

Beto - Paulo Grapiglia. É.

Neila - Derepente encontra o nome dele nos registros lá que a gente faz o levantamento dos nomes também né, dos mapas. Quem sabe a gente encontra.

Beto - Ele trabalhou anos, ele trabalhou no DMAE, ele trabalhou no DEMHAB. (Entrevista – NPH – REPHO. (grifo meu)

Morar na Restinga é bom – uma eterna luta – para Seu Beto, o bairro é “- Ah! Agora pra mim é até que, é bom até, eu, eu vou eu vou te dizer eu já morei em vários lugares fora da Restinga e eu não troco.”. Sobre não morar na Restinga Velha o Seu Beto afirma “- Não, não no caso imagina, nos já num morava numa muito boa né, mas pelo menos onde gente morava tinha um pouco de infraestrutura aí saí de lá e i pra Restinga Velha, sem nenhuma infraestrutura.”. Essa é a experiência do Seu Beto em sua perspectiva do lugar e das escolhas justificadas pelas possibilidades de estruturas pela sua mãe.

Uma ultima memória sobre Teodora para entender a dinâmica da repressão da Vila de Maloca em processo de desarticulação, o processo de remoção e a ação do DEMHAB como representante da administração municipal em 1970, pergunto sobre a presença do Departamento e da Brigada “- Quando chegou, chegou o caminhão e a brigada?” e a narrativa de Seu Beto registra “- É o caminhão e a brigada junto, não queria sai eles mesmos pegavam botavam os móveis para cima.”. E, seguimos em diálogo o com Seu Beto:

Neila - Quem se recusasse a sair a casa era removido igual?

Beto - É, é. Era removido igual.

Neila - Na verdade a casa quando vinha pra Restinga Velha porque no caso vocês deixaram a casa?

Beto - Deixamo a casa é. (Entrevista – NPH – REPHO)

Busco entender e saber mais sobre a repressão e as ações da polícia no interior na Vila:

Neila - A presença da Brigada era constante na Teodora?

Beto - Era, bah, lá era direto. (Entrevista – NPH – REPHO)

Questiono se a pressão policial havia se intensificado após o 64 (sessenta e quatro)? O depoente registra “Sempre foi.”

A política de remoção e higienização social da cidade se mantém com uma dupla dinâmica a que levar o sujeito removido a migrar espontaneamente para ocupar as casa do Projeto Nova Restinga e outra dinâmica a de migração compulsória e de despejo em terrenos sem estruturas urbanas, onde o removido perde seu patrimônio investido no terreno de origem, tendo que reconstruir sua vida sem materiais apropriados ou somente com os restos dos que foram possíveis de ser trazidos no caminhão de remoção.

Condições contextuais agravam as distinções dos sujeitos e seus lugares internamente ao bairro, processo que deve ser estudado de forma mais minuciosa, contudo, aqui registramos a necessidade de aprofundar os temas em seus amplos aspectos possíveis na dinâmica social do bairro. Outra prática de influência nas constituições do espaço que devem ser analisadas são as dinâmicas clientelistas que moveram ações de poder na indicação de recebimento das chaves e do aval de financiamento por parte de políticos e gestores municipais.

4.2.5 Almerinda Rosa de Lima (Entrevista em 05.01.2019)

Almerinda é uma referência entre as lideranças do Bairro Restinga, moradora do núcleo Chacara do Banco, segue os passos de seu pai líder em seu tempo no início do loteamento.



Fotografia 46. Almerinda Rosa de Lima

A memória – história de vida – resgate de suas origens: Almerinda vem criança junto de sua família em 1965 morar no Morro da Glória, na rua Ascensão em Porto Alegre, onde já morava uma tia, área de ocupação irregular. Seu pai consegue trabalho na construção civil, para sustentar uma família com 12 filhos. A casa vai sendo melhorada com o tempo, contudo em área sem estrutura sobre essa lembrança Almerinda registra “Melhorando a casa a gente não tinha a água, a gente não tinha luz, era lampião né eu lembro bem que era lampião que a

gente usava né existe uma bica que a gente ia buscar água.”. As dificuldades vão sendo narradas em diálogo:

Almerinda - A bica ficava na entrada do morro, aí era aquela fila todo mundo naquela coisa, mas daí o que que a gente fazia, a gente fazia marcação de pedra pra ir cada um com seu balde tá ali, então aquela bico era para nós beber água, tomar banho e a minha mãe lavar roupa. porque tinha umas pedras e aquela bica corria a água então o pessoal...

Neila - O colégio ficava perto, mas a bica ficava longe do colégio?

Almerinda - Não era perto da escola era divisa da escola essa bica, por que eles fizeram uma caixa d'água entendeu era tipo uma caixa d'água parece um....

Neila - Uma cisterna?

Almerinda - Uma cisterna, mas era de cimento, então aquela caixa vivia cheia d'água.

Neila - E você ah, chegava água ali pelo encanamento?

Almerinda - Não! Era não era aqueles caminhão que levava o caminhão pipa que enchia aquela cisterna para gente subir lá. (Entrevista – NPH – REPHO)

Preocupado com os filhos a família busca alternativa quando processo de remoção que se inicia em 1967 como solução opta pela mudança para Vila Augusta em Viamão, foi o primeiro encontro desta família com uma casa estruturada e dentro de um condomínio, um sonho que se realiza, com o custo do financiamento Almerinda lembra esse momento:

Almerinda - Eram a casa popular da Habitasul²⁸⁹, era da habtasul eu me lembro a gente foi para lá, um condomínio.

Neila - Seu pai comprou lá?

Almerinda - O pai comprou lá, mas era como as prestação começou aumenta, aumenta, aumenta, aumenta a gente não teve mais condições de pagar a casa, aí meu pai passou a casa e aí resolveu comprar esse terreno aqui. (Entrevista – NPH – REPHO)

A depoente recorda a mudança e o encontro com um espaço servido por estruturas nesse momento sua emoção invade o diálogo:

Almerinda - Foi a primeira vez e, que nós te banheiro né, que nós tínhamos banheiro com chuveiro esse eu me lembro muito bem, primeira vez que a gente toma banho, não que a gente não tomasse né, mas ve a água assim²⁹⁰, isso é [momento do choro da entrevistada, que não segura a emoção trazida junto com da memória] eu vejo hoje essas ocupação eu me lembro disso, que eu passei isso é muito triste as pessoas não têm um lugar pra morar digno, com água com luz do esgoto com asfalto ... ai desculpa, desculpa!²⁹¹

Neila - Fica à vontade²⁹².

Almerinda - Desculpa! (imersa na emoção a entrevistada não contém o choro)

Almerinda - As vezes vem a recordação daquela época, eu sei que era uma época difícil, mas é uma época que a gente era tudo unido, um cuidar do outro toda a família não só família escolas os vizinhos, a gente tinha uma união uma integração um cuidado uma colhimento que cada um que chegasse aqui a gente iria recepcionar aquela família.

Neila - No condomínio também?

²⁸⁹ Banco Habitasul S/A

²⁹⁰ Momento de emoção da entrevistada em que corre lágrimas pelo seu rosto.

²⁹¹ O constrangimento pela emoção.

²⁹² Segui ao acolhimento o silêncio em respeito.

Almerinda - Também! Também (suspiros e momento de secar as lágrimas) eu me lembro que a minha mãe fazia bolo pra gente recepciona aquela pessoa que chegava, que vinha na mesma situação nossa. (Entrevista – NPH – REPHO)

A experiência de viver em um espaço estruturado, a lembrança das conquistas e dificuldades de se manter, mesmo com a mobilização de todos que já podiam trabalhar, família passou a perceber que não era possível manter o espaço. Em meio a emoção [Como a emoção se manteve, em respeito a entrevistada tentamos parar a entrevista.] questiono a depoente “- Almerinda vou te fazer uma pergunta, tu quer respirar um pouco?”, em ímpeto de deixar correr a entrevista Almerinda responde “- Não! Não, não é tão bom lembrar isso sabe eu choro di, di felicidade não é di, di assim, do que eu passei do que eu vivi e o que eu vivo hoje e como eu to, como meu pai faleceu minha mãe faleceu e eu e nos deixou isso.”. Sua emoção foi presente em nosso diálogo, Almerinda lembra com carinho a presença do pai em sua história:

Almerinda - Essa história de luta, então contar isso para mim é muito gratificante porque me lembra toda a trajetória da nossa vida e o que o nós somos hoje, porque eu acho que o maior legado que ele deixou para nós maior herança nossa, é a educação né, sermos honestos e, e ter formadores né, na nossa família, hoje eu tenho a minha irmã ela é advogada, meu irmão é economista né, então cada um de nós temos uma profissão então a maior coisa a maior riqueza foi isso que ele deixou para gente né, quando ele faleceu ele chamou todas nós todas nós na UTI quando ele tava mal. Eu me orgulho de todos vocês porque eu não tenho um filho ladrão eu não tenho uma filha prostituta e vocês são meu orgulho isse marcou muita gente. (Entrevista – NPH – REPHO)

A busca de espaços por parte da família de Almerinda é registrada em diálogo como estratégia de conquista da casa própria e melhora nas estruturas²⁹³. Contudo, o custo do financiamento não permite a permanência no condomínio e a solução foi a mudança em 1979 para um loteamento organizado chamada Chacara do Banco no Bairro Restinga. É o encontro da família de Almerinda com o bairro, adiado em 1970, que chega como uma alternativa no retorno à cidade de Porto Alegre. O diálogo retoma o encontro da depoente com o bairro:

Neila - Você já tinha ouvido falar de Restinga?

Almerinda - Não! Tanto é que quando ele deu a notícia para nós, nós entramos em Pânico porque isso não queria vir para cá, porque nós estávamos muito contente lá no condomínio.

Neila - Teu pai conhecia a história da Restinga?

Almerinda - Também não! Também não, porque foram os próprios colegas dele de trabalho que falaram desse loteamento para ele, então ele conhece esse loteamento e, e ele simplesmente era muito autoritário né, o que ele falava a gente tinha que ir junto com ele entendeu.

Neila - E teu pai comprou aqui então em 79 (setenta e nove).

Almerinda - Comprou aqui! (Entrevista – NPH – REPHO)

²⁹³ A lembrança de Almerinda é instigada para pensarmos esse processo de migração para Viamão como alternativa frente às remoções em Porto Alegre.

A compra do terreno, a construção da casa e a chegada da família é relatada por Almerinda quando provoco sua memória pela pergunta “Tu quer contar um pouco como foi esse processo de retorno a Porto Alegre?”

Almerinda - Ó eu vou te dizer uma coisa quando a gente, quando ele ele falou para nós que nós ia vir para cá, que ele construiu a casa de madeira, uma casa de madeira que a gente veio para cá e depois trouxe nós com a mudança nós entramos em pânico quando chegamos aqui, porque a casa dele era a última o resto tudo era mato na escuridão a gente não tinha luz, a gente não tinha água, a gente não sabia nem onde andava não tinha rua, ela era umas viela, sabe e, nós saímos do local que tinha uma estrutura que tinha água, que tenha chuveiro, tinha luz, tinha um condomínio, tinha ônibus mais perto, tinha escola tinha tudo e cair no local puro mato, era tudo mato isso aqui, era Maricá²⁹⁴ uma luz bem fraquinha que as próprias pessoas puxaram, foram puxando, puxando, puxando não tinha água, nós não temos um banheiro. (Entrevista – NPH – REPHO)



Fotografia 47. Almerinda Rosa de Lima
Em entrevista

O espaço da Chácara do Banco, núcleo pertencente ao Bairro Restinga, era espaço de proprietário de terras rurais com uso para plantações, as dinâmicas do poder de montar uma estrutura urbana como enclave ao meio rural desgostou muitos proprietários²⁹⁵, contudo estes entenderam o espaço como alternativa de lucro através do comércio de lotes²⁹⁶.

Neste lugar encontramos pessoas de diversas regiões da cidade que migram como alternativa a política de remoções das “Vilas de Malocas” que se mantinha na cidade. Entretanto, as estruturas urbanas passam a ser construídas pelos moradores que financiavam com recursos próprios, postos de luz, fiação, canos de sanemanto básico e fornecimento de água. Almerinda lembra as diferenças entre os núcleos do bairro Restinga em 1979:

²⁹⁴ Maricá é vegetação farta na região onde morava a entrevistada - O maricá, também chamado espinho-de-maricá, espinheira, espinho-de-cerca e espinho-roxo, é um arbusto de caule tortuoso da família das leguminosas. É comum em solos úmidos e brejosos. Tem altura entre 6 e 10 metros. É encontrada no Brasil em vários estados; por exemplo, no Rio Grande do Sul. Wikipédia

²⁹⁵ As constantes ondas de fome levavam os moradores a colherem os frutos das propriedades vizinhas causando prejuízo aos produtores locais.

²⁹⁶ Nessa condição é que a família de Almerinda comprou seu lote e passou a viver o cotidiano de um lotemanejo dentro do bairro, alternativa para muitas famílias que conseguiram financiar seu pedaço de terra e fugir dos lotes da Restinga velha.

Almerinda - São diferenciados²⁹⁷, mas a gente quando chegava na Restinga Velha quando a gente via as pessoas chegando a gente se lembrava de nós então a gente também queria ir para lá a gente queria ir para lá porque era mais perto era povoado tinha mais gente e, quando a gente chegava lá na Restinga Nova a gente via aquelas casinha a gente se deslumbrava com aquilo, que aquilo lá era só gente rica e nós queria tá lá também entendeu e, nós queria fica lá também, que a gente via que era o povo parece que era diferente, entendeu parecia que era diferente nós éramos, parecíamos uns coitados a recém tavamo chegando. (Entrevista – NPH – REPHO)

Para frequentar a escola Almerinda lembra os cuidados da mãe para continuar estudando além do ensino fundamental a única saída era sair do bairro:

Almerinda - Mato! Me lembro, que a mãe levava a gente e a gente ficava na porta da escola porque a gente não sabia voltar, porque era muito, era muito mato era muito beco.

Neila - Teus irmãos mais velhos estudavam onde?

Almerinda - Meus irmãos quando eles foram para as escola eles, aí já era mais adulto né, mais, mais, trabalhavam tudo, eles começaram a estudar no Venezuela²⁹⁸, é estudaram lá que aí as minhas irmãs começaram a trabalhar né, cada um trabalha. (Entrevista – NPH – REPHO)

Provoco a memória de Almerinda perguntando “- Como era sair daqui para pegar o ônibus?”, a depoente relata os caminhos para o transporte:

Almerinda - Ah! A gente não conseguia nunca pegar o ônibus aqui na faixa, então nos caminhávamos até os bombeiros, eu lembro que era lá o fim da linha, saíamos daqui para caminhar lá.

Neila - A ponta da Restinga Nova?

Almerinda - É! E, lá gente chegava e a gente via as pedra, a marcação das Pedras. Alem de boa caminhada, já que o fim da linha era distante e pegar ônibus no meio do caminho era impossível, mesmo em 1979, estratégias de organização da comunidade se mantêm em regras na reserva dos lugares com pegras e calçados, estratégia peculiar de nossa história de luta, provoco a depoente com a pergunta “- Em 79 (setenta e nove) ainda tinha as pedras?”

Almerinda - Ainda tinha as pedras, eu me lembro disso das pedras e, todo mundo respeitava aquelas pedras, então chegava aquela fila e aí no ônibus eu me lembro que no ônibus tinha até galinha, tinha bicho, tinha tudo a gente saia daqui pra pegar o ônibus, cansava mas nós ia, pra nós por que nós atravessava a Restinga Velha então a gente queria ver o movimento, então nós ia bem faceiro né. (Entrevista – NPH – REPHO)

O relógio ponto não espera então pegar o ônibus era uma condição de sobrevivência diária, para voltar no final do dia, se deparava com às horas de espera na parada em filas imensas que figurava a condição de retorno um tempo roubado dos horários de descanso do trabalhador que mora na periferia.

Sobre o que fazer para tratar e cuidar dos doentes questiono Almerinda “- Quando ficava doente?” que nos revela uma prática que ainda se mantem como herança de tempos:

²⁹⁷ Aqui para não tencionar com a diferença social e de estrutura eu usei o termo “peculiar”, para minha surpresa e gratidão a própria entrevistada corrigiu e identificou como “diferenciado” colocando o termo exato do tratamento dado para cada espaço.

²⁹⁸ Escola Estadual de Ensino Fundamental Venezuela

Almerinda - Olha Neila, eu lembro que a gente tinha as benzedadeiras que até hoje nós temos um aqui né, a vó Leonilda né, existe ainda ela então ela fazia chá caseiro, ela fazia essas, essas a minha mãe também aí, a gente usava muito chá, muito chá eu lembro que médico a gente nem sabia o que era médico, porque a gente era tratada por as próprias ervas né, a própria curandeira né não era curandeira era a benzedeira, então o que ela falava era nossa médica e era saudável. (Entrevista – NPH – REPHO)

As cercas chegam com o tempo, os espaços vendidos alteram a vida, mas as permanências se mantêm em práticas como a da religiosidade, entre conviver durante o dia nas instituições que acolhem e a noite com a gira e os tambores. A tradição religiosa vida nas lembranças que mantêm da Vó e a religião de matriz africana tem sua permanência nas práticas de sua família que acolhe outras formas de parentesco também aqui no bairro:

Almerinda - Da minha vó! Da minha vó.

Almerinda - A minha avó era de religião.

Neila - Era de religião de matriz africana e vocês chamavam lá de Batuque ou você tinha outro nome?

Almerinda. Não era Batuque mesmo, era Batuque mesmo, porque a gente adorava ver os tambor as músicas a gente adorava ver, escutar aquilo entendeu a gente achava muito bonito aquilo, até hoje eu acho lindo né eu acho muito lindo que ele aí quando a gente veio para cá aqui tinha um grupo que e eles faziam na própria rua pra todo, pra convidado quem quisesse i.

O brilho que ilumina a noite, a magia que reunia a comunidade no meio da rua, a lembrança da fé e da força da comunidade é registrada pela memória de Almerinda:

Neila - E era forte essa religião de matriz africana aqui?

Almerinda - Ah! Era todo mundo achava maravilhoso aquilo porque eles faziam a noite não tinha luz era tudo vela eles faziam aquelas fogueiras para acende pra iluminar então ali era, era distribuído alimento aquelas coisas entendeu então era tudo no escuro, a própria luz.

Neila - Tinha uma magia?

Almerinda - Magia e encantamento e convidava as próprias pessoas, então cada um e esse chegando naquilo ali começou assim né.

Neila - Era uma forma totalmente reunir a comunidade.

Almerinda - Eu acho, acho que era, eu acho que abraçava comunidade aquela magia, aquela coisa aquelas ofertas, que eles ofertavam as frutas para todo mundo entendeu aquilo acolhia todo mundo. (Entrevista – NPH – REPHO)

A conquista do espaço/território, as crenças e o pertencimento negro em suas crenças, os processos de mudança que alteram a rotina, se rendem ainda às práticas antigas. Assim também para melhorias, a fé nas conquistas para todos da comunidade junto da organização a partir das lideranças e assim:

Almerinda - Os próprios moradores. Abrir rua, eles começaram a buscar alternativas começaram a ver que existia Câmara de Vereadores que eles podiam ir na busca desses lugares, começaram a trazer vereadores para conhecer o loteamento. Ah, eles próprios foram em CEEE pedi pra faze todo esse levantamento aqui, os próprios moradores tinha caixinha.

Neila - Os moradores se reuniam e pagavam uma mensalidade?

Almerinda - Mensalidade!

Neila - Além da parcela do terreno?

Almerinda - Além da parcela, eles faziam isso pra poder vê as papeladas como iam como é que não fazia, aí eles começaram a se unir aí tiver uma ideia de fazer uma associação de moradores. (Entrevista – NPH – REPHO)

As organizações em associação de moradores e a conquista das ferramentas de disputa para fazer acontecer acabam por formar cidadãos em lideranças, agentes motivadores de mudanças. Entre a ausência de oferta do serviço público impera a ação dos moradores como afirma a depoente:

Almerinda - Não, não, foram os próprios moradores né eles mesmos compraram cano eles mesmos faziam aquelas caixas né e depois com a vinda do OP aí que começaram a entra pra dentro do OP. (Entrevista – NPH – REPHO)

Sobre o bairro ser um espaço negro questiono Almerinda: “A cor (fenótipo) do bairro, como se fez?”

Almerinda - Os negros né. Os negros que são os lutadores, os resistentes na minha opinião né, eu, eu acho isso que a maioria dos negros são os lutadores, os resistentes e, e o perseverante né, que só uma luta mesmo, os brancos não tem o preconceito, mas a gente não acha isso que eles né, eles querem sempre a mais, sempre a mais. (Entrevista – NPH – REPHO)

O diálogo leva a discussão sobre racismo e preconceito, em provocação questiono “- Você já passou por algum problema em que o fato da sua cor da sua descendência marcou sua vida em escolhas que foram feitas e que você saiu perdendo?”, a resposta retoma memórias de sua entrada no mercado de trabalho, experiência de um racismo estrutural o qual se percebe em sua narrativa:

Almerinda - Eu já passei por isso numa entrevista de emprego quando uma entrevista de emprego quando eu fui trabalha no supermercado, eu era a única negra que táva nessa entrevista.

Neila - Você lembra que idade?

Almerinda. Eu tinha... Na época eu tinha 17 anos, nunca vou esquecer!

Neila - Você estudava no Venezuela?

Almerinda - Venezuela eu tava em busca de emprego e aí nessa época que tinha entrevista que ah, que era coletiva!

Neila - Você lembra o supermercado?

Almerinda - O supermercado Zaffari eu não me esqueço, eu não vou me esquecer nunca né, e ali é, era pra a gente fala o como agente era o que esperava, todo mundo falou todo mundo passo né, menos eu, não consegui passar.

Neila - Você chegou a falar?

Almerinda - Não, eu não cheguei a falar sabe porque, por que tu sente isso na pele a diferença tu sente a diferença que ali, agente, agente não é como hoje né, hoje eles dizem que a gente te liga depois, ali era na hora tu foi selecionado tu não foi e aí tu quer saber o motivo o motivo é porque tu não foi selecionada e ai tu que sabe o motivo – motivo tu não foi selecionada por que não tem perfil, tu não tem perfil para o supermercado. (Entrevista – NPH – REPHO)

As estruturas racialistas de nossa sociedade impõem restrições simbólicas cotidianas as comunidades negras, as condições de capacidade são julgadas tendo o que Guerreiro

Ramos chamou de a “Patologia Social do Branco Brasileiro” já em 1955. Não superamos as marcas da sociedade escravista, pois a reproduzimos nas relações racistas. Minha empatia jamias poderá alcançar a dor de Almerinda, minha postura é de profundo respeito a depoente para que em um exercício de registro dos fatos em nosso tempo possamos juntas e assim questiono sobre suas concorrentes - As outras que eram brancas?

Almerinda - Um pouco menos. Da cor diferente né. Não pode ser totalmente branca, mas era uma cor mais clara né.

Neila - O cromatismo das cores quando iam...

Almerinda. Exatamente!

Neila - Era mais aceitado! Era mais aceitado! Mais clara né.

Almerinda - Exatamente, era mais aceitado, era mais aceitado. Então, a gente na fila do banco também, na fila do banco também já tive preconceito que ah, eu me lembro que teve uma senhora da Caixa que perguntou pra mim: “- Mas ah, tu não sabes que tá em fila errada?” Porque eu não tinha entrado no banco, primeira vez que eu tinha entrado no banco para levar pagar uma conta da minha mãe e não sabia direito como é que era pra mim entrar ontem eu tinha que pagar e, eu fui pedir informação para ela e aí ela disse: “Tu não sabe lê, tu não sabe que tu tá em local errado.”. Que tinha que ir no balcão de informação só que eu fui na caixa²⁹⁹ direto, passei direto no caixa eu não sabia que tinha que pegar senha ou tá em fila. (Entrevista – NPH – REPHO)

A experiência do racismo estrutural se repete em episódio na prática cotidiana do uso do mercado, onde Almerinda ocupa posição de consumidora dos serviços bancários:

Almerinda - Aí foi que ela me disse para mim: “Esses negros nunca aprendem, não sabe!”

Neila - E o banco foi?

Almerinda - Eh! Foi no banco...Eu sei que tinha um, uma abelhinha, era uma formiguinha!

Neila - Sul América, Sulbrasileiro?

Almerinda - É uma coisa assim, eu não me lembro que tinha uma formiguinha tipo um abelha na porta, eu não lembro que nome daquele banco.

Neila - Qual é a sensação de passar? Eu pergunto por que...

Almerinda. Todo mundo fica te olhando, tu fica assim ó... tu fica sem ação! Eu me lembro que eu não paguei a conta e vim embora. (Entrevista – NPH – REPHO)

Almerinda é levada a pensar nos sentimentos de subjugação extrema diante do racismo estrutural e social. Com cuidado para não romper o limite ético e sensível do momento questiono “- Que sentimento perpassa esses momentos de recusa da sua presença no espaço?”, a depoente responde:

Almerinda - Tu tem vontade de não voltar mais naquele lugar né, tu acha que todo mundo vai te, te fuzila né pela tua cor, pela tua cor né, eu, eu não, hoje claro, hoje é diferente, mas na época a gente a, tinha preconceito dentro do ônibus né. (Entrevista – NPH – REPHO)

²⁹⁹ Guichê de atendimento do caixa bancário.

A força de Almerinda narrando os episódios de sua vida em que teve que lidar com os problemas ligados ao racismo nos leva a detalhes de sua rotina, onde mesmo em ônibus passou por esta experiência continuando no tema questiono “- Qual era o preconceito? Era no ônibus da Restinga ou em outros ônibus de Porto Alegre?”

Almerinda - Não em qualquer ônibus que a gente entrava todo mundo ficava olhando se sentava do lado de um branco, branco já se levantava não queria sentar do lado da gente né, qualquer ônibus a gente, eu me lembro que eu não sei se era por causa da nossa roupa porque a gente, eu me lembro que a minha mãe costurava na sua roupa tinha aqueles ponto, aquelas coisas então eu não sei se era preconceito sobre a nossa roupa ou se era para nós agora ou pelo nosso cabelo. (Entrevista – NPH – REPHO)

O “Não-Lugar” destinado a comunidade negra no Brasil expõem a contradição da sociedade racista. Onde um colonialismo interno reproduz no cotidiano a “razão” de uma suposta superioridade “branca”. Tal suposição falha, apresentada como condicionante evolutivo civilizatório obscurece as razões reais de uma sociedade estratificada e excludente. Discursos civilizatórios de recuperação da população pobre e negra, majoritariamente, esconde as neuroses de uma elite mal resolvida e que sustenta o que Abdias Nascimento chamou de “O Genocídio do Negro Brasileiro”, como forma de desconstrução de alternativas que firmam a manutenção do seu poder “branco”.

A Formação dos sujeitos da periferia, em particular de um bairro tão distante das instituições de ensino, só é possível por um esforço além do saudável. A possibilidade de transformar seu currículo com mais formação, ser aceito, concluir a universidade, desejos próprios dos sujeitos também do Bairro Restinga³⁰⁰.

Almerinda - Quis fazer! Serviço Social.

(...)

Almerinda - Aí eu passei no IPA³⁰¹, fui até o quinto semestre aí não consegui pagar mais.

(...)

Almerinda - Eu trabalhava dentro de um hospital como atendente de nutrição e aí todas as minhas colegas da nutrição, eu me lembro que era no refeitório as gurias faziam uma caixinha por que elas me incentivavam tanto porque eu gostava muito de lê no meu intervalo, então elas me incentivam tanto para fazer para estuda e aí o próprio colega o pessoal fizeram uma caixinha para mim fazer faze o vestibular me inscreveram, me liberaram porque eu tava de plantão fui estudar e elas ajudaram a pagar, entendeu? Mas, aí uns anos muitas foram sendo demitidas entraram outras né, e aí eu não consegui paga mais, aí eu não fui mais pra faculdade e, o IPA era muito longe né, era muito longe para mim né, eu trabalhava na parte da manhã vinha em casa, dormia um pouco estudava e voltava pra faculdade, chego em casa quase uma hora da manhã e aí eu não consegui mais, parei... (Entrevista – NPH – REPHO)

³⁰⁰ A história de memória de Almerinda provocou em mim empatia e identificação, pois, só quem mora na Restinga, trabalha, e mãe entende a importância de estudar como forma de transformar sua realidade e possibilidade e futura encara essa jornada de transito na cidade em que se acordar as 5h ou 6h da manhã, se locomover por 1h ou ate 2h encarar 8h de trabalho, se deslocar por mais 1h até a instituição de ensino.

³⁰¹ IPA – Centro Metodista Universitário.

A formação de liderança comunitária e as redes de relações para fortalecer o bairro nas disputas com os agentes políticos e administradores municipais, estaduais e federais, são fundamentais resistências, o tema é discutido por Helena Bonetto (2013) onde propõe diálogo entre as lideranças do bairro frente à organização e motivação das lideranças junto ao OP – Orçamento Participativo. Almerinda narra essa rede³⁰²:

Neila - Quem você conheceu? Cláudia Cruz?

Almerinda - Conheci a Cláudia Cruz³⁰³ nas reuniões, conheci aquela que tu fez entrevista a senhora aquela moreninha..

Neila - Ah, sim a dona Maria Clara³⁰⁴.

Almerinda - A dona Maria Clara.

Neila - Que era uma militante né?!

Almerinda - Exatamente, ali eu conheci todos eles, todos eu não sabia o que tinha dentro da Restinga.

Neila - Beto Aguiar³⁰⁵?!

Almerinda - Beto Aguiar³⁰⁶, Ângela³⁰⁷, seu Ventura³⁰⁸, ah, vários o seu... aquele do futebol?

Neila - Seu Farias³⁰⁹?

Almerinda - Seu Farias, sabe e aí eu comecei a integrar ali com eles e eles me diziam para mim tudo que eu tinha, por que eu não sabia o que era CRAS, eu não sabia nem o que era Conselho Tutelar, onde que tinha, eu comecei a ir nas reuniões e, ali eu fui convidada para ir nas reuniões e ali, fui indo, fui indo, fui indo. Comecei a ir na reunião da Saúde participar da reunião da Saúde³¹⁰. Comecei na reunião dos transportes, a Djanira³¹¹, a Gringa, o Everson,³¹² aí comecei a me envolver no Plano Diretor, aí eu comecei, eu conheci o Josué que era do Fórum de Segurança³¹³, comecei também nas reuniões e aí foi aí que eu comecei a me destacando, indo nas reuniões e gostando das coisas e brigando também por aqui, porque eu digo, assim se cada um, é uma Restinga só, mas cada um briga por seu núcleo, mas na hora de brigar por uma coisa briga por tudo e aí eu comecei a me envolver, aí veio a invasão dentro do CRIPE³¹⁴ que hoje é CRIPE antes era CAR³¹⁵, o CAR né, pra poder vir a Escola Técnica. (Entrevista – NPH – REPHO)

³⁰² O número de lideranças da comunidade é muito maior que a memória possa trazer em lembrança no momento do diálogo. Muitos outros ainda aguardam possíveis diálogos e registros de suas histórias de lutas junto desta comunidade e da cidade.

³⁰³ Cláudia Cruz liderança da 5ª Unidade e participa do Conselho Municipal de Saúde e Assistência Social.

³⁰⁴ Dona Maria Clara e Seu Enio são entrevistados e lideranças ativas desde 1969 no bairro, fizeram a mudança por opção para ficarem junto de seus amigos.

³⁰⁵ Entrevistado desta pesquisa e liderança no Movimento da Luta pela Moradia.

³⁰⁶ Liderança na área de direito a moradia.

³⁰⁷ Ângela Aguir, irmã de Beto e liderança na área da assistência social.

³⁰⁸ Sr. José Ventura outro entrevistado e liderança do esporte.

³⁰⁹ Sr. Farias, liderança ligado ao futebol e presidente da Associação Monte Castelo.

³¹⁰ Saúde aqui se refere ao Conselho Municipal de Saúde, acompanhando a lutas junto aos postos de atendimento da comunidade.

³¹¹ Djanira Corrêa da Conceição, liderança na área da saúde, participou do Conselho Municipal da Saúde.

³¹² Referencia a nomes de lideranças da comunidade do Bairro.

³¹³ Fórum permanente para debater assuntos da segurança do bairro.

³¹⁴ CREPE - Centro Administrativo da Restinga. Projeto de descentralização da administração municipal, antigo CAR – Restinga.

³¹⁵ CAR - Centro Administrativo da Restinga. Projeto de descentralização da administração municipal.

Aqui está parte dos agentes que auxiliam e buscam a transformação do bairro, empenham em se atualizar, em formar-se intelectualmente e politicamente para enfrentar as disputas de poder, nomes que levam há muito tempo as necessidades do bairro as portas dos gestores administrativos de todas as esferas por escola, postos de saúde, saneamento básico, calçamento, são conquistas destes movimentos. As lutas são pautadas, quando ignoradas pelos gestores públicos, atos de pressão são práticas de pressão e resistência. Sobre isso pauto algumas lutas junto com Almerinda e materializar em discurso sobre esses acontecimentos se deram, as conquistas da comunidade – A luta pelo Hospital e pelo Campus Restinga do Instituto Federal:

Neila - A invasão do CAR?

Almerinda - A gente dormiu dentro do CAR, todas as lideranças entraram para dentro do CAR e invadimos o CAR.

Neila - Todas as lideranças eram seu Cláudio, Djanira...

Almerinda - Djanira, Emerson, Cláudia, a Gringa, o Ventura, o Glauber ah...O pessoal do Levanta Favela do teatro veio pra dá suporte,

Neila - Levanta Favela?

Almerinda - Levanta Favela que o Glauber³¹⁶ era participante, era do teatro, então a gente invadiu lá dentro, que teve, ia te uma reunião que ia assina que eles não iam, não viriam faze Escola Técnica.(Entrevista – NPH – REPHO)

O sonho da comunidade de ter uma Escola Técnica a muito prometido, mesmo com a Escola Estadual Ildo Meneghetti que já oferecia vagas para formação técnica, mas sem contemplar plenamente a comunidade. Atentos, as lideranças entendiam que o projeto dos Institutos Federais seria a solução para transformar o bairro em um polo de ensino técnico e superior ampliando assim a qualidade de formação dos moradores, como também abrindo o espaço para circulação da população da cidade no bairro Restinga, transformando assim a imagem construída ao longo de décadas sobre o bairro. A proposição de buscar um Instituto Federal parte do ímpeto de lideranças que de forma articulada foram a Brasília e impõe a presença dos representantes locais, mesmo sem o apoio da prefeitura municipal de Porto Alegre, em reunião no Ministério da Educação, parte desta história é narrada por Almerinda:

Neila - E como foi enviar alguém da restinga da comunidade pra Brasília?

Almerinda - Ah! Isso aí era nossa chance né, alguém teria que ir né.

(...)

Neila - Vocês foram atrás das promessas também, porque era para ter uma escola técnica aqui?

Almerinda - Uma escola técnica aqui!

Neila - A proposta, a busca é ... quase desde a década de 70?³¹⁷

Almerinda - É, como a Gringa já tava no Plano Diretor e o Everson...

Neila - Eles então tinham as informações?

³¹⁶ Liderança ligada ao teatro no bairro.

³¹⁷ A entrevistadora tem um momento de lembrança junto à pergunta acompanhando seus pais nos debates sobre o bairro, lembra desta reivindicação de muito tempo.

Almerinda - Eles tinham as informação que passavam pra nós entendeu, que lá no Plano Diretor tudo era falado pros empreendimentos que vinham para Restinga. E, eles tava lá então...

(...)

Almerinda - Se uniu, se uniu e começamos a discuti por que nós queríamos ela aqui.

Neila - Isso foi em que ano?

Almerinda - Isso aí foi o que?! A escola técnica acho que temos 10 anos a escola técnica aqui né?!

Neila - Mais ou menos, 2009 (dois mil e nove)?

Almerinda - 2006/2005 (dois mil e seis dois mil e cinco) eu acho. (Entrevista – NPH – REPHO)

O diálogo com Almerinda busca trazer um pouco da experiência de lutas políticas que pessoas simples e sem muito trânsito nos círculos políticos são capazes de fazer quando o pertencimento e a preocupação coletiva estão ordenando a luta. Acredito que os gestores locais não acreditaram na bandeira de luta deste espaço. Quanto aos gestores federais, a surpresa de ter na mesa em diálogo, representantes comunitários do Bairro Restinga, já que gestores locais não se interessaram pela reunião, é uma das demonstrações da história de resistência e organização local que o bairro possui. A força local - Restinga - é narrada por Almerinda frente à provocação que lhe faço “- Como foi lidar com a Prefeitura de Porto Alegre?”

Almerinda - Diz que não foi fácil lá né, mas como eles eram muito persistentes e eles foram muito estudado, eles sabiam todo como é que era o processo ah, não teve como enganar eles.

Neila - Então a Prefeitura de Porto Alegre na verdade tava garantido uma sede no centro, mas também não se apropriou para garantir a segunda sede em outro bairro.

Almerinda - Não! Não, não. Mas, o povo que foi lá representa a gente, eles foram muito bem instruído, eles foram...

Neila - Quem instruiu?

Almerinda - Os próprios vereadores né, que tavam aqui do nosso lado na Restinga, se uniram com a gente e... Comassetto³¹⁸ foi um dos que também ajudou muito nesse processo né, e, e ele trazia as informações da Câmara de Vereadores, a Gringa tinha do Plano Diretor e ele tinha da, da prefeitura, lá da Câmara de Vereadores, então ele começou a articular lá também e aí vem um grupo para ajudar nós aqui. (Entrevista – NPH – REPHO)

Para a reunião de disputa das sedes (IFRS) em Brasília com os Prefeitos, contudo os representantes do bairro Restinga impõem sua presença na reunião, mesmo sob protestos dos representantes políticos, as lideranças afirmam que não voltariam sem apresentar a proposta do bairro, assim registramos o diálogo:

Neila - Quem foi para Brasília você lembra?

Almerinda - Foi o Everson parece, Everson, o seu Nelson, não Everson o seu Nelson foi pro hospital eu acho que foi a Djanira, a Djanira acho que foi.

Neila - Alguns comentam que na verdade seu Nelson estava na reunião?!

³¹⁸ Vereador Carlos Comassetto (PT/RS)

Almerinda - Seu Nelson estava e ele a Dejanira, a Gringa, o Everson. (Entrevista – NPH – REPHO)

Para o Hospital³¹⁹ a demanda também foi levada a Brasília sem apoio da gestão municipal, assim as lideranças do bairro tomaram para si o compromisso, essa experiência foi registrada no diálogo que continua elencando as ações para conquista do Bairro do IFRS Campus Restinga e o Hospital Extremo Sul também localizado no bairro Restinga:

Neila - Em Brasília?

Almerinda - Ele foi também porque depois já tinha uma especulação do hospital³²⁰.

Neila - Eles estavam articulados também por essas duas finalidades, que eram a união do bairro?

Almerinda - Era! Era um comitê que eles formaram né, eles foram lá para brigar por nós né e graças a deus a gente ganhou né Neila, olha a escola técnica (IFRS – Campus Restinga)

Neila - Pois é, você sabe que o IF Restinga, Campus Restinga é o único que é uma conquista da comunidade.

Almerinda - Da comunidade.

Neila - E não dos prefeitos.

Almerinda - A gente sabe das passeata, das caminhada, das reuniões que a gente fez muito né, então esses dois espaços tanto o hospital (Hospital Extremo Sul – Restinga) quanto à escola técnica (IFRS – Campus Restinga) isso é uma luta nossa de cada um de nós né e, foi uma coisa conquistada por nós. (Entrevista – NPH – REPHO)

Passo a entender como é feita apropriação das regras para conquistas das estruturas, tais estruturas buscam contemplar as regras do Plano Diretor, tendo este como instrumento, a comunidade exige o seu cumprimento, espaços de atenção a saúde e educação são lutas levadas ao OP para garantir o número adequado de atendimento conforme a população nos núcleos do bairro. Assim questiono “- Vocês tomaram, se apropriaram das regras do Plano Diretor?!”

Almerinda - Sim!

Neila - Sabe que tem um número de habitantes a serem atendidos por, passou aquele número de habitantes a Prefeitura é obrigada a por uma escola a disposição daquela comunidade. E o transporte aqui?

Almerinda - Agora melhora né, mas a gente tá sempre lutando para melhorias mais né.

Neila - A luta é constante né, mas em 79 o transporte não era aqui, quando que começou a vir o transporte para cá com OP também?

Almerinda - Com o OP! Por que no OP a gente podia pedir tudo. (Entrevista – NPH – REPHO)

Episódio de luta que foi emblemática e levou a força do bairro para toda a cidade, foi a paralisação da frota de ônibus no final da década de 80 promoveu a parada de toda a rede de transporte coletivo que circulava dentro do bairro, onde a pressão junto a gestores públicos,

³¹⁹ A busca de um Hospital para atender o bairro e sua região também é pauta de discussão há décadas, nesse momento se tem a possibilidade de concretizar esta demanda quase que ao mesmo tempo do Instituto Federal.

³²⁰ Referência ao Hospital Extremo Sul, localizado no Bairro Restinga.

para melhoria da frota e regulação dos custos da passagem, promovida por lideranças comunitárias, a frota passa a ser dirigida por estes que acampam os veículos e dirigem os mesmos. Após a negociação com empresários, gestores municipais, junto das lideranças comunitárias, a empresa Restinga Transportes Coletivos³²¹ (mais conhecida apenas por Tinga), é fundada em 18 de março de 1990. Questiono a depoente sobre os acontecimentos:

Neila - Você participou daquele ah, foi encampado à empresa de transporte na Restinga na década de 80 foi ocupado... Os ônibus que foram dirigidos inclusive por algumas lideranças.

Almerinda - Eu me lembro!

Neila - Você participou desse momento?

Almerinda. Não cheguei a participar, mas eu queria participar [risadas], eu me lembro disso.

Neila - Então nossos ônibus começaram a ser brancos todos né, e por escolha da comunidade o nome se tornou Tinga.

Almerinda - Isso! (Entrevista – NPH – REPHO)

Em respostas a minhas perguntas Almerinda vai narrando a necessidade de se manter a luta, porém há uma mudança no jogo, agora é mais difícil e distante alcançar o diálogo com os empresários. Questiono “- Como você entende o fato de perdermos isso tudo como algo simbólico novamente?” buscando perceber o olhar de Almerinda como liderança, sua resposta segue em nosso diálogo:

Almerinda - Ai! Eu acho que é tudo os empresários né, na nossa época eram tudo unido, a gente sentava numa mesa e debatia cara a cara, hoje tem aquela distância até tu chegar no empresário. Ele senta é com a Prefeitura, com o Estado não com a gente liderança, hoje as portas são fechadas né Neila muito difícil tu sentar com, o com alguém tão poderoso né.

Neila - Com a viação Belém novo, por exemplo?

Almerinda - Antes! Antes agora não, a gente senta com eles porque eu já trouxe eles aqui na minha associação várias vezes para falar sobre o ônibus, um empurrava pro outro a gente queria fala com o dono da empresa o dono da empresa dizia que era EPTC³²² que comandava, então o que que a gente fez agora faz uns três anos atrás, então a gente vai chamar os dois se um empurra o outro a gente vai ter que dos dois na nossa frente junto com a comunidade e eles não podem se negar. (Entrevista – NPH – REPHO)

Quando questiono Almerinda sobre quais seriam as lutas mais difíceis em sua opinião ela aponta “- É, eu acho que é a segurança, é a segurança.”, como parte dos problemas,

³²¹ Encontramos sua referencia histórica “Foi fundada por um grupo de empresários operadores de transporte que se associaram na busca de uma solução para as dificuldades de deslocamento do Bairro Restinga, após a intervenção na Viação Belém Novo, que operava anteriormente as linhas da região e estava enfrentando dificuldades no final da década de 80.”. Movimento de ocupação pela comunidade da linha de transporte, ação que desencadeou um consórcio único a partir de negociações com a comunidade, empresários e Prefeitura, que materializou a empresa Tinga – Restinga Transportes Coletivos. Esse episódio pode ser encontrado em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Restinga_Transportes_Coletivos

³²² EPTC – Empresa Pública de Transporte Coletivo de Porto Alegre.

pergunta então “- Falando em segurança aqui no bairro, na vila é, são vários núcleos que eram consideradas Vilas, são várias vilas, vários núcleos dentro do mesmo bairro, como é a segurança aqui?”

Almerinda - Olha já tivemos tempos difíceis né Neila, tempos muito difíceis e muito violentos ah... Gangues brigando escola no meio, criança no recreio correndo, pessoas sendo baleadas no meio da rua né, então era totalmente inseguro a gente anda no meio da rua, dentro do ônibus aonde era assaltado, pessoas mortas né.

(...)

Almerinda - Às vezes eu me pergunto isso né, que nós não tínhamos isso né, a gente não tinha esse tipo de coisa tão assim eu acho que até tinha, mas era mais reservado mais respeitoso né, aí depois começou uns anos para cá explodiu isso porque essa droga aí destruiu a nossa juventude né, essa droga veio pra destruir aí a gente vê as essa gurizada que a gente conhece desde que pequenininho hoje são chefes de quadrilhas né, e foram criados com agente, pais maravilhosos, pais trabalhadores e os filhos hoje são chefes. (Entrevista – NPH – REPHO)

O diálogo passa a abordar a ação da polícia quando proponho a questão “- E o outro lado dessa violência como é lidar com a polícia?”³²³. É o momento de entender a ação de reação contra os instrumentos da ação do poder frente às políticas de morte – necropolíticas – nas quais os policiais são formados. É sobre esta que Almerinda narra sua versão:

Almerinda - São truculentos, truculentos né, não têm, eles não tem aquela visão assim ó repressão, repreensão, mas a gente dos anos para cá a gente tomou essa situação.

Neila - Vocês então com os chefes do Comando da Brigada³²⁴, do Quartel³²⁵ do bairro?

Almerinda - A gente mudou muito lá a visão deles disso aí entendeu.

Neila - E do seu núcleo residencial?

Almerinda - Tanto também, também, também, eu comecei a entrar para essa pasta da segurança vai fazer acho que uns 10 anos, só participava, só analisava e comecei a observar como é que era isso entendeu, hoje eles tinham poder, hoje a gente tinham medo da polícia, antigamente a gente tinha medo da polícia, a gente via a polícia sai correndo, tinha que respeito aquela coisa, hoje eles não têm respeito os cara que querem mata, matão né, eu comecei a observa a entra pra dentro da coisa de segurança, hoje eu sou coordenadora do Fórum de Segurança né, então já é uma coisa bem, eu vejo como é que é a situação deles, eu vejo a precariedade agora, eu vejo como é que é porque eles são uma pessoa comum como qualquer um de nós, eles estão ali para trabalhar.

Neila - Você consegue fazer essa articulação entre o policiamento e a comunidade?

Almerinda - Hoje sim! Quando eu entrei para ser coordenadora do Fórum de Segurança era só nós, polícia, guarda municipal, conselho tutelar eu e duas colegas e cadê o povo, o povo não ia.

Neila - Hoje o povo vai?

Almerinda - Hoje a sala tem 30 pessoas às vezes eu me admira que tem até 50 pessoas, porque a gente mudou a visão da metodologia entendeu, hoje a gente senta com o comanda Comandante a gente fala para ele, nós não falamos com línguas

³²³ A resposta vem em diálogo e fala sobre o exercício diário da liderança Almerinda e outros, asseçar esta estrutura a disposição de gestores, para controle do espaço/território Restinga, que possui duplo significado, proteger e controlar, o ponto de vista vai dizer quem é protegido, contudo sabemos que todos somos controlados na priorização da cidade frente o morador da Restinga.

³²⁴ 21º Batalhão de Polícia Militar

³²⁵ Quartel em área na R. Gov. Peracchi Barcellos, 4600 - Restinga, Porto Alegre - RS

dele, a gente fala com língua de comunidade mesmo: “- Sua equipe tá truculência a sua equipe está fazendo isso, a sua equipe, como vocês querem mudar isso? A gente tem que sentar vamo trabalha e vamo ve como é que a gente vai muda, vocês tem que ser mais acolhedor, tudo bem repressão, repressão no momento certo, vocês têm inteligência.

Neila - Eles costumavam meter o pé na porta?

Almerinda - Sim! Sim! Batiam em todo mundo.

Neila - Batiam inclusive em quem não deveriam?

Almerinda - Em quem não devia, trabalhador. (Entrevista – NPH – REPHO)

Agradecimentos finais e um laço estabelecido. A importância da memória está presente no ímpeto de ouvir e registrar e na percepção do olhar da entrevistada, aqui uma troca sobre a constante luta para a resignificação do espaço Restinga:

Almerinda - Uhu! E conhece de fato a Restinga, conhece a Restinga né, não tem essa separação porque quando a gente vai no centro, em algum lugar a Restinga é longe, a Restinga as vezes eles não sabem o que é maravilhoso aqui, esse povo aqui eles são super unidos, mesmo em briga interna mas a briga é dentro da nossa casa, a gente não sai pra rua quando a gente que luta a gente vai, vai todos, todos independente de se inimigos, não inimigo, se né não se dá bem, se não, ali é o momento de tá todo mundo junto.

Neila - Não tem partido nessa hora?

Almerinda - Não, não tem, acaba tudo, isso é que é resistência isso que eu acho legal e qual é a comunidade que faz isso. (Entrevista – NPH – REPHO)

Os depoimentos apresentados fazem parte de depoimentos maiores, a edição e análise foi responsabilidade da pesquisadora. As histórias partilham experiências de viver nos tempos iniciais dos núcleos do Bairro Restinga e transitam sobre sua compreensão acerca da atualidade. Mesmo com toda a documentação de arquivo levantada por este trabalho deixar de apresentar as vozes que em diálogo contaram as dinâmicas do bairro entre alegrias e tristezas, para mim, seria um desrespeito com essa comunidade. Lembro que a pesquisa em arquivo apresentada no III Capítulo teve função específica que foi: denunciar as falácias em textos públicos e possibilitar perceber a construção da negação do “Outro” sem rosto e sem nome o qual sofreu ação legitimada em sua desumanização. Já o IV Capítulo pretende apresentar este Povo por representação dos depoentes, para que fosse possível contar a história sob a perspectiva da periferia. Não desejo estabelecer o Eu e o Outro isso é inerente a uma sociedade de distinção de cor, origem e possibilidade de consumo, minha intenção foi demonstrar pelas entrelinhas a condenação simbólica como ferramenta de distinção de espaço social e geográfico, em extremo para construção de inimigo perigoso, um estrangeiro invasor e que em estado de guerra precisa ser eliminado.

Todos os depoentes deste capítulo contribuíram com suas oralidades na construção da fonte oral de forma espontânea, a documentação foi entregue, explicada e aceita em seus termos. As Entrevistas estão gravadas em vídeo e transcritas, em processo de revisão e

entrega para Arquivo do NPH/REPHO – Nucleo de Pesquisa em História e Repositório de Entrevistas de História Oral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no Repositório do Observatório da Comunidade do IFRS Campus Restinga.

CONCLUSÃO

Foi uma longa trajetória entre a ideia do projeto e a consolidação do mesmo, a História Oral rica em seu diálogo ampliou as perspectivas do saber interno sobre o bairro. As mudanças no trajeto do projeto foram absorvidas sempre com cuidado, mas também como possibilidade. Arquivos foram explorados e desvelando fontes documentais que sugerem a necessária pesquisa contínua sobre o tema.

Demonstro que durante o período proposto não foram atendidas as propostas públicas de habitação comunicadas pelas autoridades políticas, denunciando ainda a efetiva consolidação de um gueto de pobreza em espaço de confinamento e controle, principalmente entre os anos de 1967 e 1968, onde estruturas básicas estão ausentes para manutenção da vida dos sujeitos removidos compulsoriamente para região.

Devidamente documentado demonstro a possibilidade de entender este espaço como reflexo de uma necropolítica sistemática de segregação da pobreza e por conta da história conjuntural uma dinâmica de racialização, onde os discursos de poder construíram um “Outro” sem lugar na cidade, em imagem narrativa depreciativa, não humano, com termos conotativos para consolidação de um inimigo a ser exterminado pela guerra contra as “Vilas de Malocas” e seus moradores “maloqueiros”.

Retomando em reflexão os passos da dissertação para sua conclusão entendo ter apresentado o cruzamento de fontes de arquivo no Capítulo III procurando contextualizar a denúncia crítica sobre os acontecimentos que possibilitaram a existência da Restinga como solução para os problemas da pobreza na cidade. Observando as formas discursivas e contínuas comunicadas pela intelectualidade, imprensa e políticos que influenciaram na construção de um senso comum que legitimou a condução dos acontecimentos. Estes, como resultado das disputas políticas e ações do poder sobre a população pobre da cidade. A guetificação como um acontecimento possível do resultado da higienização social é comunicada abertamente. Palavras como extermínio, confinamento, recuperação e isolamento fazem parte do roteiro apresentado para construir um estado de guerra contra as “Vilas de Maloca” onde figurou como inimigo central o sujeito histórico “maloqueiro”.

A narrativa apresentada documentação pública municipal da Câmara de Vereadores e nas narrativas de imprensa que demonstram a racialização e construção dos inimigos, sustentados em discursos, onde é colocada em oposição ao seu direito a cidade. Isso pretende justificar a urgência das remoções compulsórias como solução para a modernização dos

espaços públicos centrais de Porto Alegre, desconsiderando as estruturas mínimas efetivas para além dos discursos nos espaços reais ocupadas pelos sujeitos históricos removidos.

A demanda do desenvolvimentismo chegou em 1967 onde encontrada os discursos que produzem a manutenção da ideia sobre um “Outro” em seu espaço negado que antecede o Regime Militar, esse “Outro” em seu pertencimento ao espaço ocupado e em sua resistência não garantem seu lugar na cidade, que impõem sua centralidade na reforma urbana pós 1967. Que em efetiva política de guerra, segregação e confinamento, constrói espaço de manutenção das distancias sociais e econômicas dos sujeitos dentro da hierarquia social brasileira, o bairro Restinga é um exemplo de prática do período de expansão da cidade com a inversão demográfica entre campo/cidade que teve como consequencia nos grandes centros urbanos a prática contínua de segregar a pobreza e consolidar espaços geográficos para contela. Quadro que se reproduz em outros lugares nacionais e da America Latina.

Demonstro ainda no III Capítulo que o confinamento dos sujeitos em espaço distante – Restinga teve o propósito de um rígido controle social, que em discurso da imprensa manteve mascarados a segregação e higienização social travestida de uma ação de melhoria das condições de vida – reeducação e ressocialização - dos supostamente desajustados ao modelo civilizatório moderno. Contudo, ao tempo que se produz discursividade de boa ação, em contra partida desconstrói e desumaniza o “outro” objetificando sua existência, descritas como próximas a animalidade, com o propósito de quebrar as resistências e justificar as condutas de guerra - necropolítica.

A ação do poder ignorou as relações de pertencimento e construiu um inimigo que resistia com enclaves ao projeto de modernização da cidade. A prática de remoção, como demonstrado, priorizou os planos de ampliação urbana conduzindo os sujeitos negados para espaço distante onde não estariam em condições de circulação na cidade. A proposta observa a urgência de retomada de espaços ocupados por Não-Cidadões utilizando a disputa narrativa para justificar o aparato de guerra empenhado para consolidação da ação e a formação do “Gueto Restinga” como solução para o extermínio das “vilas de Malocas”.

Para uma maior segurança da eficácia da ação de segregação extrema da necropolítica imposta, o confinamento foi ordenado no discurso e nas práticas de controle sobre o espaço e a mobilização social. Estruturas narrativas de desconstrução das “vilas e Malocas” e dos sujeitos removidos “maloqueiros” renderam o estigma carregado pelo bairro durante suas primeiras décadas, produzindo a marginalização simbólica sobre o sujeito e o espaço estudado.

As distinções sociais da cidade são transferidas para o bairro nas políticas de habitação que chegam em 1969. Casas de madeira ao lado do núcleo original são construídas com estruturas e qualidade superior as que chegavam das remoções, para estas casas – financiadas – um sujeito inserido no mercado de trabalho é transferido com o selo do avanço de ser proprietário frente ao núcleo original ao qual pesa o conotativo apelido de “vietconngs”³²⁶. A distinção entre população removida não proprietária e os sujeitos que migram para aquisição da casa própria vão produzindo hierarquias sobre os espaços ocupados. E atendimentos desiguais por parte do Estado para produção de políticas públicas urbanas e sociais³²⁷.

A pesquisa possibilitou um mergulho no imaginário da cidade e dos seus representantes intelectuais, políticos e de imprensa que demonstram a fragilidade histórica de políticas urbanas e sociais que se aplicam somente na discursividade para imposição de ação do poder. Com o passar do tempo às histórias oficiais frágeis são desveladas por memórias sólidas. Com o cruzamento das fontes foi possível perceber narrativas possíveis de ser trabalhadas para uma construção valorativa e de ressignificação do espaço Restinga.

Foi necessário a organização interna e o empoderamento da comunidade sobre seus direitos para superação dos entraves para sua circulação e atendimento. A força empenhada para o reconhecimento de seu pertencimento a cidade resultou na ressignificação do espaço e no modelo de organização interna dos moradores, como forma de resistência e pertencimento sobre o antigo sentimento de constrangimento de ser Restingueiro, hoje impomos como bandeira desvelando nossa organização coletiva a força necessária nas disputas de poder, ainda sofremos com as políticas de extermínio dos nossos jovens, a necropolítica de morte ronda nosso espaço físico e social, porém lideranças impõem suas presenças nos divesos conselhos de políticas públicas municipais, estaduais e se for necessário, como demonstrado a nível federal.

Durante o IV, demonstro a partir de vozes representativas da população, removida e/ou em migração para compra da casa própria, as quais buscaram se organizar e superar as adversidades com práticas de cooperação mútua e organização coletiva. As narrativas e ações documentadas neste capítulo demonstram que o corpo social, em formato de Quilombo

³²⁶As estruturas internas não mudam muito até o projeto Nova Restinga, contudo as condicionantes de pobreza estão registradas também sobre a imagem construída sobre os espaços. Esta denuncia referece a termo utilizado pelo texto de imprensa RESTINGA, MISÉRIA É NOME DE VILA POBRE E DIFAMADA - Zero Hora, 07 dezembro de 1968. P.13. (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa).

³²⁷ A chegada do núcleo do grande projeto de 1971- Nova Restinga, é o exemplo mais gritante deste processo.

Urbano, resistiu à condição estabelecida pela ação do poder para impor seu direito de acesso à cidade - mesmo com as contradições de seu processo de ocupação. No entanto a elite urbana não contava com a formação contínua de sujeitos da periferia que passaram a exigir os direitos reservados a cidadãos. Apropriação dos discursos legais sobre o tema passou a ser uma arma de resistência, já que legalmente não há distinção de renda classe ou cor, portanto não é possível negar os argumentos legítimos de lideranças que encabeçaram denúncias.

Busco a superação do limite imposto pelo processo “científico” da objetivação do sujeito, na estruturação deste trabalho pretendeu a crítica ao discurso legitimado em seu tempo, apresentando narrativas dialógicas e acompanhando a subjetividade humana dos interlocutores – entrevistadora e entrevistado – como princípio da humanização da construção do conhecimento. Convido aos leitores a executarem o deslocamento da “razão” teórica estabelecida³²⁸, a lerem a dissertação como uma perspectiva contruída a partir da razão comunitária da periferia.

Crescer quanto sujeito histórico tendo consciência sobre seu espaço produz grandes movimentos de reflexão e resistência em ondas de reivindicação, contudo é nas pequenas ações de resistência que o corpo social se sustenta no cotidiano, mulheres negras pobres, tomadas quanto uma categoria de análise são agentes de resistência e constante reflexão. Na porta de cada casa na qual uma mãe deixou seus filhos na primeira hora da manhã para retornar no final da noite há uma espaço de indignação latente, bem como no prato vazio, na falta de telhado, na busca do conhecimento das ervas para cura. Aqui a força se deu para além de seu lar, em ato de busca de libertação e na condição de sobreviver, foi que mulheres se somaram e cuidaram das suas famílias, junto de seus companheiros ou mesmo sozinhas, buscaram no Ser-Comunidade uma forma de ter um futuro. É nos associativismos das mulheres, que dobram a carga de trabalho, produzindo espaço favorável para crianças e jovens construírem capital intelectual que resulte em verticalização social. Ainda hoje é na periferia dos grandes centros que se busca a superação criativa para sobrevivência. É nas portas das escolas e nos bancos de postos de saúde que encontramos as gestoras de muitas soluções complexas da ausência de estruturas. Como Dona Maria Clara e o Clube de Mães e Dona Therezinha e a história da “massa com sardinha”, benzedeadoras, cuidadoras e guardiãs dos saber religiosos, como na fala de Almerinda, são mulheres em tempos de patriarcados falidos em sua ideologia civilizatória higiênica que produziram ações de poder para exclusão da pobreza de seus direitos.

³²⁸ A razão a partir da lógica eurocêntrica ocidental.

Encontrei nas narrativas as referências femininas presentes nas lembranças de avós e mães que mantêm a base das estruturas familiares como a Vó Zelinda das memórias do Sr. Ênio, a imagem da mãe amorosa de Sr. Antônio, a luta por espaços da mãe de Sr. Ventura. A lembrança está na consolidação de nossos homens em suas referências de memória. A condição de existência da mulher negra que agrega à mesa quem chega com fome como a mãe de Seu Beto, em que cada ponto desta história se revela um sentimento maior de grupo, que mesmo frente às distinções produzidas pela hierarquia do poder de consumo, manteve a dinâmica de um Quilombo Urbano, nosso formato de ordenação interna busca, majoritariamente, produzir benefícios maiores para o fortalecimento das ferramentas de crescimento do bairro. As lideranças trazem em seus discursos uma razão coletiva do “Ser-Comunidade” inserido na dinâmica de um a Quilombo as conquistas para o coletivo. Entendendo este a partir da leitura de Beatriz Nascimento:

Numerosas foram às formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção de sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, podemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é objetivo de nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história de nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização, todas as formas de reistencia podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil. (NACIMENTO, 1988, p. 08. In.: RATTTS, 2006, p. 117)

Mesmo diante da individualização das relações e da pessoalização dos ganhos, aqui ainda se conhece a vizinhança e a ajuda pode vir de todos os lados. Assim, se por ação do poder somos fruto da **segregação** como “processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto”, ainda é possível a escolha feita pelos moradores que aqui chegaram de ressignificar o existir neste espaço e transformar em **congregação**.

Nesse sentido, segundo Marcuse a “reunião voluntária de um grupo populacional para fins de auto-proteção e desenvolvimento de seus próprios interesses sem o recurso à dominação e à exclusão é o processo e formação de um enclave” (MARCUSE, 2004. p. 24, In.: COSTA, 2008. p. 18). O que demonstra a proximidade do bairro Restinga ao estudado com um Quilombo Urbano. E, assim, entendo como Beatriz Nascimento:

Durante sua trajetória o quilombo serve de símbolo que abrange conotações de resistência ética e política. Como instituição guarda características singulares do seu modelo africano. Como prática política pregoa ideias de emancipação de cunho liberal que a qualquer momento de crise da nacionalidade brasileira corrige distorções impostas pelos poderes dominantes. O fascínio da heroicidade de um povo regularmente apresentado como dócil e subserviente reforça o caráter hodierno da comunidade negra que se volta para uma atitude crítica frente às desigualdades sociais a que está submetida. (NACIMENTO, 1988, p. 08. In.: RATTTS, 2006, p. 124)

Durante a pesquisa ampliei o olhar sobre os caminhos possíveis de construção e prospecção de fontes em arquivo e/ou em diálogo pela entrevista de História Oral. Desvelei a possibilidade de entender e ampliar a história urbana da cidade em diversas perspectivas partindo deste espaço discriminado, observando que discrimina e valorizando vozes de resistência.

Deixo diversas provocações, já que esta dissertação não pretende uma verdade monolítica absoluta ou versão acabada do saber do bairro e de sua história de origem, mas sim, a abertura de um diálogo possível e de preferência contínuo. Busco na narrativa o encontro com o leitor, para uma possibilidade de versão interpretativa sempre em construção e conto com este para soma de fontes e leituras na perspectiva da História Pública.

Após o texto analítico teórico metodológico, amplio as relações de poder na perspectiva de incluir em ação dialógica outras versões. Possibilitando um diálogo mais franco com a história da cidade. Não desejo só a denúncia, mas busco outra versão ainda não registrada, a voz de um coral multiracial e multicultural na consolidação de uma narrativa ainda pouco explorada em oposição a uma versão oficial e “supostamente” bem intencionada na prática persistente de silenciar os não inclusos que como demonstrei se mostrou um prática de higienização social cruel e sistemática - necropolítica.

Acolho a todas as críticas e responsabilidades, respeitando o direito interpretativo dos leitores, lembro somente que esta é uma versão que parte do olhar de um sujeito imerso ao bairro Restinga, um olhar próprio de quem mora aqui que não é nem extremo sul da capital³²⁹ para a cidade. Lembro com isso que daqui a visão não é a mesma sobre Porto Alegre, do lado de cá há outros detalhes e convido a todos que deseja ver, convido a todos experimentar este olhar e perceber outras curvas da cidade, outras cores que pintam nossa realidade, em quadros que precisam ser apresentados. Nós, quanto lugar histórico ainda precisamos ser desvelados internamente ao bairro Restinga e a cidade, narrativas e sujeitos precisam de mais espaços além desta dissertação para o diálogo que pretendam romper com a ideia local de ser esta comunidade muito estudada e pouco reconhecida³³⁰, assim, historicamente esta reflexão é

³²⁹ Interessante pensar que todas as regiões da cidade são identificadas por grupo de bairro pertencente a uma referência de pontos cardeais, o bairro Restinga é o único que mantém sua localização nas regiões da cidade pelo nome do Bairro. Em todas as zonas: norte, leste, oeste, sul e inclusive extremo sul, não fazemos parte de nenhuma destas zonas a Restinga quanto região para cidade.

³³⁰ Durante o processo de pesquisa a narrativa dos depoentes lembram da objetivação dos moradores em pesquisas Universitárias, sem retorno após publicações.

uma provocação para os que frequentam os corredores da Universidade, há mais histórias aqui e em outras comunidades que aguarda uma troca dialógica e humana para serem descobertas.

A estrutura da sociedade brasileira produz hierarquia social que inibe e silencia ações de superação do discurso neoliberal. A realidade da periferia contempla uma economia de produção e cultura colaborativa e solidária, a percepção destes espaço como núcleos de identidade e pertencimento está em oposição à ação de política de guerra – necropolítica – conduzida pelo Estado contra a periferia.

Aqui narramos à história de uma periferia ferida pelo Estado em constante luta pela sobrevivência submetida à ação do poder, mas que mantém a fé e a força colaborativa que une na necessidade de resistência e pertencimento, ações constantes de resignificação do espaço periferia Restinga.

Na Restinga aguardamos a todos dispostos a agregar na superação de nossas contradições e como um coletivo viver entre o grito de Tinga Teu Povo Te Ama! Em volta a canções e enredos a periferia demonstra princípios, valores e sonhos e assim cantamos:

UNIÃO DA TINGA NO TERRITÓRIO DA PAZ TROCA A MUNIÇÃO³³¹

RENA LUDW

*CANTA UNIÃO DA TINGA
PARA O MUNDO QUE EMOÇÃO
TERRITÓRIO DE PAZ AMOR E PAIXÃO
PROTEGIDO SOBRE A CAUDA DO PAVÃO*

*VEM SENTIR O MEU AMOR
E TUDO DE BOM, GOSTOSO DE MAIS
VEM AMOR...PRO UNIVERSO ENCANTADO
TERRITÓRIO DE PAZ
ÍNDIOS, BRANCOS, NEGROS NUM ELO PERFEITO
QUE MERECEM MUITO MAIS
QUEBREII OS MUROS DA INVISIBILIDADE
MOSTREI A CARA DAS COMUNIDADES*

*DISCRIMINADOS, OPRIMIDOS, REPRIMIDOS
EXCLUIDOS PELA TAL "DIFICULDADES"
TRANSFORMEI A DOR NUM CANTO DE MAOR
DE LUTA, FORÇA, GARRA E CORAGEM*

*MUDEI A ESTRATÉGIA TROQUEI AS ARMAS
NA PALAVRA DE AFETO, MINHA MUNIÇÃO
JUNTOS COMBATER, FORTALECER, AÇÕES DE PREVENÇÃO
CULTURA, EDUCAÇÃO, NA ALTA ESTIMA A SOLUÇÃO
LONBA DO PINHEIRO, RUBEM BERTA, SANTA TERESA
BELEZA E VER EM CASA CIDADÃO
DIGNIDADE, SAÚDE, PAZ, AMOR, FRATERNIDADE
SOMOS O POVO, COMUNIDADE
COM MUITA LUZ QUE FELICIDADE*

³³¹ O Samba UNIÃO DA TINGA NO TERRITÓRIO DA PAZ TROCA A MUNIÇÃO de Rena Ludw acompanha o enredo de 2015 da Escola Academia de Samba União da Tinga: "CULTURA DE PAZ, O PAVÃO PEDE PASSAGEM ATRAVÉS DO TEMPO" proposto por Eunice da Silva. Originais encontram-se em arquivo pessoal de Eunice da Silva.

A todos que caminharam para consolidação desta narrativa em diálogos inesquecíveis junto aos depoentes, agradeço pela confiança depositada em mim na entrega de suas preciosas memórias.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR Fº, Sidney. Educação, autoritarismo e eugenia = exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930 -1945. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2011.
- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Ed.: FGV, Rio de Janeiro/RJ, 2005
- _____. Dois temas sensíveis no ensino de História e as possibilidades da História Oral: a questão racial e a ditadura no Brasil. In: Rodeghero, Carla Simone; Grinberg, Lúcia e Frotscher, Méri (Orgs.). *História oral e práticas educacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 35-59.
- _____. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALFONSIN, Betânia de Moraes. Adicionando Complexidades ao Problema da Segregação Sócio-Espacial. In. Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, 1999.
- ALVIM, Alexandra Lis. A “THOMPSON CITY”: IMAGENS PARA UMA PORTO ALEGRE DA DITADURA NAS PÁGINAS DO CORREIO DO POVO (1970). Anis do XIV Encontro Estadual de História – ANPHU/RS. 2018. In.: http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1531175425_ARQUIVO_artigopucrsanpuh.pdf
- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. Projeto História, São Paulo, 1996, n. 14.
- BATALLER, Maria Alba Sargatal, O estudo da gentrificação Revista Continentes (UFRJ), ano 1, n. 1, 2012. Disponível em < <http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART1.pdf>>
- BOHRER, Felipe Rodrigues. Breves Considerações Sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre na Pós-Abolição. Iluminuras, Porto Alegre, v.12, n. 29, p. 121-152, jul./dez. 2011
- BONETTO, Helena. As Percepções topofílicas/topofóbicas das lideranças comunitárias do bairro Restinga antes e depois da implementação do orçamento participativo. Dissertação defendida Programa de Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (2013)
-
- CABETTE, Amanda. A dinâmica demográfica e a produção do espaço urbano em Porto Alegre, Brasil. Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 481-501, Nov 2015 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3409>
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro de 1964 – 1985. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói / 2012
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER. Tese de Doutorado, PPG Educação da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2005.

CHADAREVIAN, Pedro C. EXISTE UMA TEORIA ECONÔMICA DA DISCRIMINAÇÃO? Tese de Doutorado Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada - FE/UFJF. Juiz de Fora, 2009.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: dilemas da interpretação. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2014.

COSTA, Ângela Maria Faria da. Quilombos Urbanos, Segregação Espacial e Resistência em Porto Alegre: Uma análise a partir dos Quilombos do Areal e da Família Silva. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Departamento de Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

CRUZ, Heloisa de Farias, e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUSTÓDIO, Aline. Restinga 50 anos: do espinho ao asfalto. *Diário Gaúcho*, Porto Alegre, 02 e 03 de dez. 2017.

D'ÁVILA, Neida. DEMHAB: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.

DELGADO, Lucília. *História Oral: memória, tempo, identidades*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 33-66.

DE SORDI, Neide Alves Dias. Manual de procedimento do Programa de História Oral da Justiça Federal. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2007.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Ed. EDUFBA Salvador, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Dreyfus H. & Rabinow, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro, Forense universitária, 1995. pp. 231-249.

_____, *Vigiar e Punir*. 22. Ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____, *Micro Física do Poder*. 4ª ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2016.

_____, *Arqueologia do Saber*. 7ª ed. Editora Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2008.

_____, *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. 24ª Ed. Editora Loyola, São Paulo, 2014.

_____, *Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes. São Paulo, 2005.

_____, *Segurança, Território, População. Curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____, Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURINI, Vinícius Reis. "'VISITA PITORESCA AO MATO SAMPAIO': ESTIGMAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE OS "MALOQUEIROS" DO MATO SAMPAIO ATRAVÉS DA NARRATIVA JORNALÍSTICA PORTO-ALEGRENSE (DÉCADA DE 1950)". Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. Cad. Metrop. vol.16 no.32 São Paulo Nov. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962014000200341

_____. Gentrificação e (Re)Organização Urbana em Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

FERREIRA, Denize Ramos História Oral e História Pública: Os caminhos para a posse da terra na Favela Vila Operária RESGATE - VOL. XXII, N.28 - JUL./DEZ. 2014 - P. 23-30.

GAMALHO, Nola Patrícia. A Produção da Periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga – Porto Alegre/RS. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências – PPG Geografia. UFRGS 2009.

GILBERT, Alan & WARD, Peter M. Asentamiento populares versus poder del estado: três casos latinoamericanos: Ciudad de México, Bogotá y Valencia. Ediciones G. Gali, AS de CV., 1987. Impresso em México, D.F I.S.B.N 968-887-026-9

GONZALEZ, Lélia e HESENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUERREIRO RAMOS, A Patologia social do “branco” brasileiro. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro: 1955.

HAESBAERT, Rogério. TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: UM DEBATE. I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Curso de Geografia da ULBRA e AGB- Porto Alegre, em 23 de setembro de 2004.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In.: JODELET, Denise (org.). As Representações Sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KERSTING, Eduardo H. Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1888- 1920) Dissertação de Mestrado – UFRGS / Porto Alegre, 1998.

KLAFKE, Alvaro Antonio; MEIMER, Rodrigo A.; FURINI, Vinícius R. A cidade que devora “malocas”: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c.1943 – c. 1973). No prelo.

KOEHLER, Ana Luiza G. Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível. Dissertação de Mertrado – PPPUR – Faculdade de Arquitetura / UFRGS. Porto Alegre, 2015.

KRAUSE, Alegre. FRIDMAN, Cleandro Fania. Segregação residencial em perspectiva histórica: delimitações administrativas e de áreas de intervenção urbanística em Porto Alegre. SESSÕES TEMÁTICA 7: CIDADE E HISTÓRIA. XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

LE GOFF, Jacques, História e memória. Editora da UNICAMP: Campinas, SP 1990.

MARTINI, Cyro. *Manuscritos*. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. À esquerda do seu tempo: Escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957). 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História: UFRGS, Porto Alegre, 2012.

_____, Justino Martins: um comunista no comando da Revista do Globo (Porto Alegre/1939- 1947). VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar, Teresina/PI, 24 a 28 de junho de 2012.

MARTINS, Cyro. A Miséria Organizada. Revista do Globo. Junho, 1945 (p. 21-25).

MATTOS, Hebe (org) . História oral e comunidade: Reparações e culturas negras. Editora: Letra e Voz, 2016.

MATTOS, Jane Rocha de. Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921). Dissertação de Mestrado. PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2000

MAUHAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.) [História pública no Brasil: Sentidos e itinerários](#). São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille, A Crítica da Razão Negra. 2ª Edição Editora Antígona, Lisboa: 2017.

_____, Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Aret & Ensaios, PPG em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ. 3ª Edição N-1 Edições.org. Novembro, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe B. e HOLANDA, Fabíola. História Oral: como fazer, como pensar. 2. Ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe B. e RIBEIRO, Suzana L. Salgado. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MEDEIROS, Laudelino. Vilas de malocas (ensaio de sociologia urbana). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1951.

MENEGHETTI, Ildo. Relatório apresentado pela Câmara Municipal. Porto Alegre, 1952. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

MONTEIRO, Lorena Madruga. A Estratégia dos Católicos na Conquistas da Sociologia na UFRGS (1940-1970). Dissertação de Mestrado no PPG Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Porto Alegre, 2006 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós Graduação em Ciências Políticas.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. Estudos Iberos-Americanos. PUCRS, vXXXII. N. 1, p. 117-125, junho 2006.

MORAES, Aldovan de Oliveira. *Poder público municipal e habitação de interesse social em Porto Alegre*. Porto Alegre, DEMHAB, Vol. 1 e 2 [manuscrito]. 2 volumes (não numeradas), 8ª Edição, 2018.

_____; ANTON, F. J. Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2000.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. Editora Ática. São Paulo, 1988.

MÜLLER, Liane Susan. “As Contas do Meu Rosário São Balas de Artilharia” – irmandade, jornal e sociedades negras em porto Alegre de 1889 – 1920. Dissertação de Mestrado em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PUCRS /Porto Alegre, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Reimpresso da 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Publicado originalmente em: Jornal IDE. Nº 12. Sociedade Brasileira de Psicanálise – São Paulo, Dez, 1986, p. 8. In.: RATTTS, Alex. Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Koanza Editora Imprensa Oficial. São Paulo, 2006.

NUNES, Simone Aparecida. Justino Martins, jornalista, comunista e diretor da Revista do Globo: um estabelecido durante o Estado Novo (Porto Alegre, 1942). Monografia de Conclusão de Curso. Licenciatura em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

NUNES, Marion Kruse, Memória Dos Bairros: Restinga. Coleção: Memória Dos Bairros. Editora: Secretaria Municipal da Cultura. Porto Alegre, 1990.

PESAVENTO, Sandra J. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 8, nº16, 1995, p.279-290.

_____. Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). In.: Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010

_____, Memória Porto Alegre : espaços e vivências / coordenado por Sandra Jatthy Pesavento. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS ; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

_____, Os pobres da cidade. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1998.

PINSKY, Carla Bassanez. Fontes históricas. Ed. Contexto: São Paulo, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Habitação. Plano Municipal de Habitação e Interesse Social - Etapa II Diagnóstico do Setor Habitacional de Porto Alegre. Porto Alegre: DEMHAB, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Porto Alegre, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, vol.2, n.º 3, Rio de Janeiro, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. Estudos de Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: Projeto História, São Paulo, Vol. 15, 1997 (Dossiê Ética e História Oral)

_____. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRETUCCELLI, José, Luise SABOIA (Org), Ana Lucia. Características Étnico-Racionais da População: Classificações e Identidades. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2013.

RAMOS, Guerreiro. A patologia social do branco brasileiro. In: Documentos de uma sociologia militante.

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Koanza Editora Imprensa Oficial. São Paulo, 2006.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira e LEITE, Giovana Carine. Calçando os sapatos do outro: um relato de experiência com história oral no ensino fundamental. *História Oral*, v. 18, n. 2, p. 83-103, jul./dez. 2015.
<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=561&path%5B%5D=pdf>

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918) Tese de Doutorado - Departamento de História, do Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMPI. Campinas/SP, 2014.

_____. Colônia Africana, arrabalde proletário: o cotidiano de negros e brancos, brasileiros e imigrantes num bairro de Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Maio de 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Campus Universitário Porto Alegre, RS. Disponível: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos5/rosa%20marcus%20vinicius%20de%20freitas.pdf>

RUPPENTHAL, Francieli Renata. Um percurso possível: uma etnografia do projeto Territórios Negros em Porto Alegre/RS no âmbito da lei federal 10.639/03. Dissertação de Mestrado. PPG Antropologia Social – UFRGS, Porto Alegre, 2015.

RUSCHEINSKY, A. S.; FORTUNATO, E. A história oral na pesquisa social sobre espaço urbano. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 16, p. 25-36, 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/6482>>. Acesso em: 03 Jun. 2018.

SACK, Robert David - Territorialidade Humana sua teoria e história. Cambridge University Press, 1986. Encontrado em português In.: <https://pt.scribd.com/doc/122069571/Sack-Robert-David-Territorialidade-Humana-sua-teoria-e-historia>

SANHUDO, Ary Veiga. Porto Alegre. Crônicas da minha cidade. Porto Alegre: Movimento/Instituto Estadual do Livro, 1975 [original de 1961].

SANTOS, Carlos Lopes dos. O Gigante da Beira Rio. Editora La Salle, 1983.

SANTOS, Joel Rufino dos. Como Podem os Intelectuais Trabalhar Para os Pobres. São Paulo: Global, 2004.

_____. “A Inserção do Negro e seus Dilemas”. Parcerias Estratégicas (CGEE-DF), nº 6, 1999, PP. 110-154.

SAQUET, Marco Aurélio. Abordagem e Concepção de Território. 3ª edição Ed. Outras Expressões: São Paulo, 2013.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. Vestígio do Passado – a história e suas fontes. IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul – ANPHU – RS.

SILVA, André de Souza. A (Trans) Formação Urbana de Porto Alegre e sua Influência no Movimento das Pessoas. CIDADES. v. 1, n. 2, 2004, p. 207-239 In.:

SILVA, Cristina Ennes da. O Comércio Volante em Porto Alegre: ações, reações e negociações possíveis (1897-1918). Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.159-190, dez. 2007.

SILVA, Mª Nilza & PANTA, Mariana (Org.). Território e Segregação Urbana: o “lugar” da população negra na cidade. Editora da Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2014.

SILVEIRA, Alexandre Barcelos. De colônia africana a bairro Rio Branco: desterritorialização e exílio social na terra do latifúndio: Porto Alegre, 1920-1950. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2015.

SILVEIRA, Éder. A Cura pela Raça – eugenia e higienização no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2016.

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 210-235

SOUZA Célia Ferraz de, PESAVENTO Sandra Jatahy, (organizadoras). Imagens urbanas : os diversos olhares na formação do imaginário urbano. 2.ed. - Porto Alegre, RS : Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOSTER, Ana Regina de Moraes. Porto Alegre: a cidade se reconfigura com as transformações dos bairros. Dissertação de Mestrado. PPG de História/PUCRS, Porto Alegre, 2001. Universidade Federal do Rio Grande do sul – UFRGS. Porto Alegre, 2014.

VARGAS, João H. Costa Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. Rev. Antropol. vol.48 no.1 São Paulo Jan./June 2005.

VEIGAS. Danielle H. Planejamento da Região Metropolitana de Porto a Partir da Cooperação Técnica Entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (1963-1978). Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2016.

VERRI, Fernanda Jahn. {O Planejamento Urbano Integrado e a Atuação do SERFHAU no Rio Grande do Sul (1964-1975)}. Dissertação de Mestrado no PPG em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do sul – UFRGS. Porto Alegre, 2014.

VIEIRA, Daniele Machado. TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação de Mestrado PPG Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do sul – UFRGS. Porto Alegre, 2017.

WEBER, Beatriz Teixeira. Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1992.

WEBER, R. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em histórias e ciências sociais. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 1996, p.63-83.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo Análise da constituição racial da população de duas vilas de malocas no início da década de 1950 e início da década de 1970. Texto apresentado no 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre (UFRGS), de 24 a 27 de maio de 2017, Anais completos do evento disponível em: <http://www.escravidaoe-liberdade.com.br/>

_____. A gente de Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral riograndense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente). Niterói: UFF, Tese de Doutorado em História, 2013.

ZAMBONI, Vanessa. Construção Social do Espaço, Identidade e Territórios em Processos de Remoção: O Caso do Bairro Restinga – Porto Alegre/ RS. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Planejamento) Programa de Planejamento Urbano e Regional – PROPUR. UFRGS. Porto Alegre, 2009.

APÊNDICE I – As estratégias de resistência construíram o Bairro Restinga “uma cidade dentro da Cidade”

A provocação desta dissertação está em afirmar que o registro histórico “fontes documentais” das populações pobres desta cidade dentro do período estudado, se faz na perspectiva de inibir seu pertencimento a Porto Alegre. Somos mais negros e mais pobres, mas também somos um coletivo multicultural, produzimos pertencimento e acolhemos como um grande Quilombo a multiétnicidade, assim resistimos, como é possível ver:



Em matéria de Aline Custódio – Restinga 50 anos
ZH. 01 dez de 2018 p.16

E assim, em oposição à cultura segregadora, propomos outra forma de luta que define as estratégias de organização interna do nosso espaço/território, a tomada em estudos dos textos legais para empoderamento local e atributos discursivos para articulação de conquistas junto a autoridades políticas.

Organizações de espaços são fundamentais na estruturação social do bairro. Os moradores assistiam a missa sob a sombra da Figueira³³² como já foi registrado pelos depoentes. Abaixo segue a foto da década de 70 retirada do documenário de Aline Custódio sobre a Restinga:



Primeira reportagem a visita a Restinga em 1967, retorna ao bairro 50 anos depois
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

³³² O padre vinha do Bairro Belem Novo e atendia aos fiéis ao ar livre.

distribuição da sopa. Fundada em 11 de maio de 1970³³⁵, a instituição se mantém até o momento atendendo a comunidade ainda em seu endereço original.

A partir do início de 1970, a luz e a bica na esquina passam a fornecer a água com mais regularidade para o núcleo das primeiras casas da remoção compulsória.



Primeira reportagem a visita a Restinga em 1967, retorna ao bairro 50 anos depois
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)



Primeira reportagem a visita a Restinga em 1967, retorna ao bairro 50 anos depois
Por: Aline Custódio
Gaucha ZH, 1º de dezembro de 2017 (You Tube)

Instituições internas da comunidade passam a fortalecer suas ações Maria Clara Nunes, depoente desta dissertação, soma um grupo de oito mulheres, as quais fundam o primeiro Clube de Mães do Bairro Restinga em 1974³³⁶ e passam a se organizar na luta pelo atendimento das crianças que permaneciam no bairro nos horários de trabalhos dos pais.



Creche Arco-íris
Em matéria de Aline Custódio – Restinga 50 anos
ZH. 01 dez de 2018 p.16

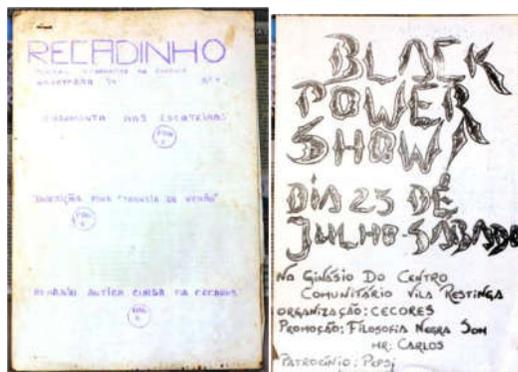
Dona Maria Clara e Sr. Ênio, estão na fundação da Escola de Samba Estado Maior da Restinga. A escola de samba tem seu registro junto às memórias de Geraldo do Cavaco, liderança ligada à música, como Sr. Jorge ambos transitaram na vida noturna de Porto Alegre

³³⁵ Uma das primeiras a se movimentarem em direção ao bairro, sua sede fica no centro do bairro em seu núcleo original, na Av. Mississipe, 130. Restinga. <https://www.caravaneiros.org.br/a-sociedade/>.

³³⁶ A creche Arco- Ires no Núcleo da Restinga Velha, é resultado dessa organização comunitária, ainda atuante atendendo a comunidade com apoio do convenio jnto do unicípio (ZH 1º de dez 2018 p. 16)

como referência de samba de raiz. Em 21 de abril de 1975, um grupo de amigos se organiza na AMOVIR – Associação de Moradores da Vila Restinga.

Estruturas como o CECORES – Centro de Comunitário da Restinga – entregue no final de 1974, passa a constituir ponto de encontro dos moradores dos diversos núcleos, música, esporte e recreação são desenvolvidas neste espaço (SANTOS, 2001).



Circular “Recadinho” do CECORES: Centro Comunitário Restinga e Propaganda de Evento
Arquivos pessoas do Sr. Antônio

Edição de um material informativo RECADINHO – Jornal Informativo do CECORES, está relacionado entre as fontes encontradas nesta pesquisa, sua edição nº 11 de outubro de 1975 marca a 1ª Semana da Restinga (Anexo).



Circular “Recadinho” do CECORES: Centro Comunitário Restinga
Arquivos pessoas do Sr. Antônio

A comunidade aqui já possui uma organização ligada ao futebol, aos campos da comunidade e disputas internas e externas ao bairro.



Fotos Campo de futebol Pampa
Arquivos pessoais do Sr. Antônio (depoente)

Esta organização entorno do esporte é uma permanência durante toda a história do bairro desde sua origem até os tempos atuais, transitando entre a disputa de times e a alegria da torcida, na tradicional roda de samba, mobiliza a comunidade na consolidação de uma Escola de Samba Estado Maior da Restinga (SANTOS, 2011).

Sujeitos históricos de origens diversas ocuparam este espaço/território, nomes como Mestre Borel³³⁷ guardaram saberes ancestrais ainda pouco registrados. Agente motor de toda uma linha cultural e linguagem do Batuque, viveu entre espaços de crenças e preservação da memória. Sua relação com o bairro Mestre Borel conta:

Na Restinga cheguei em 80, fazem 20...29 anos que to aqui e, eu não conhecia a Restinga, vim para cá em 80. Mas, foi uma surpresa muito grande que quando eu cheguei na Restinga, o pessoal... Os Restingueros que como a gente se chama era justamente o povo que se conhecia, a Ilhota, Areal da Baronesa. Aquele pessoa que eles foram recrutando e foram trazendo pra cá né. (MESTRE BOREL: A ANCESTRALIDADE NEGRA EM PORTO ALEGRE, 2010)

Em Geraldo do Cavaco – Memórias³³⁸, o amigo Seu Geraldo conta suas lembranças. Os escritos produzidos ao longo da vida, narra seu cotidiano em Porto Alegre. Histórias entre alegrias e peripécias encontram e dificuldades de existir. Seu Geraldo chega ao bairro em 1973, no projeto Nova Restinga. Junto dos amigos que encontrou aqui participou da fundação da Escola de Samba Estado Maior da Restinga em 1977³³⁹.

Seu Jorge Domingos, ou Mestre Jorge, figura ilustre do bairro, tem seu saber reconhecido pela universidade em disciplina Encontro de Saberes, lança seu disco A Voz do Samba em CD pelo Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / 2018. Junto da banda de amigos Seu Geraldo das Neves, Seu João Baptista André Domingos. Um pouco de Seu Jorge encontramos nessa publicação que tem seu lançamento entre 2018.

³³⁷ Mestre Borel é referência no batuque, preservou as práticas de tamboreiro. O documentário Mestre Borel: a ancestralidade negra em Porto Alegre traz Walter Calixto Ferreira, o Mestre Borel falando sobre suas memórias e experiências em Porto Alegre e ao redor do Brasil, ligadas a um itinerário negro nas cidades. (2010)

³³⁸ Livro produzido e distribuído artesanalmente, seu conteúdo narra uma Porto Alegre ainda pouco conhecida.

³³⁹ A Escola Estado Maior da Restinga foi fundada em 20 de março de 1977. Dissertação de Tavama Nunes Santos (2011) trabalha os caminhos da comunidade para consolidação de sua primeira escola de samba.

Amigo carinhoso, vizinho cheio de histórias para contar, sua presença em minha vida foi de muita alegria. Sua música e sabedoria trasbordam em vivências trocadas em diálogo, e estará sempre presente em todos os lugares que marcou como músico, como oficinairo, como agente de transformação e como amigo.

Hoje somos uma comunidade de mais de 150 mil pessoas³⁴⁰. Um número significativo de escolas em todos os níveis da educação (básica, secundária, técnica e superior) são fruto das organizações internas do bairro e suas lideranças, pessoas simples que buscam saber as normas e regras do Plano Diretor, da Constituição Federal e do Orçamento Municipal. Tais lideranças são parte integrante dos Conselhos Municipais. Efetivamente são portadores de um saber comunitário e jurídico institucional das suas áreas de atuação, tradutores e propositores das demandas locais articulam em todos os níveis de comunicação em espaços burocráticos diversos. A resistência se dá pela tomada de poder do movimento de pressão, adoção do discurso dos agentes políticos e tradutores dos agentes sociais³⁴¹.

O trabalho hoje das lideranças é buscar a manutenção dos espaços de construção de saber, ameaçados pela nova ordem política nacional, estadual e municipal. O Estado, como um todo, impõem constante vigilância à comunidade Restinga, frequentemente somos obrigados a resistir e lutar contra o corte de verbas, de profissionais e de espaços qualificados para atender as demandas da comunidade. Vivemos um desmonte nas unidades escolares com EJA – Educação de Jovens e Adultos, mesmo com altos índices de reprovação escolar. O bairro enfrenta uma crise na área da saúde e assistência social, mesmo com as mobilizações locais. Um dos grandes problemas é a inexistência de índices populacionais oficiais coerentes o IBGE de 2010 aponta para uma população de 51.569 mil habitantes, o quarto bairro mais populoso de Porto Alegre, contudo quando da implementação do Hospital Restinga Extremo Sul, a população atendida por esta unidade hospitalar calculou o conjunto regional chegando a uma população “De acordo com o Censo de 2000 (IBGE, 2001), a população é constituída por aproximadamente 90 mil habitantes”³⁴², cálculos sobre as áreas com CEP e regularizadas o

³⁴⁰ Levantamento para implantação do Hospital Extremo Sul em 2011, Recalculado por Aline Custódio em matéria de 2018 (ZH dezembro de 2018)

³⁴¹ As conquistas foram se aprimorando conforme os sujeitos conquistavam espaços de formação, assim que possível as famílias encaminhavam com os filhos para estudar, o ensino médio e ou técnico, com todas as dificuldades de se manter em trânsito para fora do bairro, já que não havia no seu espaço/território. Aos poucos, assim que ingressavam no mercado de trabalho, tais sujeitos passam a ingressar em faculdades pagas, respeitando os horários de trabalho. Lentamente, alguns ingressam na Universidade – UFRGS, contudo é com os cursinhos pré-vestibulares de iniciativa popular e mais tarde com as cotas na Universidade, que muitos passam, a não mais financiar sua formação, exercer seu direito de formação acadêmica em espaço público.

³⁴² Estes números consideram o Bairro Restinga e todo o Extremo Sul da capital. Esta região possui núcleos de ocupação de áreas, onde o IBGE não entra para registros, sem CEP e sem contar nos índices, tal população não é

que deixa uma vasta população fora do alcance dos cálculos. A grande contradição dos dados estatísticos não favorece as lutas por melhorias, considerando a disputa em discurso, onde os gestores e políticos se sustentam nos dados oficiais, sendo que a comunidade se sustenta muitas vezes em dados de atendimento em escolas e postos de saúde, número de domicílios e pesquisas paralelas.



Contornos em amarelo de alguns núcleos internos ao Bairro Restinga
Foto: Google Mapas

Mais que história essa gente imprime saber colaborativo e de resistência, suas lutas renderam para o espaço/território as estruturas que possibilitam a ressignificação das dificuldades impostas nas relações sociais, econômicas e políticas frente à cidade em sua origem.

Exemplo de luta foi à inauguração em 2014, o Hospital Restinga Extremo Sul, promessa da administração municipal. Em disputa organizada e articulada as lideranças do bairro tomaram a resistência de décadas em força de luta para aplicação de reserva orçamentária para construção do hospital. Mesmo frente a oposições locais da gestão municipal, as lideranças do bairro foram a Brasília junto da administração Federal para a conversão de valores em estrutura física para o bairro.

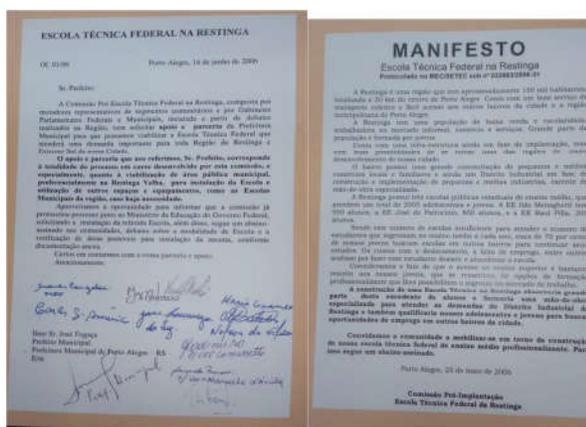
A proposta contempla toda a região sul “O hospital atenderá a uma população de 110 mil moradores dos bairros Restinga, Lajeado, Lami, Belém Novo, Ponta Grossa e Chapéu do Sol. A instituição hospitalar era uma demanda de 40 anos da população local” (GOV-RS, 04/07/2014). Em fala da Presidente Dilma se refere à população da Restinga como “Esse bairro é um lugar de pessoas combativas, aguerridas e organizadas que exigiram e tornaram realidade este hospital. É uma relação de vários parceiros e o principal deles é a comunidade e suas lideranças”. O reconhecimento do valor das lideranças no processo de consolidação se percebe na fala do governador “A comunidade da Restinga é responsável pela composição de esforços que viabilizou esse hospital tão necessário e esperado.” (GOV-RS, 04/07/2014).

considerada para cálculos de escola, creches, postos de saúde e na assistência social o que gera a sobrecarga nas estruturas existentes.

O movimento do bairro em seus esforços produziu assinaturas dentro do previsto para a comunidade ser ouvida na presença de seus representantes, nossa demanda apresentada a políticos que entenderam a prioridade da solicitação, considerando o tamanho do espaço/território sua alta concentração populacional e baixa perspectiva de verticalização social, os argumentos são sólidos, mesmo em nota minúscula circula pela imprensa que comunica:

RESTINGA – Moradores do bairro da Capital entregam hoje à deputada federal Maria do Rosário (PT – RS) abaixo-assinado com mais de 5 mil assinaturas, pedindo a instalação de uma escola técnica federal na Restinga. O documento será enviado ao MEC (CP 08 de junho de 2006. Arquivo dos Moradores - Observatório da Comunidade IFRS Campus Restinga)

Foi com essa intenção que em maio de 2006, o movimento em prol da Escola Técnica Federal na Restinga passa a produzir uma disputa junto aos espaços de poder com as informações que vão da circulação no bairro Restinga a gabinetes políticos.



Arquivo dos Moradores
IFRS Campus Restinga - Observatório da Comunidade

O pedido também foi para estância federal onde foi “Documento Protocolado no Ministério de Educação e Cultura sob o nº 032983/2006-31” (Arquivo dos Moradores - Observatório da Comunidade IFRS Campus Restinga).

O IFRS Campus Restinga hoje é uma realidade, a proposta foi discutida e construída com a comunidade em Seminário “PENSADO A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DO CAMPUS RESTINGA - IFRS” em 12 de SETEMBRO DE 2009, a presença da comunidade foi acolhida e as lideranças ouvidas em diversas reuniões.



Arquivo dos Moradores
Observatório da Comunidade IFRS Campus Restinga

Contudo, a luta é contínua, o bairro que acolhe a muitos os que a cidade expulsa, considerando as áreas de expansão que ainda existem, mesmo que estas avancem sobre as áreas de preservação³⁴³, em disputa frágil frente a necessidade de moradia. Mesmo com as estruturas de diálogos fragilizadas como o OP – Orçamento Participativo, a comunidade mantém lideranças nos mais diversos Conselhos Municipais registrando insistentemente a presença do bairro em discussões fundamentais para seu crescimento potencial.

³⁴³ Morro São Pedro, a grilagem deve ser discutida e as áreas de preservação respeitadas, inúmeros projetos “Minha Casa Minha Vida” foram entregues na ultima década dentro do bairro, solução para que ainda estava aguardando o direito a moradia, mas muitos mais estão em áreas de invasão.